

Energia em desenvolvimento

Relatório & Contas 2013



Energia em desenvolvimento

Relatório & Contas 2013

Relatório & Contas 2013

01	A Galp Energia	8
1.1	A Galp Energia no mundo	10
1.2	Mensagem do Conselho de Administração	12
1.3	Estratégia	16
1.4	Principais indicadores	18
02	Atividades	20
2.1	Envolvente de mercado	21
2.2	Exploração & Produção	25
2.3	Refinação & Distribuição	37
2.4	Gas & Power	41
03	Desempenho financeiro	44
3.1	Sumário executivo	45
3.2	Análise de resultados	45
3.3	Investimento	47
3.4	Análise da estrutura de capital	47
04	Riscos principais	49
4.1	Riscos enfrentados pela Galp Energia	50
4.2	Gestão de riscos e sistema de controlo interno	57
05	Compromisso com a sociedade	59
5.1	Governo corporativo	60
5.2	Recursos humanos	67
5.3	Desenvolvimento das comunidades locais	69
5.4	Segurança, saúde e ambiente	70
5.5	Qualidade	73
5.6	Inovação, investigação e desenvolvimento	73
06	Anexos	74
6.1	Proposta de aplicação de resultados	75
6.2	Informação adicional	75
6.3	Contas consolidadas	78
6.4	Relatórios e pareceres	169
6.5	Glossário e abreviaturas	176

Galp Energia: energia em desenvolvimento

Quem somos

- Somos uma empresa integrada de energia focada no negócio de exploração e produção, com um portefólio de ativos que permitirá um crescimento rentável ímpar na indústria.
- Centramos a atividade de exploração e produção em três países de referência: Brasil, Moçambique e Angola.
- Temos negócios ibéricos rentáveis e resilientes que, com o seu *cash flow*, contribuirão para o crescimento na área de exploração e produção.

A nossa visão e o nosso propósito

- Ser um operador integrado de energia de referência, reconhecido pela excelência nas atividades de exploração e produção que desenvolve, e que entrega valor de forma sustentável.

Os nossos drivers estratégicos

- Maior foco na exploração.
- Desenvolvimento de projetos de produção de classe mundial.
- Capacidade financeira robusta.

A nossa estratégia

- Reforçar as atividades de exploração e produção de forma a entregar um crescimento rentável e sustentável, apoiado por um negócio ibérico eficiente e competitivo, e com base numa capacidade financeira robusta e em práticas sustentáveis.

As nossas vantagens competitivas

- Somos o porta-estandarte nacional.
- Estabelecemos parcerias duradouras de sucesso.
- Oferecemos conhecimento integrado.
- Beneficiamos de uma organização robusta e flexível.
- Adquirimos competências em alguns dos mais promissores projetos mundiais.

• **16** países em que a Galp Energia está presente

• **6.968** colaboradores

• **€9.881 m** capitalização bolsista

• **€310 m** resultado líquido RCA

• **7,1 bcm** vendas de gás natural



• **707 mboe** reservas 3P

• **3.923 mboe** recursos contingentes 3C

• **2.495 mboe** recursos de exploração *mean unrisked*

• **330 kbopd** capacidade de refinação

• **1.435** estações de serviço

Valores relativos a 2013 ou final de 2013, consoante o caso.
Para mais informações, consulte <http://www.galpenenergia.com>.



A Galp Energia

- 1.1 A Galp Energia no mundo
- 1.2 Mensagem do Conselho de Administração
- 1.3 Estratégia
- 1.4 Principais indicadores

Exploração & Produção

A Galp Energia está focada nas atividades de exploração e produção, nomeadamente após as descobertas de classe mundial no pré-sal da bacia de Santos, no Brasil, e na bacia do Rovuma, em Moçambique. Com efeito, a atividade do negócio de Exploração & Produção (E&P), o vetor de crescimento da Empresa, está centrada naqueles países e também em Angola, não obstante o facto de ter um portefólio diversificado por 10 países, que inclui atualmente mais de 60 projetos. Com base em descobertas já realizadas, a Galp Energia prepara-se para apresentar um crescimento de produção ímpar na indústria, tendo o objetivo de atingir uma produção de 300 milhares de barris de petróleo equivalente por dia (kboepd) na próxima década, ou seja, uma produção mais de 10 vezes superior à atual.

+60
projetos no
portefólio



9,9 mt
de vendas
a clientes
diretos



Refinação & Distribuição

O negócio de Refinação & Distribuição (R&D) está centrado na Península Ibérica, apesar de a Empresa continuar a expandir a sua atividade de comercialização de produtos petrolíferos em mercados selecionados no continente africano. A Galp Energia detém duas refinarias em Portugal com capacidade para processar, no total, 330 mil barris de petróleo por dia (kbopd). A atividade de refinação está integrada com a atividade de comercialização de produtos petrolíferos na Península Ibérica, onde a Empresa é um dos mais importantes *players*.

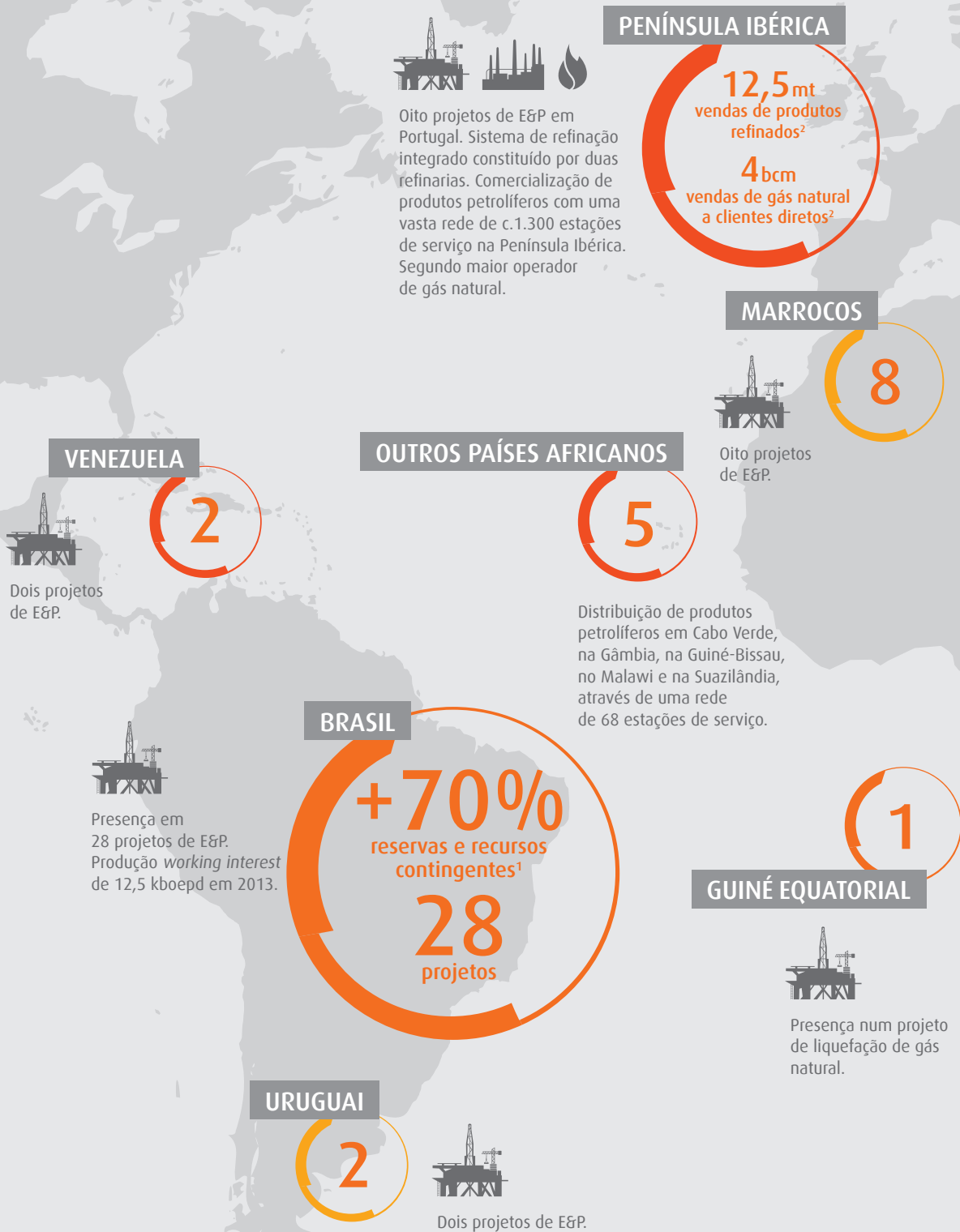
Gas & Power

A Galp Energia distribui e comercializa gás natural na Península Ibérica e tem vindo a apostar na atividade de supply & trading de gás natural liquefeito (GNL), tirando partido da atual dinâmica deste mercado a nível global. Na Península Ibérica, onde é o segundo maior comercializador de gás natural, a Empresa tem vindo também a consolidar o negócio de power, numa ótica de operador integrado de energia.

7,1 bcm de
vendas de gás
natural



1.1 A Galp Energia no mundo



Energia em desenvolvimento

A Galp Energia tem vindo a expandir o seu portefólio de exploração e produção que conta, atualmente, com mais de 60 projetos. A Empresa está focada na execução dos projetos de desenvolvimento de Exploração & Produção, tendo como objetivo alcançar uma produção de 300 kboepd na próxima década.

Este crescimento inigualável na indústria será suportado pela contribuição resiliente para *cash flow* dos negócios de Refinação & Distribuição e de Gas & Power, cujas atividades estão centradas na Península Ibérica, onde a Empresa é um operador de referência.

NIGÉRIA E ARGÉLIA

6 bcm



Contratos de fornecimento de longo prazo para 6 bcm de gás natural e GNL por ano.

EXTREMO ORIENTE

13
cargas
de GNL



Um dos principais destinos de 3 bcm de vendas anuais de GNL³.

MOÇAMBIQUE

+80 tcf
descobertas
de gás natural



Um projeto de E&P, nomeadamente para produção e liquefação de gás natural. Distribuição de produtos petrolíferos com uma rede de 33 estações de serviço.

ANGOLA

12,0 kboepd
produção *working interest*²



Cinco projetos de E&P. Vendas anuais de produtos petrolíferos de 271 kt.

TIMOR-LESTE

1



Um projeto de E&P.

NAMÍBIA



Presença em sete blocos de E&P.

Exploração & Produção

Refinação & Distribuição

Gas & Power

¹ Considera as reservas 3P *net entitlement* e os recursos contingentes 3C *working interest* no final de 2013.

² Valores relativos ao ano de 2013.

³ Vendas de gás natural/GNL através do segmento de trading em 2013.

1.2 Mensagem do Conselho de Administração

Mensagem do presidente

Senhores acionistas,

O ano de 2013 caracterizou-se por um contexto económico difícil, nomeadamente na Península Ibérica, onde as medidas de austeridade implementadas continuaram a ter impacto no crescimento económico. Assim, as atividades da Galp Energia expostas àquela região foram novamente afetadas, apesar de começar a ser evidente a estabilização económica em Portugal ao longo do ano.

Por outro lado, a Galp Energia, estando exposta às dinâmicas dos mercados de petróleo e gás natural, tem vindo a beneficiar do crescimento das economias emergentes e tem evidenciado a sua capacidade de captação de oportunidades no mercado internacional, nomeadamente de GNL.

Com efeito, a estratégia da Empresa está orientada para tirar partido do crescimento esperado da procura daquelas *commodities*, nomeadamente através do foco no negócio de Exploração & Produção. A excelência na execução dos projetos de desenvolvimento e a maximização do valor do portefólio de E&P contribuirão para a entrega de valor sustentável aos seus *stakeholders* e, em particular, aos acionistas.

As atividades desenvolvidas ao longo do ano reforçaram os alicerces em que a estratégia da Galp Energia assenta. Refiro-me em particular ao grandioso projeto de desenvolvimento do campo de petróleo Lula/Iracema, no Brasil, que está ainda na sua fase inicial de desenvolvimento. Destaco também o projeto de GNL na Área 4 na bacia do Rovuma, em Moçambique, uma das maiores descobertas de gás natural das últimas décadas. Estes projetos, a par de outros já identificados, serão fundamentais para o crescimento da produção de petróleo e gás natural da Empresa ao longo desta década.

Saliento ainda a importância dos negócios de *downstream* e gás, que constituirão uma importante fonte de *cash flow* que será direcionada para o desenvolvimento dos projetos de E&P. Na atividade de refinação em particular, tenho de referir em 2013 o arranque bem-sucedido do complexo de *hydrocracking*, que contribuiu já para a maior rentabilidade do negócio de Refinação & Distribuição e permitiu que a Empresa enfrentasse um ano extremamente difícil para a indústria refinadora na Europa. Relativamente ao negócio de Gas & Power, atingimos um novo máximo de vendas de gás natural em 2013, suportado essencialmente por uma robusta atividade de supply & trading no mercado internacional de GNL. A estratégia para estes negócios passa pela melhoria da eficiência operacional, através da otimização de custos e da captura de sinergias internas, com impacto no retorno sobre o capital investido.

Por ser fundamental para a sua sustentabilidade, a Galp Energia assume o compromisso para com a solidez financeira. Tenho de referir a este nível que a Empresa procedeu em 2013 à primeira emissão de dívida no mercado de capitais, aumentando a diversificação das fontes de financiamento e o escrutínio face à sua política financeira.



Américo Amorim,
presidente do Conselho de Administração da Galp Energia

Nos processos de formulação e execução da estratégia, assumimos o cumprimento de exigentes práticas de governo corporativo e a promoção de políticas responsáveis que garantam a criação de valor a longo prazo. Atendendo ao sector em que a Empresa opera, a implementação de práticas de segurança adequadas e o desenvolvimento das competências do seu capital humano assumem especial importância para o sucesso da estratégia.

O Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral o pagamento de um dividendo de €0,288 por ação referente ao exercício de 2013, refletindo um crescimento anual de 20%, em consonância com a política de dividendos comunicada em 2012, que visa alinhar a remuneração dos acionistas com o crescimento dos resultados da Empresa.

Quero agradecer a todos os que contribuem para o sucesso da Empresa neste período transformacional. Por último, agradeço aos nossos *stakeholders*, especialmente acionistas, colaboradores, parceiros e credores, clientes e fornecedores, pelo empenho e compromisso para com a Galp Energia ao longo de 2013.

Américo Amorim
Presidente do Conselho de Administração da Galp Energia

Mensagem do presidente executivo

Senhores acionistas,

É com satisfação que afirmo que em 2013 alcançámos importantes marcos na nossa história, que reforçaram os alicerces em que a nossa estratégia assenta, contribuindo para a geração de valor no futuro.

A estratégia da Galp Energia está delineada para que a nossa Empresa venha a beneficiar do crescimento esperado da procura mundial de petróleo e gás natural nas próximas décadas. Os nossos objetivos são claros: entregar um extraordinário crescimento da produção de petróleo e gás natural, com níveis de rentabilidade atrativos, enquanto suportados por um negócio ibérico eficiente, uma situação financeira robusta e práticas sustentáveis.

Os ativos da Empresa, especialmente no negócio de E&P, posicionam-na já num patamar de crescimento potencial ímpar na indústria. Mas para que este se concretize na entrega de valor, temos de assegurar a execução dos projetos de desenvolvimento e produção, que nos permitam atingir uma produção diária de 300 mil barris de óleo equivalente (boe) na próxima década. É esta a prioridade da Galp Energia.

Nesse sentido, durante o ano de 2013, intensificámos as atividades de exploração e produção, enquanto efetuámos importantes esforços para maximizar a rentabilidade das atividades de *downstream* e gás. E o caminho estratégico prosseguido refletiu-se na *performance* operacional da Empresa. Com efeito, em 2013 assistimos a um aumento da produção proveniente do Brasil, o que suportou um aumento dos resultados do negócio de E&P. Paralelamente, o início das operações do complexo de *hydrocracking*, no âmbito do negócio de Refinação & Distribuição, e a intensificação da atividade de supply & trading de GNL no mercado internacional, no negócio de Gas & Power, contribuíram positivamente para o desempenho daqueles negócios.

Os nossos resultados operacionais confirmam essa evolução, com o Ebitda ajustado e a custos de substituição a ascender a €1.141 milhões (m) em 2013, 11% acima do registado em 2012, apesar de o resultado líquido ser de €310 m, menos 14% do que no período homólogo, impactado por custos *non-cash*, principalmente relacionados com o arranque do complexo de *hydrocracking*, tal como era esperado.

Também o nosso portefólio de reservas e recursos registou uma evolução positiva no ano. Relativamente à base de reservas, apesar das reservas provadas, prováveis e possíveis (3P) terem descido para os 707 mboe, as reservas provadas (1P) aumentaram 15%, refletindo um maior nível de confiança sobre as mesmas. Este aumento resultou das atividades de desenvolvimento realizadas no campo Lula/Iracema no Brasil, um dos maiores projetos de desenvolvimento de petróleo a nível mundial.

Relativamente à base de recursos contingentes 3C, esta aumentou 20% em 2013 para os 3.923 mboe, o que resultou do *de-risk* do portefólio exploratório, nomeadamente com



Manuel Ferreira De Oliveira,
presidente executivo da Galp Energia

o sucesso das atividades que realizámos durante o ano em Moçambique e no Brasil. Por outro lado, a campanha de perfuração resultou na descida natural dos recursos de exploração (*mean unrisked*), que se situavam em 2.495 mboe no final de 2013, não obstante o reforço do portefólio exploratório com a entrada em novas áreas no Brasil.

No que respeita às atividades de desenvolvimento e produção executadas no ano, primeiramente tenho de destacar a entrada em operação da segunda unidade de produção definitiva instalada na área de Lula Nordeste, a FPSO Cidade de Paraty, que entrou em produção na data prevista. Mais importante, temos assistido a uma excelente *performance* dos reservatórios dessa área do campo Lula, com uma produtividade média por poço de 30 kbopd, a exceder as nossas expectativas. Paralelamente, a FPSO Cidade de Angra dos Reis, operou de forma estável, com uma taxa média de utilização a rondar os 90%.

O desenvolvimento do campo Lula/Iracema tem-se confirmado como um projeto grandioso e que, apesar de extremamente complexo, tem vindo consistentemente a superar expectativas, tanto em termos das características naturais dos reservatórios, como no que respeita à qualidade das operações, e esta última só possível pelo máximo empenho de todas as equipas envolvidas.

Das ações realizadas em 2013 destacam-se a conclusão da contratação de toda a infraestrutura e equipamentos necessários, de forma a garantir a implementação do projeto dentro do prazo e do orçamento definido. Com efeito, o consórcio que integra a Galp Energia tem já contratado um total de oito unidades FPSO para o desenvolvimento do campo Lula/Iracema, que se somam às duas já em operação, e cujo início de produção terá lugar até ao final de 2017. O projeto Lula/Iracema assume-se como o primeiro grande projeto no pré-sal

da bacia de Santos e todas as atividades ali realizadas serão extremamente importantes para o desenvolvimento daquela que é hoje uma das mais prolíficas regiões no mundo.

É igualmente de salientar que, em 2013, continuámos com a implementação de um conjunto de técnicas inovadoras no campo Lula/Iracema, particularmente com vista ao aumento do fator de recuperação de petróleo, que está atualmente estimado em 28% do volume total nos reservatórios. Destaco os testes *in situ* de injeção alternada de água e gás, uma técnica com resultados comprovados noutras regiões do mundo, que decidimos implementar desde o início da fase de produção para assim maximizar a extração de valor.

Paralelamente, durante o ano de 2013 prosseguimos com uma campanha de avaliação intensiva, nomeadamente sobre os outros ativos em desenvolvimento no nosso portefólio de E&P, os quais também contribuirão de forma relevante para o crescimento de produção previsto. Refiro-me aos ativos de elevada qualidade que detemos na bacia de Santos no Brasil, em particular os campos Iara, Júpiter e Carcará, bem como na bacia do Rovuma, em Moçambique.

Na bacia de Santos, os poços de avaliação e os testes de produção realizados na área de Iara revelaram reservatórios com melhores características do que as anteriormente encontradas, o que veio reforçar o potencial daquele campo, que se estima começar a produzir já em 2017. Ainda naquela bacia, continuámos a delinear os trabalhos de avaliação nas áreas de Carcará e de Júpiter, duas descobertas relevantes que deverão iniciar produção de petróleo em 2018 e 2019, respetivamente. No campo Júpiter em particular, tenho de destacar o sucesso do poço Bracuhy, em 2013, que veio aumentar o volume de óleo a desenvolver no bloco BM-S-24, onde aquelas descobertas estão localizadas, tendo contribuído para a intensificação das atividades planeadas para o bloco.

Relativamente aos trabalhos na bacia do Rovuma, continuámos com as atividades de desenvolvimento para o arranque do projeto de GNL que deverá iniciar produção em 2019. Trata-se de um projeto complexo, devido à sua dimensão e por ser pioneiro em Moçambique, mas em conjunto com os nossos parceiros temos vindo a acompanhar as autoridades locais neste processo. Paralelamente, continuámos com as atividades no bloco e com os esforços comerciais, ao mesmo tempo que prosseguimos com a maturação de cenários de desenvolvimento e respetivos estudos de engenharia, nomeadamente para os *trains* de liquefação *onshore* e para a utilização potencial de unidades FLNG. Paralelamente, estudamos soluções como a implementação de um projeto *gas-to-liquids* (GTL), alargando as nossas opções para monetização do gás. De salientar que, em 2013, descobrimos ainda um novo *play* exploratório no país e encontramos mais recursos de gás natural no nosso bloco, diversificando as opções de desenvolvimento.

O ano de 2013 também se destaca pela atividade intensiva de exploração na bacia de Potiguar, uma área fronteiriça no *offshore* brasileiro, onde o poço Pitú se concretizou na primeira descoberta de petróleo e gás natural naquela região de elevado potencial. Por outro lado, a campanha realizada

na Namíbia não resultou em nenhuma descoberta comercial, apesar de ter sido provado o potencial para petróleo na área. Como balanço da campanha de perfuração realizada em 2013, destacamos a adição de mais de 300 mboe de recursos contingentes, em linha com o objetivo que havíamos traçado, e tendo reforçado o potencial de produção de diferentes áreas no nosso portefólio.

É nosso objetivo continuar nos próximos anos com uma campanha de exploração que garanta a adição de novos recursos ao portefólio, de forma a suportar um nível de produção material no futuro. No entanto, quero deixar claro que prosseguiremos este investimento com elevada disciplina, considerando que estamos numa fase de crescimento de produção, que a necessidade de entrada em produção de novos projetos deverá surgir apenas em meados da próxima década e que devemos atender à atual dimensão da Empresa e ao perfil de geração de *cash flow*.

Para a geração de *cash flow* continuarão a contribuir, de forma resiliente, os nossos *legacy businesses*. Neste contexto, tenho de destacar a contribuição positiva do nosso sistema de refinação. O ano de 2013 marcou o início das operações, de forma integrada, do projeto de conversão das refinarias, com o extraordinário arranque do complexo de *hydrocracking*, que operou perto da sua capacidade total. Este foi um fator determinante para o desempenho operacional da atividade de refinação, o qual foi, no entanto, afetado pela situação adversa que caracteriza a refinação europeia, com as margens de refinação a atingirem mínimos históricos. Um aparelho refinador mais complexo e flexível, capaz de satisfazer melhor a procura do seu mercado natural, a Península Ibérica, permite-nos enfrentar em melhores condições o atual desequilíbrio estrutural de excesso de capacidade instalada na Europa. Quanto à atividade de comercialização de produtos petrolíferos, apesar de continuar a ser negativamente afetada pelo contexto económico na Península Ibérica, esta atividade começou já a apresentar indicadores positivos com a estabilização da procura no final do ano. Paralelamente, a Galp Energia focou os seus esforços no alcance de uma maior eficácia operacional, com vista ao aumento da rentabilidade, sendo este um dos objetivos prioritários da Empresa neste negócio.

Já no negócio de Gas & Power, tenho de destacar a *performance* excecional da atividade de supply & trading de GNL, que contribuiu para que em 2013 atingíssemos um novo máximo histórico de vendas de 7,1 bcm. Num cenário em que o consumo de gás natural na Península Ibérica tem sido afetado pela redução acentuada da procura pelo sector elétrico, nomeadamente devido à maior competitividade de recursos alternativos como o carvão, temos dado provas da nossa capacidade em captar oportunidades em mercados com maior valor acrescentado, como a Ásia e a América Latina. Tenho de referir que este redirecionamento de cargas de GNL só é possível devido à gestão eficaz do cabaz de aprovisionamento, por sua vez facilitada pela base de procura estável de gás natural que temos na Península Ibérica. É nosso objetivo continuar a atuar de forma a maximizar a rentabilidade do negócio de Gas & Power, em particular através da sustentabilidade da atividade de trading.

Quero também reafirmar o nosso compromisso para com uma estrutura de capital sólida, que consideramos essencial para uma execução bem-sucedida do plano estratégico e que garante a sustentabilidade da Empresa a longo prazo. E é por isso que temos em prática uma rigorosa disciplina financeira. Em 2013, prosseguimos com a execução da nossa estratégia de financiamento, tendo assegurado a extensão da maturidade da dívida e a redução do custo médio de financiamento. Destaco ainda que continuámos a diversificar as nossas fontes de financiamento, nomeadamente com o acesso, pela primeira vez, ao mercado de capitais de dívida. Esta primeira emissão de dívida no mercado traduz e reforça o compromisso da Empresa para com a transparência, o rigor e o escrutínio exigidos pelos nossos investidores, agora também no lado da dívida.

Uma das variáveis-chave para a concretização da estratégia da Galp Energia é o seu capital humano, e por essa razão continuamos a reforçar as competências e a promover o desenvolvimento dos nossos colaboradores, nomeadamente com a promoção de cursos de formação avançada, de que é reflexo a Academia Galp Energia, bem como a alocação de recursos a Investigação & Desenvolvimento, essencial à competitividade da nossa Empresa. Tenho de destacar a este nível a parceria com a Heriot-Watt University, na Escócia, um dos centros de referência a nível mundial para a formação avançada e para o desenvolvimento de soluções no âmbito da exploração e da produção.

Neste contexto, quero agradecer o compromisso das nossas equipas e dos nossos parceiros para com a cultura de permanente inovação e o trabalho que têm vindo a desenvolver com o objetivo último de maximizar a criação de valor. Em particular no negócio de E&P, a procura por novas e melhores soluções é constante, nomeadamente o estudo da viabilidade de utilização de novas tecnologias em ambientes de elevada complexidade, como o pré-sal, e de que é exemplo a possibilidade de separação de fluidos ao nível do leito do mar, por oposição ao atual processamento nas unidades FPSO,

ou a utilização de *risers* com maior durabilidade em futuras unidades de produção. Quero ainda evidenciar a este nível a importância das relações sólidas que temos vindo a estabelecer com os nossos parceiros, sendo a nossa Empresa reconhecida como detentora de conhecimento integrado e diversificado, o qual partilhamos e com o qual influenciamos a execução das várias etapas dos projetos.

Tendo em conta o sector onde a Galp Energia opera, torna-se fundamental a importância das envolventes social, ambiental e de segurança, pois apenas com o sucesso nestas vertentes poderá a Galp Energia continuar a cumprir os seus objetivos estratégicos. Reafirmo o nosso compromisso com a segurança das nossas operações, bem como a necessidade do envolvimento mútuo com as comunidades nos locais onde operamos. Em 2013, as políticas de responsabilidade corporativa da Empresa voltaram a ser reconhecidas, com a inclusão pelo segundo ano consecutivo, no Dow Jones Sustainability Index (DJSI) World e no DJSI Europe.

Quero deixar uma palavra de reconhecimento aos membros dos órgãos sociais da Galp Energia, pelo seu compromisso e importante contributo para o sucesso da nossa estratégia.

Por último, agradeço a todos os nossos colaboradores, fornecedores, parceiros de negócio e a todos os clientes, a colaboração neste momento transformacional da Galp Energia. Aos nossos investidores, e em particular aos nossos acionistas, agradeço o apoio e a confiança que em nós têm depositado.



Manuel Ferreira De Oliveira

Presidente executivo da Galp Energia

1.3 Estratégia

A estratégia da Galp Energia foi definida de forma a beneficiar do contexto favorável do sector do petróleo e do gás natural esperado a longo prazo. Com base neste pressuposto, a visão estratégica da Empresa passa por se tornar um operador integrado de referência, com foco na área de exploração e produção.

Apesar de considerar que é através do negócio de E&P que melhor conseguirá tirar partido da maior procura esperada de petróleo e gás natural, a Empresa considera essencial a presença nos negócios de *downstream* e gás, centrados na Península Ibérica, onde é um operador de referência. Além de gerarem *cash flow* positivo, estes negócios dotam a Empresa de conhecimento e experiência relevantes em atividades como o aprovisionamento, o trading e a logística, que são valorizados pelos *players* do sector e essenciais para o sucesso do negócio de E&P.

Tirando partido do seu posicionamento integrado, a estratégia deverá traduzir-se na entrega de crescimento no negócio de E&P, suportado pelo *cash flow* dos negócios de *downstream* e gás, e pela atividade de produção de petróleo e gás natural, que deverá ter um crescimento rápido nos próximos anos. A gestão ativa do portefólio, através da eventual monetização de ativos, poderá servir também como fonte de *cash flow*. Uma estrutura de capital robusta é crucial para a execução do plano estratégico, e para isso contribui de forma relevante a elevada disciplina financeira.

Proteção de valor através do foco na execução dos projetos de E&P em desenvolvimento

A Galp Energia detém um portefólio de ativos de E&P que lhe permitirão alcançar um crescimento rentável de produção na próxima década, sendo seu objetivo manter um nível de produção material a longo prazo.

Para assegurar o crescimento de produção, e subsequente entrega de valor aos acionistas, é essencial que a Empresa garanta a excelente execução dos seus projetos de desenvolvimento e produção, assegurando o estrito cumprimento dos planos de desenvolvimento definidos que deverão, entre outros, contemplar a solução tecnológica ótima, e ser executados de acordo com os prazos e os custos definidos.

A Galp Energia está envolvida no desenvolvimento das duas maiores e mais promissoras descobertas de petróleo e gás natural das últimas décadas – o campo Lula/Iracema, no Brasil, e a Área 4 da bacia do Rovuma, em Moçambique. Estas constituem os principais vetores de crescimento de produção a longo prazo, que se traduzirá na maior geração de *cash flow*. Assim, nestes ativos reside a maioria da sua capacidade de geração de valor, pelo que é essencial que a Empresa assegure a sua materialização e entrega aos acionistas.

Além destes importantes projetos, a Empresa tem já identificadas outras áreas, nomeadamente Iara, Carcará e Júpiter na bacia de Santos, no Brasil, que também contribuirão para o aumento de produção nos próximos anos. Com efeito, a Galp Energia detém um portefólio de ativos de elevada qualidade, em diferentes fases de desenvolvimento, que lhe permitirão atingir uma produção de 300 kboepd na próxima década, face à produção de 25 kboepd em 2013.

Considerando o estatuto de não-operador que a Empresa tem nestes projetos, o controlo e a monitorização dos mesmos revestem-se de grande importância. A influência que exerce sobre os seus parceiros nos consórcios é vital para reduzir o risco de execução. Por sua vez, a capacidade de influência depende das suas capacidades técnicas e de gestão, das *soft skills* das equipas alocadas a cada projeto, e do *know-how* e experiência adquiridos nos projetos de classe mundial onde participa.

Extrair mais valor do portefólio atual de projetos de E&P em desenvolvimento

A Galp Energia está focada no *de-risk* do seu portefólio de projetos em desenvolvimento, nomeadamente na bacia de Santos. É nestes projetos que a Empresa pode beneficiar mais da curva de experiência adquirida com o desenvolvimento do projeto Lula/Iracema, bem como da existência de infraestruturas já instaladas ou planeadas, o que poderá acelerar a entrada em produção de recursos adicionais, com risco reduzido e menores custos associados, logo com impacto positivo no retorno e no valor desses projetos.

Assim, a Galp Energia continua a apostar numa intensa atividade de avaliação naqueles projetos em desenvolvimento, nomeadamente as áreas de Iara, Júpiter e Carcará, de forma a aumentar os recursos recuperáveis destes projetos e, consequentemente, conseguir aprovar de forma mais célere e fundamentada os seus planos de desenvolvimento.

Paralelamente, a Galp Energia atua nos projetos em desenvolvimento e produção com vista a extrair mais valor ao longo do ciclo de vida. São disto exemplo as atividades que desenvolve para aumentar a produção, como sejam a implementação de diferentes tecnologias para maximizar a extração de recursos do reservatório e para maximizar a produção, por via da redução de constrangimentos à produção e da extensão do período de produção ao nível máximo (*plateau*). A Galp Energia tem vindo já a investir na análise de viabilidade de variadas soluções, como a injeção alternada de água e gás (WAG), a separação de fluidos no leito do mar ou a utilização de *risers* com maior durabilidade em futuras unidades de produção.

A Empresa considera crucial o investimento em investigação e tecnologia (I&T), para o desenvolvimento de novas competências e soluções para a maximização do valor nos seus projetos. A Galp Energia está por isso empenhada na criação de um centro de excelência de I&T, a ser desenvolvido no Brasil, que fornecerá soluções inovadoras para as suas necessidades tecnológicas, e relevantes no contexto da indústria de E&P. A Empresa privilegia a ligação com o sistema científico, nomeadamente através de parcerias com universidades de renome internacional, como é o caso da Heriot-Watt University, com uma forte vertente de engenharia e especialização na atividade de E&P.

Uma atividade de exploração disciplinada

Analisando o ciclo de vida do negócio de E&P, é nas fases de exploração e avaliação que reside o maior potencial de criação de valor, as quais estão, por sua vez, associadas a um maior risco. É por isso que a Galp Energia pretende continuar a apostar em exploração, enquanto assegura uma exposição

balanceada ao ciclo de vida de projetos, o que se reflete nas diferentes fases de maturidade dos seus projetos de E&P.

Uma vez que se antecipa que o portefólio de projetos em desenvolvimento permita um forte crescimento de produção nos próximos anos, as necessidades de recursos adicionais surgem apenas em meados da próxima década. Assim, a Empresa pretende focar os seus esforços na execução daqueles projetos, enquanto mantém uma atividade de exploração menos intensiva do que, por exemplo, em 2013. Adicionalmente, a dimensão atual da Empresa, ao nível dos resultados e da geração de *cash flow*, limitam a sua capacidade para acomodar possíveis insucessos exploratórios. É por isso expectável que a dimensão da campanha anual de perfuração aumente apenas quando comece a gerar *cash flow* positivo, ou seja, após 2017.

Nos próximos anos, a atividade de exploração da Empresa deverá pois assegurar o aprofundamento do conhecimento e a extração de valor do seu portefólio de exploração, através da identificação de novos alvos de perfuração. Todavia, a Empresa continuará a avaliar novas oportunidades de entrada em ativos de exploração, atendendo aos critérios estabelecidos, que permitam assegurar um portefólio balanceado de exploração e uma atividade disciplinada, por exemplo, através da entrada em projetos cujas obrigações de perfuração se prolonguem durante a próxima década. Outros critérios passam pela entrada em projetos com participações mais relevantes, por ganhar posição como operador em projetos *onshore* e em águas rasas, e por concentrar as novas entradas nas regiões dos atuais *hubs*, de forma a gerar sinergias. O facto da Galp Energia se tornar operadora será fundamental para o desenvolvimento de competências, para a retenção de talento e, sobretudo, para um maior controlo sobre a execução dos projetos.

Um negócio ibérico resiliente e rentável

As atividades de *downstream* e gás, centradas na Península Ibérica, geram *cash flow* resiliente que será alocado aos investimentos no negócio de E&P, nomeadamente no desenvolvimento de projetos de produção, considerando o foco estratégico neste negócio.

Dado o contexto económico da Península Ibérica, e do sector de *downstream* na Europa, a preservação de valor destes negócios, através da maximização da eficiência e rentabilidade, constitui um objetivo estratégico sobre o qual a Empresa tem vindo a atuar.

Relativamente ao negócio de R&D, e atendendo ao desequilíbrio estrutural no sector da refinação europeu, a Empresa está empenhada na maximização da rentabilidade dos seus ativos. Além do projeto de conversão das refinarias – que lhe permitiu obter uma maior taxa de conversão do barril em produtos mais leves e de maior valor acrescentado, com um impacto direto na rentabilidade da atividade de refinação – a Empresa pretende aumentar a utilização do aparelho refinador, nomeadamente através de uma maior fiabilidade e disponibilidade dos equipamentos. Fundamentais serão também os projetos para aumentar a eficiência energética e de processo, uma vez que os consumos e quebras das refinarias pesam na sua estrutura de custos operacionais.

Paralelamente, a Galp Energia procura promover uma maior rentabilização dos ativos de comercialização de produtos

petrolíferos através dos esforços para aumentar as vendas em mercados de maior valor acrescentado, nomeadamente na Península Ibérica e em África, em detrimento do mercado de exportação, com impacto positivo no *cash flow* gerado.

No negócio de G&P, fonte estável de *cash flow* positivo, a estratégia da Empresa passa por manter a posição de referência no mercado ibérico de comercialização, enquanto garante a sustentabilidade das vendas de GNL em mercados internacionais de valor acrescentado, como a América Latina e a Ásia, tirando partido do crescimento esperado da procura naquelas regiões. Para o sucesso desta estratégia, será crucial manter uma base de procura estável de gás natural na Península Ibérica, nomeadamente através da integração e alavancagem aos consumos da atividade de power. Por sua vez, aquela base facilita a tomada de risco de aprovisionamento, suportando a criação de um portefólio competitivo e flexível.

Uma estrutura de capital sólida

Na execução da estratégia, a Galp Energia considera crucial uma estrita disciplina financeira, a qual se traduz na manutenção de um nível adequado de liquidez e de investimento, mas também no alinhamento da maturidade da dívida com o perfil esperado de *cash flow*. A manutenção de uma estrutura de capital sólida permite o acesso a opções de financiamento diversificadas, a um custo considerado competitivo, que facilitam o processo de execução estratégica. Exemplo disso foi a estreia da Empresa no mercado de capitais de dívida em 2013.

Paralelamente, a gestão ativa do portefólio deverá ser encarada como fonte adicional de geração de *cash flow*, bem como de potencial materialização de valor.

Práticas responsáveis para proteger valor acionista

Uma estratégia sustentável garante maior competitividade, permite antecipar e gerir oportunidades e riscos, assim como proteger valor a longo prazo.

A Galp Energia está focada no desenvolvimento do seu capital humano, nomeadamente no E&P, no que respeita à captação e retenção dos melhores talentos ao nível nacional e internacional, e no que respeita ao desenvolvimento de competências técnicas, de gestão e *soft skills*, essenciais no que concerne a influência junto dos consórcios em que participa no negócio de E&P.

Com vista a assegurar a segurança e a minimizar o impacto ambiental das suas operações, a Empresa está empenhada em aplicar as melhores práticas. Consciente do impacto e dos desafios que as alterações climáticas colocam ao seu negócio, a Empresa assume o compromisso de promover as melhores soluções na minimização da intensidade de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e, consequentemente, uma maior eficiência energética, nomeadamente num contexto de mais intensas atividades de E&P.

Por fim, a estratégia da Galp Energia prevê o conceito de “valor partilhado”, ou seja, a criação simultânea de valor para as comunidades locais e para a Empresa, o que considera essencial para salvaguardar as suas operações nos países onde está presente, ao mesmo tempo que aumenta a sua influência nessas regiões.

1.4 Principais indicadores

INDICADORES OPERACIONAIS

	2010	2011	2012	2013
Exploração & Produção				
Reservas 3P ¹ (mboe)	574	709	783	707
Recursos contingentes 3C ¹ (mboe)	2.356	2.672	3.262	3.923
Recursos de exploração <i>mean unrisked</i> ¹ (mboe)	2.550	2.821	3.203	2.495
Produção média <i>working interest</i> (kboepd)	19,5	20,8	24,4	24,5
Produção média <i>net entitlement</i> (kboepd)	11,8	12,1	18,1	20,8
Preço médio de venda (\$/boe)	75,3	107,2	101,3	100,8
Refinação & Distribuição				
Crude processado (kbbl)	84.720	76.186	81.792	87.528
Margem de refinação (\$/bbl)	2,6	0,6	2,2	2,2
Vendas a clientes diretos (mt)	11,0	10,5	9,8	9,9
Número de estações de serviço	1.539	1.502	1.486	1.435
Gas & Power				
Vendas de gás natural a clientes diretos (mm ³)	4.432	4.628	4.011	4.056
Vendas de GN/GNL em trading (mm ³)	494	738	2.242	3.034
Rede de distribuição de gás natural (km)	11.342	11.655	11.948	12.159
Vendas de eletricidade à rede (GWh)	1.202	1.201	1.298	1.904

Reservas 3P¹ (mboe)

2013: **707**



Produção média *working interest* (kboepd)

2013: **24,5**



Crude processado (kbbl)

2013: **87.528**



Vendas a clientes diretos (mt)

2013: **9,9**



Vendas de gás natural a clientes diretos (mm³)

2013: **4.056**



Vendas de GN/GNL em trading (mm³)

2013: **3.034**



¹ Reservas numa base *net entitlement*. Recursos contingentes e recursos de exploração numa base *working interest*.

INDICADORES FINANCEIROS

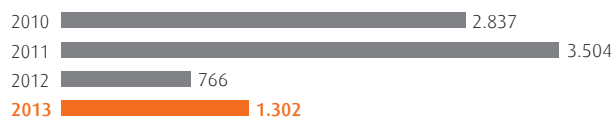
Milhões de euros (exceto indicação em contrário)

	2010	2011	2012	2013
Vendas e prestações de serviços RCA	14.028	16.804	18.507	19.620
Ebitda RCA	864	797	1.032	1.141
Ebitda IFRS	1.064	1.090	1.054	1.041
Ebit RCA	464	395	602	590
Ebit IFRS	649	642	559	401
Resultado líquido RCA	316	251	360	310
Resultado líquido IFRS	452	433	343	189
Investimento ¹	1.233	1.000	862	963
Free cash flow	(912)	(667)	1.807	(476)
Dívida líquida	2.837	3.504	1.697	2.173
Dívida líquida incl. empréstimo à Sinopec ²	2.837	3.504	766	1.302
Dívida líquida para Ebitda RCA	3,3x	4,4x	1,7x	1,9x
Dívida líquida incl. empréstimo à Sinopec ² para Ebitda RCA	3,3x	4,4x	0,7x	1,1x
Resultado por ação RCA (€/ação)	0,381	0,303	0,434	0,374
Dividendo por ação (€/ação)	0,200	0,200	0,240	0,288
Rácio de payout	52%	66%	55%	77%
ROACE RCA	8%	6%	5%	5%
Capitalização bolsista a 31 de dezembro	11.891	9.437	9.752	9.881

Ebit RCA (€m)

2013: **590**

Resultado líquido RCA (€m)

2013: **310**Investimento¹ (€m)2013: **963**Dívida líquida incluindo empréstimo à Sinopec² (€m)2013: **1.302**

Dividendo por ação (€/ação)

2013: **0,288**

Capitalização bolsista a 31 de dezembro (€m)

2013: **9.881**¹ Valores relativos aos anos de 2010 e 2011 incluem juros capitalizados, não sendo comparáveis com os valores a partir de 2012.² Empréstimo à Sinopec de parte do encaixe de \$4,8 bn resultante do aumento de capital na subsidiária Petrogal Brasil, concedido à taxa Libor+1,5%.

Nota: os resultados apresentados neste relatório identificados como *replacement cost* ajustado (RCA) excluem ganhos ou perdas com efeito *stock* e eventos não-recorrentes ou, no caso de resultados *replacement cost* (RC), apenas o efeito *stock*. Estes resultados não foram sujeitos a auditoria.



Atividades

- 2.1 Envolvente de mercado
- 2.2 Exploração & Produção
- 2.3 Refinação & Distribuição
- 2.4 Gas & Power

2.1 Envoltório de mercado

Mercado de petróleo dinamizado pelo crescimento dos países emergentes

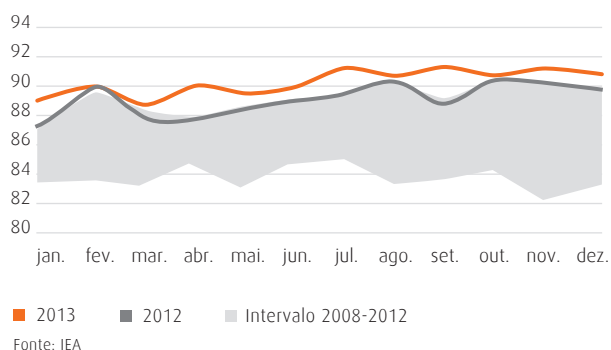
Em 2013, a procura mundial de petróleo manteve a tendência de subida dos últimos quatro anos, tendo registado um consumo médio diário de 91,2 milhões de barris por dia (mbbl/d), equivalente a um aumento anual de 1,2 mbbl/d, ou seja, mais 1% que em 2012.

O principal impulsionador deste aumento foi o crescimento do produto interno bruto (PIB) global de 3%, essencialmente suportado pelo desenvolvimento dos países emergentes, como a China e a Índia, cujas economias cresceram 8% e 4%, respetivamente. Com efeito, foram os países que não pertencem à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (*non*-OCDE) que mais contribuíram para o incremento da procura de petróleo em 2013, com um aumento de 3% comparativamente a 2012. Este grupo de países representa já cerca de 50% da procura global de petróleo.

Relativamente aos países pertencentes à OCDE, assistiu-se a um ligeiro incremento de 0,2% no consumo de petróleo em 2013 face a 2012. Destaque para o aumento do consumo nos Estados Unidos da América (EUA), de 2%, fruto da nova vaga de industrialização no país proporcionada pelo desenvolvimento de *shale gas* e *tight oil*, que foi, no entanto, absorvido pela redução da procura verificada no Japão e na Europa, de 4% e 1%, respetivamente, penalizada pelo contexto económico adverso e pelo aumento da eficiência energética nestas regiões.

É expectável que, em 2014, a procura mundial de petróleo continue a aumentar, sustentada pelo desenvolvimento dos países emergentes, sendo possível que a procura dos países *non*-OCDE ultrapasse o consumo do grupo da OCDE.

Evolução mensal da procura mundial de petróleo (mbbl/d)

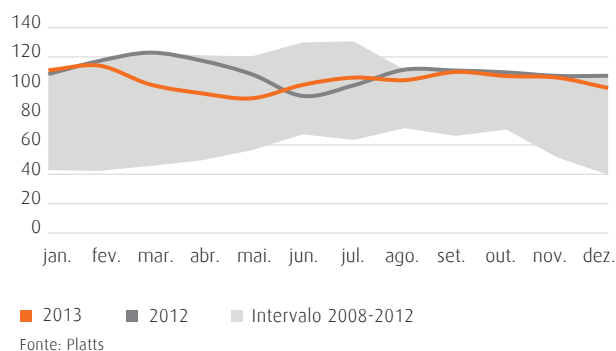


Do lado da oferta, o nível de produção médio, em 2013, foi de 91,6 mbbl/d, o que equivaleu a um incremento de 0,6 mbbl/d comparativamente a 2012. Este aumento teve origem na produção de países que não pertencem à Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que subiu cerca de 1,4 mbbl/d. Do lado da OPEP, assistiu-se a uma descida da produção de petróleo de 0,9 mbbl/d para 30,4 mbbl/d, não se tendo registado grandes oscilações no excesso da sua capacidade efetiva, que se mantinha em cerca de 3,3 mbbl/d no final do ano.

Influenciado pelas dinâmicas da procura e da oferta, assim como pela estabilidade do nível do excesso de capacidade efetiva da OPEP, o valor médio anual do preço do dated Brent situou-se perto dos \$110/bbl, pelo terceiro ano consecutivo, apresentando, no entanto, alguma volatilidade ao longo do ano, tendo a média mensal variado entre \$102/bbl e \$116/bbl.

A cotação do dated Brent atingiu o valor máximo nos primeiros meses do ano, influenciada pelas tensões geopolíticas no Médio Oriente, nomeadamente o golpe de Estado no Egito e as restrições na oferta da Líbia. Por outro lado, as incertezas em relação à economia europeia, o receio do abrandamento do programa de *quantitative easing*, nos EUA, e uma eventual desaceleração do crescimento da economia chinesa, fizeram com que a cotação voltasse a registar valores próximos dos \$100/bbl.

Evolução mensal da cotação do dated Brent (\$/bbl)



Para 2014, estima-se que a produção média da OPEP se mantenha em aproximadamente 30 mbbl/d e que o crescimento esperado da procura de petróleo seja compensado pelo aumento da produção de *tight oil* nos EUA e de *oil sands* no Canadá, pelo que é expectável que o nível do excesso de capacidade instalada efetiva permaneça estável e suporte o preço do dated Brent.

Diferentes dinâmicas regionais suportam os preços do gás natural

Em 2013, a procura global de gás natural aumentou cerca de 0,4% comparativamente a 2012. Este aumento foi essencialmente suportado pelos países emergentes, nomeadamente Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), onde o consumo cresceu 3% face ao ano anterior. Quanto aos países membros da OCDE, assistiu-se a uma redução de 1% no consumo de gás natural.

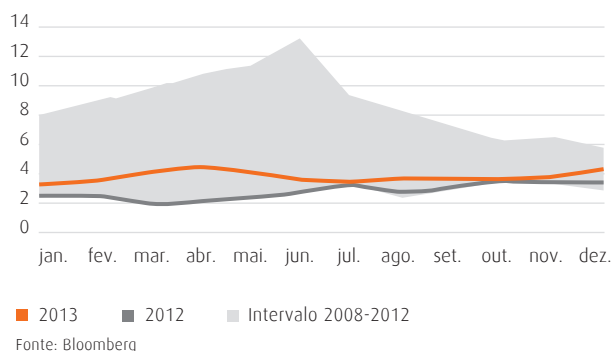
De facto, é de notar a evolução da procura de gás natural na China e no Brasil, onde o consumo aumentou 9% e 8%, respetivamente. No caso do Brasil, este incremento deveu-se ao aumento da produção de energia termoelétrica, em detrimento da energia hídrica, dada a pouca pluviosidade na região. Na China, o aumento resultou da maior taxa de urbanização no país, assim como da crescente utilização de gás natural em substituição do carvão, no seguimento das políticas delineadas para equilibrar as fontes energéticas e reduzir as emissões de dióxido de carbono (CO₂) na região.

Embora a evolução da procura global seja um fator de relevo para determinar a tendência do consumo de gás natural, é importante realçar que o mercado de gás natural se caracteriza atualmente pela existência de três áreas de consumo distintas: América do Norte, Europa e Ásia, cada uma com preços de referência e dinâmicas diferentes – o Henry Hub (HH), o National Balancing Point (NBP) e o Japan LNG, respetivamente.

No caso do HH, em 2013, o preço médio regressou aos níveis de \$3,7/mmbtu representando uma subida de 34% face ao ano anterior, devido ao incremento da procura de gás natural, nomeadamente no sector industrial que começa agora a explorar as novas oportunidades criadas pela maior competitividade dos preços do gás natural nos EUA, e ao aumento da procura no final do ano, influenciada pela vaga de frio que se fez sentir na América do Norte.

De salientar que o preço do HH havia atingido mínimos em 2012 devido ao aumento de produção do *shale gas* na região. A procura de gás natural nos EUA deverá continuar a aumentar, criando um maior balanço entre a procura e a oferta, proporcionando um ambiente de suporte e de expectável subida para o preço do HH.

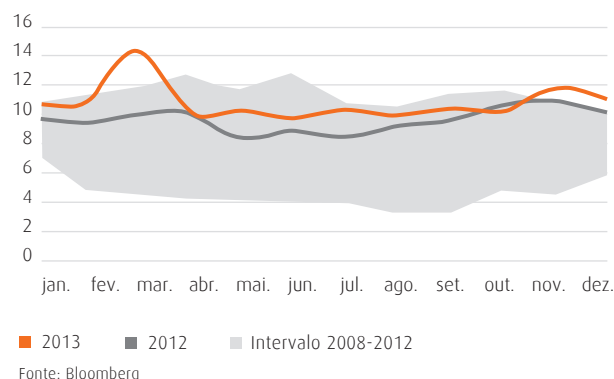
Evolução mensal da cotação do Henry Hub (\$/mmbtu)



Quanto ao NBP, o preço médio em 2013 situou-se nos \$10,7/mmbtu, mais 12% do que em 2012, tendo refletido uma maior volatilidade devido à crescente dependência das importações. Com efeito, a vaga de frio sentida no Reino Unido em fevereiro e março resultou no aumento da procura e à quase exaustão do armazenamento de gás do país, projetando, em março, o preço médio mensal do NBP para \$14,1/mmbtu, valor máximo registado nos últimos cinco anos.

Em 2014, o declínio natural da produção de gás natural no Reino Unido deverá levar a um aumento das importações de gás natural, o que poderá pressionar ainda mais a cotação do NBP.

Evolução mensal da cotação do NBP (\$/mmbtu)

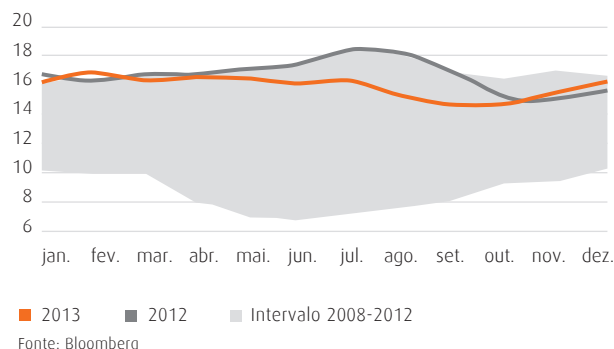


Relativamente ao consumo de GNL a nível mundial, este cresceu 2% face ao ano anterior, voltando a registar um aumento superior ao do gás natural.

A procura de GNL concentrou-se essencialmente na região da Ásia Pacífico, nomeadamente no Japão e na Coreia do Sul, os maiores consumidores de GNL a nível mundial, sendo responsáveis por mais de 50% da procura global em 2013. A Coreia do Sul registou um acréscimo superior a 10% no consumo de GNL, devido ao encerramento de cerca de 25% da sua capacidade de energia nuclear. Paralelamente, o Japão sofre ainda as consequências do desastre de Fukushima, com a globalidade dos seus reatores a permanecerem encerrados sem data prevista de reativação. Simultaneamente, outros países estarão a rever a sua estratégia a longo prazo, com intuito de reduzir a sua exposição à energia nuclear.

Em 2013, o preço médio do Japan LNG foi de \$16,1/mmbtu, menos 4% do que no ano anterior, mas voltando a registar dos valores mais elevados dos últimos cinco anos. Estes valores devem-se à escassez da oferta para satisfazer a procura de GNL na Ásia, situação que tenderá a manter-se a médio prazo com o aumento esperado da procura global de GNL, nomeadamente na China e na Índia.

Evolução mensal da cotação do Japan LNG (\$/mmbtu)



Mudança de paradigma no sector energético nos EUA

Nos últimos cinco anos, a indústria energética nos EUA sofreu alterações profundas com o aumento da produção de *shale gas* e de *tight oil*. Este fenómeno originou a substituição do carvão por gás natural como fonte energética, a preços mais competitivos, tornando os EUA exportadores de carvão, particularmente para a Europa.

Além disso, espera-se que a produção de *shale gas* nos EUA tenha também impacto no mercado energético à escala mundial e que a médio prazo as exportações de gás natural superem as importações nesta região. De facto, até ao final de 2013, quatro projetos de liquefação de gás natural haviam já obtido licença para exportação, sem limitação de destino, de uma quantidade total de cerca de 50 milhões de toneladas por ano (mtpa), o que poderá ter implicações a longo prazo na competitividade dos vários projetos previstos para o desenvolvimento de GNL a nível mundial, ainda que a maioria esteja numa fase de pré-desenvolvimento.

A produção de *tight oil* ultrapassou pela primeira vez os 2,5 mbbl/d em 2013 e estima-se que continue a crescer até 2020, colocando os EUA como um dos maiores produtores de petróleo, ao lado da Rússia e da Arábia Saudita.

Neste contexto, assistiu-se nos últimos cinco anos a uma alteração do *mix* energético nos EUA, com impacto direto na estrutura de custos da indústria norte-americana, incluindo a refinação, assim como na sua competitividade a nível global. De salientar que o desenvolvimento do sector de *midstream*, ou seja, a construção de infraestruturas logísticas que facilitem o transporte do *shale gas* e do *tight oil* da região interior dos EUA para as refinarias dispersas pelo país, será imprescindível para sustentar o desenvolvimento da indústria de produção de petróleo e gás natural nos EUA.

Os desafios à indústria da refinação na Europa

Em 2013, as refinarias da Europa voltaram a enfrentar tempos difíceis, com as margens de refinação de referência a registarem mínimos dos últimos cinco anos e, em alguns casos, valores negativos.

O excesso de capacidade de refinação na Europa, aliado ao significativo aumento de exportações por parte dos EUA e do Médio Oriente, pressionou os preços dos principais produtos petrolíferos, gasóleo e gasolina, tendo o *crack* desta última descido, no último trimestre de 2013, para níveis próximos de zero.

O fraco crescimento no continente europeu e a implementação de medidas de austeridade na região provocaram acentuadas reduções no consumo de combustíveis líquidos nos últimos anos. Além disso, a continuação de ganhos de eficiência veio avolumar o excesso de capacidade de refinação, que se estima atualmente em cerca de 3 mbbl/d, ou seja, 20% da atual capacidade instalada.

Paralelamente, a acentuada redução da produção de crudes no mar do Norte tem aumentado a exposição das refinarias europeias à importação de petróleo, com um consequente aumento dos custos de transporte e do risco de aprovisionamento.

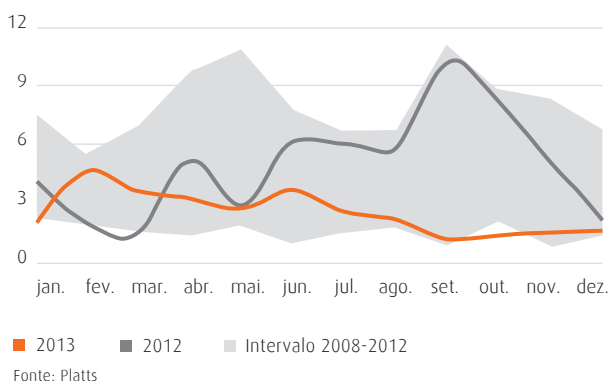
Em contraste com a Europa, as refinarias norte-americanas beneficiam atualmente da oferta de crudes domésticos a preços competitivos, com um custo inferior, entre \$5/bbl e \$10/bbl, face ao custo médio do petróleo importado. Adicionalmente, o acesso a preços de gás natural mais baixos, que é utilizado como combustível e na produção de hidrogénio, bem como o aumento da capacidade de conversão na região do golfo do México, permitiram às refinarias norte-americanas elevar as suas taxas de utilização da capacidade de refinação para níveis acima de 90%, maximizando a produção de destilados médios. Tal facto originou um forte incremento nas exportações de gasóleo para a América Latina e para a Europa.

De salientar que começam a surgir as primeiras notícias sobre um possível levantamento da limitação da exportação de crudes nos EUA, o que teria como principal consequência um aumento do preço dos crudes domésticos e perda de competitividade dos refinadores norte-americanos por via do incremento do custo da principal matéria-prima.

No Médio Oriente, assistiu-se a um aumento da capacidade instalada de refinação, beneficiando igualmente da oferta local de crudes mais económicos e da construção de unidades de conversão total do barril.

Constituindo os combustíveis rodoviários cerca de 70% da margem de referência *hydrocracking*, o enfraquecimento dos *cracks* da gasolina e do gasóleo refletiu-se diretamente na margem, que passou de valores máximos em setembro de 2012 para níveis mínimos dos últimos cinco anos, descendo cerca de \$10/bbl. A margem de referência *cracking* teve um comportamento semelhante, registando desde agosto os valores mínimos dos últimos cinco anos.

Evolução mensal da margem *hydrocracking* (\$/bbl)



Importa salientar que, a partir de 2015, a refinação europeia vai ter ainda de enfrentar as novas exigências ambientais estabelecidas pela Organização Marítima Internacional (IMO), nas denominadas áreas de controlo de emissões (ECA), sendo expectável uma nova redução do mercado de fuelóleo a nível mundial.

Contração da procura energética no mercado ibérico

Em 2013, a economia da Zona Euro apresentou sinais moderados de recuperação. No entanto, para os países mais afetados pelo contexto macroeconómico adverso, nomeadamente Portugal e Espanha, 2013 voltou a ser um ano de recessão.

Com efeito, as economias da Península Ibérica foram penalizadas pelas medidas de austeridade aplicadas, nomeadamente ao nível da procura interna, levando o PIB português e o espanhol a recuarem cerca de 2% e 1%, respetivamente.

Esta dinâmica impactou novamente o consumo de produtos petrolíferos na Península Ibérica, que contraiu, desde o pico em 2005, cerca de 25% até 2013. No último ano em particular, assistiu-se a uma contração anual de 5% da procura, sobretudo na sequência da descida de 5% da procura em Espanha, onde se verificou uma redução do consumo nos mercados de gasóleo e de gasolina de 3% e 5%, respetivamente.

Relativamente ao consumo de produtos petrolíferos em Portugal, assistiu-se a uma contração de 3% face a 2012. O consumo de gasolina e de gasóleo registou uma redução de 3% e 1%, respetivamente, face a 2012, enquanto o *jet* registou um aumento da procura de 1%, devido ao maior número de companhias aéreas *low cost* com atividade em Portugal. Para tal contribuiu ainda o incremento da atividade do turismo, que beneficiou da turbulência registada em destinos tipicamente turísticos como o Egito e a Turquia.

De salientar que, apesar de se ter assistido a uma redução dos consumos de produtos petrolíferos face ao ano de 2012, foram visíveis os sinais de recuperação ao longo de 2013, sobretudo no último trimestre.

Sendo um dos principais indicadores da evolução do consumo de produtos petrolíferos, as perspetivas para o crescimento do PIB na Península Ibérica em 2014 evidenciam uma potencial retoma dos consumos para o período.

Em relação ao mercado ibérico de gás natural, este contraiu 8% face a 2012. A descida do consumo de gás natural na Península Ibérica teve como principal causa um menor consumo das centrais termoelétricas. O facto deveu-se, por um lado, à geração de eletricidade pelas vias hídrica e eólica e, por outro, ao maior recurso a carvão, dada a sua competitividade no contexto atual, por via do aumento da produção de *shale gas* nos EUA, que torna mais baratas e disponíveis as matérias-primas substitutas, bem como pela redução do custo associado às licenças de emissão de CO₂.

Se no segmento elétrico é expectável que esta situação se mantenha, nos outros segmentos, nomeadamente no residencial e no industrial, onde se verificou, na segunda metade do ano, uma recuperação nos consumos, perspetiva-se a continuação da tendência positiva para o próximo ano.

2.2 Exploração & Produção



FPSO Cidade de Paraty, na área de Lula Nordeste, no Brasil.

Objetivos estratégicos

- Proteger o valor que reside nos projetos em desenvolvimento da Empresa, assegurando a excelente execução dos mesmos, de acordo com os custos e prazos planeados.
- Entregar um crescimento de produção rentável, através da execução de projetos já identificados, de forma a atingir uma produção de cerca de 300 kboepd na próxima década.
- Prossecução de oportunidades de criação de valor nas fases de desenvolvimento e produção dos projetos.
- Enfoque nos trabalhos de avaliação e desenvolvimento de forma a garantir o *de-risk* de recursos adicionais em projetos em desenvolvimento e na entrada da fase de produção.
- Manter uma atividade de exploração disciplinada, de acordo com as necessidades de adição de recursos e o perfil de *cash flow* da Empresa.
- Assumir um maior controlo sobre a execução de projetos de E&P.

Destaques em 2013

- Reservas 3P situavam-se 707 mboe, no final de 2013, na sequência das atividades de avaliação e desenvolvimento no ano; recursos contingentes 3C aumentaram 20% enquanto que os recursos de exploração *mean unrisked* diminuíram 22% em relação ao final de 2012, resultado dos trabalhos de exploração e avaliação realizados.
- Compromisso com o desenvolvimento do campo Lula/Iracema, nomeadamente através da implementação de medidas para mitigação do risco de execução.
- Atividades de avaliação na bacia de Santos, nomeadamente com os poços Iara Oeste-2, Iara HA e Bracuhy, suportaram os planos de desenvolvimento das áreas de Iara e Júpiter, respetivamente.
- Atividades de exploração e avaliação em Moçambique, incluindo o do poço Agulha, reforçaram os volumes descobertos na Área 4 e contribuíram para a abertura de um novo *play* exploratório.
- Alcançado objetivo que previa a adição de 300 mboe com a campanha de perfuração em 2013, nomeadamente com os poços Agulha e Bracuhy, e com a primeira descoberta de petróleo e gás natural, Pitú, na bacia de Potiguar no Brasil; já na Namíbia, apesar de não ter sido realizada nenhuma descoberta comercial, foi comprovado o potencial de petróleo.
- Participação na 11.ª rodada de licitação no Brasil, que resultou na adição de nove áreas de exploração ao portefólio.

PRINCIPAIS INDICADORES

	2010	2011	2012	2013
Produção média <i>working interest</i> (kboepd)	19,5	20,8	24,4	24,5
Produção média <i>net entitlement</i> (kboepd)	11,8	12,1	18,1	20,8
Preço médio de venda (\$/boe)	75,3	107,2	101,3	100,8
Custos de produção (\$/boe)	10,4	15,9	13,3	13,7
Amortizações (\$/boe)	29,5	34,0	20,6	22,5
Ebitda RCA (€m)	186	251	373	396
Ebit RCA (€m)	61	130	245	231
Investimento ¹ (€m)	341	299	633	723

¹ Valores relativos aos anos de 2010 e 2011 incluem juros capitalizados, não sendo comparáveis com os valores a partir de 2012.

O portfólio de E&P da Galp Energia inclui mais de 60 projetos, dispersos por 10 países, em diferentes fases de exploração, desenvolvimento e produção.

Os projetos de maior relevância estão localizados no pré-sal da bacia de Santos, no Brasil, na bacia do Rovuma, em Moçambique, e no *offshore* de Angola. Importa destacar que a Galp Energia está presente nas duas maiores descobertas de petróleo e gás natural das últimas décadas, no campo de Lula/Iracema, na bacia de Santos, e na Área 4, na bacia do Rovuma, respetivamente. Além disso, a Empresa conta com participações noutros projetos de desenvolvimento relevantes, nomeadamente no pré-sal da bacia de Santos, onde se destacam as áreas de Iara, Júpiter e Carcará.

Com base nos projetos sancionados e pré-sancionados, a Galp Energia estima atingir uma produção de 300 kboepd na próxima década, ou seja, uma produção mais de 10 vezes superior à atual.

A Galp Energia mantém ainda um portfólio diversificado de projetos de exploração tanto ao nível da geografia – Brasil, Angola, Namíbia, Marrocos, Portugal, Uruguai, Guiné-Equatorial, Venezuela e Timor-Leste –, como da geologia, por risco de exploração, incluindo projetos em bacias emergentes e de fronteira, e por nível de complexidade e, subsequentemente, por risco de atividade associado, nomeadamente com projetos em águas rasas, águas ultraprofundas e projetos *onshore*.

De salientar que a Galp Energia está envolvida em vários projetos com empresas internacionais com reconhecidas competências técnicas e de gestão de projetos, como é o caso da Petrobras, Petróleo Brasileiro, S.A. (Petrobras), no Brasil, sendo aquelas competências fundamentais para a execução da estratégia de crescimento da produção nos próximos anos.

Portfólio de exploração e produção



Evolução das reservas e dos recursos

O portfólio de reservas e recursos da Empresa tem vindo a ser reforçado, nomeadamente com a maturação dos projetos de desenvolvimento após os sucessos exploratórios alcançados nos últimos anos.

Em 2013, a base de reservas associada ao portfólio de E&P da Galp Energia continuou a evoluir, sobretudo atendendo às atividades de avaliação e desenvolvimento realizadas no campo Lula/Iracema. Já a base de recursos refletiu o êxito das atividades de exploração e avaliação da Empresa, que se traduziu no aumento dos recursos contingentes,

nomeadamente em detrimento da base de recursos de exploração. Tanto as reservas como os recursos estimados foram objeto de uma análise independente pela DeGolyer and MacNaughton (DeMac).

A base de reservas provadas, prováveis e possíveis (3P) *net entitlement* atingiu, no final de 2013, 707 mboe, dos quais 693 mboe referentes aos projetos em fase de desenvolvimento e produção no Brasil, nomeadamente no campo Lula/Iracema. Esta base de reservas 3P reflete uma diminuição de 10% relativamente a 2012, essencialmente impactada pela revisão em baixa das reservas na área de Lula Oeste, onde foi perfurado um poço de avaliação em 2013. Em Angola, o volume de reservas 3P, numa base *net entitlement*, diminuiu para 14 mbbl.

As reservas de gás natural representavam, em 2013, cerca de 14% das reservas 3P totais, em linha com o verificado nos últimos três anos.

As reservas provadas e prováveis (2P) seguiram a mesma tendência das reservas 3P e diminuíram 10%, face ao final de 2012, para 579 mboe. Por outro lado, as atividades desenvolvidas durante o ano no campo Lula/Iracema materializaram-se num maior nível de confiança sobre as reservas na área, o que levou a um aumento das reservas provadas (1P) de 15% para 178 mboe. É pois esperado que esta tendência de aumento das reservas 1P se mantenha nos próximos anos.

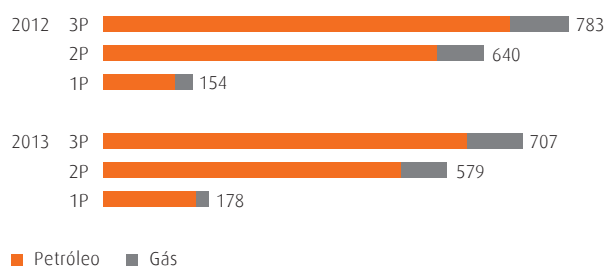
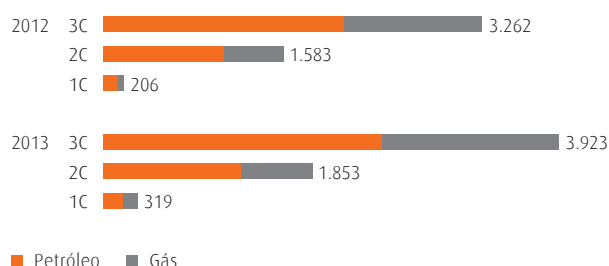
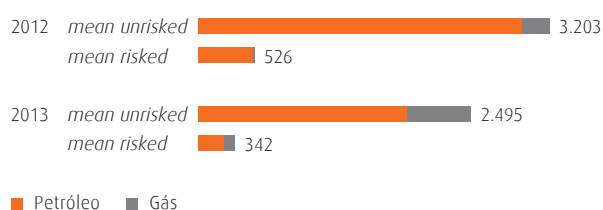
Relativamente à base de recursos contingentes 3C, esta aumentou 20%, face ao ano anterior, para 3.923 mboe. Este aumento foi suportado pelos sucessos dos trabalhos de exploração e avaliação no Brasil e em Moçambique. No Brasil, destaque para a atividade na bacia de Santos, com a perfuração do prospecto Braculhy, no bloco BM-S-24, bem como na área de Iara, no bloco BM-S-11, com a perfuração de dois poços de avaliação. Em Moçambique, a Empresa deu continuidade aos trabalhos de exploração e avaliação na bacia do Rovuma, em que os resultados reforçaram os volumes de recursos de gás natural da Área 4.

Com efeito, no final de 2013, os recursos de gás natural tinham um peso de 39% no total dos recursos contingentes face aos 37% registados no final de 2012.

Relativamente à dispersão geográfica dos recursos contingentes, Moçambique representava, no final do ano, 26% do total de recursos 3C, enquanto os ativos no Brasil contribuíam com 68% do total.

Também os recursos contingentes 2C aumentaram 17% face a 2012, para 1.853 mboe, decorrente no sucesso das atividades de avaliação em 2013.

Como consequência da campanha de poços de exploração realizada em 2013, e não obstante o reforço do portfólio exploratório com a entrada em novos projetos, os recursos de exploração diminuíram de 3.203 mboe para 2.495 mboe.

Reservas (mboe)**Recursos contingentes (mboe)****Recursos de exploração (mboe)**

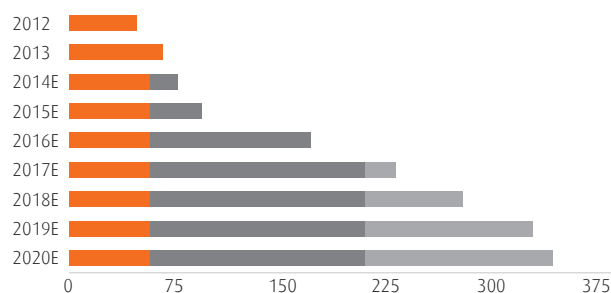
Nota: reservas numa base *net entitlement*. Recursos contingentes e recursos de exploração numa base *working interest*.

Ativos em desenvolvimento e produção

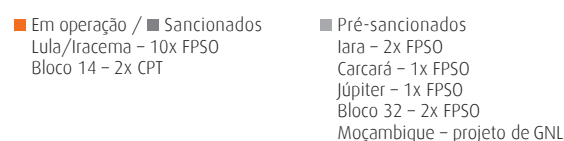
Atualmente, a Galp Energia tem ativos nas fases de desenvolvimento e produção no Brasil, em Moçambique e em Angola, que contribuirão para que a Empresa atinja uma produção de 300 kboepd na próxima década.

Em 2013, a Galp Energia registou uma produção média *working interest* de 24,5 kboepd, em linha com a produção de 2012, tendo o aumento da produção no Brasil compensado a descida em Angola.

Com efeito, o principal vetor de crescimento da produção será o desenvolvimento do campo Lula/Iracema, sendo também de destacar os projetos Iara, Carcará e Júpiter, na bacia de Santos, e o projeto de GNL na bacia do Rovuma. Os ativos em Angola contribuirão para aquele objetivo de produção, mas em menor escala do que os restantes.

Evolução da capacidade instalada líquida da Galp Energia (kboepd)

Projetos a entrar em produção até 2020:



Para entregar aquele crescimento, a Galp Energia, em conjunto com os seus parceiros, tem realizado uma série de atividades para garantir a excelente execução dos projetos, de acordo com os prazos e custos definidos, e de forma a assegurar a maximização do seu retorno.

Paralelamente, a Empresa está empenhada na realização de atividades de avaliação, que podem resultar num aumento de recursos e na aceleração da entrada em produção das áreas em fase de desenvolvimento, com impacto positivo no valor do portefólio de E&P.

No pré-sal da bacia de Santos, destacam-se os trabalhos de avaliação e pré-desenvolvimento em 2013 nas áreas de Iara, Carcará e Júpiter, estando previsto o início de produção destas áreas em 2017, 2018 e 2019, respetivamente.

Relativamente ao projeto de GNL em Moçambique, o consórcio concluiu em 2013 as atividades de avaliação no complexo Mamba/Coral, onde se antecipa que a primeira produção de GNL ocorra em 2019.

Brasil

A Galp Energia detém vários projetos nas fases de desenvolvimento e produção, nomeadamente no pré-sal da bacia de Santos. A Empresa antecipa que, até 2019, terá um total de 14 FPSO a operar na região, face a duas unidades permanentes atualmente em produção no campo Lula/Iracema.

Em 2013, a produção de petróleo e gás natural foi de 12,5 kboepd, o que representa um aumento de 21% face à produção em 2012, tendo a Empresa beneficiado da operação estável da FPSO Cidade de Angra dos Reis (FPSO #1), e da entrada em produção, em junho, da FPSO Cidade de Paraty (FPSO #2).

Lula/Iracema

O plano de desenvolvimento do projeto Lula/Iracema, no bloco BM-S-11 no pré-sal da bacia de Santos, engloba a instalação de 10 FPSO até 2017, com uma capacidade total estimada de 1,4 mbopd, das quais duas já estão em produção.

A principal prioridade da Galp Energia é assegurar a execução do projeto Lula/Iracema dentro dos prazos e custos previstos. Para o efeito, todos os equipamentos críticos para o desenvolvimento do projeto já se encontram contratados a diversas empresas brasileiras e internacionais. Por outro lado, o consórcio tem desenvolvido esforços no sentido de maximizar o valor do projeto e fazer o *de-risk* de recursos adicionais.

No decorrer de 2013, o consórcio para o desenvolvimento do bloco BM-S-11 alcançou importantes progressos na execução do projeto Lula/Iracema, com destaque para:

- i) arranque da produção da segunda unidade FPSO, na área de Lula Nordeste (NE);
- ii) produção estabilizada da FPSO #1 na área de Lula-1;
- iii) perfuração de poços produtores e injetores e interligação de quatro poços de desenvolvimento;
- iv) início do teste WAG na área de Lula-1;
- v) perfuração de nove poços para aquisição de dados do reservatório (RDA);
- vi) aluguer de duas FPSO adicionais no mercado internacional;
- vii) início de dois testes de longa duração (EWT).

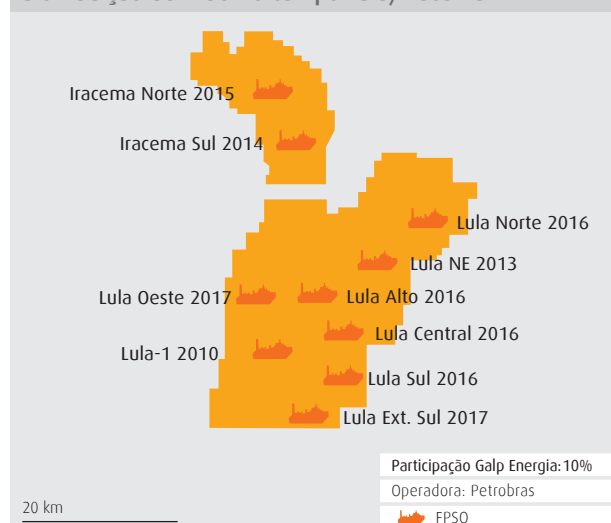
Infraestrutura assegurada para o desenvolvimento de Lula/Iracema

O consórcio para o bloco BM-S-11 atribuiu, no primeiro semestre de 2013, dois novos contratos para o aluguer de duas FPSO com entrega prevista após 31 e 33 meses da assinatura da carta de intenção, respetivamente, o que revela a capacidade do consórcio para contratar unidades de produção no mercado internacional com prazos de entrega e custos competitivos.

Assim, do projeto que compreende a entrega de um total de 10 FPSO para o campo Lula/Iracema, duas estão em operação e as restantes oito estão contratadas e em construção, das quais quatro são alugadas e fabricadas a nível internacional, e as restantes quatro são adquiridas e estão a ser construídas no Brasil.

No último trimestre de 2014 e 2015 está previsto o arranque da produção nas áreas de Iracema Sul e Iracema Norte, através das FPSO Cidade de Mangaratiba (FPSO #3) e Cidade de Itaguaí (FPSO #4), respetivamente, cujos trabalhos de construção decorrem de acordo com o plano. De destacar que a FPSO #3 já se encontra no Brasil para integração dos *topsides* desde o segundo trimestre de 2013. As restantes unidades têm entrega prevista entre 2016 e 2017, antecipando-se que sejam alocadas às áreas Central, Alto, Sul, Extremo Sul, Norte e Oeste, do campo Lula.

Distribuição de FPSO no campo Lula/Iracema



Perfuração atempada de poços de desenvolvimento facilita o ritmo de crescimento de produção

Antes da instalação das unidades FPSO, é realizada a perfuração dos poços de desenvolvimento, de forma a que o arranque de produção decorra de forma mais eficaz. Em 2013, a Galp Energia continuou a executar o plano de desenvolvimento de poços das áreas de Lula e Iracema.

Poços de desenvolvimento perfurados

Projeto	Tipo de poços	Taxa de execução		
		Total planeados	Perfurados	Em curso
Lula-1	Produtores	6	6	-
FPSO Cidade de Angra dos Reis	Injetores	3	3	-
Lula NE	Produtores	8	5	-
FPSO Cidade de Paraty	Injetores	6	5	-
Iracema Sul	Produtores	8	4	1
FPSO Cidade de Mangaratiba	Injetores	8	3	1

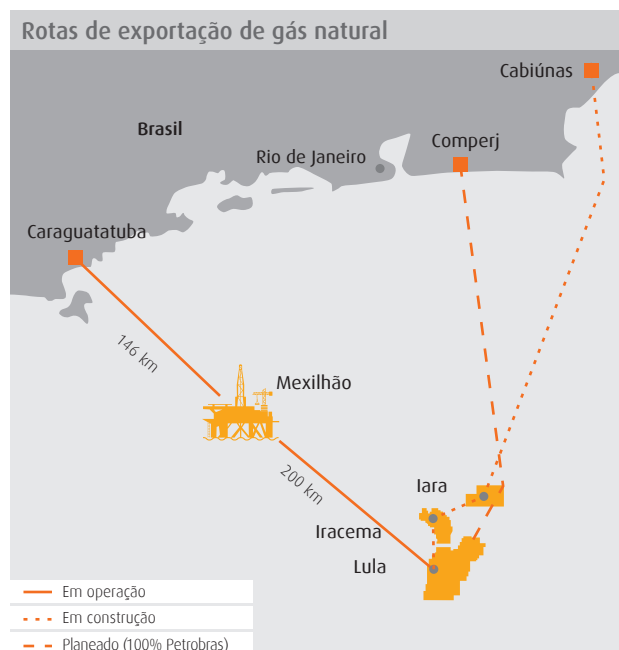
Na área de Lula NE, foram perfurados seis poços durante o ano de 2013 e três foram interligados até ao início de 2014, o que perfaz um total de 10 poços já perfurados na área de Lula NE. Já a área de Iracema Sul contava, no final de 2013, com um total de nove poços de desenvolvimento perfurados ou em perfuração, estando a chegada da FPSO #3 prevista para o quarto trimestre de 2014.

Exportação de gás natural

Os projetos de desenvolvimento no pré-sal da bacia de Santos são projetados de forma a permitir que o gás natural produzido seja injetado no reservatório ou exportado via gasoduto para *onshore*.

A produção de gás natural proveniente do projeto Lula/Iracema é parcialmente exportada para *onshore*, nomeadamente para o abastecimento do mercado doméstico brasileiro, enquanto a restante é reinjetada como forma de manter a pressão no reservatório, com impacto positivo esperado na sua produtividade. Os projetos atualmente em produção, Lula-1 e Lula NE, estão interligados ao gasoduto Lula-Mexilhão, que está em operação desde 2011.

O projeto em que a Galp Energia participa para a construção do segundo gasoduto no pré-sal da bacia de Santos, com ligação a Cabiúnas, teve importantes progressos em 2013. A maioria dos trabalhos de construção dos *pipes* foi concluída no decorrer do ano. Os equipamentos já se encontram no Brasil, sendo que os trabalhos de instalação dos mesmos deverão ter início após a obtenção de todas as licenças ambientais necessárias pelo consórcio. Antecipa-se que o gasoduto, que terá uma capacidade de exportação de cerca de 15 milhões de metros cúbicos (mm³) de gás natural por dia, inicie operações em 2015.



Além disto, está ainda em avaliação a construção de futuras rotas de exportação de gás natural, tendo a Petrobras prevista a construção de uma terceira rota com ligação a Maricá, que irá contribuir para a exportação de gás natural do pré-sal da bacia de Santos e para a criação de uma malha de gasodutos no futuro. O objetivo desta construção é permitir uma melhor gestão do escoamento do gás natural produzido na região.

Importa salientar que, atendendo às características dos equipamentos instalados nas FPSO, nomeadamente a capacidade de compressão de gás natural e posterior reinjeção no reservatório, e os poços de injeção previstos nos planos de desenvolvimento dos diferentes projetos, o consórcio terá flexibilidade e capacidade de gerir a produção de gás natural, otimizando a exportação de gás e a reinjeção no reservatório, o que permitirá uma melhor gestão da infraestrutura.

Oportunidades de criação de valor

A Galp Energia está comprometida com a prossecução de oportunidades de criação de valor na fase de desenvolvimento dos projetos, fomentando uma forte cultura de Investigação & Desenvolvimento (I&D), nomeadamente para análise e implementação das melhores técnicas e soluções tecnológicas.

Com efeito, no caso do projeto Lula/Iracema, o consórcio para o bloco BM-S-11 reúne periodicamente com o intuito exclusivo de discutir as diferentes técnicas e tecnologias a implementar. Neste contexto, o consórcio tem vindo já a desenvolver trabalhos para a maximização do retorno do projeto, nomeadamente sobre o aumento do fator de recuperação

de petróleo. Com efeito, todos os equipamentos alocados aos atuais projetos do pré-sal da bacia de Santos estão preparados para garantir a execução de técnicas para melhoria da recuperação de recursos, como é o caso da injeção WAG, incluindo CO₂, nos reservatórios, bem como preveem a possibilidade de interligar mais poços do que os originalmente previstos, caso seja economicamente viável, nomeadamente poços horizontais.

Além disso, também têm vindo a ser realizados estudos no âmbito da garantia de escoamento de produção e da otimização do desenvolvimento ao longo do ciclo de vida do projeto, nomeadamente através da antecipação de produção, da instalação de novas soluções com impacto no *debottleneck* da capacidade das FPSO, como seja através da separação e reinjeção de fluidos ao nível do leito do mar, e da implementação de técnicas para estender o período de produção ao nível máximo (*plateau*).

Em 2013, as atividades com maior destaque desenvolvidas neste âmbito foram o teste *in situ* de injeção WAG e a perfuração de poços RDA no campo Lula/Iracema.

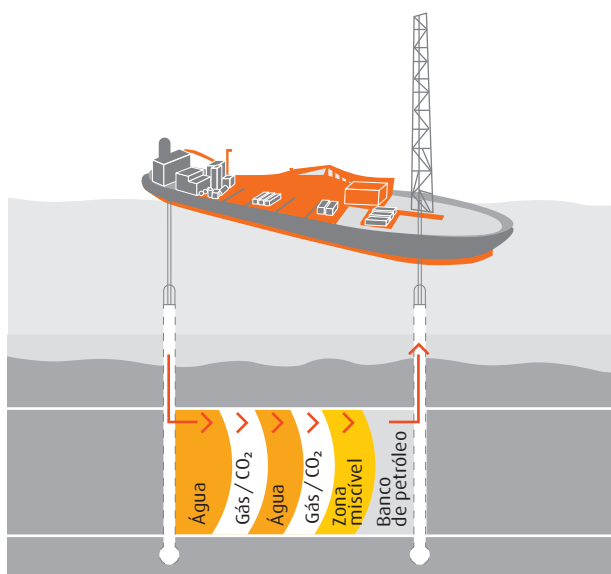
Injeção WAG

No projeto Lula-1, teve início em 2013 o processo de injeção WAG. No final do ano estavam interligados à FPSO Cidade de Angra dos Reis dois poços WAG tendo o primeiro poço iniciado a injeção de gás no mês de junho de 2013, após ter executado o ciclo de água, e o segundo poço iniciado na primeira fase de injeção de água.

Este processo revelou excelente resposta do reservatório no projeto Lula-1. O gás é injetado no reservatório de forma a reduzir a viscosidade do petróleo, e assim melhorar o fluxo. Por outro lado, o ciclo de água permite facilitar o deslocamento do petróleo para o poço produtor. O processo, em fase estabilizada, consiste em ciclos sucessivos de injeção de água e gás, por períodos de cerca de três meses cada.

O impacto da injeção WAG deverá ser incorporado na expectativa de recuperação final do petróleo do campo de forma sustentada ao longo dos anos.

Teste de injeção alternada de água e gás



Campanha de poços de avaliação e RDA

O consórcio para o bloco BM-S-11 prossegue com a campanha de perfuração de poços de avaliação e RDA nas áreas de Lula/Iracema, com o objetivo de aumentar o conhecimento do reservatório, diminuir o risco de desenvolvimento e adaptar os equipamentos de produção às condições específicas das diferentes áreas daquele campo.

Durante o ano, foram perfurados nove poços RDA nas diversas áreas do campo Lula/Iracema, com especial destaque para as áreas nos flancos do reservatório, nomeadamente Lula Oeste, Lula Extremo Sul e Lula Sul, entre outras.

O segundo poço de avaliação na área de Lula Oeste, concluído em 2013, revelou a conectividade com o primeiro poço perfurado na área. Os resultados obtidos permitiram reduzir a incerteza sobre os volumes nesta área do reservatório, tendo revelado menores quantidades de petróleo no jazigo face às estimadas anteriormente.

Testes de longa duração

A execução de testes de longa duração permite obter um maior conhecimento sobre o comportamento das diferentes áreas do reservatório em ambiente de produção, sendo por isso importante para a otimização do plano de desenvolvimento.

No quarto trimestre de 2013, foram iniciados dois EWT na área de Lula, nomeadamente em Lula Central e em Lula Sul, que produziram de forma estável uma média de 15 kbopd cada, devido às restrições à queima de gás natural no Brasil. A FPSO Dynamic Producer foi alocada ao EWT em Lula Central enquanto a FPSO Cidade de São Vicente foi alocada ao EWT em Lula Sul. Os testes permaneciam em produção no início de 2014.

Estão também a ser desenvolvidos estudos relativamente à utilização das FPSO de maior dimensão em produção no campo Lula/Iracema, para realização dos EWT nas restantes áreas, que poderão resultar na aceleração da execução dos testes.

Projeto Lula-1

A FPSO Cidade de Angra dos Reis, com capacidade de produção de 100 kbopd está em operação desde 2010 e, operou durante todo o ano de 2013 de forma estável à capacidade máxima, não obstante terem havido intervenções pontuais para manutenção.

A produção da FPSO é proveniente de quatro poços produtores, o que mostra a excelente produtividade do reservatório. Estão ainda ligados três poços injetores, dos quais dois poços de injeção WAG e um poço de injeção de gás. A ligação dos futuros poços de produção previstos no plano de desenvolvimento, incluindo o poço horizontal, será realizada de forma a manter a produção, estando atualmente perfurados nove poços na área de Lula-1.



FPSO Cidade de Angra dos Reis

Projeto Lula NE

A FPSO Cidade de Paraty, com capacidade de produção de 120 kbopd, iniciou produção no mês de junho. Em agosto, após a interligação do primeiro poço injetor de gás, a produção ascendeu a 30 kbopd com um poço produtor, o que revela a excelente produtividade do poço, que estava até então restringida pela limitação de queima de gás natural.

No decorrer do mês de dezembro, o consórcio iniciou a conexão do segundo poço produtor à FPSO, que entrou em produção em janeiro de 2014. Assim, no início do ano de 2014, a FPSO contava com dois poços de produção e um poço de injeção interligados à FPSO. Os poços foram ligados à FPSO Cidade de Paraty através de um sistema de *risers* flexíveis, tendo o segundo poço produtor sido conectado através daquele sistema como medida de contingência face ao atraso do processo de instalação do primeiro sistema de *buoyancy supported risers* (BSR), que se deveu a condições climáticas adversas.

Os restantes poços previstos no plano de desenvolvimento serão ligados à FPSO através de um sistema de *risers* desacoplados, através da instalação de duas BSR, sendo que o plano de desenvolvimento prevê um total de 14 poços de desenvolvimento, dos quais oito são produtores.

O processo de instalação da primeira BSR (BSR Sul) foi concluído já em 2014, estando prevista a ligação de poços produtores àquele sistema durante o segundo trimestre de 2014.

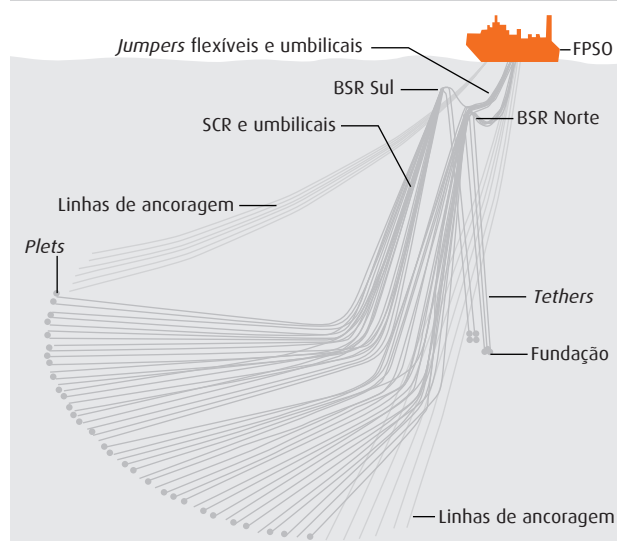


Submersão da BSR Sul em Lula NE

Ainda no decorrer do primeiro trimestre de 2014, a área de Lula NE foi ligada ao gasoduto Lula-Mexilhão, sendo expectável o início da exportação de gás natural produzido no campo com destino ao *onshore* brasileiro, no segundo trimestre de 2014.

A segunda BSR (BSR Norte) deverá ser instalada no segundo trimestre de 2014, antecipando-se que a FPSO Cidade de Paraty atinja a capacidade total de produção no quarto trimestre de 2014, ou seja, 18 meses após o início da produção, e de acordo com o plano inicial.

Equipamento subaquático na área de Lula NE



Lara, bloco BM-S-11

A área de Lara está inserida no bloco BM-S-11, no pré-sal da bacia de Santos. O consórcio realizou até ao final de 2013 um total de cinco poços de exploração e avaliação naquela área, onde o início de produção é esperado em 2017. Estão atualmente contratadas duas unidades FPSO, com uma capacidade de 150 kbopd cada, com potencial para a inclusão de mais FPSO após a conclusão da campanha de avaliação em 2014.

Neste sentido, a Galp Energia prosseguiu, em 2013, com o plano de avaliação estabelecido, tendo realizado dois poços de avaliação, Lara Oeste-2 e Lara Alto Ângulo (HA), e três testes de formação que contribuíram de forma relevante para a definição e otimização do plano de desenvolvimento daquela área.

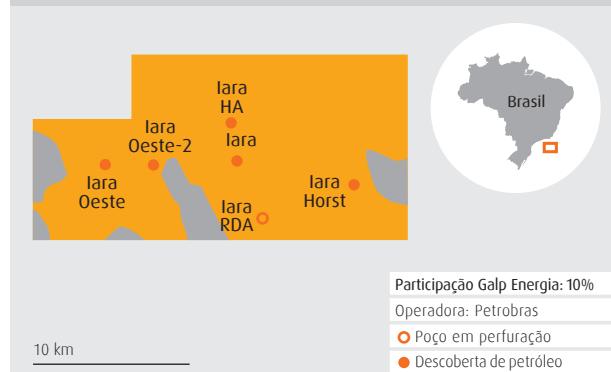
O poço Lara Oeste-2 penetrou reservatórios com melhores características do que as encontradas no poço descobridor, nomeadamente ao nível da porosidade e da permeabilidade, tendo o consórcio procedido à realização de um teste de formação, que revelou excelente produtividade nesta área do reservatório. Além disso, foi realizado um teste de formação no poço Lara Oeste-1 no quarto trimestre de 2013.

Relativamente ao poço Lara HA, este foi projetado e executado com uma geometria sub-horizontalizada, tendo penetrado a camada de sal com um ângulo de 72°, e atingido a profundidade final de 6.672 metros, após a perfuração de cerca de 900 metros de rochas carbonáticas abaixo

da camada de sal. Desta forma, o consórcio realizou com sucesso a perfuração do primeiro poço horizontal em Lara, com o objetivo de testar a implementação desta solução na área central do campo. Após a conclusão da perfuração, a Empresa realizou um teste de formação, com o objetivo de avaliar a produtividade através desta técnica.

Ainda no quarto trimestre de 2013, o consórcio iniciou o primeiro poço RDA na área de Lara, estando prevista a realização de um EWT em 2014, antes da submissão da Declaração de Comercialidade (DoC), esperada no final do ano.

Área de Lara no bloco BM-S-11

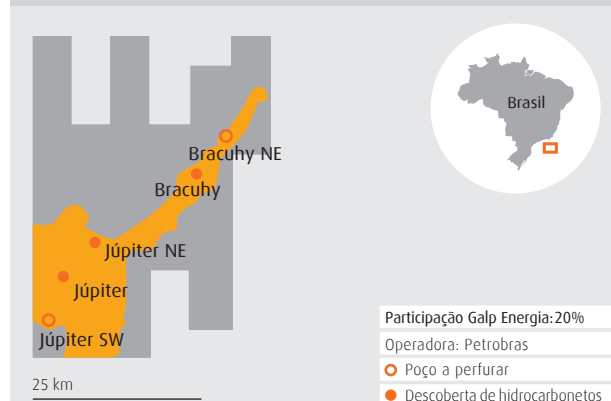


Júpiter, bloco BM-S-24

A área de Júpiter, no bloco BM-S-24, constitui uma importante descoberta de óleo, condensados e gás natural misturado com CO₂. O consórcio, formado pela Galp Energia e pela Petrobras, tem realizado relevantes atividades de avaliação, com vista a definir o projeto de desenvolvimento. Está já prevista a alocação de uma FPSO em 2019 para o desenvolvimento do óleo, estando o consórcio a maturar os vários cenários de desenvolvimento, nomeadamente de óleo e condensados, com potencial para a inclusão de mais FPSO para o desenvolvimento do bloco.

Em 2013, o consórcio concluiu a perfuração do prospetto Bracuh, que revelou o mesmo *mix* de fluidos identificados na área de Júpiter, nomeadamente óleo, condensados e gás misturado com CO₂, reforçando os volumes de óleo a desenvolver no bloco BM-S-24. Ainda no decorrer do ano de 2013, o consórcio realizou uma nova aquisição de sísmica 3D sobre a área de Júpiter, para aumentar o conhecimento do reservatório e melhor delinear futuras atividades no bloco.

Bloco BM-S-24



Em 2014, o consórcio prosseguirá uma campanha intensiva de avaliação do bloco, estando previstos dois poços de avaliação e dois testes de formação, que serão importantes para a definição do plano de desenvolvimento do mesmo, estando previsto o início de produção do óleo em 2019. Importa salientar que não existe nenhuma barreira tecnológica ao desenvolvimento das relevantes descobertas das áreas de Júpiter/Bracuhy.

A Galp Energia prossegue com a maturação de cenários de desenvolvimento, havendo potencial para a alocação de FPSO adicionais para o desenvolvimento da área, nomeadamente do óleo e dos condensados, e tendo como premissa a reinjeção do gás natural com CO₂ no reservatório.

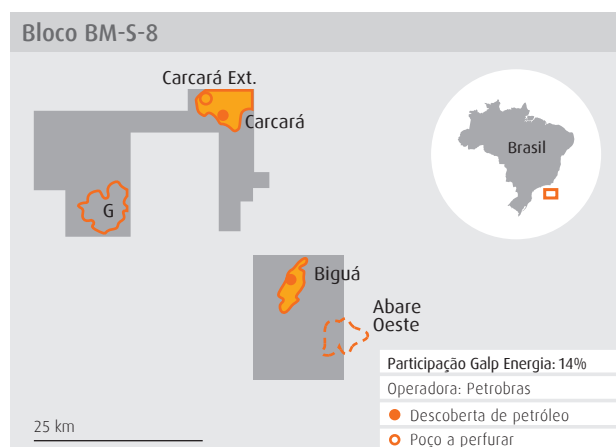
Carcará, bloco BM-S-8

No bloco BM-S-8, também situado nas águas ultraprofundas da bacia de Santos, o consórcio realizou várias descobertas até ao momento, sendo a mais relevante a descoberta de Carcará. Com efeito, após esta descoberta em 2012, o consórcio prevê já a instalação de uma FPSO, em 2018, para o desenvolvimento da área.

O poço Carcará, concluído em 2012, evidenciou uma coluna de mais de 471 metros de petróleo, caracterizada principalmente por reservatórios contínuos e conectados, e revelou pressões acima das registadas em outros poços na bacia de Santos, o que poderá resultar numa maior produtividade dos poços.

O consórcio iniciou no quarto trimestre de 2013 a perfuração do poço Carcará Extensão, com o objetivo de averiguar o potencial de recursos no flanco daquela descoberta. Já em janeiro de 2014, a atividade de perfuração foi suspensa devido a problemas com o desempenho da sonda. É esperado que a perfuração do poço seja retomada no quarto trimestre de 2014, após o qual terá início o *drill stem test* (DST), que terá como objetivo avaliar a produtividade do reservatório.

O prazo para entrega da DoC foi estendido até 2015, o que permite ao consórcio definir e otimizar o plano de desenvolvimento.

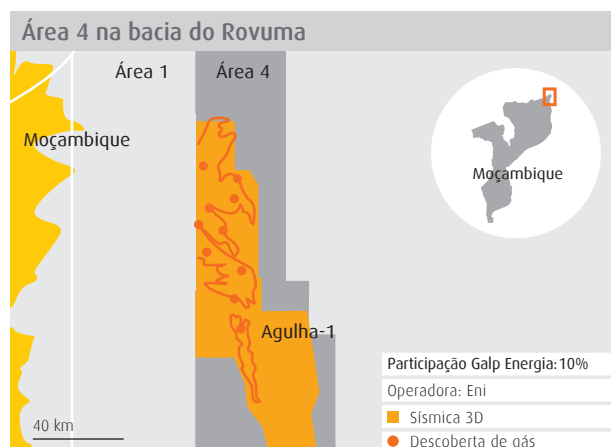


Moçambique

O sucesso da atividade de exploração e avaliação da Galp Energia na Área 4 nos últimos anos, conjuntamente com as descobertas no bloco adjacente, a Área 1, posicionou Moçambique como uma das áreas de maior interesse para a produção de gás natural a nível mundial. Com efeito, o consórcio para a Área 4, identificou, até ao momento, cerca de 80 tcf gas initially in place (GIIP) no complexo Mamba/Coral, onde se antecipa que a primeira produção de GNL ocorra em 2019.

O projeto em Moçambique beneficia de um conjunto de características naturais que o posiciona como um dos mais competitivos a nível mundial. A qualidade do gás e dos reservatórios, o fluxo de produção por poço estimado em até 150 milhões de pés cúbicos *standard* (mscf) e a localização perto da costa de Moçambique são algumas destas características. Além disso, a localização em pleno oceano Índico confere uma vantagem competitiva na comercialização do gás natural, dado o posicionamento em relação a mercados de valor acrescentado, como é o caso da Índia, da China, do Japão, da América Latina e também da Europa.

Além dos recursos já identificados no complexo Mamba/Coral, o consórcio descobriu cerca de 7 bilhões de pés cúbicos (tcf) na parte sul da Área 4 através do poço Agulha-1, perfurado em 2013. O consórcio para a Área 4 está a avaliar diversos modelos de desenvolvimento para a produção e comercialização do gás natural no bloco, quer para os recursos que se encontram em reservatórios exclusivamente na Área 4, quer para os reservatórios que se estendem entre as áreas 4 e 1 da bacia do Rovuma. Com efeito, mais de 30 tcf GIIP encontram-se em reservatórios exclusivamente localizados na Área 4, o que alarga a flexibilidade e as opções de desenvolvimento da Galp Energia e dos seus parceiros nesta área.



O desenvolvimento do projeto de GNL registou importantes progressos em 2013, nomeadamente com a conclusão da campanha de avaliação do complexo Mamba/Coral, a evolução na negociação do acordo de unitização com a Área 1 e o avanço na clarificação da legislação necessária para suportar o projeto de médio-longo prazo.

Com efeito, a legislação necessária está atualmente em discussão, sendo esperada a conclusão do processo ao longo de 2014.

Paralelamente, o consórcio prossegue com a definição dos trabalhos de desenvolvimento para a tomada da decisão final de investimento (FID) que, atendendo à dimensão do projeto e à ausência de infraestrutura no norte de Moçambique, se afigura com complexidade ao nível da gestão do projeto.

Para a tomada da FID, o consórcio pretende concluir as negociações do acordo de unitização com a Área 1, desenvolver e selecionar os contratos de *front end engineering design* (FEED) tanto para o projeto de liquefação de gás natural *onshore*, como para as atividades no *offshore*, e estabelecer contratos de venda do GNL. Paralelamente, prevê-se o estabelecimento do plano de financiamento do projeto antes da FID.

Relativamente à negociação do acordo de unitização entre os operadores das áreas 1 e 4 da bacia do Rovuma, a Anadarko Petroleum Corporation (Anadarko) e a Eni, S.p.A. (Eni), deverá ser concluída no ano de 2014, o que será fundamental para a definição do plano de desenvolvimento dos recursos em reservatórios que se prolongam pelos limites de ambas as concessões.

O projeto de desenvolvimento deverá contemplar a construção de unidades de liquefação de gás *onshore*, de forma coordenada com o projeto da Área 1, e unidades de *floating liquefied natural gas* (FLNG), estando previsto o início de produção de GNL em 2019. Os trabalhos de FEED para a construção das unidades de liquefação de gás natural correspondentes à primeira fase do projeto foram já iniciados. Importa destacar que o desenvolvimento de unidades do tipo FLNG permitirá a diversificação das opções de desenvolvimento e do risco do projeto *onshore*.

Além disso, o consórcio avalia o potencial e a viabilidade de implementação de outras soluções para a monetização dos recursos localizados em reservatórios exclusivamente na Área 4, tendo várias soluções em análise, como seja a solução de *gas-to-liquids* (GTL).

Relativamente ao estabelecimento de contratos para venda do GNL, o consórcio avançou já em 2013 com a primeira ronda de conversações com potenciais compradores, nomeadamente oriundos dos mercados-alvo, para a apresentação do projeto.

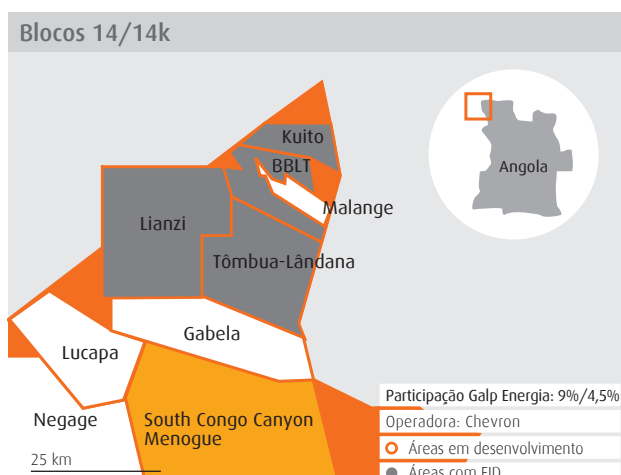


Angola

Em Angola, a Empresa detém ativos em desenvolvimento nos blocos 14, 14k e 32, tendo atualmente duas plataformas de produção fixas no bloco 14. Os planos de desenvolvimento das áreas nesse bloco e no bloco 14k deverão aproveitar preferencialmente a capacidade instalada. No bloco 32, a área de Kaombo deverá iniciar produção em 2017, estando prevista a instalação de duas FPSO.

Em 2013, a produção *working interest*, em Angola, diminuiu 15% em relação ao ano de 2012 para 12,0 kbopd. A fase de maturidade avançada dos campos Kuito e Benguela-Belize-Lobito-Tomboco (BBLT) do bloco 14, as atividades de manutenção dos campos durante o primeiro trimestre de 2013, e as paragens da FPSO Kuito no quarto trimestre do ano, estiveram na origem do declínio da produção em Angola durante o período.

No final de 2013, foi desmobilizada a FPSO do campo Kuito, que se encontrava em produção desde 1999, devido à maturidade do campo e aos elevados custos de manutenção que não justificavam a continuidade da operação. Assim, neste momento, a Galp Energia conta com duas unidades de produção no bloco 14, a *compliant piled tower* (CPT) do campo Tômbua-Lândana e a CPT do campo BBLT.

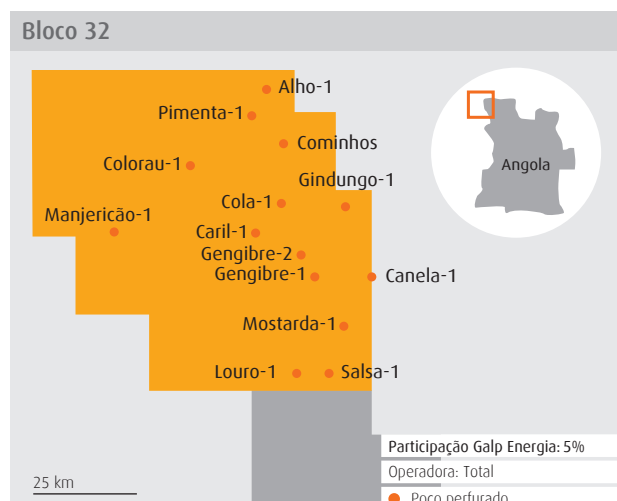


Em 2013, os trabalhos nas áreas em desenvolvimento do bloco 14 centraram-se na execução de atividades de avaliação e pré-desenvolvimento e em estudos de engenharia para selecionar as alternativas ótimas para o desenvolvimento dos diversos campos, com especial destaque para as áreas de Lucapa, Malange e Gabela.

O FEED para o campo Malange foi recebido no final do ano e contempla um *subsea tie-back* à CPT de Tômbua-Lândana, estando a FID prevista para 2015. Relativamente ao campo Negage e à descoberta de Menongue, o consórcio aguarda o resultado da negociação em curso com a concessionária, que representa os interesses dos governos da República Democrática do Congo e de Angola, sobre a zona de interesse comum.

No bloco 14k, cuja FID foi tomada em 2012, foram realizados trabalhos em 2013 com vista ao desenvolvimento do projeto, nomeadamente trabalhos de engenharia, *procurement*, construção e instalação de *topsides* e equipamentos subaquáticos. O início de produção está previsto para 2015.

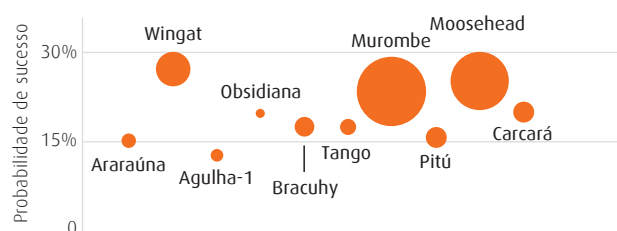
Relativamente ao bloco 32, onde o plano de desenvolvimento consiste no conceito de *split hub* para a área de Kaombo devido à dispersão geográfica das descobertas, os trabalhos em 2013 centraram-se na preparação e na otimização do projeto de desenvolvimento. O consórcio prevê a instalação de duas FPSO naquela área, uma em 2017 e outra em 2018, com uma capacidade de produção de 100 kbopd cada, estando a tomada da FID prevista no ano de 2014.



Ativos em exploração

A Galp Energia continua a envidar esforços no sentido de contribuir para a criação de valor através das atividades de exploração. Estas atividades incluem a identificação e a maturação de prospectos e a perfuração de poços com potencial exploratório relevante.

Prospectos na campanha de exploração realizada em 2013



Nota: prospectos planeados no âmbito da campanha de exploração em 2013. A probabilidade de sucesso refere-se a estimativas anteriores à perfuração (*pre-drill*).

Em 2013, a Galp Energia concretizou a campanha de exploração e avaliação definida, que contribuiu para a abertura de quatro novos *plays* exploratórios, nomeadamente através da atividade de exploração em Moçambique, na Namíbia e em Potiguar, no Brasil.

O objetivo que estabelecia a descoberta de 300 mboe de recursos através da campanha de exploração do ano foi atingido, nomeadamente através do sucesso das campanhas nas bacias de Santos e Potiguar, no Brasil, e na bacia do Rovuma, em Moçambique. Na Namíbia, apesar de ter sido provada a existência de um sistema de hidrocarbonetos ativos na bacia, nomeadamente petróleo, as descobertas foram consideradas não-comerciais.

A Empresa continuou também a analisar novas oportunidades exploratórias, o que resultou na entrada em nove blocos, no âmbito da 11.ª rodada de licitação de áreas de exploração no Brasil, nomeadamente quatro blocos na bacia *onshore* de Parnaíba, quatro na bacia *offshore* de Barreirinhas e um na bacia *offshore* de Potiguar.

Qualquer oportunidade de entrada num novo projeto é analisada no contexto da estratégia de exploração delineada, e tendo em conta a materialidade e o potencial de criação de valor.

Em 2014, a Galp Energia prosseguirá as atividades exploratórias, com destaque para o início da campanha de perfuração no *offshore* de Marrocos e para a campanha prevista no sul da Área 4, em Moçambique. Paralelamente, a Galp Energia prosseguirá com a campanha de avaliação prevista na região do pré-sal na bacia de Santos, no Brasil.

Brasil

A Galp Energia prosseguiu, em 2013, com atividades de exploração no Brasil, em particular nas bacias de Santos e Potiguar.



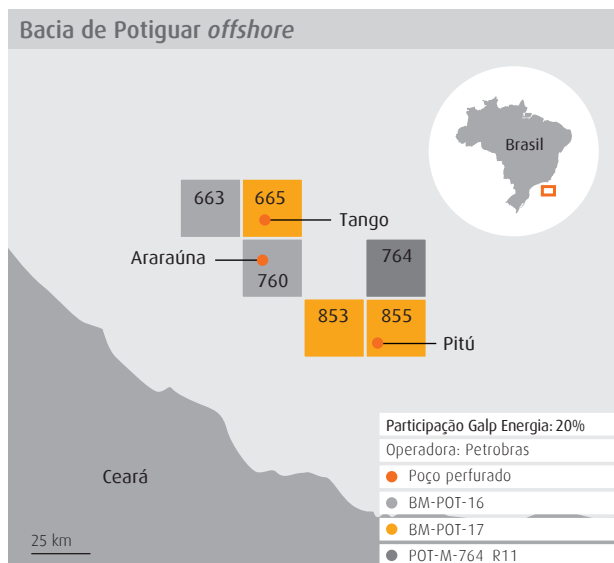
No bloco BM-S-24, na bacia de Santos, o consórcio perfurou o prospecto Bracuhy, cujos resultados indicaram a presença de hidrocarbonetos, nomeadamente através da identificação de uma coluna *gross* de 160 metros, dos quais 100 metros correspondentes a uma coluna de óleo, tendo ainda indicado a conectividade entre as áreas de Júpiter e Bracuhy.

Relativamente ao bloco BM-S-8, o consórcio procedeu à devolução da área Bem-te-Vi, atendendo à sua reduzida prospectividade, tendo mantido as áreas de Carcará e Guanxuma, que serão alvo de atividades de avaliação e exploração, respetivamente. Salienta-se que o prospecto Guanxuma, que será perfurado após a conclusão das atividades de avaliação em Carcará, poderá ser um satélite para o projeto de desenvolvimento daquela área, em caso de sucesso.

Na bacia de Potiguar, uma área de fronteira na margem equatorial brasileira, a Galp Energia concretizou o plano de perfuração de três poços de exploração: os poços Araraúna, Tango e Pitú. Os objetivos da campanha consistiam na

averguiação do potencial do intervalo Cretáceo, tendo sido identificada a presença de um sistema ativo de hidrocarbonetos e tendo o poço Pitú revelado a primeira descoberta de petróleo e gás natural em águas profundas naquela bacia de elevado potencial. No final do ano, o consórcio garantiu a extensão do período de exploração dos blocos adquiridos antes de 2013, de forma a concluir o poço de exploração Pitú, analisar os resultados obtidos com a campanha exploratória e estudar a prospectividade adicional nos blocos.

Importa salientar, em 2013, o *farm-in* da empresa internacional BP em blocos naquela região, tendo assumido uma participação de 30% nos blocos da licença BM-POT-16 e de 40% nos blocos localizados na licença BM-POT-17.



Moçambique

Na bacia do Rovuma, destaca-se em 2013 a perfuração do poço Agulha-1, que provou a existência de um novo *play* exploratório no sul da Área 4. O poço encontrou uma zona substancial de *net gas pay* em reservatórios de boa qualidade nos intervalos Paleoceno e Cretáceo, estimando-se recursos de gás natural *in place* de cerca de 7 tcf. Ao mesmo tempo, foram descobertos, pela primeira vez naquela bacia, indícios de *wet gas* no intervalo do Cretáceo.

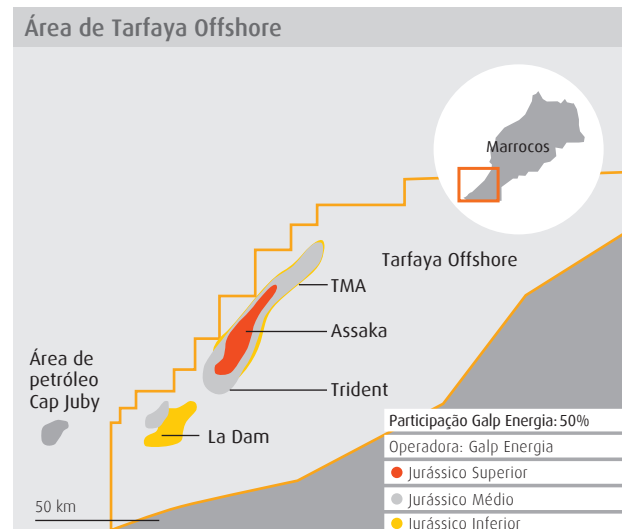
Em 2014, o consórcio prevê a perfuração de dois poços adicionais no sul da Área 4, com potencial para um poço adicional, de forma a avaliar aquele novo *play* e para exploração de novos prospectos identificados através da sísmica 3D adquirida naquela área do bloco em 2013, nomeadamente do prospecto Querimbas.

Marrocos

Em Marrocos, o processo de *farm-in*, e subsequente transferência da operação dos blocos da empresa australiana Tangiers para a Galp Energia, foi concluído. Este processo previa a aquisição de uma participação de 50% na área de Tarfaya Offshore, que abrange oito licenças de exploração em águas rasas, conhecidas como Tarfaya Offshore I a VIII.

Esta é uma região pouco explorada, mas onde foi já comprovado um sistema petrolífero, e identificados diversos prospectos, nomeadamente os prospectos Trident, Assaka, TMA e La Dam.

O programa de exploração em 2014 prevê a perfuração de um poço de exploração no prospecto Trident, principal objetivo na área, o qual se estima que tenha 450 mbbbl de recursos de exploração (*mean unrisked estimate*). O principal objetivo do poço consiste na avaliação do potencial do reservatório de idade geológica do Jurássico Médio. Nesta formação, o potencial de petróleo leve foi comprovado por atividades de perfuração realizadas anteriormente na área de Cap Juby, localizada perto das concessões da Galp Energia, apesar de não ter sido declarada nenhuma descoberta comercial na região. Este primeiro poço exploratório tem o potencial para fazer também o *de-risk* dos prospectos Assaka e TMA.



Em 2013, a Galp Energia envidou esforços para a contratação de uma sonda adequada, bem como realizou trabalhos preparatórios para a perfuração do primeiro poço exploratório, incluindo aquisição de dados ao nível do leito do mar e a realização do estudo de impacto ambiental, sendo o primeiro poço *offshore* perfurado pela Galp Energia enquanto empresa operadora.

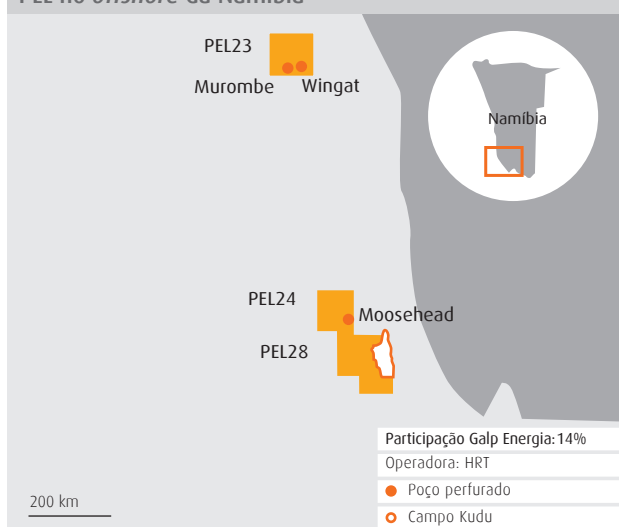
A Galp Energia garantiu ainda, no final de 2013, a extensão da primeira fase de exploração por seis meses, até fevereiro de 2015, o que irá permitir a análise dos resultados do primeiro poço.

Namíbia

Na Namíbia, uma área de exploração emergente em que a Galp Energia adquiriu, em 2012, participações de 14% em três licenças *offshore* na bacia de Orange e de Walvis, foi concluída a campanha exploratória planeada para 2013, com a perfuração dos poços Wingat e Murombe, na bacia de Walvis, e Moosehead, na bacia de Orange.

Apesar de a campanha não ter resultado em nenhuma descoberta comercial, o potencial para existência de petróleo no *offshore* da Namíbia foi comprovado, nomeadamente na bacia de Walvis, através do poço Wingat. Com efeito, o poço constituiu a primeira evidência de petróleo na região, tendo aberto um novo *play* exploratório na região.

PEL no offshore da Namíbia



Já no poço Murombe, na bacia de Walvis, e no poço Moosehead, apesar de terem sido encontradas rochas geradoras, os reservatórios encontrados não apresentaram as condições ideais para acumulação de petróleo, pelo que nenhum dos poços resultou em descobertas comerciais.

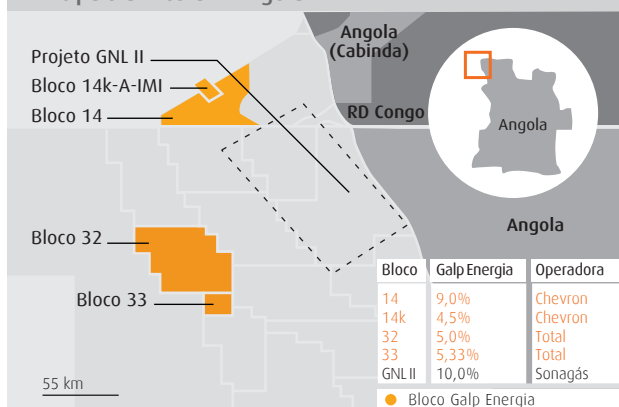
O consórcio continuará a analisar os dados obtidos na campanha de exploração e procederá ao reprocessamento da sísmica, atividades que serão essenciais para determinar as futuras atividades exploratórias naquela área. As licenças de exploração petrolífera, que ainda contêm prospectividade, expiram em 2015.

Angola

Em Angola, a Galp Energia detém ativos em exploração nos blocos 14, 32 e 33, localizados *offshore*. A Empresa participa ainda no primeiro projeto integrado de gás natural no país, o Angola LNG II.

Em 2013, salienta-se a continuidade das atividades de exploração no bloco 32, onde foi concluído o poço Caril-2. Em 2014, os trabalhos de exploração e avaliação prosseguirão com a perfuração de, pelo menos, um poço.

Principais ativos em Angola



Portugal

O portefólio de exploração em Portugal inclui atualmente oito blocos: sete blocos *offshore* nas bacias do Alentejo e de Peniche e um bloco operado *onshore* na bacia Lusitana.

Em 2013, destaque para o *farm-in* da Repsol nos quatro blocos da bacia de Peniche, que se tornou a operadora dos blocos após a saída da Petrobras. No âmbito deste processo, o consórcio garantiu a extensão do período de exploração por dois períodos consecutivos de um ano cada.

Na bacia do Alentejo, o consórcio garantiu também a extensão do período de exploração por um ano, até ao final de 2014, de forma a concluir os estudos que irão permitir a seleção dos prospectos candidatos a perfuração, e tomar a decisão de abandonar a área ou passar à próxima fase de exploração, que engloba o compromisso de perfuração de um poço de exploração.

Relativamente ao projeto *onshore* Aljubarrota-3, a Galp Energia assumiu a função de operadora em 2013. Após a perfuração de um poço de exploração em 2012, que não resultou numa descoberta comercial, o consórcio prosseguiu com vários estudos, incluindo ambientais, para averiguar o potencial de *shale gas* na bacia, estando atualmente em análise a decisão sobre futuras atividades de exploração no bloco.

Uruguai

A Galp Energia está presente nas áreas 3 e 4 da bacia de Punta del Este desde a primeira ronda de licitação de licenças *offshore* do país.

Em 2013, o consórcio da Área 3 realizou a aquisição de sísmica 3D, numa extensão de 2.000 quilómetros quadrados (km²), de forma a identificar potenciais prospectos candidatos a perfuração.

No decorrer do ano, destaque também para o *farm-in* da empresa internacional Royal Dutch Shell, p.l.c. (Shell), que adquiriu uma participação de 40% em ambas as áreas, na sequência do processo de *farm-out* da Petrobras. Por conseguinte, a Shell tomou a posição de operadora da Área 4, enquanto a YPF, S.A. permanece como operadora na Área 3. A Galp Energia detém uma participação de 20% nos respetivos consórcios.

2.3 Refinação & Distribuição



Novas unidades na refinaria de Sines no âmbito do projeto de conversão.

Objetivos estratégicos

- Aumento da utilização do aparelho refinador, nomeadamente através de uma maior fiabilidade e disponibilidade dos equipamentos, bem como da taxa de conversão do barril em produtos mais leves, com impacto positivo na rentabilidade da atividade de refinação.
- Aumento da eficiência energética e de processo com o objetivo de reduzir o impacto dos consumos e quebras das refinarias e, consequentemente, com impacto positivo nos custos operacionais.
- Aumento da rentabilização dos ativos no negócio de comercialização de produtos petrolíferos em mercados de maior valor acrescentado, nomeadamente na Península Ibérica e em mercados africanos selecionados.

Destaques em 2013

- Margens de refinação de referência atingiram mínimos históricos na Europa, reflexo do desequilíbrio estrutural da atividade de refinação e respetivo excesso de capacidade de refinação naquela região.
- Primeiro ano de operação do projeto de conversão de forma integrada, após o arranque do complexo de *hydrocracking* na refinaria de Sines, em janeiro, conduzindo ao aumento de 6 p.p. da produção de gasóleo para 39% do total da produção.
- Mercado de produtos petrolíferos na Península Ibérica continuou a ser impactado pelo contexto económico adverso na região, embora evidenciando alguns sinais de melhoria no final do ano.
- Continuação da implementação de medidas de proteção de quota de mercado e de melhoria da eficiência operacional na atividade de comercialização de produtos petrolíferos na Península Ibérica.

PRINCIPAIS INDICADORES

	2010	2011	2012	2013
Crude processado (kbbl)	84.720	76.186	81.792	87.528
Margem de refinação Galp Energia (\$/bbl)	2,6	0,6	2,2	2,2
Custos operacionais líquidos das refinarias (\$/bbl)	2,1	2,3	2,2	2,6
Vendas de produtos refinados (mt)	17,3	16,3	16,4	17,2
Vendas a clientes diretos (mt)	11,0	10,5	9,8	9,9
Número de estações de serviço	1.539	1.502	1.486	1.435
Número de lojas de conveniência	589	595	588	592
Ebitda RCA (€m)	403	244	308	315
Ebit RCA (€m)	210	23	75	3
Investimento ¹ (€m)	800	641	162	153

¹ Valores relativos aos anos de 2010 e 2011 incluem juros capitalizados, não sendo comparáveis com os valores a partir de 2012.

A Galp Energia é detentora de um sistema refinador integrado, constituído por duas refinarias em Portugal, com uma capacidade para processar, no total, 330 kbopd. O aparelho refinador da Empresa tem uma complexidade elevada, com um índice de complexidade Nelson de 8,6, beneficiando das operações das unidades *hydrocracker* e *fluid catalytic cracking* (FCC), na refinaria de Sines, e da unidade *visbreaker*, na refinaria de Matosinhos.

Adicionalmente, a Empresa tem no seu portefólio uma vasta rede de distribuição de produtos petrolíferos na Península Ibérica, que inclui aproximadamente 1.300 estações de serviço. Com efeito, a Galp Energia é um dos operadores de referência nesta região, onde comercializa a maioria dos produtos petrolíferos que produz nas suas refinarias. De notar que a Empresa também comercializa produtos petrolíferos, em mercados selecionados em África, embora em menor escala, através de uma rede de cerca de 130 estações de serviço.

O negócio de R&D gera *cash flow* resiliente, nomeadamente com o contributo estável para resultados do negócio de comercialização de produtos petrolíferos. Com efeito, as ações a implementar no negócio de R&D centram-se no aumento da rentabilidade das atividades, quer de refinação quer de comercialização, sendo o *cash flow* por elas gerado alocado ao financiamento do plano de investimentos programado para o negócio de E&P.

Refinação

No ano de 2013, a atividade de refinação foi negativamente afetada pelo contexto que caracterizou as margens de refinação na Europa.

Este ano constituiu um marco relevante na história da atividade de refinação da Galp Energia, tendo o aparelho refinador da Empresa tornado-se mais complexo e competitivo no contexto congénere europeu.

O complexo de *hydrocracking* na refinaria de Sines, construído no âmbito do projeto de conversão das refinarias, iniciou operações com êxito em janeiro de 2013, tendo operado de forma estável a partir do segundo trimestre do ano. A partir desse momento, a Galp Energia passou a estar dotada de um aparelho refinador cujo perfil de produção, através do aumento da produção de gasóleo, vai ao encontro do perfil de procura da Península Ibérica, o mercado onde maioritariamente opera.

Deste modo, o renovado sistema de refinação veio beneficiar o desempenho da Galp Energia num contexto volátil e incerto, estruturalmente não-equilibrado entre procura e oferta na Europa. As refinarias mais complexas e flexíveis, em que se enquadra o aparelho refinador da Empresa, serão capazes de melhor se adaptarem às dinâmicas de mercado e, como tal, de assegurar uma maior rentabilidade face aos seus concorrentes.

Durante o ano de 2013, e desde a estabilização das operações, o complexo de *hydrocracking* produziu com uma taxa de utilização de cerca de 100%. Já a taxa de utilização da capacidade de destilação do aparelho refinador da Galp Energia foi de 73% em 2013, na sequência de algumas paragens programadas e não-programadas, mas também devido à política de gestão da otimização da capacidade tendo em conta o nível das margens de refinação no ano.

Neste contexto, importa salientar que a Galp Energia implementa técnicas avançadas de engenharia com vista a aumentar a fiabilidade e a disponibilidade das unidades, mas também para estender o ciclo de vida dos ativos. É importante mencionar que a Galp Energia vai proceder à última paragem geral, programada na refinaria de Sines em 2014, a qual deverá durar cerca de 45 dias, e que incluirá o complexo de *hydrocracking* e o FCC. A partir daquela data, as refinarias serão sujeitas apenas a paragens parciais.

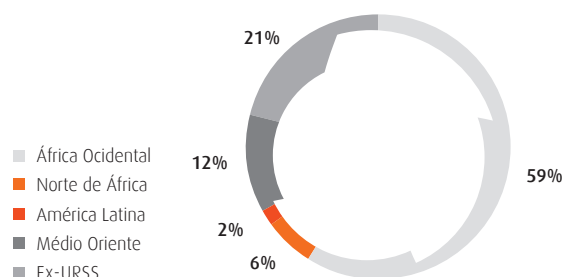
No decorrer do ano de 2013, o gasóleo e a gasolina continuaram a ser os produtos com maior peso no perfil de produção da Empresa, representando 39% e 20% da produção total, respetivamente. De salientar que o peso no perfil de produção de gasóleo aumentou 6 p.p. em 2013, sobretudo em detrimento da produção de fuelóleo, produto de menor valor no mercado, cujo peso na produção desceu 5 p.p. face a 2012, fruto do novo sistema refinador.

Tendo em conta o perfil de produção objetivo, e com vista à maximização da margem de refinação, a Galp Energia procedeu ao adequado aprovisionamento de crude, que tem também em consideração a estratégia de diversificação de aprovisionamento e as especificações do seu aparelho refinador, que tem atualmente uma maior capacidade de processamento de crudes mais pesados.

Em 2013, foram processadas 14 milhões de toneladas (mt) de matérias-primas, tendo o crude representado 83%. Durante o ano, a Galp Energia importou crudes provenientes de 13 países. Os crudes médios e pesados, que historicamente tendem a apresentar um custo mais baixo do que o dos crudes leves, representaram 84% do total, 13 p.p. acima do verificado em 2012.

Importa referir que a política de diversificação no aprovisionamento de crudes possibilita a colmatação de efeitos resultantes de acontecimentos como a ocorrência de conflitos geopolíticos, que em 2013 levou, por exemplo, à interrupção do aprovisionamento oriundo da Líbia.

Origem do crude em 2013



Destaca-se o maior foco ao nível da gestão dos *stocks*, em particular operacionais, de petróleo e produtos petrolíferos, com vista à redução do capital investido naquela atividade. Com efeito, em 2013, a Empresa reduziu o investimento em *stocks* em mais de €200 m, sobretudo por via da otimização das quantidades. Esta gestão tem sempre em consideração o risco e o respetivo custo de rutura de *stock*, bem como a garantia do grau de satisfação dos clientes.

Relativamente aos ativos logísticos, a Galp Energia tem acesso a terminais marítimos no sul e no norte de Portugal e a parques de armazenagem em Portugal e em Espanha, com uma capacidade total de cerca de 7 mm³. No final de 2013, a Empresa detinha ainda participações em empresas de logística em Portugal e beneficiava de acesso a diversos oleodutos na Península Ibérica, com um total de cerca de 4 mil quilómetros.

De destacar neste contexto que, em junho de 2013, a Galp Energia anunciou a venda da participação de 5% que detinha na empresa espanhola Companhia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A. (CLH), no âmbito da estratégia de gestão e otimização do seu portefólio de ativos, continuando, no entanto, a beneficiar do acesso àquela infraestrutura.

Em Moçambique, a Galp Energia reforçou a sua base logística, fazendo parte, com uma participação de 45%, do consórcio que está a construir infraestruturas para o armazenamento de combustíveis. Este projeto constitui a criação de um centro logístico naquela região africana, que permitirá à Empresa assegurar o acesso a aprovisionamento competitivo daqueles produtos, bem como possibilitará a exportação dos mesmos para países vizinhos.

Comercialização de produtos petrolíferos

A Galp Energia concentra a atividade de comercialização de produtos petrolíferos em mercados com valor acrescentado, nomeadamente na Península Ibérica, mas também em alguns países africanos, onde o crescimento esperado do mercado é atrativo.

Durante 2013, foram vendidas 17 mt de produtos petrolíferos, um aumento de 5% relativamente a 2012. Este aumento foi suportado pelas vendas a clientes diretos na Península Ibérica e em África, que representaram cerca de 60% do total dos volumes vendidos, mas sobretudo pelo aumento das exportações. Já as vendas a outros operadores constituíram cerca de 20% do total de vendas no ano.

Com efeito, a principal atividade da Empresa é a comercialização de produtos petrolíferos sob a marca Galp Energia, comercializando também produtos *non-fuel*, nomeadamente na rede de estações de serviço, de forma a maximizar a rentabilidade destes ativos.

Durante o ano de 2013, a Galp Energia continuou a adaptar a organização da estrutura da atividade de comercialização de produtos petrolíferos às características atuais do negócio e da dinâmica do mercado. Estas adaptações incidiram particularmente na simplificação da estrutura organizacional, no sentido de aumentar a competitividade e a eficiência na gestão de recursos, bem como maximizar o retorno sobre o capital investido. A simplificação da estrutura permite um maior enfoque na política de captação e de fidelização de clientes, que está devidamente segmentada e que promove a dinamização de várias campanhas de promoção e o estabelecimento de parcerias.

A Galp Energia procedeu também à atualização dos seus sistemas de informação, de modo a agilizar e tornar mais flexível a capacidade de resposta da Empresa às necessidades do mercado, ao mesmo tempo que reforçou a integração da gestão dos vários serviços de atendimento, com os objetivos de melhorar o serviço ao cliente, capturar sinergias e reduzir custos.

Adicionalmente, dado o contexto económico adverso que tem vindo a caracterizar a Península Ibérica, a Galp Energia concentrou os seus esforços no controlo de risco de crédito, em particular na recuperação de dívidas vencidas.

Vendas a clientes diretos

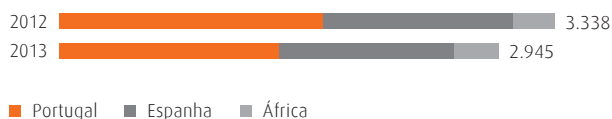
As vendas a clientes diretos, na Península Ibérica e em alguns mercados em África, constituem o principal foco da Galp Energia no que respeita à atividade de comercialização de produtos petrolíferos. Com efeito, atendendo à qualidade e localização dos ativos de que dispõe, nomeadamente de refinação e logística, a Empresa considera que é nestes mercados que é capaz de gerar mais valor.

As vendas a clientes diretos totalizaram 9,9 mt, em 2013, em linha com o ano de 2012, com o contributo positivo de vendas relacionadas com produtos químicos e dos maiores volumes vendidos em África, que compensaram o impacto descida verificada no mercado de combustíveis rodoviários, ou seja, gasóleo e gasolina, na Península Ibérica.

De facto, a Galp Energia continuou a desenvolver a atividade de comercialização em África, continuando a assistir-se a um crescimento do mercado naquela região, principalmente na sequência do bom desempenho de Angola e Moçambique.

No segmento de retalho, os volumes de produtos petrolíferos vendidos no ano de 2013 apresentaram uma evolução negativa de 12%, na sequência do menor consumo que caracterizou a Península Ibérica, apesar de se ter verificado um abrandamento da retração da procura ao longo do ano.

Vendas do segmento de retalho (kt)

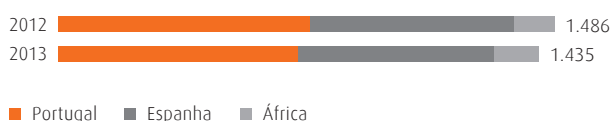


■ Portugal ■ Espanha ■ África

No final de 2013, a Galp Energia voltou a manter a liderança no mercado de retalho de combustíveis brancos em Portugal, com uma quota de mercado de 31%, em linha com o verificado em 2012. Também em Espanha a quota de mercado se manteve estável em 6%.

A Galp Energia reforçou em 2013 a sua relação com o cliente de modo a defender a quota de mercado. Assim, a parceria da Galp Energia com uma marca do maior grupo de retalho em Portugal, Sonae, continuou a evoluir positivamente, ao mesmo tempo que foram lançadas campanhas promocionais de carácter temporário e se estabeleceram parcerias que conduziram ao lançamento de um novo cartão, destinado ao segmento etário jovem.

Número de estações de serviço



■ Portugal ■ Espanha ■ África

Como resultado da gestão ativa da rede de estações de serviço, a Galp Energia tinha 1.435 estações de serviço no final do ano, das quais 1.305 na Península Ibérica, tendo-se assistido a uma redução de 26 postos sob gestão direta, com impacto direto nos custos da Empresa.

Já no segmento de *wholesale*, as vendas apresentaram uma subida anual de 7%, em 2013, na sequência dos maiores volumes vendidos em Portugal. De destacar que, em Portugal, o subsegmento que mais contribuiu para aquela subida foi o da Marinha. De salientar que os volumes vendidos em Espanha e em África se mantiveram estáveis.

Vendas do segmento de *wholesale* (kt)



■ Portugal ■ Espanha ■ África

Vendas a outros operadores

Apesar de o foco da Empresa ser a venda a clientes diretos, a Galp Energia assegura o aprovisionamento, através da produção nas suas refinarias, de outros comercializadores na Península Ibérica.

Com efeito, as vendas a outros operadores constituem também um veículo para colocação de produção em Portugal, beneficiando do prémio de localização das refinarias, ou seja, em detrimento do mercado de exportação.

Em 2013, as vendas a outros operadores totalizaram 3 mt, em linha com o registado em 2012, tendo representado cerca de 20% do total dos volumes comercializados pela Galp Energia.

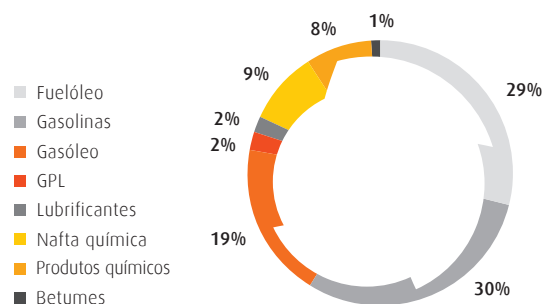
Exportações

A Galp Energia atua no mercado internacional de exportações, sobretudo como forma de escoar produção das suas refinarias. No entanto, importa salientar que a Empresa prioriza a exportação para mercados próximos do aparelho refinador onde existam oportunidades de arbitragem, não obstante a exploração de outras oportunidades em mercados emergentes.

No ano de 2013, as exportações para fora da Península Ibérica totalizaram 4 mt, mais de 21% que no ano anterior. Esta subida deveu-se sobretudo à descida de consumo no mercado ibérico, havendo, portanto, maior produção disponível para exportação.

O fuelóleo e a gasolina, que foram os produtos mais exportados, destinaram-se sobretudo a Marrocos e aos EUA, respetivamente. De destacar que o gasóleo já representou 19% do total das exportações, que se destinaram maioritariamente a França, Marrocos e a Gibraltar.

Exportações por produto em 2013



2.4 Gas & Power



Navio metaneiro no porto de Sines.

Objetivos estratégicos

- Garantir a sustentabilidade da atividade de trading de GNL no mercado internacional, com enfoque nos mercados de valor acrescentado, beneficiando assim do seu contexto favorável.
- Manter uma base estável de procura na Península Ibérica que permita, por sua vez, a tomada de risco de aprovisionamento e que sustente uma gestão eficaz e flexível do portefólio.
- Consolidar atividades de power numa ótica integrada, nomeadamente com o negócio de gás natural.

Destaques em 2013

- Máximo histórico de volumes comercializados de gás natural de 7.090 mm³, suportado pela atividade de supply & trading de GNL no mercado internacional.
- Consolidação da atividade de comercialização na Península Ibérica, com foco na captura de sinergias ao nível operacional.
- Continuação da aposta na oferta combinada de gás natural e eletricidade, pioneira no mercado português.
- Entrada em operação da cogeração instalada na refinaria de Matosinhos no mês de março.

PRINCIPAIS INDICADORES

	2010	2011	2012	2013
Vendas de gás natural a clientes diretos (mm ³)	4.432	4.628	4.011	4.056
Vendas de GN/GNL em trading (mm ³)	494	738	2.242	3.034
Ativo fixo líquido de gás natural (€m)	1.045	1.063	1.233	1.239
Capacidade instalada de cogerações (MW)	163	175	257	254
Vendas de eletricidade à rede (GWh)	1.202	1.201	1.298	1.904
Ebitda RCA (€m)	263	287	350	412
Ebit RCA (€m)	184	230	285	340
Investimento ¹ (€m)	87	55	67	85

¹ Valores relativos aos anos de 2010 e 2011 incluem juros capitalizados, não sendo comparáveis com os valores a partir de 2012.

Através do negócio de G&P, a Galp Energia compra gás natural e GNL, que distribui e comercializa sobretudo na Península Ibérica, mas também no mercado internacional, onde tem vindo a intensificar a atividade de trading de GNL. É a base de procura estável que a Empresa detém na Península Ibérica, de cerca de 4 mil milhões de metros cúbicos (bcm) por ano, que lhe permitem tomar risco de aprovisionamento, de forma a que possa, de forma sustentada, continuar a tirar partido de oportunidades em mercados com maior valor acrescentado.

Paralelamente, a Empresa tem vindo a consolidar as atividades de geração e comercialização de eletricidade, de forma integrada, sobretudo com a atividade de comercialização de gás natural.

O negócio de G&P gera *cash flow* positivo, sendo expectável que os resultados da atividade de supply & trading continuem a beneficiar da captação de oportunidades no mercado internacional de GNL. A atividade de gestão de infraestruturas reguladas de gás natural e a atividade de power contribuem de forma estável para resultados.

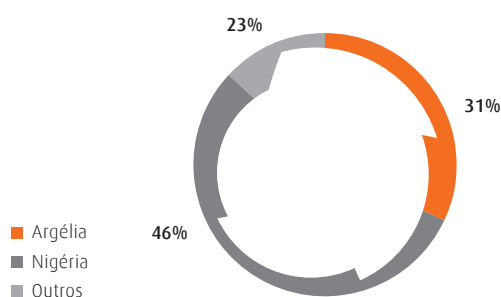
Gás natural

O negócio de gás natural da Galp Energia engloba um conjunto de atividades reguladas e liberalizadas, nomeadamente o aprovisionamento em regime liberalizado, a exploração de infraestruturas em regime regulado e a comercialização na Península Ibérica e no mercado internacional, esta última através do segmento de trading.

Aprovisionamento

A Galp Energia detém contratos de aprovisionamento a longo prazo num total de 6 bcm por ano, que têm maturidade após 2020. Com estes contratos, a Empresa garante o acesso a gás natural proveniente da Argélia e a GNL produzido na Nigéria.

Fontes de aprovisionamento de gás natural em 2013



Em 2013, a Galp Energia prosseguiu com uma política de gestão ativa das diversas fontes de aprovisionamento, incluindo o mercado *spot*, tendo adquirido um total de 7,1 bcm de gás natural, mais 12% do que no ano anterior. Destes, 3,3 bcm provieram da Nigéria, através dos contratos estabelecidos com a Nigeria LNG, enquanto 2,2 bcm vieram da Argélia, através dos gasodutos Europe Maghreb Pipeline (EMPL), Al-Andalus e Extremadura.

Participações em gasodutos internacionais

Gasodutos internacionais	País	Capacidade (bcm/ano)	% de participação da Galp Energia
EMPL	Argélia, Marrocos	12,0	23
Al-Andalus	Espanha	7,8	33
Extremadura	Espanha	6,1	49

Supply & trading

A Galp Energia atua no mercado ibérico de comercialização de gás natural, onde mantém uma rede de procura estável, concentrando esforços no aumento da rentabilidade da atividade. Paralelamente, a Empresa tem vindo a intensificar a atuação no mercado internacional de GNL, tendo sido bem-sucedida na captação de oportunidades em mercados como a América Latina e a Ásia.

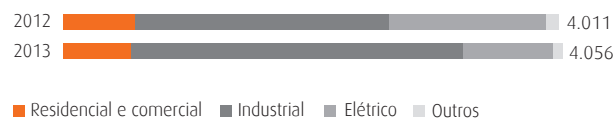
Em 2013, a Galp Energia comercializou um total de 7.090 mm³, um máximo histórico suportado pelo aumento das vendas no segmento de trading, que representaram 43% do total.

Vendas a clientes diretos

A Galp Energia é o segundo maior comercializador de gás natural na Península Ibérica, com cerca de 1,3 milhões de clientes.

Em 2013, as vendas de gás natural a clientes diretos totalizaram 4.056 mm³, em linha com o verificado em 2012, uma vez que a descida da procura no segmento elétrico foi mais do que compensada pelo aumento do consumo no segmento industrial.

Vendas de gás natural a clientes diretos (mm³)



Durante 2013, as centrais elétricas abastecidas pela Galp Energia continuaram a reduzir o consumo de gás natural, que atingiu os 736 mm³, uma contração de 41% face ao ano anterior. Tal deveu-se a um aumento da geração de eletricidade através de fontes alternativas, nomeadamente a hídrica, a eólica e o carvão, bem como a um aumento das importações de eletricidade produzida em Espanha.

Já no segmento industrial, os volumes de gás natural vendidos aumentaram 605 mm³ para os 2.718 mm³, suportados pelo aumento dos consumos das unidades industriais da Galp Energia, nomeadamente do complexo de *hydrocracking* na refinaria de Sines e da cogeração na refinaria de Matosinhos, a qual esteve em plena operação a partir de março de 2013.

Relativamente ao segmento residencial e comercial, os volumes de gás natural vendidos situaram-se nos 521 mm³, em linha com o ano anterior, e não obstante a expansão da liberalização do mercado português neste segmento. Com efeito, os esforços envidados para reter clientes no âmbito da liberalização do mercado de gás natural em Portugal, bem como as ações realizadas em Espanha para consolidar a posição naquele mercado, suportaram a posição de referência da Galp Energia ao nível ibérico.

Em 2013, importa salientar que se deu continuidade a um conjunto de iniciativas com vista a aumentar a eficácia e rentabilidade na atividade de comercialização de gás natural. Salienta-se, entre outras, o maior foco na gestão do crédito.

Trading

A Galp Energia tem vindo a intensificar a atividade de trading de GNL nos mercados com maior valor acrescentado, concretamente nos mercados asiáticos e da América Latina.

Em 2013, a Empresa registou um novo máximo de volumes vendidos neste segmento, de 3.034 mm³, uma subida de 35% face ao registado em 2012. Durante o ano, foram vendidas 36 cargas de GNL, entre as quais se destacam 16 cargas a países na América Latina e 13 a países no Extremo Oriente. Para os volumes vendidos no ano, contribuíram de forma relevante os contratos firmados em 2012, e que preveem a venda de cerca de 1,4 bcm de GNL por ano, entre 2013 e 2015.

Para sustentar a atividade de supply & trading a longo prazo, nomeadamente considerando as expectativas de crescimento do mercado de GNL a nível mundial, a Empresa tem vindo, a apostar, entre outros, no reforço das competências técnicas da equipa de *traders*.

Infraestruturas reguladas

A Galp Energia opera infraestruturas reguladas para a distribuição e armazenagem de gás natural em Portugal, sendo a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), o regulador português para o sector da energia, quem estabelece as regras de remuneração dessas atividades.

Os proveitos permitidos, que servem de base ao cálculo das tarifas da atividade de distribuição de gás natural, resultam da soma do custo de capital, da recuperação dos custos operacionais e de ajustamentos, nomeadamente o desvio tarifário. O custo de capital é calculado como o produto da base de ativos regulados pela taxa de remuneração fixada pelo regulador, acrescido das amortizações daqueles ativos. O desvio tarifário é definido como a diferença entre os proveitos permitidos estimados para o ano n-2 e os proveitos reais no mesmo período.

O ano de 2013 marcou o início do novo período regulatório, que terminará em 2016, tendo sido estabelecida uma nova metodologia para o cálculo da taxa de remuneração, que passou a ser função de uma média da *yield* das obrigações a 10 anos emitidas pelo Estado português.

Distribuição

A Galp Energia participa em nove distribuidoras de gás natural em Portugal, cinco das quais operam ao abrigo de contratos de concessão com uma duração de 40 anos, enquanto as restantes operam ao abrigo de licenças com um período de exploração de 20 anos. A taxa de remuneração da atividade de distribuição de gás natural está fixada em 9% para o ano em curso, sendo que, no final de 2013, a base de ativos regulatórios afeta àquela atividade era de €1,1 mil milhões (bn).

No final do ano, a rede de distribuição operada pela Galp Energia contava com 12.159 km, tendo sido atingido em 2013 o marco de um milhão de pontos de consumo conectados. As empresas participadas pela Galp Energia distribuíram 1,5 bcm de gás natural durante o ano.

Armazenagem

A Galp Energia opera a atividade regulada de armazenamento subterrâneo de gás natural por um período de concessão de 40 anos, com termo em 2046. Os ativos regulados subjacentes a esta atividade estão avaliados em €66 m e são remunerados a uma taxa de 8%.

Em 2013, entrou em operação uma nova caverna, que tinha sido concluída no ano de 2012. Com um volume geométrico de aproximadamente 748 mil m³, esta é a maior caverna de armazenagem da Península Ibérica e uma das maiores da Europa. A Galp Energia opera agora uma capacidade comercial de armazenagem de cerca de 131 mm³.

Power

O negócio de power engloba a geração de energia, nomeadamente através do portefólio de cogerações localizadas em Portugal, e a comercialização de eletricidade. Este negócio complementa o de gás natural por via do consumo de gás natural nas cogerações e por via da oferta combinada de eletricidade e gás.

Cogerações

A Galp Energia tem atualmente uma capacidade instalada de 254 MW, com destaque para as cogerações instaladas nas refinarias de Sines e de Matosinhos, as quais são uma importante fonte de consumo de gás natural para a Empresa e também uma relevante fonte de geração eficiente de energia para as refinarias.

No ano de 2013, salienta-se o início da fase de operação da cogeração na refinaria de Matosinhos, que funcionou com uma disponibilidade de 88% desde então, e contribuiu para o aumento de 47% das vendas totais de eletricidade à rede.

Portefólio de cogerações da Galp Energia em 2013

	Capacidade instalada (MW)	Produção de eletricidade (GWh)	Consumo de gás natural (mm ³)
Sines	82	674	245
Matosinhos	82	585	195
Outras	90	648	87
Total	254	1.906	527

Trading e comercialização de eletricidade

A Galp Energia atua no mercado de eletricidade através do Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL) para a aquisição de eletricidade, a qual é vendida através da atividade de comercialização. A atividade de comercialização de eletricidade complementa o negócio de gás natural, tendo sido lançada em 2012 a primeira oferta combinada no mercado português, nomeadamente para o segmento residencial.

Em 2013, a Galp Energia consolidou a sua posição no mercado de comercialização, tendo intensificado esforços ao nível dos clientes *business-to-business*, com especial enfoque naqueles que são já seus clientes de gás natural.

Durante 2013, a Empresa comercializou 1.619 GWh de eletricidade, ou seja, cerca de três vezes mais do que em 2012, tendo atingido o marco de 100 mil contratos firmados, a maioria dos quais para uma oferta combinada de eletricidade e gás natural.



Desempenho financeiro

- 3.1 Sumário executivo
- 3.2 Análise de resultados
- 3.3 Investimento
- 3.4 Análise da estrutura de capital

3.1 Sumário executivo

Em 2013, o resultado líquido RCA da Galp Energia foi de €310 m, menos €50 m do que em 2012.

Com efeito, não obstante o aumento da produção de petróleo e gás natural e dos volumes vendidos de GNL no mercado internacional, a subida das amortizações, nomeadamente nos segmentos de E&P e R&D, teve um impacto negativo no resultado líquido no período.

Do desempenho operacional e financeiro da Galp Energia em 2013, salientam-se os seguintes factos:

- a produção *net entitlement* de petróleo e gás natural foi de 20,8 kboepd, dos quais 60% provenientes do Brasil;
- a margem de refinação da Galp Energia manteve-se estável em \$2,2/bbl, num cenário de descida das margens de refinação de referência, tendo beneficiado da entrada em operação do complexo de *hydrocracking*;

- o negócio de comercialização de produtos petrolíferos continuou a ser afetado pela conjuntura económica adversa na Península Ibérica, apesar de ter sido notória uma estabilização nos volumes vendidos no final do ano;
- os volumes vendidos de gás natural atingiram os 7.090 mm³, um aumento de 13% face a 2012, na sequência da mais robusta atividade de supply & trading de GNL no mercado internacional;
- o Ebit RCA foi de €590 m, uma descida de €12 m, principalmente na sequência do aumento das amortizações dos segmentos de negócio de E&P e R&D;
- o investimento totalizou €963 m, dos quais cerca de 75% foram afetos ao segmento de negócio de E&P, nomeadamente às atividades de desenvolvimento e produção no Brasil;
- no final do ano, o rácio de dívida líquida para Ebitda situava-se em 1,1x, considerando o empréstimo concedido à empresa Sinopec como caixa e equivalentes.

Nota: salvo indicação em contrário, os valores referidos neste capítulo são RCA.

3.2 Análise de resultados

Desempenho operacional

Exploração & Produção

No ano de 2013, o Ebitda aumentou €22 m para €396 m face ao ano anterior, essencialmente devido ao aumento da produção de petróleo e gás natural.

Os custos de produção atingiram €78 m, um aumento de €10 m face ao ano anterior, na sequência do início das operações da segunda FPSO no Brasil, e do aumento dos custos de produção em Angola relacionados com as atividades de manutenção.

Os outros custos operacionais aumentaram €16 m face a 2012, para €65 m, devido ao reforço da equipa de E&P e à revisão em alta dos prémios de seguro relativos à atividade do Brasil, no seguimento do aumento da atividade e investimento no país.

As amortizações aumentaram para €129 m face a €106 m em 2012, devido essencialmente ao aumento do investimento e da produção no Brasil, influenciado pela entrada em produção da FPSO Cidade de Paraty. As provisões foram de €35 m, face a €22 m em 2012, influenciadas sobretudo pelo aumento das provisões de abandono relativas ao campo Kuito, em antecipação à desmobilização da respetiva FPSO no final de 2013.

O Ebit no ano de 2013 foi de €231 m, uma diminuição de €14 m, devido ao aumento dos custos de produção e das amortizações.

Refinação & Distribuição

Em 2013, o Ebitda foi de €315 m, em linha com o verificado em 2012.

Apesar da evolução negativa das margens de refinação de referência, a margem da Galp Energia manteve-se estável em \$2,2/bbl, influenciada pelo contributo positivo do complexo de *hydrocracking*.

Os custos *cash* operacionais das refinarias foram de €172 m, um aumento de €29 m face a 2012, influenciados pela compra de licenças de emissão de CO₂ e pelo aumento de custos operacionais relacionados com as operações do complexo de *hydrocracking*.

No ano de 2013, não obstante o contexto económico adverso que caracterizou a Península Ibérica, a atividade de comercialização de produtos petrolíferos foi positivamente influenciada por medidas de otimização que tiveram impacto nos custos operacionais do negócio.

As amortizações em 2013 aumentaram €63 m, para €267 m, o que refletiu o impacto de €62 m do início da amortização dos ativos afetos ao complexo de *hydrocracking* a partir do segundo trimestre de 2013.

As provisões de €45 m deveram-se principalmente às imparidades em contas a receber na atividade de distribuição de produtos petrolíferos.

Em 2013, o segmento de negócio de R&D apresentou um Ebit de €3 m comparativamente aos €75 m registados em 2012.

Gas & Power

O Ebitda do negócio de G&P foi de €412 m, um aumento anual de €61 m que refletiu a melhoria dos resultados da atividade de supply & trading.

Com efeito, o Ebitda da atividade de supply & trading atingiu o máximo de €209 m em 2013, mais €42 m do que em 2012, devido essencialmente à intensificação da atividade de supply & trading de GNL nos mercados internacionais.

O Ebitda do negócio de infraestrutura situou-se nos €160 m, tendo beneficiado da consolidação integral da empresa distribuidora de gás natural Setgás, a partir do terceiro trimestre de 2012.

Também o negócio de power apresentou uma melhoria operacional, com o Ebitda a aumentar €11 m para os €43 m, na sequência do início da operação da cogeração de Matosinhos.

As depreciações e amortizações em 2013 atingiram os €61 m, uma subida de €11 m face a 2012, resultado do início da amortização da cogeração de Matosinhos em 2013.

As provisões foram de €10 m e deveram-se sobretudo a imparidades em contas a receber.

O Ebit do negócio de G&P foi de €340 m, mais 19% do que no ano de 2012, para o que contribuíram todos os subsegmentos do negócio.

Ebitda por segmento de negócio (€m)

	2012	2013	Var.	% var.
Ebitda	1.032	1.141	108	11%
Exploração & Produção	373	396	22	6%
Refinação & Distribuição	308	315	7	2%
Gas & Power	350	412	61	17%

Desempenho financeiro

No ano de 2013 as vendas e prestações de serviços aumentaram 6% em relação a 2012, devido essencialmente ao aumento do volume de vendas de produtos petrolíferos, da produção de petróleo e gás natural e dos volumes vendidos de gás natural e GNL.

Os custos operacionais aumentaram 6% face a 2012, na sequência principalmente do aumento dos custos variáveis relativos a fornecimentos e serviços externos resultante do aumento dos custos com a atividade de produção de petróleo e gás natural e com a atividade de transporte de produtos petrolíferos. Os custos com o pessoal registaram um aumento de €28 m, devido ao efeito contabilizado unicamente no quarto trimestre de 2012 referente à renegociação e ao recálculo atuarial dos contratos de seguros de saúde.

O Ebitda ascendeu a €1.141 m, um aumento de 11% face a 2012, no seguimento da melhoria do desempenho principalmente dos segmentos de negócio de E&P e G&P.

O Ebit foi de €590 m, 2% abaixo do registado em 2012, consequência do aumento das depreciações e amortizações, principalmente nos segmentos de negócio de E&P e R&D.

Demonstrações de resultados (€m)

	2012	2013	Var.	% var.
Vendas e prestações de serviços	18.507	19.620	1.113	6%
Custos operacionais	(17.514)	(18.515)	1.001	6%
Custo das mercadorias vendidas	(16.228)	(17.117)	889	5%
Fornecimentos e serviços externos	(984)	(1.069)	85	9%
Custos com pessoal	(301)	(329)	28	9%
Outros proveitos (custos) operacionais	39	35	(3)	(9%)
Ebitda	1.032	1.141	108	11%
D&A e provisões	(431)	(551)	120	28%
Ebit	602	590	(12)	(2%)
Resultados de empresas associadas	72	64	(9)	(12%)
Resultados de investimentos	(0)	0	1	s.s.
Resultados financeiros	(79)	(121)	(42)	(53%)
Resultados antes de impostos e interesses que não controlam	595	533	(62)	(10%)
Imposto sobre o rendimento	(182)	(168)	(14)	(8%)
Taxa efetiva de imposto	31%	31%	1 p.p.	s.s.
Interesses que não controlam	(53)	(55)	3	5%
Resultado líquido	360	310	(50)	(14%)
Eventos não-recorrentes	(43)	(59)	(16)	38%
Resultado líquido RC	317	251	(66)	(21%)
Efeito stock	26	(62)	(89)	s.s.
Resultado líquido IFRS	343	189	(155)	(45%)

Em 2013, as empresas associadas geraram resultados de €64 m, uma descida de €9 m face a 2012. Esta evolução deveu-se principalmente à consolidação integral da empresa Setgás, a partir do terceiro trimestre de 2012, e da venda de 4,6% na empresa EMPL, no terceiro trimestre de 2012. Os gasodutos internacionais contribuíram €50 m para o resultado de empresas associadas.

As perdas financeiras aumentaram €42 m, face ao ano de 2012, para €121 m, na sequência da diminuição dos juros capitalizados e das diferenças de câmbio desfavoráveis de cerca de €9 m, comparativamente às diferenças de câmbio favoráveis de €2 m em 2012. A diminuição dos juros capitalizados deveu-se ao facto de que, a partir do segundo trimestre de 2013, os juros relativos ao investimento no projeto de conversão da refinaria de Sines deixaram de ser capitalizados na sequência do arranque operacional do complexo de *hydrocracking*.

O imposto sobre o rendimento em 2013 aumentou €14 m face a 2012, para €168 m, na sequência da intensificação das atividades de E&P. De facto, do total de impostos no período, €95 m corresponderam a contratos de concessão de exploração e produção de petróleo em Angola e no Brasil. A taxa efetiva de imposto foi de 31%, em linha com 2012.

No seguimento do aumento de capital subscrito pela Sinopec na subsidiária Petrogal Brasil e empresas relacionadas, em março de 2012, os interesses que não controlam atingiram os €55 m em 2013, um aumento de €3 m face ao ano de 2012.

Em 2013, o resultado líquido situou-se nos €310 m, menos €50 m do que em 2012.

O resultado líquido RC foi de €251 m, refletindo o impacto de eventos não-recorrentes negativos de €59 m, relativos nomeadamente imparidades referentes a poços secos e não-comerciais, e à devolução da área de Bem-te-vi

no bloco BM-S-8 no Brasil. Estes efeitos negativos não foram compensados pelos proveitos não-recorrentes, incluindo a mais-valia de €52 m decorrente da venda da participação na empresa CLH no terceiro trimestre de 2013.

O resultado líquido foi de €189 m em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), incluindo um efeito *stock* negativo de €62 m, no seguimento da evolução dos preços do petróleo e dos produtos petrolíferos nos mercados internacionais durante o ano.

3.3 Investimento

Investimento (€m)				
	2012	2013	Var.	% var.
Exploração & Produção	633	723	90	14%
Refinação & Distribuição	162	153	(8)	(5%)
Gas & Power	63	85	22	34%
Outros	4	1	(2)	(58%)
Total	862	963	101	12%

O investimento em 2013 foi de €963 m, dos quais cerca de 75% foram alocados ao negócio de E&P, de acordo com a estratégia da Empresa.

O investimento no negócio de E&P atingiu os €723 m e foi sobretudo alocado a atividades de desenvolvimento, em particular no campo Lula/Iracema no bloco BM-S-11, que representaram cerca de 60% do total investido no segmento de negócio de E&P. Os restantes 40% destinaram-se à campanha de exploração e avaliação intensiva realizada durante o ano.

O investimento nos negócios de *downstream* e gás foi de €238 m. Este valor referiu-se sobretudo a atividades de manutenção e segurança, mas também à finalização do projeto da cogeração da refinaria de Matosinhos e ao investimento em *cushion gas* para uma nova caverna de armazenamento de gás natural.

3.4 Análise da estrutura de capital

Situação financeira consolidada (€m, exceto indicação em contrário)			
	31 dez. 2012	31 dez. 2013	Varição
Ativo não-corrente	6.599	6.883	284
Outros ativos (passivos)	(451)	(460)	(9)
Empréstimo à Sinopec	931	871	(60)
Fundo de maneo	1.324	1.294	(30)
Capital empregue	8.403	8.589	186
Dívida de curto prazo	1.106	373	(732)
Dívida de longo prazo	2.477	3.304	826
Dívida total	3.583	3.677	94
Caixa e equivalentes	1.886	1.504	(382)
Dívida líquida	1.697	2.173	476
Total do capital próprio	6.706	6.416	(290)
Total do capital próprio e da dívida líquida	8.403	8.589	186
Dívida líquida incl. empréstimo à Sinopec	766	1.302	536
<i>Dívida líquida para Ebitda</i>	<i>1,7x</i>	<i>1,9x</i>	-
<i>Dívida líquida para Ebitda incl. empréstimo à Sinopec</i>	<i>0,7x</i>	<i>1,1x</i>	-

O ativo não-corrente de €6.883 m no final de 2013 representou um aumento de €284 m face ao final de 2012, na sequência do investimento efetuado ao longo do ano, nomeadamente no negócio de E&P.

O fundo de maneo, no final de 2013, era de €1.294 m, menos €30 m do que no final de 2012. Esta evolução reflete a gestão eficaz do fundo de maneo, que, no ano de 2013, incidiu, entre outros, na redução de *stocks*.

A dívida líquida era de €2.173 m a 31 de dezembro de 2013, ou de €1.302 m se se considerassem como caixa e equivalentes os €871 m devidos pela Sinopec à Galp Energia, a título do empréstimo concedido na sequência do aumento de capital na Petrogal Brasil e em outras empresas relacionadas.

O rácio de dívida líquida para Ebitda era de 1,9x no final de dezembro de 2013, ou 1,1x considerando o empréstimo à Sinopec como caixa e equivalentes.

Ao longo de 2013, a Galp Energia continuou a executar a estratégia financeira definida, que visa, entre outros, alinhar a maturidade da dívida com o perfil esperado de geração de *cash flow*, bem como garantir a diversificação das fontes de financiamento.

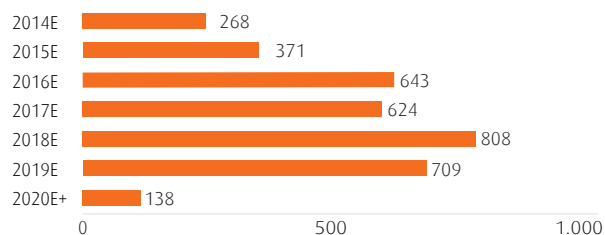
Nesse sentido, a Empresa emitiu durante o ano de 2013 dívida no montante global de €2,2 bn, com vencimentos entre os quatro e os seis anos.

Neste contexto, importa destacar que a Galp Energia procedeu à primeira emissão de dívida no mercado de capitais em novembro de 2013, ao abrigo do programa Euro Medium Term Note (EMTN) anunciado no ano. Esta emissão, para um montante de €500 m, contribuiu para a diversificação das fontes de financiamento, para o prolongamento do prazo médio da dívida e para a redução do custo médio de financiamento.

No final de dezembro de 2013, a dívida de médio e longo prazo representava 90% do total, contra 69% no final de dezembro de 2012. Do total da dívida de médio e longo prazo, 33% estava contratada a taxa fixa no final de dezembro de 2013.

No final de 2013, o prazo médio da dívida era de 3,6 anos, comparativamente a 2,6 anos no final do ano de 2012, reflexo dos esforços desenvolvidos pela Empresa para aumentar a maturidade da dívida.

Perfil de reembolso da dívida no final de 2013 (€m)



O custo médio da dívida em 2013 foi de 4,4%, menos oito pontos base (b.p.) do que no período homólogo de 2012.

No final de dezembro de 2013, a Galp Energia tinha linhas de crédito contratadas, mas não utilizadas de €1,2 bn; deste montante 25% estava firmado com bancos internacionais e 60% estava contratualmente garantido.

A 31 de dezembro de 2013, o montante em caixa e equivalentes líquidos atribuível aos interesses que não controlam era de €64 m, sendo que a maioria deste montante estava contabilizada na subsidiária brasileira da Galp Energia, a Petrogal Brasil.



Riscos principais

- 4.1 Riscos enfrentados pela Galp Energia
- 4.2 Gestão de riscos e sistema de controlo interno

4.1 Riscos enfrentados pela Galp Energia

Os principais riscos que a Galp Energia enfrenta podem afetar negativamente a implementação da sua estratégia, os seus *stakeholders*, os seus colaboradores e as comunidades onde atua, as suas operações, resultados, a situação financeira, os seus ativos e a sua reputação.

Consequentemente, estes efeitos podem ter impacto no retorno acionista, incluindo a distribuição de dividendos ou o valor de mercado da Galp Energia. As medidas tomadas pelo Conselho de Administração da Empresa para mitigar alguns destes riscos são identificadas e divulgadas, sempre que tal for apropriado.

Durante 2013, foi levado a cabo um processo intensivo para reavaliação dos principais riscos a que a Empresa está exposta. A Galp Energia agrupa os seus riscos principais em quatro grandes categorias: estratégicos, operacionais ou de conformidade, externos e financeiros. Foram definidas ações de mitigação para estes riscos, de forma a adequar a exposição aos mesmos ao nível de tolerância de risco dos acionistas.

Entre os riscos que podem afetar as atividades ou a situação financeira da Galp Energia, destacam-se os que se seguem, sem prejuízo de outros, que aqui não estejam discriminados, terem uma importância equivalente ou superior.

Risco principal	Descrição e impacto	Formas de mitigação
Riscos estratégicos		
Execução de projetos	O sucesso na execução de grandes projetos é fundamental para o crescimento da Galp Energia no futuro. A não-execução destes projetos dentro do orçamento, do tempo previsto e em conformidade com as especificações previamente definidas, pode influenciar a execução da estratégia da Galp Energia, os seus resultados, a sua reputação e a sua situação financeira. A execução destes projetos está sujeita a riscos de saúde, de segurança e de ambiente, e a riscos económicos, técnicos, comerciais, jurídicos ou regulatórios. Também a escolha de uma opção de desenvolvimento que não seja a mais apropriada pode levar a que se incorra em riscos e/ou custos adicionais durante a vida útil do projeto. Muitos dos principais projetos da Empresa são desenvolvidos através de parcerias, podendo ser operados por terceiros. Por sua vez, a atividade da Galp Energia e dos seus parceiros depende do desempenho dos diferentes prestadores de serviço e outras partes contratadas, pelo que a Empresa está exposta a risco de execução através dessas entidades. Importa também salientar que os parceiros podem ter interesses ou objetivos diferentes dos da Empresa, e podem exercer certos direitos de veto para bloquear algumas das decisões ou ações da Galp Energia. Os diferentes parceiros podem também aprovar determinadas matérias sem o consentimento da Empresa. Também o facto de a Galp Energia estar presente em diversos projetos nos quais não é operadora, e nos quais detém participações minoritárias, poderá afetar a sua capacidade de influenciar as decisões da parceria, e de gerir riscos e custos. Salienta-se ainda que os parceiros da Galp Energia ou as contrapartes contratadas são responsáveis pela adequação das competências técnicas e humanas que levam para cada projeto. Caso tal não se verifique, os parceiros ou outras partes poderão não ter capacidade para fazer face às suas obrigações, financeiras ou de outro foro, perante as suas contrapartes ou perante os projetos, podendo afetar a viabilidade dos mesmos.	Na Galp Energia, a decisão final de investimento num projeto é tomada após a revisão detalhada dos estudos de viabilidade, incluindo análises de sensibilidade a variáveis-chave, como preços e custos, a escolha e definição do conceito de desenvolvimento, o correto planeamento e gestão de execução de projetos, bem como o estudo das opções de comercialização. Outra forma de mitigar o risco de execução de projetos é através da constante monitorização dos mesmos, de forma a identificar potenciais riscos o mais cedo possível, garantindo que as medidas corretivas são implementadas de forma atempada. Também é importante a informação recolhida em cada projeto e que é posteriormente utilizada noutros projetos, permitindo à Empresa beneficiar da curva de experiência e aprendizagem. Apesar de a Galp Energia não ser operadora na maioria dos projetos onde participa, está ativamente envolvida na execução dos mesmos. A Empresa monitoriza diariamente a atividade de cada projeto e mantém um contacto direto com os operadores, que são empresas internacionais com uma vasta experiência no sector. Além disso, a Galp Energia está presente em diversos projetos de classe mundial, o que lhe permite tirar proveito do conhecimento e da experiência diversificada que detém, aproveitando técnicas e curvas de experiência de uma região para outra. Exemplo disto são os conhecimentos já adquiridos nas águas ultraprofundas da América Latina e de África. A Galp Energia acredita que a experiência comprovada e diversificada que detém, em conjunto com o conhecimento que adquire nos vários projetos onde participa, é um fator fundamental que lhe permite influenciar os consórcios onde participa. A Galp Energia pretende continuar a reforçar as suas competências no âmbito das atividades de exploração e produção, o que se espera que contribua para aumentar o controlo e a influência que possui sobre cada projeto. No que concerne ao risco que advém da contratação de prestadores de bens e serviços ou outras partes contratadas, a Galp Energia analisa e implementa um processo de seleção e contratação que congrega uma série de critérios no âmbito das operações, de segurança, saúde e ambiente (SSA). No caso dos projetos que não opera, a Empresa assegura também o acompanhamento por equipas internas multidisciplinares nas diferentes fases dos projetos.
Risco país	O campo Lula/Iracema é atualmente o maior contribuidor para a base de reservas de petróleo e gás natural da Galp Energia. Apesar de a Galp Energia não ter registado até à data problemas materiais no decorrer das suas operações no Brasil, incluindo, mas não limitado a, eventos relacionados com falhas de segurança, distúrbios civis, expropriação de ativos ou alterações no enquadramento legal, regulatório e fiscal, não existem garantias que tais eventos não surjam no futuro. Como tal, embora o governo e as autoridades brasileiras tenham vindo a cooperar no que diz respeito ao desenvolvimento de reservas de petróleo e gás no país, qualquer circunstância adversa que surja durante a fase de desenvolvimento dos projetos de E&P da Galp Energia no Brasil poderá pôr em risco as operações no país. E, dessa forma, vir a comprometer os objetivos de produção estabelecidos pela Empresa, podendo assim afetar de forma adversa os resultados operacionais e a situação financeira da Galp Energia.	A Galp Energia está permanentemente atenta a todos os eventos que ocorrem nos países onde opera e que possam ter implicações na atividade da Empresa, nomeadamente no Brasil. Em particular, a presença que a Empresa tem no Brasil e a relação que construiu com a empresa petrolífera de referência, a Petrobras, facilitam a existência de um canal de comunicação aberto e permitem-lhe reagir de forma atempada, nomeadamente no que diz respeito ao processo de tomada de decisão e respetiva capacidade de influenciar as partes interessadas locais, incluindo a sua parceira. Atendendo à dimensão dos projetos em desenvolvimento no Brasil, e à sua importância para a economia daquele país, é expectável que as entidades reguladoras e o governo brasileiro facilitem a execução dos projetos, reduzindo dessa forma o risco associado. Adicionalmente, a Galp Energia está atenta a oportunidades que possam surgir noutras regiões, e atendendo aos critérios definidos, o que poderá resultar na redução da exposição ao Brasil.

Risco principal	Descrição e impacto	Formas de mitigação
Necessidades de financiamento e liquidez	Antecipa-se que a Galp Energia, por virtude da sua estratégia e do seu plano de investimentos, venha a ter necessidade de fundos relevantes. A Galp Energia espera financiar uma parte substancial do seu plano de investimentos através do <i>cash flow</i> operacional que antecipa gerar, através das reservas de caixa e também de outra liquidez. No entanto, se as suas operações não gerarem <i>cash flow</i> suficiente, a Empresa poderá ter de recorrer a mais fontes de financiamento externas do que as originalmente previstas, incluindo empréstimos bancários e colocação de dívida e capital próprio no mercado de capitais ou criação de parcerias. Não existe garantia de que a Galp Energia seja capaz de satisfazer todas as necessidades de financiamento para executar o seu plano de investimentos, nomeadamente em condições comerciais aceitáveis. Se a Empresa não for capaz de fazer face às suas necessidades de financiamento e liquidez, poderá ter de reduzir o seu plano de investimentos, o que poderá ter impacto negativo no plano estratégico da Empresa, o seu negócio e, consequentemente, nos resultados das suas operações.	Um dos pilares estratégicos da Galp Energia é a manutenção de uma estrutura de capital sólida, nomeadamente através de uma forte disciplina financeira, o que deverá facilitar o acesso a mais e mais diversas fontes de financiamento, a custos considerados competitivos. A estrutura de capital sólida, e o <i>cash flow</i> resiliente gerado pelos negócios de <i>downstream</i> e gás, bem como o <i>cash flow</i> gerado pelo aumento da produção no Brasil, serão essenciais para melhorar as condições de crédito, prolongando maturidades a preços competitivos, mas também para diversificar as fontes de financiamento. A título de exemplo, salienta-se a primeira emissão de dívida no mercado de capitais em 2013, que permitiu o aumento da vida média da dívida e a descida do custo médio de financiamento. Além disso, a Galp Energia mantém linhas de crédito contratadas, a um nível considerado adequado, o que lhe fornece flexibilidade no que respeita a necessidades de tesouraria.
Eficiência dos investimentos	O crescimento orgânico da Empresa está dependente da criação de um portefólio de ativos de qualidade e do investimento nas melhores opções. Se a Galp Energia não for eficaz na seleção e desenvolvimento de investimentos, tal poderá resultar na perda de valor e/ou em mais elevados investimentos, pondo em risco a implementação dos seus planos estratégicos. Assim, se a Galp Energia não for capaz de implementar a sua estratégia com sucesso, tal poderá impactar adversamente os resultados de operações e na situação financeira da Empresa.	A Galp Energia tem um conjunto de ativos excecionais, nomeadamente na área de E&P. Todos os projetos desenvolvidos pela Empresa são rigorosamente analisados e submetidos à aprovação da equipa de gestão, e os mesmos só poderão ser aprovados caso o retorno seja superior ao custo de capital estimado. Para além das equipas que analisam em detalhe a viabilidade de cada projeto, a Galp Energia possui ainda uma equipa que avalia o portefólio de projetos/ativos e o seu enquadramento na estratégia da Empresa. O objetivo é assegurar que a Galp Energia seja eficaz na escolha dos seus investimentos, de forma a proteger o valor para o acionista e a assegurar a sustentabilidade da Empresa.
Descoberta e desenvolvimento de reservas e recursos de petróleo e gás natural	A futura produção de petróleo e de gás natural da Galp Energia depende da aquisição, da descoberta e do desenvolvimento, com regularidade e eficiência de custos, de novos recursos que substituam aqueles que se esgotam por via da produção. No entanto, a capacidade de a Empresa adquirir ou descobrir novos recursos e reservas está sujeita a inúmeros riscos. A título de exemplo, não existe garantia de que as atividades de exploração e desenvolvimento sejam bem-sucedidas ou, se o forem, de que a dimensão das descobertas seja suficiente para repor as atuais reservas ou para cobrir os custos de exploração. De facto, a atividade de exploração pode envolver resultados negativos, não apenas no que se refere a poços secos, mas também a descobertas que sejam consideradas economicamente inviáveis. As atividades de E&P são normalmente conduzidas em ambientes extremamente desafiantes, com potencial para existência de riscos de falha técnica e desastres naturais. Tal pode resultar num aumento de custos ou na redução, atraso ou cancelamento de operações de perfuração, nomeadamente devido a fatores diversos como sejam condições de perfuração inesperadas, pressões ou irregularidades em formações geológicas, falhas em equipamentos ou acidentes, condições atmosféricas adversas, observância dos requisitos impostos por entidades governamentais, e falta ou atrasos na disponibilidade de sondas de perfuração e entrega de equipamento. Acresce o facto de que os blocos para produção de petróleo e gás natural são normalmente oferecidos por autoridades governamentais e a Galp Energia está sujeita a intensa concorrência na licitação por tais blocos, nomeadamente naqueles que se consideram ter um potencial mais atrativo em termos de recursos. Tal concorrência pode levar a que a Galp Energia não obtenha blocos de exploração e produção desejáveis, ou a que os obtenha em condições menos competitivas, o que poderá afetar a viabilidade económica da produção subsequente. Se não for bem-sucedida no <i>de-risk</i> de recursos e no desenvolvimento de reservas, o total de reservas provadas da Empresa diminuirá e a Galp Energia poderá incorrer no risco de não alcançar os seus objetivos de produção. Tal terá um efeito negativo no crescimento futuro da produção e nos resultados e situação financeira da Empresa.	A Galp Energia tem um vasto portefólio de reservas e recursos de petróleo e gás natural, e que a Empresa antecipa que lhe permitirão atingir um relevante crescimento de produção durante a próxima década. De facto, a Galp Energia detém um conjunto de projetos de E&P em diferentes fases de produção, desenvolvimento e produção. Ao nível dos projetos de desenvolvimento, a Empresa está focada na sua excelente execução, atendendo nomeadamente aos prazos e custos previamente definidos, de forma a possibilitar o desenvolvimento de reservas e recursos e, consequentemente, a garantir produção futura. Ainda assim, importa salientar que estes projetos podem não ser operados pela Galp Energia, ainda que a Empresa contribua e tenha influência na execução dos mesmos. A Galp Energia tem também vindo a envidar esforços no sentido de reforçar as suas competências e <i>know-how</i> interno, minimizando, na medida do possível, o risco associado à atividade de exploração. Dada a natureza desta atividade, este risco não é passível de ser mitigado na sua totalidade. No entanto, a Galp Energia tem em funcionamento um sistema de seleção dos prospectos a perfurar, de acordo com múltiplos critérios, nomeadamente probabilísticos, mas também critérios como os riscos técnicos, comerciais e económicos. As competências técnicas das equipas, a escolha ótima do equipamento e a implementação de uma política estrita de contratação de bens e serviços são critérios que contribuem para a redução do risco associado às operações nas atividades de exploração e produção. Isto atendendo aos desafios que se colocam, nomeadamente em ambientes de extrema complexidade, como a produção em águas ultraprofundas. Relativamente à eventual expansão do portefólio, importa salientar que a Empresa tem uma equipa multidisciplinar sob a responsabilidade do administrador da área de E&P, que tem como objetivo gerir ativamente o portefólio de exploração, nomeadamente a avaliação de novas oportunidades, segundo matrizes de risco e retorno.

Risco principal	Descrição e impacto	Formas de mitigação
Captação e retenção de capital humano qualificado	A boa execução da estratégia de negócio da Galp Energia depende das qualificações e do empenho dos seus colaboradores e das suas equipas de gestão. Na indústria do petróleo e do gás, em especial, a concorrência por gestores e colaboradores com qualificações e experiência relevantes é intensa. Se, no futuro, a Galp Energia não conseguir atrair, reter, motivar e organizar o capital humano adequado, tal poderá comprometer o sucesso do seu negócio e, consequentemente, os resultados de operações e a sua situação financeira.	A Galp Energia promove estratégias de recrutamento e retenção de talentos que considera adequadas, uma política de remunerações competitiva relativamente à concorrência, um sistema de avaliação de desempenho, bem como promove a avaliação do clima organizacional. A formação que a Galp Energia disponibiliza aos seus trabalhadores e na qual tem vindo a apostar nos últimos anos é também importante, nomeadamente nos programas de formação avançada na área de gestão, refinação, e exploração e produção de hidrocarbonetos. Mais especificamente na área de E&P, a estratégia da Galp Energia para reter e atrair talento está centrada na posição competitiva que a Empresa tem neste sector a nível internacional. A Galp Energia está presente em duas das mais promissoras bacias a nível mundial – a bacia de Santos, no pré-sal brasileiro, e a bacia do Rovuma, em Moçambique. Adicionalmente, Empresa detém um portefólio de exploração muito interessante, com diversas oportunidades de serem desenvolvidas no futuro.
Riscos operacionais ou de conformidade		
Estimativa de recursos e reservas de petróleo e gás natural	A estimativa de reservas e recursos de petróleo e de gás natural baseia-se na informação geológica, técnica e económica disponível, pelo que se reveste de inúmeras incertezas. A precisão destas estimativas depende de um número de fatores, pressupostos e variáveis, alguns dos quais estão fora do controlo da Empresa. Estes fatores incluem: alterações aos preços do petróleo e do gás natural, que podem afetar a quantidade de reservas provadas (uma vez que as reservas são calculadas com base nas condições económicas vigentes na data em que as reservas são estimadas); alterações ao regime fiscal em vigor, ou a outras regulações e condições contratuais, depois da data da estimativa de reservas (e que podem afetar a viabilidade económica do desenvolvimento de tais reservas); e certas ações potencialmente levadas a cabo por terceiros, incluindo os operadores dos campos em que a Galp Energia participa. O processo de estimativa comporta juízos informados, e as estimativas de reservas estão, por isso, sujeitas a revisão. Os resultados de atividades de perfuração, teste e produção depois da data de estimativa podem levar a revisões substanciais, em baixa, da informação sobre reservas e recursos da Empresa. Qualquer revisão em baixa das quantidades estimadas de reservas provadas pode ter um impacto adverso nos resultados de operações da Galp Energia, levando nomeadamente ao aumento de depreciações e amortizações e/ou ao registo de imparidades, o que poderá ter impactos adversos na condição financeira da Empresa.	A Galp Energia tem envidado importantes esforços para o aumento do seu leque de conhecimentos, e para o reforço das competências técnicas das suas equipas, o que contribui para o maior domínio e controlo sobre as várias matérias no âmbito de exploração e produção, incluindo a estimativa de reservas e recursos no seu portefólio. Adicionalmente, a Galp Energia recorre anualmente a uma empresa de auditoria, externa e independente, para certificar o volume das suas reservas e dos seus recursos.
Segurança, saúde e ambiente	Dadas a amplitude e a complexidade das atividades da Galp Energia, nomeadamente a exploração e produção em águas ultraprofundas ou a refinação, os potenciais riscos nesta área são vastos. Neste incluem-se os riscos de incidentes importantes no âmbito da segurança dos processos e das instalações, de incapacidade para cumprir políticas aprovadas, de desastres naturais, de instabilidade social, de guerra civil e de terrorismo. Incluem-se também os de exposição a riscos operacionais genéricos, de saúde e segurança pessoal, e de atividades criminosas. Um incidente importante deste tipo poderá causar ferimentos ou a perda de vida, danos ambientais ou a destruição de instalações. Conforme a causa e a gravidade, poderá afetar a reputação, o desempenho operacional e a situação financeira da Galp Energia.	A Galp Energia entende que a proteção do ambiente, a segurança e a saúde dos seus colaboradores, clientes e da comunidade, em conjunto com a salvaguarda de ativos, são valores essenciais para a sustentabilidade da Empresa. Desta forma, estabelece, assim, um compromisso de integrar os aspetos fundamentais de SSA na estratégia e nas atividades da Empresa, bem como da melhoria contínua no seu desempenho, para o que a política de SSA é uma ferramenta essencial. Adicionalmente, a Empresa tem um sistema de gestão de SSA. A implementação das diretrizes deste sistema nas atividades do dia a dia permite às unidades de negócio identificar e gerir os riscos inerentes à operação e a todo o ciclo de vida de projetos, equipamentos e ativos. A Galp Energia tem também um programa de seguros, no qual se incluem os seguros de responsabilidade civil, de forma a mitigar o impacto de eventuais incidentes.
Continuidade de negócio e gestão eficaz de crises	A Galp Energia está sujeita a risco de continuidade de negócio, quer decorrente das suas atividades quer das dos seus parceiros, e pode ser impactada por perdas financeiras que resultem de qualquer tipo de interrupção ao negócio, nomeadamente devida a desastres naturais, acidentes industriais, falhas de energia e perda de sistemas de informação. A Galp Energia está também sujeita a riscos de disputas laborais e relações adversas ao nível dos colaboradores, e estas disputas ou relações adversas podem causar uma interrupção das operações da Empresa, afetando potencialmente o seu negócio, resultados de operações e condição financeira. A existência de acordos laborais, individuais ou coletivos, pode não ser suficiente para prevenir a ocorrência de greves, ou paragem futura de trabalhos, nas instalações da Empresa. Qualquer interrupção de trabalhos poderá ter um impacto negativo material no negócio, resultados das operações e situação financeira da Galp Energia.	A Galp Energia tem estabelecido um conjunto de procedimentos de identificação, prevenção e contingência, que evitem ou atenuem a ocorrência de perdas ou danos, e que permitam um restabelecimento imediato das operações, de forma a reduzir os efeitos provocados pela interrupção. Considerando a relevância das atividades de E&P para a Empresa, nomeadamente o valor que reside nos atuais projetos em desenvolvimento, com destaque para aqueles em águas ultraprofundas na região do pré-sal da bacia de Santos, os planos de contingência e resposta à emergência estabelecidos revestem-se da maior importância. A Empresa atua sobretudo ao nível da prevenção, conjuntamente com os seus parceiros, e monitoriza regularmente as atividades, com foco na implementação de medidas de segurança, promovendo a realização de auditorias neste âmbito. Todas as atividades de E&P da Empresa são suportadas por centros de resposta a derrames

Risco principal	Descrição e impacto	Formas de mitigação
Continuidade de negócio e gestão eficaz de crises (Cont.)	Planos para a gestão de crises e a capacidade para lidar com cenários de crise são essenciais para enfrentar emergências a todos os níveis das operações da Empresa. Se a Galp Energia não responder, ou se for percebido que a Galp Energia não responde, de forma apropriada a uma crise interna ou externa, as atividades da Empresa poderão ser interrompidas de forma grave, com um potencial impacto negativo na reputação da Empresa, nos resultados de operações e na sua situação financeira. Adicionalmente, se a Galp Energia falhar em repor ou substituir capacidade crítica de atividade dentro de um prazo estipulado, tal poderá prolongar o efeito de tal interrupção.	de petróleo, dotados dos equipamentos adequados para reação e contenção, nomeadamente em caso de ocorrência de eventual incidente que resulte em derrame. A Galp Energia assegura que todas as novas sondas de perfuração contratadas estão em conformidade com os critérios estabelecidos na norma API 53 IV. A Empresa tem um plano de gestão de crises que abrange, nomeadamente, as questões relacionadas com a SSA, sendo que todas as áreas de negócio testam regularmente os respetivos planos de resposta à emergência. Outra medida fundamental passa pela definição do plano de continuidade de negócios (<i>business continuity plan</i>).
Falha no reporte de informação	Relatórios elaborados para o exterior, quer contenham informação financeira ou não financeira, estão dependentes da integridade dos sistemas e das pessoas. Uma falha no reporte de informação correta e em conformidade com as normas aplicáveis pode resultar em ações judiciais ou de foro regulatório, bem como em danos na reputação da Empresa, com impacto potencial adverso nos resultados de operações da Galp Energia e na sua situação financeira.	Todos os relatórios divulgados para o exterior são alvo de uma minuciosa revisão com o intuito de mitigar o risco de alguma falha na informação. Antes da divulgação, os documentos são enviados aos respetivos órgãos de administração e de fiscalização. Todos os documentos de apresentação de informação financeira são aprovados por estes dois órgãos antes de serem divulgados.
Cobertura insuficiente de seguros	As atividades no sector do petróleo e do gás envolvem riscos significativos. As operações da Galp Energia estão sujeitas a riscos relacionados com a exploração e produção de petróleo, tais como explosões, incêndios, falhas de equipamentos, entre outros riscos, que podem causar lesões pessoais e perda de vida, e danos ambientais e em propriedades, bem como incertezas relativas a características físicas de um campo de petróleo e gás natural. A exploração em áreas <i>offshore</i> está sujeita a vários riscos, incluindo o risco de afundamento, colisão, condições climáticas adversas e poluição ambiental. Por outro lado, as operações nos complexos de refinação e de petroquímicos, nos sistemas de gasodutos/oleodutos e nas instalações de armazenamento e carregamento, estão sujeitas a dificuldades mecânicas, ruturas e atrasos na entrega de equipamento. A Galp Energia, em linha com as melhores práticas do sector, contrata seguros contra os riscos inerentes ao negócio. Nos riscos previstos pelos seguros contratados estão incluídos, entre outros, os de prejuízos em propriedades e em equipamentos, os de responsabilidade civil, de responsabilidade pelo transporte marítimo de petróleo em bruto e outras mercadorias, de poluição e contaminação, de responsabilidade civil dos administradores e colaboradores, e de acidentes de trabalho. No entanto, contra certos riscos não se pode contratar um seguro que, do ponto de vista económico, seja viável. Por outro lado, as apólices de seguro da Galp Energia contêm exclusões que podem resultar numa cobertura limitada em certas circunstâncias. Adicionalmente, a Galp Energia pode não ser capaz de manter o seguro adequado, a taxas ou em termos que considere razoáveis ou aceitáveis, ou pode não conseguir obter seguros contra determinados riscos que se poderão materializar no futuro. Assim, em condições extremas, a Galp Energia pode incorrer em perdas avultadas resultantes de eventos que não estejam cobertos, e que poderão ter um impacto adverso nos negócios, na situação financeira ou nos resultados de operações da Empresa.	A Galp Energia tem em funcionamento um programa de seguros que prevê a mitigação de perdas relevantes e que é consistente com a prática da indústria. Este programa é definido tendo em consideração o tipo de operações e a fase de desenvolvimento das mesmas, a alocação do risco e o contexto legal aplicável, as obrigações contratuais e os ativos em risco. O programa de seguros da Galp Energia inclui, entre outros, os seguintes seguros: i) seguros patrimoniais – cobrem riscos de danos materiais, avaria de máquinas, perdas de exploração e construção; ii) seguros de responsabilidade civil – cobrem riscos de atividade geral (<i>onshore</i>), riscos relacionados com atividades marítimas (<i>offshore</i>), riscos de aviação, riscos ambientais e riscos de gestão e alta direção das empresas (<i>Directors & Officers</i>); iii) seguros sociais – cobrem riscos de acidentes de trabalho, acidentes pessoais, vida e saúde; iv) seguros financeiros – cobrem riscos de crédito, caução e roubo; v) seguros de transportes – cobrem riscos de todas as cargas transportadas e cascos.
Perdas resultantes de atividades de trading	No decorrer da sua atividade, a Galp Energia está sujeita a riscos operacionais em torno das atividades relacionadas com a gestão de tesouraria e de trading. A Galp Energia realiza operações de trading no mercado de derivados e dispõe de procedimentos destinados a limitar a exposição a riscos relacionados com estas operações, realizados periodicamente. Em relação ao mercado físico de <i>commodities</i> relacionadas com o negócio da Galp Energia, não há garantia de que a Empresa não sofrerá no futuro perdas em resultado de movimentos adversos nos preços daquelas <i>commodities</i> ou outros fatores que possam influenciar as posições de trading da Empresa. O controlo eficaz destas atividades está dependente da capacidade da Galp Energia para processar, gerir e monitorizar um grande número de transações complexas em variados mercados e em diferentes divisas. Qualquer evento deste contexto que resulte em perdas poderá ter efeitos adversos sobre o negócio, os resultados de operações e a situação financeira da Galp Energia.	A Galp Energia tem implementado um conjunto de procedimentos com vista a reduzir o risco que resulta de atividades de trading. Por um lado, a Empresa tem vindo a reforçar as suas competências nesta atividade, bem como tem vindo a promover o desenvolvimento de <i>soft skills</i> que facilitam a atividade de trading, nomeadamente no que concerne o estabelecimento de relações em mercados com valor acrescentado. Para uma atividade de trading bem-sucedida é também fundamental assegurar um adequado aprovisionamento de matérias-primas, como sejam o petróleo e o gás natural, e de produtos petrolíferos. Neste sentido, a Galp Energia conduz todos os esforços de forma a gerir um cabaz diversificado e flexível de aprovisionamento de crudes, gás natural e GNL. Ao nível do trading de produtos petrolíferos, apesar de a prioridade da Empresa ser a colocação dos mesmos em mercados com valor acrescentado, como sejam a Península Ibérica e África, a Empresa faz o devido planeamento de produção, analisando os melhores mercados para colocação dos produtos disponíveis para trading. Quanto à atividade de trading de GNL, além de assegurar um cabaz de aprovisionamento adequado e flexível, a Galp Energia realiza esforços para manter uma base estável de procura de gás natural na Península Ibérica que permite, por sua vez, a tomada de risco de aprovisionamento e a gestão eficaz do portefólio. Adicionalmente, a Galp Energia dispõe de procedimentos destinados a limitar a exposição a riscos relacionados com operações de trading, realizados periodicamente.

Risco principal	Descrição e impacto	Formas de mitigação
Riscos externos		
Enquadramento político, jurídico e regulamentar	As principais atividades de exploração e produção da Galp Energia estão localizadas em países fora da Europa, cujas economias em desenvolvimento ou envoltas por políticas e regulamentares têm um historial de instabilidade. A Galp Energia abastece-se de gás natural na Argélia e na Nigéria para o seu negócio de supply & trading, e vende produtos petrolíferos noutros países africanos. Por conseguinte, uma parcela dos proveitos da Galp Energia provém, e provirá cada vez mais, ou estará dependente, de países com riscos económicos e políticos. Estes incluem a possível expropriação e nacionalização de bens, aumentos significativos de impostos e <i>royalties</i> sobre a produção de petróleo e gás natural, entre outros. Adicionalmente, alterações políticas podem levar a alterações no contexto em que a Empresa desenvolve as suas atividades, tais como alterações regulatórias, sobre matérias como a atribuição de licenças de exploração e produção, e a imposição de obrigações específicas sobre as atividades de perfuração e exploração. Embora a Galp Energia não tenha experienciado até à data disrupções significativas resultantes de instabilidade económica ou política, no futuro, potenciais disrupções poderão afetar de forma adversa o seu negócio, resultados de operações e situação financeira. A Galp Energia acredita que cumpre com as normas internacionais aplicáveis em todos os países em que opera. No entanto, quaisquer irregularidades (efetivas ou alegadas) poderão ter um efeito material adverso na capacidade da Galp Energia conduzir as suas atividades e/ou no preço das ações da Empresa ou outros instrumentos financeiros por si emitidos. As atividades de <i>downstream</i> e gás que a Empresa desenvolve na Península Ibérica estão também sujeitas a risco político, jurídico e regulatório. De facto, alterações naqueles níveis poderão impactar o contexto de negócio em que a Empresa opera, afetando potencialmente o negócio e os resultados de operações da Galp Energia. Alterações significativas aos regimes fiscais em vigor nos países em que a Galp Energia desenvolve as suas atividades de <i>downstream</i> e gás também poderão impactar materialmente, e de forma adversa, resultados de operações da Empresa e na sua condição financeira. As atividades de <i>downstream</i> e gás estão ainda sujeitas a leis e regulação sobre matérias de concorrência, nomeadamente em Portugal e em Espanha, e a Empresa pode vir a incorrer em perdas significativas no âmbito de processos instaurados nesse contexto, incluindo aqueles em que sejam exigidas compensações por eventuais danos alegados. A ocorrência de tais eventos poderá ter um impacto adverso no negócio da Galp Energia, nos resultados de operações e na situação financeira da Empresa.	No que respeita a segurança do aprovisionamento, a Galp Energia assegura o acesso a um cabaz de opções diversificado, nomeadamente para o aprovisionamento de petróleo, produtos petrolíferos, gás natural e GNL. Desta forma, a Empresa mitiga o risco associado à eventual disrupção de fornecimento com determinada origem. Quanto ao risco político, jurídico e/ou regulamentar a que a Empresa está sujeita no âmbito das suas atividades de E&P, a Galp Energia atua em duas frentes. Por um lado, a Empresa tem vindo a construir um portefólio balanceado, e tem vindo a assegurar a entrada em novas áreas, contribuindo para a redução da exposição relativa ao risco de um determinado país. O nível de exposição a estes riscos é criteriosamente analisado no processo de entrada em novas áreas. Por outro lado, a Galp Energia estabelece relações sólidas com os seus parceiros e envia esforços para trabalhar conjuntamente com as entidades governamentais dos países em que está presente, numa ótica de criação de “valor partilhado”. Adicionalmente, a política de responsabilidade corporativa da Galp Energia obriga a que a Empresa cumpra todos os requisitos legais e regulamentares nos países onde opera. Desta forma, é realizado um acompanhamento sistemático das potenciais alterações por parte dos reguladores ou legisladores desses países. Paralelamente, a Galp Energia tem uma política de combate à corrupção que pretende tornar público o compromisso de promover permanentemente o integral respeito pelas disposições do código de ética e leis em vigor. Neste sentido, um dos seus objetivos é seguir as melhores práticas de transparência expressas em diversos normativos internacionais, tais como a Convenção das Nações Unidas de Combate à Corrupção de 2004. A Galp Energia tem ainda implementada uma política de comunicação de irregularidades, que tem como objetivo regular o mecanismo de comunicação ao órgão responsável, o Conselho Fiscal, de irregularidades ocorridas nas empresas do grupo Galp Energia. Esta comunicação poderá ser feita de forma confidencial, por carta ou através de endereço eletrónico (irregularidades@galpennergia.com). A política está de acordo com as melhores práticas de governo societário e com as regras de mercado aplicáveis, e em linha com os princípios de lealdade, correção, honestidade, transparência e integridade em que a Galp Energia baseia o exercício da sua atividade, com vista a promover uma cultura ética e responsável, bem como prevenir ou impedir práticas incorretas ou ilícitas.
	Concorrência no sector do petróleo e gás A indústria do petróleo e gás é extremamente competitiva. A concorrência pressiona os preços dos produtos, afeta a atividade de distribuição de produtos petrolíferos e exige o foco contínuo por parte da equipa de gestão na redução de custos e no aumento da eficiência, enquanto se assegura a segurança das operações. A implementação da estratégia da Empresa exige esforços de inovação e avanços tecnológicos constantes, incluindo avanços ao nível da exploração, produção, refinação e avanços relacionados com a eficiência energética. A <i>performance</i> da Empresa poderá ser impactada caso os seus concorrentes desenvolvam ou adquiram direitos sobre propriedade intelectual ou tecnológica necessária à Empresa, ou caso a Empresa não seja capaz de acompanhar a indústria em termos de inovação. Alguns dos concorrentes da Galp Energia são operadores bem estabelecidos no mercado, de dimensão maior e com acesso a mais recursos. Estas empresas desenvolvem a sua força de mercado através de uma combinação de fatores, incluindo: diversificação e redução de risco, capacidade financeira necessária para desenvolvimentos que requerem elevados níveis de investimento; capacidade para beneficiar de economias de escala, em termos de tecnologias e organização; e dimensão para beneficiar de vantagens relacionadas com conhecimento adquirido, infraestrutura estabelecida e reservas. Estas empresas podem assim ser capazes de adquirir mais, ou pagar mais por, prospektos exploratórios, bem como podem ser capazes de investir mais no desenvolvimento de tecnologias do que a Galp Energia. Desta forma, o nível de concorrência intensa a que a Empresa está sujeita pode afetar adversamente o seu negócio, os resultados de operações e a situação financeira.	Dada a concorrência existente no sector de petróleo e gás, e de forma a diminuir a exposição aos riscos associados ao elevado nível de complexidade operacional desse sector, a Galp Energia utiliza de forma sistemática as melhores práticas da indústria, associadas a um sistema rigoroso de monitorização e auditoria. A Empresa tem implementada uma forte cultura de I&D, enviando esforços para acompanhar de forma permanente os últimos avanços na indústria de petróleo e gás natural e estando comprometida com o desenvolvimento de competências, a nível interno ou através de parcerias, que lhe permitam criar, estudar e implementar novas e melhores soluções técnicas e tecnológicas. No que concerne ao facto de alguns dos concorrentes da Galp Energia serem operadores de maior dimensão, com um maior potencial e capacidade financeira, e com possibilidade de acesso a mais recursos, é de salientar que a Empresa está presente em dois dos mais importantes projetos de desenvolvimento a nível mundial. São eles, o polo do pré-sal na bacia de Santos, no Brasil, e o projeto de GNL na bacia do Rovuma, em Moçambique, o que favorece a competitividade da Galp Energia face a outras empresas do sector. Adicionalmente, a Galp Energia tem um conjunto de vantagens competitivas e mantém uma estrutura de capital sólida, que suportam as atividades que desenvolve no negócio de E&P. Ao nível dos negócios de <i>downstream</i> e gás, a Galp Energia tem também realizado importantes esforços no sentido de se destacar da concorrência na indústria.

Risco principal	Descrição e impacto	Formas de mitigação
Concorrência no sector do petróleo e gás (cont.)		Disso é exemplo o projeto de conversão das suas refinarias, que iniciou operações de forma integrada em 2013, e que aumenta a competitividade das refinarias da Empresa no contexto europeu. De facto, por estar dotada de um aparelho refinador mais complexo e flexível, e não obstante os esforços contínuos para o aumento da eficiência de processo e da rentabilidade da atividade de refinação, a Galp Energia está agora capaz de enfrentar a situação de desequilíbrio estrutural entre oferta e procura de produtos petrolíferos na Europa. Já no contexto do negócio de G&P, importam destacar as ações para sustentar a atividade de trading no mercado internacional, em que atuam diversos <i>players</i>, incluindo empresas com reconhecida presença no mercado de GNL. Entre estas ações, além dos esforços para manter um cabaz de aprovisionamento diversificado e flexível, destaca-se também o reforço de competências técnicas e das <i>soft skills</i> da equipa de trading da Empresa.
Alterações climáticas e proteção dos <i>habitats</i> naturais	A Galp Energia está sujeita aos efeitos das políticas públicas que visam minorar o impacto das alterações climáticas. Estas iniciativas poderão afetar as condições em que a Galp Energia conduz os seus negócios, nomeadamente no que concerne às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural e de refinação, com potencial impacto negativo ao nível dos resultados de operações e da situação financeira da Empresa. Em particular, e devido ao maior risco percecionado sobre as alterações climáticas, diversos países adotaram, ou estão em vias de adotar, novos requisitos regulatórios para reduzir as emissões de gases de estufa, tais como a implementação de impostos sobre o carbono, o aumento dos <i>standards</i> de eficiência, ou a adoção de esquemas de compra e venda de licenças para emissões de CO₂. Apesar de a Galp Energia também participar no desenvolvimento de energias renováveis, a adoção de políticas que promovam a utilização destas formas de energia poderá afetar a procura de energia proveniente de hidrocarbonetos, em cuja produção se concentra a atividade da Galp Energia. Paralelamente, os custos de produção deste tipo de energia poderão ser significativamente afetados por medidas gravosas no domínio das licenças de emissão de CO₂. Do mesmo modo, o acesso a reservas de petróleo e de gás natural, que potencia o aproveitamento de oportunidades estratégicas de crescimento, poderá ser restringido na sequência de iniciativas destinadas a proteger a integridade de <i>habitats</i> naturais. Neste contexto, a Galp Energia segue atentamente a evolução das políticas públicas no campo da proteção ambiental e adapta a sua estratégia em função dos desenvolvimentos nesta área. A Galp Energia tem vindo, e continuará, a realizar investimentos no sentido de cumprir com leis e regulações sobre matérias ambientais, de saúde e segurança. Se o aumento de custos de conformidade for tal que a Galp Energia não o consiga passar para o cliente final, tal aumento poderá ter um impacto adverso nos resultados de operações da Empresa e na sua situação financeira. Se a Galp Energia falhar em cumprir com as leis e regulações nas matérias de ambiente, saúde e segurança, tal poderá resultar em custos substanciais para a Empresa, bem como em obrigações perante autoridades governamentais ou terceiros.	A Galp Energia tem um compromisso com uma estratégia para as alterações climáticas, definindo ações, objetivos e metas que podem ser analisados em detalhe em: http://www.galpennergia.com/PT/Sustentabilidade. No âmbito do projeto de revisão da estratégia para as alterações climáticas, os anteriores eixos foram substituídos por quatro novos eixos de atuação: i) exploração e produção responsável; ii) refinação e distribuição eficiente; iii) inovação, investigação e desenvolvimento e promoção de tecnologias eficientes; iv) antecipação de tendências e expectativas de <i>stakeholders</i> no âmbito da energia e clima. Além disso, o Comité de Sustentabilidade assegura a integração dos princípios de sustentabilidade, promovendo as melhores práticas do sector de forma transversal a toda a Empresa, sendo de destacar a integração, pela segunda vez consecutiva, no DJSI, um dos índices com maior reconhecimento internacional em matérias de sustentabilidade. Desta forma, a Galp Energia monitoriza uma série de indicadores ambientais, realiza regularmente auditorias ambientais, acompanha a evolução da legislação em matéria ambiental e faz uma gestão ativa das licenças de emissão de CO₂.
Responsabilidade empresarial	Um conjunto de partes interessadas, que inclui colaboradores, investidores, meios de comunicação social, governos, grupos da sociedade civil, organizações não-governamentais e os residentes nas comunidades locais afetadas pelas atividades da Galp Energia, têm interesses legítimos no negócio da Galp Energia. A possibilidade, ainda que remota, de a Galp Energia não corresponder às expectativas elevadas das suas partes interessadas em matéria de responsabilidade empresarial pode prejudicar a reputação da Galp Energia e/ou os seus negócios, situação financeira e resultados de operações.	A política de responsabilidade corporativa da Galp Energia regula a atuação da Empresa nas vertentes ética, ambiental social e económica, incorporando-as na cultura organizacional e garantindo que se constitui como um dos principais eixos de ação e de comunicação do Grupo.
Incerteza sobre contexto económico	O atual ambiente económico está a causar um aumento das tensões sociais, bem como o aumento das tendências protecionistas em várias partes do mundo. A Zona Euro permanece especialmente vulnerável, e um novo agravamento da crise nesta região permanece como o maior risco ao <i>outlook</i> global. O principal foco reside sobre os países periféricos, nomeadamente sobre a sua capacidade de estimular crescimento económico e de aumentar a competitividade, sem que beneficiem do efeito da desvalorização da moeda. A pressão persistente sobre a sustentabilidade das finanças públicas em economias desenvolvidas levou a fortes tensões nos mercados de crédito, e poderá levar a reformas fiscais ou a alterações no panorama regulatório da indústria do petróleo e do gás natural. Por fim, a atual instabilidade e situação económico-financeira poderá afetar de forma negativa contrapartes com quem a Galp Energia estabelece, ou poderia estabelecer diferentes negócios no âmbito das suas atividades. Em particular, as economias nos países ibéricos podem continuar a ser impactadas nos próximos anos, podendo levar à deterioração da procura por produtos da Galp Energia. Qualquer um dos fatores descritos acima, isoladamente ou de forma combinada, poderá afetar adversamente o negócio, os resultados de operações e/ou situação financeira da Galp Energia.	A Galp Energia tem acompanhado de forma atenta todos os desenvolvimentos da conjuntura económica global, com particular enfoque na Zona Euro. No que respeita a eventuais impactos em resultados, derivados do contexto económico adverso, particularmente na Península Ibérica, a Empresa tem vindo já a ser impactada pela menor procura, sobretudo no negócio de distribuição de produtos petrolíferos. Neste contexto, a Galp Energia tem realizado importantes esforços para manter a contribuição resiliente daquele negócio para os resultados da Empresa, nomeadamente ao nível da fidelização de clientes para manutenção de quota de mercado e na captação de sinergias e otimização de estrutura ao nível ibérico, com impacto direto na rentabilidade dos negócios de <i>downstream</i> e gás da Empresa. Neste âmbito, importa ainda salientar que com a intensificação da atividade de produção da Empresa, no contexto do negócio de E&P, é esperado um aumento da contribuição deste negócio para os resultados da Galp Energia, o que contribuirá para a menor importância relativa da geração de resultados com origem no contexto económico europeu.

Risco principal	Descrição e impacto	Formas de mitigação
Riscos financeiros		
Flutuações dos preços de matérias-primas e produtos	Os preços do petróleo, do gás natural, do GNL e dos produtos petrolíferos são afetados pelas dinâmicas da oferta e procura que, num dado momento, caracterizam o mercado. Por sua vez, estas são condicionadas por fatores de várias ordens, tais como fatores económicos e operacionais, desastres naturais, condições climáticas, instabilidade política, conflitos armados ou ações de condicionamento da oferta por parte dos países exportadores de petróleo. Assim, no decorrer das operações e atividades de trading, os resultados da Galp Energia estão expostos à volatilidade dos preços do petróleo, gás natural e produtos derivados. Embora, a longo prazo, os custos operacionais do sector tendam a estar alinhados com as subidas e descidas dos preços das matérias-primas e dos produtos, a curto prazo não existem garantias de que isto aconteça. Assim, uma descida do preço do petróleo ou do gás natural pode inviabilizar os planos de investimentos, incluindo investimentos relacionados com atividades de exploração e desenvolvimento. Por outro lado, um aumento do preço do petróleo ou do gás natural também pode ter impacto no valor e na rentabilidade dos ativos da Galp Energia. Embora os preços que a Galp Energia cobra aos seus clientes reflitam os preços de mercado, estes podem não ser imediatamente ajustados, não refletindo por inteiro a variação dos preços de mercado, nomeadamente no que respeita aos preços no mercado regulado do gás natural. Adicionalmente, as alterações significativas de preços que ocorram entre a compra de matéria-prima e a venda de produtos refinados podem prejudicar os resultados de operações e a situação financeira da Galp Energia.	Os projetos e os investimentos são avaliados internamente, tendo em consideração análises de sensibilidade às variáveis chave, nomeadamente o preço das <i>commodities</i>. O risco do preço das matérias-primas é gerido ao nível da unidade de negócio, através do acompanhamento da posição global líquida de matérias-primas da Empresa, equilibrando as obrigações de compra com as de fornecimento. Em especial, a Galp Energia gere o período de fixação do preço, de modo a obter, no final de cada mês, o preço médio do dated Brent desse mês, independentemente dos preços fixados diariamente. Para este efeito, a Empresa compra e vende diariamente futuros de petróleo na Intercontinental Exchange (ICE), com base na diferença entre o preço atual e a média do dated Brent de cada mês. As compras são repartidas pelo mês, de acordo com os preços de mercado, sem que tal afete o padrão de compras físicas. No negócio do gás natural, devido à liberalização dos preços, a Galp Energia recorre ao mercado <i>over-the-counter</i> (OTC), de modo a oferecer aos seus clientes as estruturas de preços que estes solicitam, conseguindo, desta forma, não alterar a sua posição de risco final.
Crédito	O risco de incumprimento da contraparte decorre da possibilidade de uma contraparte não cumprir as suas obrigações de pagamento contratuais, pelo que a dimensão do risco depende da sua credibilidade. Este risco inclui quer a possibilidade de uma contraparte não cumprir as obrigações de pagamento assumidas através da celebração de contratos para aplicações financeiras e instrumentos de cobertura (relacionados com a taxa de câmbio, a taxa de juro ou outros), quer os riscos relacionados com relações comerciais estabelecidas entre a Empresa e os seus clientes. O aumento do nível de exposição ao risco poderá ter um efeito material adverso nos resultados de operações e na situação financeira da Galp Energia.	O risco de crédito é gerido ao nível das unidades de negócio, seguindo as diretivas da Comissão Executiva, nomeadamente quanto a limites de crédito e às ações a desenvolver para minimização ou eliminação do risco. Destacam-se as determinações de seguida apresentadas. A adequada avaliação e revisão do crédito a conceder a clientes (manual de gestão de crédito, <i>plafond, rating</i>), gestão correta das coberturas através de garantias e seguros de crédito, monitorização do crédito vencido, esforço de cobrança adequado e gestão eficiente do contencioso. A contratualização baseada em condições comerciais adequadas, monitorização da rentabilidade por cliente, incluindo eventuais participações, processo de angariação e gestão de canais de venda/distribuição otimizados.
Flutuação nas taxas de câmbio e taxas de juro	A Galp Energia está exposta a flutuações nas taxas de câmbio, uma vez que os resultados e os <i>cash flows</i> gerados pela venda de petróleo, de gás natural e de produtos refinados estão normalmente expressos em dólares americanos ou são afetados por taxas de câmbio associadas a esta divisa. Em países onde a Galp Energia conduz a sua atividade, direta ou indiretamente, o resultado operacional também está exposto a flutuações de taxas de câmbio relevantes. A Galp Energia está também exposta ao risco de câmbio em relação ao valor dos ativos financeiros e investimentos, principalmente os que são denominados em dólares americanos. Além disso, as demonstrações financeiras da Galp Energia são elaboradas em euros e, por conseguinte, os ativos e os passivos de empresas subsidiárias ou participadas pela Galp Energia expressos em diferentes moedas, como dólares americanos ou real brasileiro, são convertidos em euros, assumindo a taxa de câmbio à data da situação financeira. As receitas e as despesas de cada rubrica na demonstração de resultados são convertidas em euros, aplicando a taxa de câmbio média em vigor no período a que a transação diz respeito. As flutuações na taxa de câmbio aplicadas no processo de converter as diferentes divisas em euros geram variações (ganhos ou perdas), as quais são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas da Galp Energia, expressas em euros. Flutuações adversas nas taxas de câmbio podem influenciar negativamente os resultados das operações da Galp Energia e a sua situação financeira. Apesar da capacidade de acesso a instrumentos de mercado desenhados para cobrir o risco de taxa de juro, os custos de financiamento da Galp Energia podem ser afetados pela volatilidade das taxas do mercado, que podem influenciar negativamente os resultados das suas operações.	Os riscos de taxa de juro, os riscos cambiais e outros riscos financeiros são geridos de forma transversal em toda a Empresa. A posição total de taxa de juro da Galp Energia, incluindo aplicações financeiras e dívida, é gerida de forma centralizada. O objetivo da gestão do risco de taxa de juro é reduzir a volatilidade dos encargos financeiros. A política de gestão do risco de taxa de juro da Galp Energia visa reduzir a exposição às taxas variáveis, através da fixação da taxa de juro de parte da dívida, por utilização de instrumentos derivados simples, como <i>swaps</i>. Relativamente ao intuito de mitigar o risco da taxa de câmbio nos resultados, a Galp Energia poderá, quando assim o julgar apropriado, cobrir a sua posição através do uso de derivados para os quais há um mercado líquido e onde os custos de transação são, na sua opinião, razoáveis.

4.2 Gestão de riscos e sistema de controlo interno

Gestão de riscos

A Galp Energia definiu políticas e processos para acompanhar, medir e gerir os riscos a que está exposta. O objetivo da política de gestão de riscos da Empresa é ajudar os segmentos de negócio a alcançarem as respetivas metas e a acompanharem o potencial impacto dos riscos nos resultados.

Modelo de gestão de risco

Tendo em vista a definição de um modelo de gestão de risco mais eficaz e eficiente, o Conselho de Administração decidiu autonomizar a atividade de gestão de risco em finais de 2012. A área de gestão de risco corporativa da Direção de Gestão de Riscos e Seguros tem a missão de promover a implementação das políticas de gestão de risco do Grupo definidas pela Comissão Executiva.

Pretende-se assegurar a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos através do acompanhamento contínuo da respetiva adequação e eficácia, do acompanhamento das medidas corretivas de eventuais deficiências do sistema e da monitorização permanente dos níveis de risco e da implementação dos mecanismos de controlo relativos aos diversos riscos a que a Galp Energia está sujeita.

O modelo de relacionamento entre as unidades de negócio e as empresas do Grupo privilegia a gestão centralizada dos riscos na área de gestão de riscos corporativa. Esta área monitoriza as unidades locais de gestão e controlo do risco, garantindo o alinhamento com as políticas e estratégias definidas e a consistência dos princípios, dos conceitos, das metodologias e das ferramentas de avaliação e gestão de risco de todas as unidades de negócio do Grupo.

Sistema de controlo interno

O sistema de controlo interno consiste num conjunto de políticas e procedimentos cujo propósito é garantir, com uma probabilidade razoável de êxito, que são atingidos os objetivos da Empresa em matéria de condução ordenada e eficiente dos negócios, salvaguarda dos ativos, prevenção e deteção de fraudes e erros, cumprimento de leis e regulamentos e fiabilidade do relato financeiro.

Este sistema assenta nas orientações do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Committee (CoSO) relativamente aos principais aspetos do controlo interno da Galp Energia: ambiente de controlo, avaliação do risco, monitorização, informação e comunicação.

Ambiente de controlo

O ambiente de controlo é o ponto de partida para as restantes componentes do controlo interno. Compreende a atitude geral, a consciencialização ética e as ações da Comissão Executiva, que servem de exemplo aos colaboradores e às restantes partes interessadas.

A implementação de um código de ética capaz de orientar a conduta pessoal e profissional de todos os colaboradores contribuiu para concretizar a missão, a visão e os valores da Empresa. O código de ética da Galp Energia está disponível no sítio da Empresa na Internet.

O ambiente de controlo da Galp Energia compreende, também, as normas e os procedimentos internos respeitantes à delegação de poderes de autorização, que garantem o escrutínio dos diferentes atos de gestão, de acordo com a natureza e a substância dos mesmos.

Avaliação do risco

A Galp Energia tem promovido a sistematização da avaliação dos riscos e dos sistemas de controlo interno nas diferentes unidades de negócio. Estas iniciativas abrangem os riscos identificados por cada unidade de negócio, que também são responsáveis pela gestão dos mesmos.

Como os riscos inerentes e a eficácia dos controlos internos dependem de variáveis endógenas e exógenas, o processo de avaliação não é estático. Assim, são efetuadas reavaliações periódicas do risco dos principais negócios do Grupo, para que seja garantido o alinhamento entre o perfil de risco decidido pela Comissão Executiva e a resposta aos riscos pelas unidades de negócio.

Genericamente, através das avaliações da análise de risco e do controlo interno, começa-se por identificar e classificar os principais riscos que poderão comprometer os objetivos das unidades de negócio, bem como os sistemas de controlo criados para os mitigar. Para avaliar a eficácia dos controlos implementados, aferem-se os riscos residuais e, em seguida, verifica-se a existência de eventuais desvios em relação à apetência para o risco definida para a unidade.

Por fim, as unidades de negócio pronunciam-se quanto ao risco residual, comprometendo-se com um plano de resposta ao mesmo, com vista a minorar, transferir, evitar ou aceitar o risco residual. Este processo está de acordo com o método ilustrado no gráfico que se segue, onde se mostra a sequência e as dependências das diversas atividades.

Metodologia de avaliação de riscos do grupo Galp Energia



Monitorização

São realizadas auditorias operacionais, de conformidade e financeiras, assim como revisões ao sistema de informação, que visam testar a eficácia dos controlos internos instituídos.

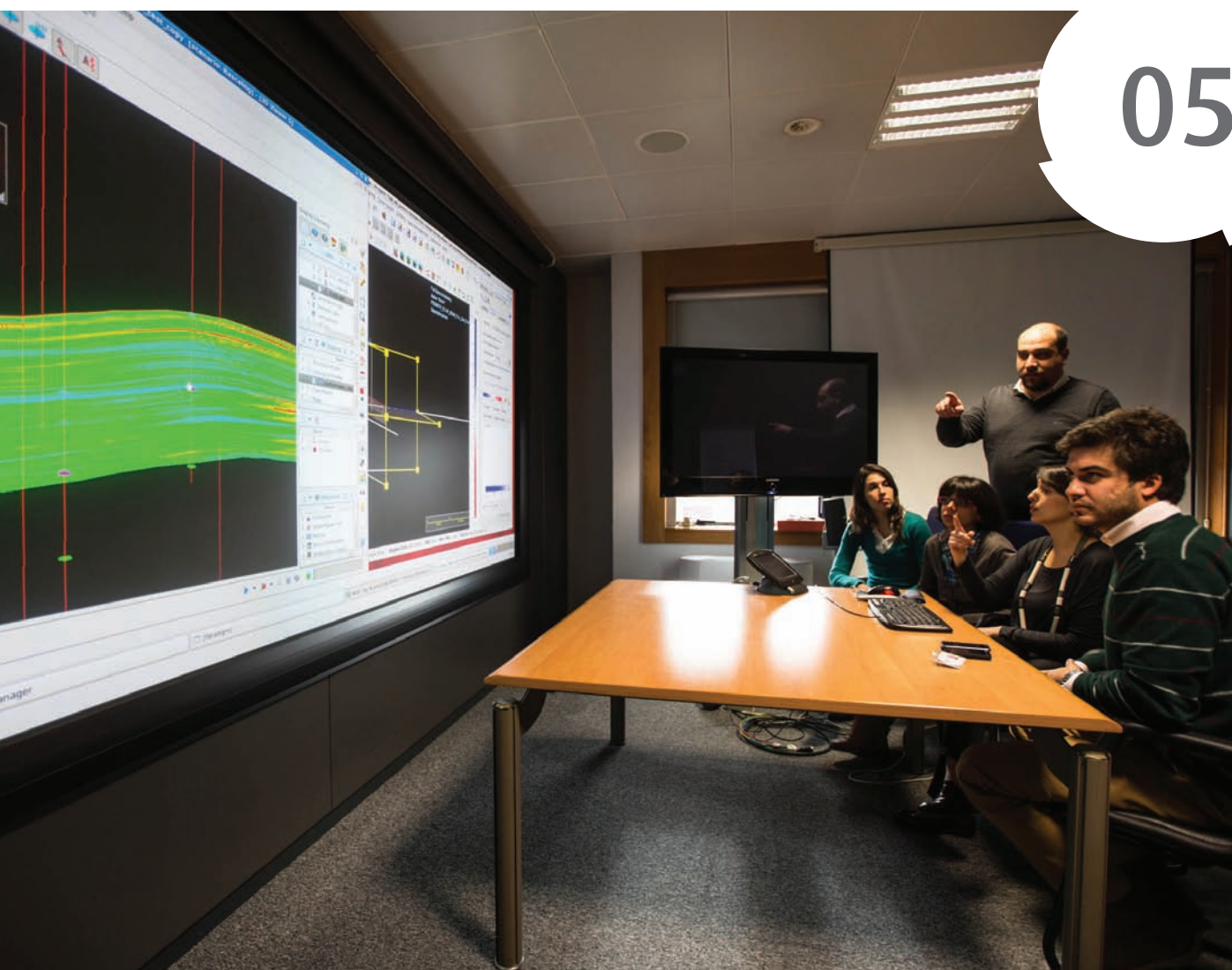
É definido anualmente um plano de auditoria baseado nos resultados da avaliação do risco residual dos diferentes processos e das várias unidades de negócio, que é aprovado pela administração da Galp Energia.

Informação e comunicação

Este relatório inclui a descrição sumária de alguns dos principais riscos a que os negócios, os resultados e a situação financeira do Grupo estão sujeitos.

O processo de divulgação de informação financeira pela Galp Energia é acompanhado tanto pelos órgãos de administração e fiscalização, como pelas unidades de negócio e pelos serviços corporativos. Os documentos de apresentação de informação financeira ao mercado de capitais são elaborados pela Direção de Estratégia Corporativa e Relações com Investidores, com base na informação disponibilizada pelas unidades de negócio, pela Direção de Contabilidade e Fiscalidade, bem como pela Direção de Planeamento e Controlo Corporativo.

Antes da divulgação, os documentos são enviados aos órgãos de administração e de fiscalização. Todos os documentos de apresentação de informação financeira são, pois, aprovados por estes dois órgãos antes de serem divulgados.



Compromisso com a sociedade

- 5.1 Governo corporativo
- 5.2 Recursos humanos
- 5.3 Desenvolvimento das comunidades locais
- 5.4 Segurança, saúde e ambiente
- 5.5 Qualidade
- 5.6 Inovação, investigação e desenvolvimento

A implementação de práticas responsáveis, sobretudo nos processos de conceção e execução da estratégia da Galp Energia, é fundamental para garantir a atividade da Empresa a longo prazo e a criação de valor sustentável para os seus *stakeholders*.

De forma a promover as melhores práticas ao nível da responsabilidade corporativa, e a garantir que esta se constitui como um dos principais pilares de ação do Grupo, a Empresa tem implementada uma política de responsabilidade corporativa que regula a atuação da Galp Energia nas vertentes ética, ambiental, social e económica, fomentando a sua aplicação em todos os níveis da Organização.

Paralelamente, a Galp Energia assegura a integração dos princípios da sustentabilidade no processo de gestão das empresas do Grupo através de um Comité de Sustentabilidade,

que é composto por representantes de diferentes áreas da Empresa e presidido pelo administrador executivo com o respetivo pelouro.

Em 2013, salienta-se a adesão da Galp Energia ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstrando que a Empresa está alinhada com as mais exigentes normas internacionais, nomeadamente no que se refere ao respeito pelos direitos humanos, pelo ambiente, pelas práticas laborais e no que respeita às práticas anticorrupção.

A Empresa também voltou a ser reconhecida pelas suas práticas sustentáveis, a nível europeu e mundial, através da inclusão, pelo segundo ano consecutivo, no DJSI World e DJSI Europe.

5.1 Governo corporativo

Estrutura acionista

Em 2013, a estrutura acionista da Galp Energia foi alvo de várias alterações em relação ao final do ano de 2012, tendo o *free float* aumentado de 30,32% para 38,32%, neste período.

Em 2012, e no seguimento do acordo parassocial que vigorava desde março de 2006 até então, entre a Amorim Energia, B.V. (Amorim Energia), a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e a Eni, conjuntamente denominadas “as Partes”, foram assinados acordos que estipulavam as condições em que a Eni poderia vender a sua participação na Galp Energia. A Eni que, no final de 2011, detinha uma participação de 33,34%, adquiriu assim o direito de vender em mercado até 20% do capital social da Empresa. A CGD, por seu lado, passou a poder exercer um direito de *tag along*, respeitante à participação de 1% que detinha no capital social da Galp Energia.

A 27 de novembro de 2012, a Eni colocou no mercado ações representativas de, aproximadamente, 4% do capital social da Galp Energia, através de um *accelerated bookbuilding*, enquanto a CGD exerceu o seu direito de *tag along*. Naquela data, a Eni procedeu também à emissão de obrigações convertíveis em ações da Galp Energia, correspondentes a aproximadamente 8% do capital social da Empresa.

Ainda no âmbito dos acordos assinados em 2012, a Amorim Energia adquiriu à Eni uma participação correspondente a 5% do capital social da Galp Energia, a um preço de €14,25 por ação, passando a deter uma participação de 38,34% na Empresa. Além disso, a Amorim Energia, ou um terceiro por si indicado, passou a ter o direito de adquirir, até ao final de 2013, uma participação de 5%, bem como um direito de primeira opção de compra sobre uma participação de 3,34% ou 8,34%, consoante o primeiro direito fosse exercido ou não.

Uma vez que, até ao final de 2013, de acordo com a informação publicamente disponível, a Amorim Energia não exerceu o direito de compra, aquela empresa tem agora um direito de primeira opção de compra sobre 8,34% do capital social da Galp Energia, atualmente detidos pela Eni.

Já no final de maio de 2013, a Eni anunciou a venda de uma participação correspondente a 6,7% do capital social da Galp Energia. Considerando que aquela empresa havia entretanto vendido uma participação de aproximadamente 1,3% diretamente no mercado regulamentado, a participação da Eni no capital social da Galp Energia era, no final de 2013, de 16,34%, dos quais 8% constituíam o ativo subjacente às obrigações convertíveis que emitiu no final de 2012, e os restantes 8,34% estavam sujeitos a certos direitos exercitáveis pela Amorim Energia.

No seguimento destas alterações na estrutura acionista da Galp Energia, o *free float* aumentou de 30,32% no final de 2012 para 38,32% no final de 2013.

Ao abrigo dos acordos assinados entre as Partes e que, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 20 do Código dos Valores Mobiliários (CVM), contemplavam que os direitos de voto correspondentes às ações detidas por cada uma das partes daquele acordo parassocial eram imputados às restantes, este cessou os seus efeitos em relação à CGD quando esta alienou a sua participação de 1% no capital social da Galp Energia. Relativamente à Amorim Energia e à Eni, a 26 de julho de 2013, a empresa italiana informou a Galp Energia de que os direitos de voto inerentes à participação qualificada detida pela Amorim Energia não se consideravam imputáveis à Eni, apesar de os direitos de voto detidos pela Eni continuarem a ser imputáveis à Amorim Energia. Assim, no final de 2013, a Eni detinha uma participação qualificada de 16,34% no capital social da Galp Energia, e respetivos direitos de voto, enquanto que à Amorim Energia era imputável uma percentagem total de 54,68% dos direitos de voto na Galp Energia.

Estrutura acionista a 31 de dezembro de 2013

	N.º de ações	% participação	% direitos de voto
Amorim Energia	317.934.693	38,34%	54,68%
Eni	135.497.095	16,34%	16,34%
Parpública	58.079.514	7,00%	7,00%
Free float	317.739.333	38,32%	38,32%
Total	829.250.635	100,00%	-

Descrição dos principais acionistas

A Amorim Energia está sediada nos Países Baixos, e os seus acionistas são a Power, Oil & Gas Investments, B.V. (35%), a Amorim Investimentos Energéticos, SGPS, S.A. (20%) e a Esperanza Holding, B.V. (45%). As duas primeiras sociedades são controladas, direta ou indiretamente, por Américo Amorim, e a última é controlada pela Sonangol, E.P., empresa estatal angolana do sector petrolífero.

A Eni é uma empresa italiana de energia que está cotada na Bolsa de Milão e na New York Stock Exchange (NYSE). A atividade da Eni desenvolve-se em mais de 70 países, nas áreas de exploração e produção, refinação e distribuição, gás e power, petroquímica e serviços de engenharia, e construção e perfuração. A 31 de dezembro de 2013, a Eni tinha uma capitalização bolsista de aproximadamente €64 bn.

A Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública) é uma entidade estatal que gere participações financeiras detidas pelo Estado português em várias empresas. Salienta-se que, em 2010, a Parpública procedeu à emissão de obrigações convertíveis em ações da Galp Energia, representativas da participação de 7% que detém no capital social da Empresa.

Dispersão do capital social

No final de 2013, 38,32% das ações da Galp Energia eram transacionadas livremente no mercado. Cerca de 90% do *free float*, ou seja, 34% da base acionista total, era detida por investidores institucionais, enquanto os investidores particulares representavam o remanescente do *free float*, ou seja, 4% do capital social da Galp Energia.

No final de 2013, a base acionista incluía investidores de mais de 30 países, dispersos por quatro continentes, sendo que os investidores fora da Europa representavam já 38% do total da base acionista, em linha com o sucedido no ano anterior.

Os investidores institucionais com origem em França e nos EUA aumentaram 4 p.p. cada desde o final de 2012, passando a representar 16% e 22% do total. Com efeito, no final de 2013, os investidores institucionais nos EUA tinham já a mesma relevância que os investidores localizados no Reino Unido, cuja posição acionista totalizava também 22% do total em *free float* no final do ano.

Na Europa, destacam-se ainda os investidores institucionais em Portugal e na Alemanha que constituíam, respetivamente, 6% e 3% do total da base acionista institucional.

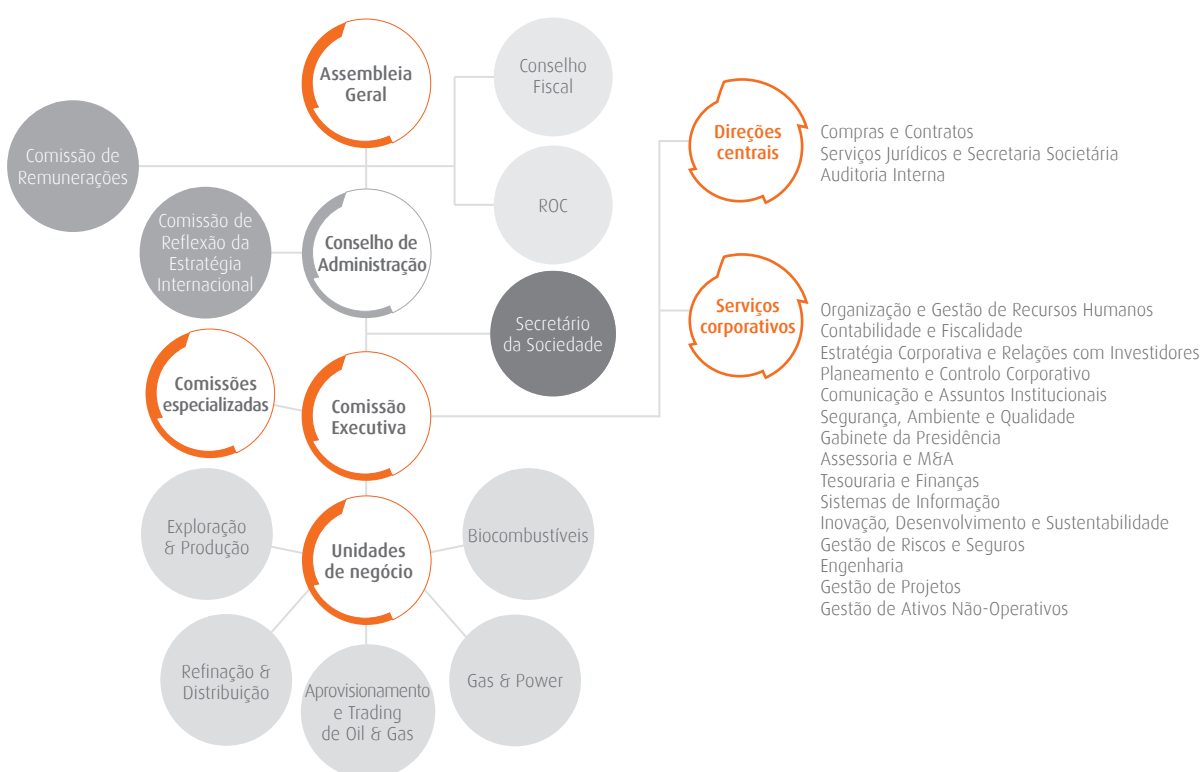
Modelo de governo

O modelo de governo da Galp Energia assenta numa relação responsável e transparente entre acionistas, Conselho de Administração e órgãos de fiscalização. A eficácia deste modelo é, em parte, promovida pela separação clara de poderes entre o Conselho de Administração e a Comissão Executiva.

Do ponto de vista orgânico, a independência do Conselho de Administração em relação à Comissão Executiva é assegurada pelo facto de cada um destes dois órgãos ter o seu presidente.

Ao Conselho de Administração compete a elaboração da estratégia da Empresa, bem como funções de supervisão e controlo, de acompanhamento de questões relacionadas com a execução estratégica e do relacionamento entre acionistas e restantes órgãos sociais. Já as funções da Comissão Executiva, delegadas pelo Conselho de Administração, são de foro operacional e referem-se nomeadamente à gestão das unidades de negócio e serviços corporativos. Esta distribuição de poderes não impede, no entanto, que a Comissão Executiva tenha um papel relevante na elaboração da estratégia da Empresa.

Estrutura orgânica e funcional



Conselho de Administração

No final de 2013, o Conselho de Administração da Galp Energia era composto por 20 administradores, dos quais sete eram executivos e 13 não-executivos. Destes últimos, sete eram considerados independentes pelo Conselho de Administração, tendo por base os critérios da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), o regulador do mercado de capitais em Portugal. Ao nível da composição do Conselho de Administração, importa mencionar a renúncia do vogal Baptista Sumbe apresentada durante 2013.

As deliberações do Conselho de Administração são geralmente efetuadas por maioria simples dos votos emitidos, exceto no caso de certos assuntos para deliberação dos quais é exigida uma maioria superior a dois terços dos votos. Estes assuntos encontram-se descritos em pormenor no relatório sobre o governo da Sociedade.

Ao Conselho de Administração compete acompanhar a execução estratégica da Galp Energia e avaliar o desempenho da Comissão Executiva no alcance das metas e dos objetivos traçados. Além disso, os administradores não-executivos devem garantir o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos.

Durante o ano, realizaram-se 16 reuniões presenciais e não-presenciais do Conselho de Administração, em que todos os administradores estiveram presentes ou devidamente representados. O voto eletrónico foi utilizado em 10 dessas reuniões.

Os principais temas debatidos em Conselho de Administração, durante o ano de 2013, estiveram ligados ao acompanhamento da execução dos principais projetos de E&P da Galp Energia, nomeadamente no Brasil, e à avaliação do impacto do atual contexto macroeconómico nos negócios da Empresa, nomeadamente no segmento de negócio de R&D, derivado da evolução negativa das margens de refinação no mercado internacional e do contexto adverso na Península Ibérica.

Em Conselho de Administração, foi ainda discutida a estratégia de financiamento da Empresa com o intuito de manter uma estrutura de capital sólida e promover a disciplina financeira.

Os atuais administradores foram eleitos em Assembleia Geral para o triénio 2012-2014.

Composição do Conselho de Administração

Nome	Cargo
Américo Amorim	Presidente, administrador não-executivo
Manuel Ferreira De Oliveira	Vice-presidente, presidente executivo (CEO)
Luís Palha da Silva	Vice-presidente, vice-presidente executivo
Paula Amorim	Administradora não-executiva
Filipe Silva	Administrador executivo (CFO)
Carlos Gomes da Silva	Administrador executivo
Sérgio Gabrielli de Azevedo	Administrador não-executivo
Stephen Whyte	Administrador executivo
Vítor Bento	Administrador não-executivo
Abdul Magid Osman	Administrador não-executivo
Luís Campos e Cunha	Administrador não-executivo
Miguel Athayde Marques	Administrador não-executivo
Carlos Costa Pina	Administrador executivo
Rui Paulo Gonçalves	Administrador não-executivo
Luís Manuel Todo Bom	Administrador não-executivo
Fernando Gomes	Administrador não-executivo
Diogo Mendonça Tavares	Administrador não-executivo
Joaquim José Borges Gouveia	Administrador não-executivo
José Carlos da Silva Costa	Administrador executivo
Jorge Manuel Seabra de Freitas	Administrador não-executivo

A Comissão de Reflexão da Estratégia Internacional, que visa refletir, em permanência, sobre a estratégia internacional da Galp Energia reuniu-se por duas vezes ao longo de 2013, salientando-se a alteração da composição da Comissão, na sequência da renúncia apresentada pelo vogal Baptista Sumbe.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva é composta por sete membros, sendo responsável pela gestão corrente da Empresa, de acordo com as linhas de orientação estratégicas definidas pelo Conselho de Administração.

Ao abrigo dos poderes que lhe foram delegados pelo Conselho de Administração, nos termos dos estatutos, a Comissão Executiva conduz o desempenho das várias unidades de negócio e serviços corporativos, supervisiona o conjunto destas unidades e estabelece políticas transversais a toda a Empresa.

Em 2013, a Comissão Executiva realizou 45 reuniões.

Os regulamentos que estabelecem os trabalhos e o funcionamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva estão disponíveis no sítio da Galp Energia na Internet.

Composição da Comissão Executiva

**Manuel Ferreira De Oliveira**

Presidente executivo, desde janeiro de 2007, e administrador da Galp Energia, desde abril de 2006.

Experiência

Mais de 40 anos de experiência internacional e no sector de *Oil & Gas*. Entre os cargos de administração que assumiu em várias empresas, incluindo empresas internacionais na indústria petrolífera, salienta-se o cargo de presidente executivo na Petrogal entre 1995 e 2000, empresa que viria a dar origem à Galp Energia num processo de fusão.

**Luís Palha da Silva**

Vice-presidente da Comissão Executiva, desde julho de 2012, sendo responsável pela unidade de negócio R&D da Galp Energia.

Experiência

Assumiu cargos de administração, incluindo o de presidente executivo, na Jerónimo Martins, uma das maiores cadeias de retalho em Portugal, entre 2004 e 2013.

**Filipe Silva**

Administrador financeiro da Galp Energia, desde julho de 2012.

Experiência

Responsável pelas áreas de *investment banking*, desde 1999, e presidente da direção do Deutsche Bank em Portugal, desde 2008.

**Carlos Gomes da Silva**

Administrador da Galp Energia desde abril de 2007, sendo atualmente responsável pelo segmento de negócio de G&P e pela unidade de trading de Oil & Gas.

Experiência

Mais de 20 anos de experiência no sector de *Oil & Gas*. Enquanto administrador da Galp Energia, foi responsável pelo negócio de comercialização de produtos petrolíferos. Desde 2007 passou por vários cargos de administração em empresas do Grupo.

**Stephen Whyte**

Administrador da Galp Energia desde abril de 2012, sendo responsável pelo segmento de negócio de E&P.

Experiência

Experiência profissional na indústria de *Oil & Gas*, que inclui cargos de administrador em empresas como o BG Group e a Shell EP, nos mercados da Europa, Ásia Central e Brasil.

**Carlos Costa Pina**

Administrador da Galp Energia desde abril de 2012, sendo responsável por diversos serviços corporativos e pelo segmento de negócio de Biocombustíveis.

Experiência

Ex-secretário de Estado do Tesouro e Finanças (2005-2011), tendo assumido funções em diversas instituições financeiras internacionais. Foi administrador da CMVM e membro do Conselho Consultivo do Instituto de Seguros de Portugal.

**José Carlos da Silva Costa**

Administrador da Galp Energia desde dezembro de 2012, sendo responsável por diversos serviços corporativos.

Experiência

Percurso profissional na área de *procurement* na Galp Energia, desde 2007.

Órgãos de fiscalização

A função de fiscalização é exercida por um Conselho Fiscal e por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC).

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e um suplente, todos independentes e eleitos pela Assembleia Geral de acionistas.

Composição do Conselho de Administração

Nome	Cargo
Daniel Bessa Fernandes Coelho	Presidente
Gracinda Augusta Figueiras Raposo	Vogal
Pedro Antunes de Almeida	Vogal
Amável Alberto Freixo Calhau	Suplente

O mandato dos atuais representantes do Conselho Fiscal, que haviam sido eleitos em 2011, foi alargado para quatro anos, no seguimento da Assembleia Geral realizada em abril de 2012. Assim, o atual mandato do Conselho Fiscal termina a 31 de dezembro de 2014.

Compete ao Conselho Fiscal acompanhar a elaboração e a divulgação da informação financeira da Galp Energia. Compete, ainda, ao Conselho Fiscal nomear, avaliar e destituir, se e quando for necessário, o auditor externo independente, fiscalizar a revisão dos documentos de prestação de contas e propor à Assembleia Geral a nomeação de uma SROC ou de um revisor oficial de contas (ROC), cuja independência deverá fiscalizar, nomeadamente na prestação de serviços adicionais. Os regulamentos orientadores da atividade do Conselho Fiscal podem ser consultados no sítio da Galp Energia na Internet.

Em 2013, realizaram-se 12 reuniões do Conselho Fiscal, e as conclusões das suas ações de fiscalização e de verificação foram transmitidas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral. Um resumo destas conclusões encontra-se no parecer do Conselho Fiscal apenso a este relatório.

Na Assembleia Geral de abril de 2012 foi também alargado o mandato, até 2014, do ROC, Pedro João Reis de Matos Silva, e, como suplente, António Campos Pires Caiado, representantes da P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, SROC, que haviam sido eleitos em 2011.

O atual auditor externo da Galp Energia é a PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. Este foi designado em 2011, após concurso, para o triénio 2011-2013.

Política de remuneração

A política de remuneração da Galp Energia reflete o objetivo da Empresa em criar valor para o acionista de forma sustentada.

As remunerações dos membros dos órgãos sociais são, conforme previsto nos estatutos, fixadas por uma Comissão de Remunerações, constituída por três acionistas eleitos pela Assembleia Geral por um prazo de três anos, com cessação de funções no dia 31 de dezembro do terceiro ano.

No cálculo da remuneração dos administradores executivos, a Comissão de Remunerações considera a natureza das respetivas

funções e as responsabilidades incumbidas aos mesmos, bem como as práticas observadas no mercado relativamente a posições equivalentes em grandes empresas nacionais e internacionais que operem nos mesmos sectores.

De forma a estimular o alinhamento da atuação dos administradores executivos com os objetivos a longo prazo da Empresa, a Galp Energia tem implementada uma política de definição de objetivos plurianuais, com caráter trianual, em linha com as melhores práticas do mercado.

Desta forma, os administradores executivos recebem uma remuneração mensal fixa, acrescida de uma remuneração variável, composta por uma componente anual e por uma componente trianual, ambas com um peso de 50% na remuneração variável total. A componente trianual, embora calculada anualmente, só será efetivamente paga no final do triénio se os objetivos propostos forem atingidos.

O cálculo da remuneração variável tem por base um conjunto de indicadores que consideram o desempenho operacional da Empresa, a disciplina financeira e o desempenho acionista comparativamente a um grupo de cinco empresas europeias comparáveis e ao índice acionista português. A remuneração variável pode alternar entre 0% e 60% da remuneração fixa.

A remuneração total tem uma componente predominantemente pecuniária, acrescida de um plano complementar de reforma sob a forma de plano de poupança-reforma. A política de remunerações dos órgãos sociais tem ainda subjacente a preocupação de atrair e motivar os melhores profissionais para as funções a desempenhar na Empresa e a estabilidade no exercício das respetivas funções.

Em 2013, os administradores não-executivos auferiram uma remuneração total, e exclusivamente fixa, de €768 m, com base na política de remuneração definida pela Comissão de Remunerações e aprovada na reunião da Assembleia Geral de 22 de abril de 2013.

Aos membros da Comissão Executiva da Galp Energia foi atribuída uma remuneração total de €5.076 m. Destes, €3.483 m foram relativos a remuneração fixa e €775 m corresponderam a remuneração variável relativa ao ano de 2012. Da remuneração total, €818 m destinaram-se à constituição de um plano complementar de reforma.

Os membros do Conselho Fiscal auferiram uma remuneração total de €92 mil (k), tal como definido pela Comissão de Remunerações.

Informação ao acionista

Participação na Assembleia Geral

Em 2013, a Assembleia Geral Anual da Galp Energia decorreu a 22 de abril, tendo como principal objetivo a aprovação do relatório e contas relativos ao exercício do ano de 2012, e a deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados.

Em 2013, participaram cerca de 450 acionistas na Assembleia Geral, em representação de 86% do capital social da Empresa. Todas as propostas submetidas no ano à deliberação da Assembleia Geral foram aprovadas por maioria de votos.

Política de distribuição de dividendos

Em março de 2012, foi anunciada uma política de distribuição de dividendos que visa recompensar os seus acionistas, em linha com o perfil de crescimento de resultados que a Empresa prevê para o futuro. Assim, a Empresa partiu do pagamento de um dividendo fixo de €0,20 por ação relativo ao ano de 2011, para um dividendo variável, que se estima que aumente a uma taxa média anual de 20%, entre os exercícios de 2012 e 2016.

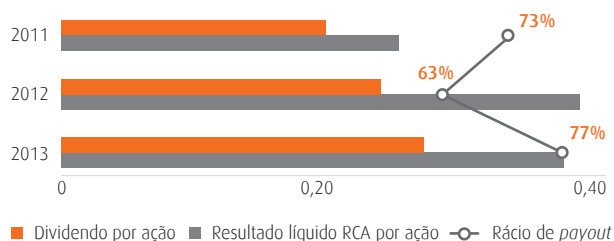
No entanto, é importante notar que a Galp Energia continua a assegurar que retém o capital necessário à execução do programa de investimentos previsto, o qual é fundamental para o sucesso da execução estratégica.

A Assembleia Geral de acionistas da Galp Energia aprovou, em abril de 2013, o dividendo relativo ao exercício de 2012 de €0,24 por ação, que representou um aumento de 20% face ao dividendo relativo ao exercício de 2011.

No âmbito do objetivo definido pela Empresa, de proceder ao pagamento de um dividendo intercalar, destaca-se o pagamento, em setembro de 2013, do dividendo intercalar relativo ao exercício de 2013, de €0,144 por ação.

Em 2014, o Conselho de Administração da Galp Energia irá propor à Assembleia Geral a distribuição de um dividendo de €0,288 por ação, ou seja, 20% acima do dividendo referente ao exercício do ano anterior. Considerando o dividendo total proposto por ação, o dividendo intercalar pago em setembro de 2013 correspondeu a 50% do total.

Dividendo e resultado líquido por ação (€/ação)



Assim, e com base na cotação a 31 de dezembro de 2013, a *dividend yield* da ação Galp Energia era de 2%.

Negociação das ações

Com exceção das ações detidas pela Parpública, as ações da Galp Energia são livremente negociáveis no mercado.

O capital social da Galp Energia é composto por 829.250.635 ações. Destas, 771.171.121, ou seja, 93% do capital social, estão admitidas à negociação na NYSE Euronext Lisbon. As restantes 58.079.514 ações, que representam 7% do capital social, são detidas indiretamente pelo Estado português através da Parpública, e não estão admitidas à negociação.

Códigos e tickers da ação da Galp Energia

ISIN	GALP	PTGALOAM0009
	Ações do Estado sujeitas a processo de privatização	PTGALXAM0006
Sedol		B1FW751
WKN		AOLB24
Bloomberg		GALP PL
Reuters		GALPLS

Em relação à aquisição e alienação de ações próprias, o poder de decisão é do Conselho de Administração desde 2012. O momento e a dimensão da transação são decididos tendo em conta as condições do mercado, e atendendo a um conjunto de critérios definidos e aprovados pela Assembleia Geral, os quais estão disponíveis no sítio da Galp Energia na Internet. O número de ações a adquirir não poderá exceder 10% do capital da Empresa em cada momento, podendo o Conselho de Administração decidir sobre a aquisição ou alienação de ações próprias por um prazo de 18 meses, desde novembro de 2012.

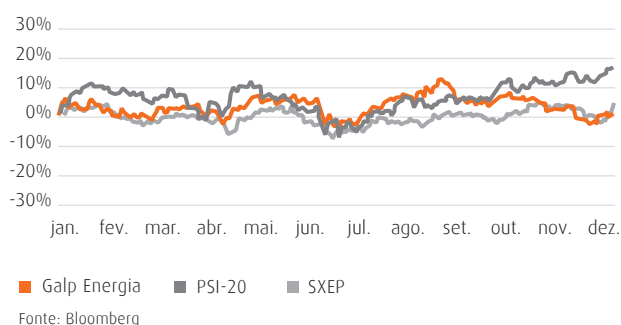
A 31 de dezembro de 2013, a Galp Energia não detinha ações próprias em carteira.

Desempenho da ação Galp Energia

No final do ano de 2013, a Galp Energia tinha uma capitalização bolsista de €9.881 m, ou seja, uma valorização de 1% relativamente ao final de 2012.

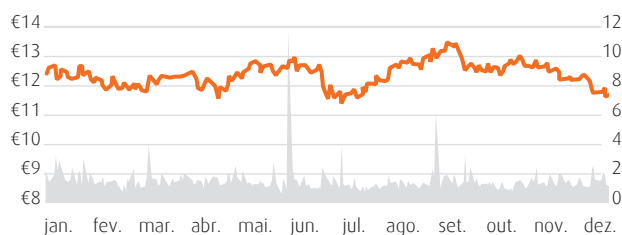
A ação Galp Energia apresentou um desempenho abaixo do SXEP, o índice europeu para o sector de *Oil & Gas*, e do índice de referência do mercado acionista português, o PSI-20, os quais apresentaram uma valorização de 4% e 16%, respetivamente, durante o ano de 2013.

Comparação da cotação da ação Galp Energia com o índice SXEP e o índice PSI-20 em 2013



Em 2013, foram transacionados 502 milhões de ações em mercados regulamentados, equivalente a 1,6x o *free float* da Galp Energia. O volume médio diário transacionado em mercados regulamentados foi de 1,9 milhões de ações, dos quais 1,3 milhões na NYSE Euronext Lisbon.

Evolução da cotação da ação Galp Energia em 2013



■ Cotação (€) ■ Volume (milhões de ações)

Fonte: Bloomberg

A *performance* da ação Galp Energia no ano de 2013 foi influenciada por eventos ligados à execução da estratégia focada no negócio de E&P, nomeadamente no que diz respeito ao principal projeto de desenvolvimento em curso no Brasil, mas também pelos resultados obtidos com a campanha de exploração realizada.

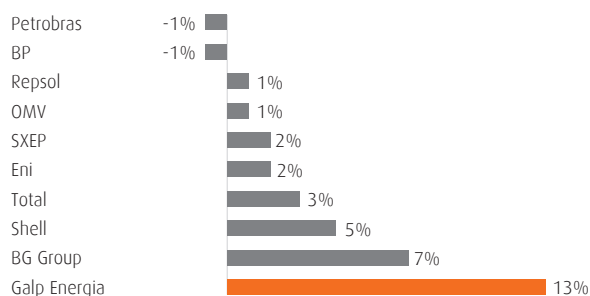
Além disso, o desempenho da ação Galp Energia durante 2013 foi afetado pelo sentimento geral dos investidores em torno da situação económica na Europa e, especificamente, em Portugal. Também a colocação parcial da participação detida pela Eni no capital social da Galp Energia, no primeiro semestre do ano, impactou a ação da Empresa.

Neste contexto, salienta-se no ano de 2013 o aumento de 8 p.p. no *free float*, que contribuiu para o aumento da liquidez da ação.

A cotação máxima do ano, de €13,40, foi atingida no dia 6 de setembro, enquanto a mínima, de €10,76, se verificou no dia 3 de julho.

No final do ano, a valorização da Galp Energia relativamente ao preço de oferta ao mercado em outubro de 2006 era de 105%.

Retorno anualizado da ação Galp Energia face a empresas comparáveis, desde outubro de 2006 até ao final de 2013



Fonte: Bloomberg

Nota: cotação-base em euros, inclui dividendos pagos pelas empresas.

Acompanhamento da ação pelos analistas

A 31 de dezembro de 2013, o preço-alvo médio dos 29 analistas que cobrem a ação Galp Energia era de €15,31, com 86% dos analistas a recomendarem a compra da ação, 7% a recomendarem a sua manutenção e os restantes a recomendarem a venda.

Preço-alvo dos analistas que cobrem a ação da Galp Energia

	Média	Máximo	Mínimo	Mediana
Preço-alvo (€)	15,31	19,00	9,82	15,00

Destaque para o início de cobertura da ação da Galp Energia pela Exane BNP Paribas durante o ano de 2013.

Informação ao obrigacionista

Programa EMTN

A Galp Energia lançou em 2013 um programa para a emissão de instrumentos de dívida de médio prazo, o EMTN, no mercado de capitais, assegurando desta forma o acesso a uma fonte de financiamento adicional. Este programa insere-se na estratégia de financiamento da Empresa, que visa a diversificação das fontes de financiamento e a extensão da maturidade média da dívida.

Neste contexto, a Empresa fixou os termos da primeira emissão ao abrigo do programa EMTN a 15 de novembro de 2013, que marcou por isso a estreia da Galp Energia no mercado de capitais de dívida. Esta emissão consistiu num montante de €500 m, sendo que os instrumentos têm maturidade em janeiro de 2019, e um cupão de 4,125%, o que contribuiu para a extensão da maturidade média da dívida de médio e longo prazo e para a redução do custo médio de financiamento da Empresa.

Estes títulos foram admitidos à negociação na London Stock Exchange.

Emissão de dívida ao abrigo do programa EMTN

Denominação	ISIN	Emissão	Maturidade	Montante	Cupão
Galp 4,125% 01.2019	PTGALIOE0009	25-11-2013	25-01-2019	€500 m	4,125%

A 31 de dezembro de 2013, as obrigações transacionavam com uma *yield* de 3,737%, ou seja, uma descida de aproximadamente 51 b.p. desde o *pricing*.

Obrigações convertíveis

Apesar de a Galp Energia não ter procedido à emissão de obrigações convertíveis, transacionam no mercado diversos instrumentos de dívida convertíveis em ações da Empresa, nomeadamente emitidos pelos acionistas de referência.

Com efeito, em setembro de 2010, a Parpública colocou no mercado obrigações convertíveis em ações da Galp Energia, para a totalidade da participação de 7% que aquela entidade detém na Empresa. As obrigações têm uma maturidade de sete anos e preveem o pagamento de um cupão fixo de 5,25% e um preço de exercício de €15,25.

Posteriormente, a 27 de novembro de 2012, a Eni procedeu à emissão de obrigações convertíveis em ações da Galp Energia, correspondentes a aproximadamente 8% do capital social da Empresa. As obrigações são permutáveis por ações da Empresa a um preço de €15,50, têm uma maturidade de três anos e pagam um cupão anual de 0,25%.

Em maio de 2013, a Amorim Energia emitiu obrigações convertíveis, correspondentes a cerca de 3% do capital social da Galp Energia. Estas obrigações têm maturidade em 2018 e preveem o pagamento de um cupão de 3,375% por ano. O preço de exercício fixado é de €15,8919.

Calendário financeiro de 2014

Seguindo as melhores práticas, a Galp Energia divulga as datas de eventos previstos para 2014 que são relevantes para o acionista.

Prevê-se que os documentos de divulgação de indicadores operacionais e de resultados sejam divulgados antes da abertura do mercado, a NYSE Euronext Lisbon. Estas datas estão sujeitas a alteração.

Calendário financeiro de 2014

Evento	Data
Trading update do quarto trimestre de 2013	27 de janeiro
Relatório do quarto trimestre de 2013	10 de fevereiro
Capital Markets Day 2014	4 de março
Relatório & Contas 2013 (auditado)	28 de março
Trading update do primeiro trimestre de 2014	15 de abril
Assembleia Geral anual	28 de abril
Relatório do primeiro trimestre de 2014	29 de abril
Trading update do segundo trimestre de 2014	14 de julho
Relatório do segundo trimestre de 2014	28 de julho
Trading update do terceiro trimestre de 2014	13 de outubro
Relatório do terceiro trimestre de 2014	27 de outubro

■ Realizado

■ Por realizar

5.2 Recursos humanos

A captação e a valorização dos recursos humanos da Galp Energia estão cada vez mais orientadas para o reforço das competências técnicas e comportamentais dos colaboradores, com vista ao desenvolvimento e à retenção do capital humano, especialmente no negócio de E&P.

Para o sucesso da execução estratégica, é fundamental que a Empresa disponibilize instrumentos de aprendizagem que assegurem o desenvolvimento sustentado dos seus colaboradores, bem como que implemente mecanismos adequados para a sua motivação e retenção.

Recrutamento e seleção

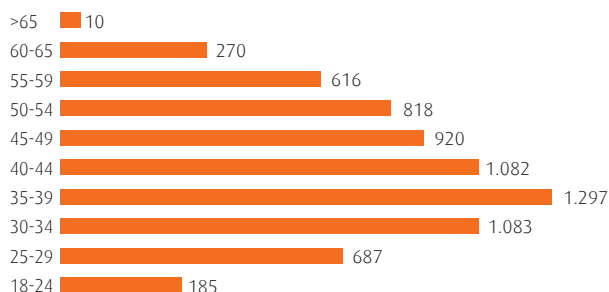
A definição e implementação de políticas de recrutamento e seleção são essenciais, especialmente numa indústria tão competitiva como a de *Oil & Gas* e quando a Empresa procura adquirir um maior leque de competências de forma a fazer face aos desafios e objetivos estratégicos a que se propõe.

O Generation Galp é o principal programa de recrutamento externo da Galp Energia, e consiste na captação de jovens com indiscutível potencial e com formação em universidades de referência, nomeadamente em Portugal.

Durante um ano, os participantes são expostos a diferentes experiências na Empresa, o que lhes permite obter conhecimento diversificado sobre a indústria, ao mesmo tempo que desenvolvem competências em ambiente profissional. No final do programa 2012/2013, 46 dos 52 participantes foram convidados a integrar os quadros da Galp Energia, reforçando e alargando o potencial de desenvolvimento do capital humano da Empresa. No programa de 2013/2014, foram admitidos 50 jovens licenciados, dos quais 12 foram exclusivamente alocados à área de E&P, refletindo a evidente aposta da Galp Energia neste segmento.

Desde o início do programa em 1998, foram admitidos 320 colaboradores, dos quais aproximadamente 80% se mantêm na Empresa, reflexo dos esforços de retenção envidados.

Distribuição dos colaboradores por classe etária em 2013



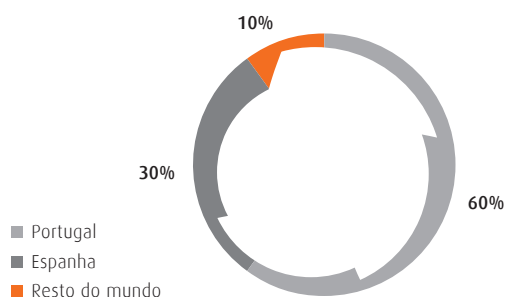
Aposta no segmento de negócio de E&P

A Galp Energia tem vindo a reforçar as qualificações e valências da equipa de E&P dada a importância estratégica deste negócio.

Em 2013, continuou o programa de captação de jovens engenheiros e geólogos de elevado potencial e, em simultâneo, o reforço de competências através do recrutamento externo de técnicos experientes a nível internacional, fomentando um ambiente propício à transferência de *know-how* intergeracional.

Com efeito, os recursos humanos alocados a este negócio registaram um aumento anual de 38% para 171 colaboradores. No decorrer do ano foram admitidas cerca de 18 pessoas com comprovada experiência no sector do *Oil & Gas* para as áreas técnicas, tendo igualmente havido um reforço de algumas estruturas de apoio, nomeadamente no Brasil, com competências específicas de compras e recursos humanos.

Dispersão geográfica dos colaboradores em 2013



Paralelamente, deu-se continuidade à aposta na formação avançada e foram incrementadas as valências no âmbito das Engenharias de Reservatórios, de Perfuração e de Escoamento de Fluidos e na área de Geociências em Geologia de Exploração, de Desenvolvimento, na Petrofísica e Geofísica.

Por último, importa destacar, no ano, o estabelecimento de uma parceria com a Heriot-Watt University, localizada na Escócia, uma das referências mundiais em I&D e formação de capital humano altamente qualificado na área de E&P.

Aquela parceria foi estabelecida através do Instituto de Petróleo e Gás, Associação para a Investigação e Formação (IsPG), que visa promover a formação avançada de quadros técnicos, o desenvolvimento de projetos que criem valor acrescentado dentro dos consórcios onde a Galp Energia participa e a criação de uma rede de cooperação entre os consórcios, universidades e outros organismos de investigação do sector *Oil & Gas*.

Além de promover doutoramentos na Heriot-Watt University, está previsto que a Galp Energia lance em parceria com aquela instituição o Mestrado em Engenharia de Petróleos, que contará também com a parceria de seis universidades portuguesas.

Desenvolvimento dos colaboradores

Em 2013, a Galp Energia prosseguiu com ações de formação de caráter profissional, transversal e avançado. Durante o ano, realizou-se um total de 224.209 horas de formação.

Para além de assegurar a continuidade de programas de formação autónomos e de natureza transversal, incluindo um ciclo de conferências ministradas *in-house*, a Empresa prosseguiu com a atividade da Academia Galp Energia. Esta apresenta-se como um *training & assessment centre* para a formação avançada da Empresa, procurando garantir a customização dos cursos ministrados às necessidades da Galp Energia, com os mais elevados padrões de qualidade.

A Academia visa promover e gerir projetos integrados e inovadores de formação, orientados para o desenvolvimento de competências de gestão, técnicas e comportamentais, em parceria com instituições de ensino superior de prestígio, contribuindo para a maximização do potencial do capital humano, criando condições para o sucesso e que visem a excelência da Empresa a longo prazo.

Até ao final de 2013, haviam passado pela Academia Galp Energia mais de 540 formandos.

Estão atualmente em vigor quatro cursos: o FormAG, curso de formação avançada em Gestão; o GeoER, programa de estudos avançados em Geoengenharia de Reservatórios vocacionado para a área de E&P; o EngIQ, programa de doutoramento e formação avançada em Engenharia da Refinação, Petroquímica e Química em meio empresarial; e o CompeC, curso de formação avançada em competências comerciais.

Em 2013, foram ministradas 14.984 horas de formação, no âmbito do curso de formação avançada em Gestão, que abrangeram 251 colaboradores. O FormAG é ministrado a todos os quadros superiores da Empresa, bem como aos jovens de elevado potencial nos domínios da gestão avançada, da energia e comportamentais, visando a sua preparação para o exercício de funções de liderança.

O programa de estudos avançados em Geoengenharia de Reservatórios, o GeoER, destina-se a colaboradores que estejam a desenvolver a sua carreira na área de E&P. Este curso tem como objetivo promover uma forte integração multidisciplinar de geofísicos, geólogos e engenheiros na área da exploração e da produção. A formação teve início em 2012 e desde então compreendeu cerca de 6.720 horas de formação.

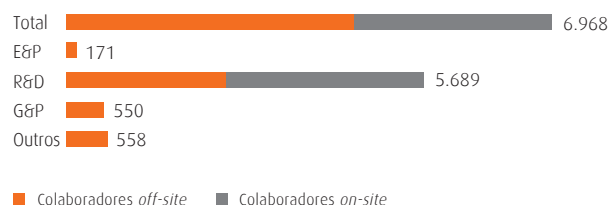
Relativamente ao programa EngIQ, o curso proporcionou, desde o seu início, em 2009, e até ao final de 2013, 13.560 horas de formação a 66 colaboradores.

O programa de formação avançada em competências comerciais que se iniciou em 2013, visa formar comerciais verdadeiramente especializados no ciclo completo de venda. O curso abrangeu, ao longo do ano, um universo de 79 comerciais num total de 6.320 horas de formação.

Caracterização dos colaboradores

No final de 2013, a Galp Energia contava com 6.968 colaboradores, destacando-se o aumento de colaboradores no negócio de E&P.

Colaboradores por segmento de negócio em 2013



Dos 6.968 colaboradores, 2.866 trabalhavam *on-site*, isto é, estavam alocados a estações de serviço na Península Ibérica e em África, ou aos projetos agrícolas de biocombustíveis em que a Empresa participa no contexto do negócio de R&D.

No que diz respeito à distribuição dos colaboradores da Galp Energia por género, esta manteve-se em linha com o ano de 2012, representando o género feminino 39%.

5.3 Desenvolvimento das comunidades locais

A Galp Energia tem implementada uma política de responsabilidade social, orientada para o desenvolvimento e suporte das comunidades locais, e que assenta em sólidos princípios de ética e de respeito pelos direitos humanos. Neste contexto, importa salientar em 2013 a adesão da Empresa ao Pacto Global da ONU, que visa alinhar a implementação de estratégias e as operações das empresas participantes com princípios universalmente aceites nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

A política de responsabilidade social da Empresa desenvolve-se nos eixos do capital humano, da saúde e segurança e do ambiente, sendo o principal vetor de atuação a promoção da inovação e de ações sociais inclusivas, nomeadamente através da disponibilização de soluções de energia.

Deste modo, a Galp Energia desenvolve a sua atividade em dois domínios complementares. O primeiro, mais tradicional, por meio da atribuição de apoios a projetos de entidades representativas da comunidade. O segundo, mais inovador, através da conceção e implementação de projetos próprios nos quais envolve as entidades representativas da comunidade.

Com efeito, em 2013, foram concretizadas diversas iniciativas no âmbito da responsabilidade social, tendo o investimento global nesta área atingido os €9 m, dos quais 21% alocados a ações relacionadas com a proteção do ambiente, 23% a ações no âmbito da educação, 20% a ações no âmbito da saúde, e o restante a várias ações de cariz social.

Em 2013, a Empresa continuou a promover uma cultura de voluntariado empresarial através da iniciativa Galp Voluntária. Desde o seu lançamento em 2011, a Galp Energia realizou 59 ações que envolveram um total de cerca de 8.600 horas de voluntariado. A Galp Voluntária contava, no final do ano, com cerca de 225 voluntários inscritos. Das várias iniciativas destaca-se a parceria com a Associação de Empresários Pela Inclusão Social (EPIS), no programa Vocações de Futuro & Estágio, onde a Galp Voluntária apoiou durante 1.548 horas o acompanhamento a 22 jovens em idades escolares entre os 10 e os 14 anos.

Ainda no plano do capital humano, a Galp Energia manteve o projeto escolar Missão UP | Unidos pelo Planeta, que consiste na sensibilização da comunidade escolar em Portugal para questões de eficiência energética. Em 2013, aderiram 1.720 escolas com uma abrangência total de 115.000 alunos.

Estando particularmente sensibilizada para as questões em torno das comunidades em países em vias de desenvolvimento, a Galp Energia continuou a promover atividades nos níveis sociais, educativo e da saúde, com especial enfoque nos países africanos em que está presente.

No plano da saúde e segurança, a Galp Energia desenvolveu e apoiou inúmeras iniciativas, com destaque para o apoio, em parceria com a organização não-governamental (ONG) Médicos da Comunidade, ao programa de combate a doenças infectocontagiosas na Guiné-Bissau, onde a taxa de infeções pelo HIV é considerada pela ONU como uma das mais preocupantes.

A Galp Energia tem também vindo a participar em iniciativas no campo da inserção e do apoio social. Destacam-se neste âmbito o apoio às vítimas das cheias em Moçambique, um problema cíclico que afeta severamente a comunidade local, nomeadamente através da distribuição de duas toneladas de alimentos.

Fundação Galp Energia

No ano 2013, a Fundação Galp Energia obteve o Estatuto de Utilidade Pública, como reconhecimento do interesse e pertinência das suas atuações.

Em 2013, a Fundação desenvolveu projetos no âmbito do desenvolvimento social, da energia e ambiente, e da cultura, com um investimento de €1.025 k.

Ciente da importância do seu contributo para a comunidade local em Portugal, a Fundação continuou a desenvolver projetos que englobaram, entre outros, a doação de alimentos e bens variados. Com o objetivo de continuar a apoiar projetos culturais, a Fundação manteve as parcerias com entidades como a Fundação Casa da Música, o Palácio Nacional da Ajuda e o Museu Nacional de Arte Antiga.

5.4 Segurança, saúde e ambiente

A Galp Energia promove a implementação das melhores práticas de SSA aos níveis estratégico e operacional, e de forma a abranger todos os *stakeholders* que fazem parte, direta ou indiretamente, das atividades da Empresa. Desta forma, a Galp Energia pretende garantir a segurança de todas as partes e a proteção do ambiente, com vista a sustentar a atividade da Empresa a longo prazo.

A Empresa garante a execução das metas definidas no âmbito de SSA, através do Sistema G+. Este sistema de gestão permite a análise dos riscos inerentes às atividades da Empresa, e visa, entre outros, prevenir acidentes, garantindo a segurança dos colaboradores e prestadores de serviços e a preservação do meio ambiente. Neste sentido, é promovida a melhoria contínua nas vertentes da segurança, da saúde e do ambiente, procedendo a Empresa a uma constante monitorização e realização de auditorias específicas, que identificam e promovem oportunidades de melhoria.

Uma atividade de exploração e produção sustentável e sob constante monitorização

Relativamente aos projetos de exploração e produção, o Sistema G+ tem-se revelado uma ferramenta eficaz para a melhoria contínua do desempenho operacional nas diferentes geografias em que a Empresa está presente, garantindo que todos os procedimentos são cumpridos de forma eficiente, inclusive nos projetos em que detém participações minoritárias.

Neste caso específico, a Galp Energia monitoriza regularmente as atividades em paralelo com os parceiros operadores, e certifica-se de que as campanhas sísmicas, os programas de perfuração, os planos de desenvolvimento e ademais atividades cumprem os melhores *standards* internacionais. Além disso, a Empresa promove a realização de auditorias e a comunicação permanente com os operadores dos projetos.

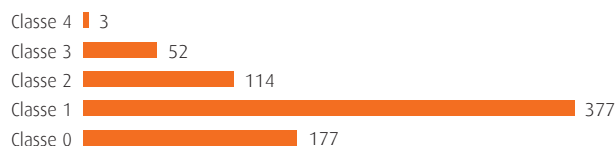
Neste contexto, importa salientar que a Galp Energia desenvolveu um plano de SSA para responder às exigências nos projetos de E&P, especialmente no seguimento da tomada da operação em Marrocos, de forma a cumprir com a regulamentação imposta, a garantir a implementação das mais adequadas práticas de segurança e a minimização do risco de impacto ambiental. A Galp Energia tem implementado um plano de contingência de derrames que garante o suporte por equipas especializadas em caso de emergência. Paralelamente, a Empresa identificou medidas de mitigação do impacto da atividade de perfuração naquele país, no seguimento do estudo de impacto ambiental realizado em 2013.

Ao nível do *gas flaring*, em particular nos projetos *offshore* no Brasil, a Galp Energia, em conjunto com o operador, monitoriza e controla os volumes *flared* de forma a minimizar os impactos ambientais que advêm deste processo e reduzindo o risco de incumprimento dos limites legais estabelecidos.

A segurança e saúde são fundamentais na execução da estratégia

A Empresa considera a segurança dos seus colaboradores e demais *stakeholders* como essenciais para a sua competitividade, estando empenhada em atingir o objetivo de zero acidentes no decurso das suas atividades. Para isso, a Galp Energia procura uma melhoria constante dos *standards* de segurança de processos, nomeadamente através da formação, da análise e da implementação de medidas para redução dos riscos.

Total de incidentes em 2013 por classe crescente de gravidade



Entre os incidentes registados contam-se aqueles que envolvem clientes e prestadores de serviços, quando dos mesmos tenham resultado danos no património ou que tenham envolvido bens ou serviços prestados pela Galp Energia, ainda que não tenham decorrido da regular atividade da Empresa.

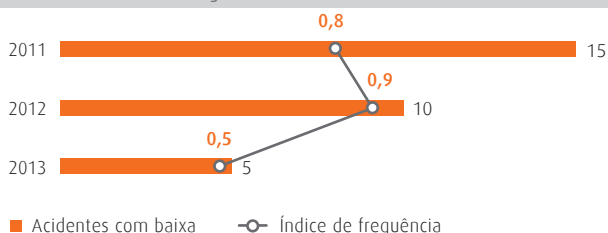
É importante destacar que, em 2013, não houve nenhuma fatalidade no universo de colaboradores da Galp Energia. No entanto, há a lamentar a ocorrência de três acidentes graves, nomeadamente um acidente rodoviário e duas intoxicações por CO₂. Estes incidentes foram investigados pela Galp Energia, ocorrendo em condições alheias e não controláveis pela Empresa.

Em relação à sinistralidade laboral, a Empresa tem realizado esforços para reduzir consistentemente o número de acidentes pessoais com baixa de colaboradores. Relativamente ao índice de frequência de acidentes com baixa (IFACB) por milhão de horas trabalhadas, o valor registado em 2013 foi em linha com o valor de 2012 da média europeia do sector, congregada pela Conservation of Clean Air and Water in Europe (CONCAWE).

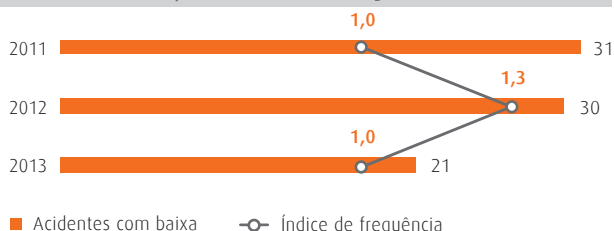
Acidentes no universo Galp Energia Colaboradores



Prestadores de serviços



Colaboradores e prestadores de serviços



Compromisso com a redução da pegada ambiental

Como operador integrado de energia, a Galp Energia entende que o combate às alterações climáticas se reveste de extrema importância. Neste sentido, a Empresa estabeleceu uma estratégia para as alterações climáticas, definindo ações e objetivos concretos nesse âmbito. Em 2013, a Galp Energia procedeu a uma revisão dessa estratégia, em particular para o período 2014-2020, dando mais relevo à área de E&P, tendo em conta o forte crescimento esperado nos próximos anos.

A estratégia da Empresa passa por atuar em quatro eixos de atuação:

- exploração e produção responsável;
- refinação e distribuição eficiente;
- inovação, investigação e desenvolvimento e promoção de tecnologias eficientes;
- antecipação de tendências e expectativas de *stakeholders* no âmbito da energia e clima.

A Galp Energia integrou, em 2013, pelo segundo ano consecutivo, o Carbon Disclosure Leadership Index (CDLI), uma parte integrante do relatório anual Iberia 125 Climate Change do Carbon Disclosure Project (CDP), tendo sido a empresa do sector da energia que registou a maior subida em relação ao ano anterior. Este índice, compilado pela PricewaterhouseCoopers, avalia e distingue as maiores empresas da Península Ibérica na forma de abordar a divulgação de informação no âmbito das alterações climáticas.

A Galp Energia foi a empresa do sector da energia com a melhor pontuação, ocupando a segunda posição geral.

Os novos desafios relativos à pegada de carbono

As empresas da indústria energética têm sido sujeitas a novos desafios ao nível das emissões de carbono, sobretudo no sentido de reduzirem as emissões de CO₂ através do aumento da eficiência dos seus ativos.

Emissões de CO₂



Teve início em 2013 o terceiro período estabelecido sob o Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) que vigora até 2020, e durante o qual as licenças de emissão de CO₂ são atribuídas por *benchmarking* ou através de leilão.

No âmbito do CELE, foram atribuídas à Galp Energia licenças de emissão num total de 2,3 mt por ano. Uma vez que em 2013 as licenças de emissão gratuitas não foram suficientes para satisfazer as necessidades da Empresa, foi necessária a aquisição, através de leilão, de 1,5 mt, com um custo associado global de €10 m. Em 2014, está prevista a aquisição de cerca de 1,2 mt.

Aposta na prevenção para minimizar risco de impacto ambiental

A Galp Energia executa as suas atividades atendendo ao cumprimento de todas as normativas de segurança de processos visando, entre outros, prevenir acidentes que possam ter impacto negativo no ambiente.

Ainda assim, em 2013, há a registar 28 acidentes com derrames superiores a 150 litros. Em virtude das medidas de contenção primária e secundária e medidas de atuação de emergência, a maioria destas ocorrências não atingiram o ambiente. No entanto, ainda que sem impacto material, cerca de 30 m³ atingiram o ambiente, tendo sido tomadas ações para o restabelecimento do estado inicial de qualidade.

A Empresa promove uma gestão sustentável dos recursos, tendo linhas de ação concretas no caso da gestão de resíduos. Adicionalmente, a Galp Energia dispõe, com os seus prestadores de serviços, de uma plataforma conjunta para minimizar o prazo de resposta em situação de emergência, reduzir o potencial impacto ambiental e os custos associados à gestão de áreas contaminadas.

Preservar a biodiversidade

A Galp Energia considera que a biodiversidade tem uma relevância significativa na sua atividade, e assume por isso o compromisso de garantir a sua proteção e conservação. Neste sentido, a Empresa tem implementado um guia para a gestão da biodiversidade que, juntamente com o Sistema G+, impõe e orienta a sua preservação no curso das operações da Empresa.

Presença em projetos de energias renováveis

A Galp Energia manteve a presença em projetos de energias renováveis, principalmente na área dos biocombustíveis, de forma a facilitar o cumprimento das normas estabelecidas na Europa, mas também na geração de energia por vias eólica e solar. A Empresa considera fulcral o acompanhamento das novas tendências no sector energético, nomeadamente aquelas que surgem no âmbito do aumento da eficiência energética e do combate às alterações climáticas.

Sobre a atividade de biocombustíveis, destaca-se ao nível do *upstream* verde, o projeto de plantação de palma, que, em 2013, prosseguiu com a plantação de mais 15 hectares. Neste sentido, no final de 2013 tinham sido plantados cerca de 27.300 hectares de palma no Brasil. Já no *downstream*, destaca-se a operação de uma unidade para produção de biocombustíveis de segunda geração em Portugal, com uma capacidade instalada de 27 mt de biocombustível por ano, dedicada à transformação de óleos usados e gorduras animais residuais em biodiesel.

Em 2013, a Galp Energia introduziu diretamente, em Portugal, cerca de 135 mil m³ de biodiesel, ou seja, uma incorporação, nos transportes rodoviários, de cerca de 5,5% de energia de fontes renováveis. Segundo critérios da Diretiva Europeia de Renováveis (RED), esta incorporação representa um potencial de redução das emissões de GEE superior a 127 mil toneladas (kt) de CO₂ equivalentes, fator determinante para o cumprimento das metas impostas pela União Europeia (UE). Já em Espanha, foram introduzidos cerca de 93 mil m³ de biocombustíveis, em cumprimento da obrigação imposta pelo governo deste país. Esta incorporação traduziu-se numa redução potencial de cerca de 65 kt de CO₂ equivalentes.

A Galp Energia continuará a cumprir com a introdução de biocombustíveis na Península Ibérica, com o objetivo de atingir a incorporação, em 2015, de 5,5% do total de energia em Portugal e de 4,1% do total de energia em Espanha, de acordo com os objetivos estabelecidos pela Comissão Europeia e os respetivos países.

Quanto à geração por via eólica, a Galp Energia tem em funcionamento um projeto de pequena escala, beneficiando das condições naturais em Portugal. O parque eólico tem uma capacidade instalada de 12 MW e produziu 31 GWh em 2013.

Relativamente à geração de energia por via solar, a Galp Energia desenvolve alguns projetos em Portugal para promover uma maior eficiência energética junto dos seus clientes e parceiros.

A escolha dos fornecedores é vital para a competitividade da Empresa

A Galp Energia procura responder às necessidades cada vez mais exigentes e específicas impostas à indústria de *Oil & Gas* e para isso é fundamental que a Empresa promova o melhor desempenho de segurança e ambiente junto de todas as partes interessadas, incluindo os seus fornecedores.

Para isso, a Empresa impõe a todos os fornecedores a entrega de dados relativos à sua *performance* nas vertentes SSA, e exige o respeito pelos princípios de ética e conduta, focando-se sobretudo no combate à corrupção e no respeito pelos direitos humanos, selecionando e avaliando os fornecedores através de um guia de boas práticas.



Plantação de palma no Brasil

5.5 Qualidade

A Galp Energia estabelece linhas de orientação para que a gestão da qualidade se traduza na melhoria dos seus produtos e serviços, sustentando a atividade da Empresa a longo prazo.

Em 2013, a Galp Energia obteve seis novas certificações, totalizando agora 51 qualificações. As certificações obtidas no ano foram para as vertentes do ambiente (ISO 14001), da qualidade (ISO 9001), da segurança (OHSAS 18001) e da energia (ISO 50001).

De salientar que, em 2013, foram realizadas 51 auditorias no âmbito do ambiente, da qualidade e da segurança, envolvendo 74 auditores internos, num total de 115 participações, e cinco auditores externos com 19 participações.

Das auditorias internas realizadas em 2013, foram identificadas 504 constatações, das quais 189 são não-conformidades e 315 oportunidades de melhoria. Tais resultados refletem, por um lado, o empenho da Empresa na melhoria contínua e, por outro, a maior capacidade de identificação de inconformidades por parte da Galp Energia em comparação com as auditorias externas contratadas.

A obtenção de novas qualificações e a realização de auditorias regulares traduzem o compromisso da Empresa na melhoria contínua das suas atividades.

5.6 Inovação, investigação e desenvolvimento

Atendendo aos desafios da indústria de *Oil & Gas*, a Galp Energia considera essencial a aposta em I&D, desenvolvendo projetos com potencial para criar valor e aumentar a competitividade da Empresa.

Neste sentido, a Galp Energia promove projetos de inovação *in-house* e em parceria, seja com empresas suas parceiras ou com outras entidades, nomeadamente pertencentes ao sistema científico e tecnológico. Em 2013 destacam-se os projetos relacionados com a atividade de E&P, nomeadamente no âmbito do desenvolvimento do projeto Lula/Iracema, no Brasil.

Extrair mais valor dos projetos de E&P através da aposta em I&D

A Galp Energia encontra-se em alguns dos projetos de E&P mais aliciantes a nível mundial, em particular no Brasil. Estes, pelas suas especificidades e localização, aumentam a complexidade das operações, exigindo uma necessidade constante de inovação que garanta o aumento da eficiência e permita a extração de mais valor, como seja através da produção. A Galp Energia e os seus parceiros continuam a desenvolver, através de *joint industry analysis*, projetos que visam estudar o potencial de aplicação de novas técnicas e soluções tecnológicas com aqueles objetivos.

Neste contexto, é importante mencionar os progressos alcançados pelo consórcio do BM-S-11, que procura maximizar o retorno do projeto Lula/Iracema. Em 2013, o consórcio procedeu ao teste *in situ* da injeção de CO₂ com impacto potencial positivo nos recursos recuperáveis a longo prazo e testou com êxito a perfuração em geometria sub-horizantalizada na área de lara.

Adicionalmente, e uma vez que a Galp Energia está empenhada na criação de um centro de excelência de investigação e tecnologia, nomeadamente no Brasil, importa destacar a atividade do IsPG, criado em 2012. Durante o ano de 2013, a Empresa continuou a consolidar as atividades de implementação deste instituto, que tem como objetivo último fornecer soluções inovadoras para as necessidades tecnológicas da Empresa, tendo estabelecido no ano uma parceria com a Heriot-Watt University, localizada na Escócia, uma das referências mundiais em I&D na área de exploração e produção.

Promover uma maior eficiência energética

Encontrar formas de otimizar o consumo de energia, minimizando os custos e estimulando a competitividade, num contexto económico adverso, nomeadamente em Portugal, é um dos grandes desafios que se impõem às empresas.

Neste sentido, a Galp Energia promove vários projetos que visam uma maior eficiência energética. Além de continuar a estudar e implementar novas medidas para o aumento de eficiência nas suas operações, a Empresa tem em curso um programa que visa a transferência de conhecimento e de inovação entre o mundo empresarial e académico português.

Lançado em 2007, este programa já atingiu mais de 130 empresas portuguesas que beneficiaram de inovadoras soluções de eficiência energética desenvolvidas por estudantes das principais universidades nacionais.



Anexos

- 6.1 Proposta de aplicação de resultados
- 6.2 Informação adicional
- 6.3 Contas consolidadas
- 6.4 Relatórios e pareceres
- 6.5 Glossário e abreviaturas

6.1 Proposta de aplicação de resultados

As participações sociais do grupo Galp Energia são detidas pela empresa Galp Energia SGPS, S.A.

A Galp Energia SGPS, S.A. numa base individual, encerrou o exercício de 2013 com um resultado líquido positivo de €364.185.273,36, apurado em conformidade com as Normas Internacionais do Relato Financeiro (IFRS).

O Conselho de Administração propõe, nos termos legais, que do resultado líquido do exercício de 2013, no montante de €364.185.273,36 seja aplicado da seguinte forma: €125.361.090,48 para resultados transitados e €238.824.182,88 para distribuição de dividendos, o que corresponde a um dividendo de €0,288 por ação, conforme política de remuneração acionista aprovada em março de 2012, representando um crescimento de 20% relativamente ao dividendo do ano anterior. No decorrer do mês de outubro de 2013 já foram distribuídos antecipadamente dividendos no montante de €119.412.091,43 (€0,144 por ação).

6.2 Informação adicional

Declarações e menções obrigatórias

ACIONISTAS COM PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS DIRETAS E INDIRETAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Nos termos do n.º 4 do artigo 448 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e do artigo 20 do CVM.

Acionistas	N.º de ações	% capital social	% direitos de voto
Amorim Energia, B.V.	317.934.693	38,34%	54,68%
Eni, S.p.A.	135.497.095	16,34%	16,34%
Parública – Participações Públicas, SGPS, S.A.	58.079.514	7,00%	7,00%
Templeton Global Advisors Limited	16.870.865	2,03%	2,03%
Restantes acionistas	300.868.468	36,28%	36,28%
Total	829.250.635	100,00%	-

AÇÕES PRÓPRIAS

Nos termos da alínea d) do artigo 66 e do n.º 1 do artigo 325-A do CSC.

A Galp Energia, SGPS, S.A. – Sociedade Aberta não é detentora de ações próprias.

Durante o exercício de 2013, a Galp Energia, SGPS, S.A. – Sociedade Aberta não adquiriu, nem alienou ações próprias.

POSIÇÃO ACIONISTA A 31 DE DEZEMBRO DE 2013 DOS ATUAIS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO NA GALP ENERGIA, SGPS, S.A. – SOCIEDADE ABERTA

Nos termos do n.º 5 do artigo 447 do CSC.

Membros do Conselho de Administração	Aquisição				Alienação				Total de ações a 31 dez. 2013
	Total de ações a 31 dez. 2012	Período 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2013			Período 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2013				
		Data	N.º ações	Valor (€/ação)	Data	N.º ações	Valor (€/ação)		
Américo Amorim	-	-	-	-	-	-	-	-	
Manuel Ferreira De Oliveira	85.640	-	-	-	-	-	-	85.640	
Luís Palha da Silva	3.350	-	-	-	07-10-2013	2.400	12,32	950	
Paula Amorim	-	-	-	-	-	-	-	-	
Filipe Crisóstomo Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	
Carlos Gomes da Silva	2.410	-	-	-	-	-	-	2.410	
Sérgio Gabrielli de Azevedo	-	-	-	-	-	-	-	-	
Stephen Whyte	-	13-11-2013	1.215	12,345	-	-	-	-	
	-	02-12-2013	820	12,11	-	-	-	2.035	
Vítor Bento	-	-	-	-	-	-	-	-	
Abdul Magid Osman	-	-	-	-	-	-	-	-	
Luís Campos e Cunha	-	-	-	-	-	-	-	-	
Miguel Athayde Marques	1.800	-	-	-	-	-	-	1.800	
Carlos Costa Pina	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rui Paulo Gonçalves	-	-	-	-	-	-	-	-	
Luís Manuel Todo Bom	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fernando Gomes	1.900	-	-	-	-	-	-	1.900	
Diogo Mendonça Tavares	2.940	-	-	-	-	-	-	2.940	
Joaquim José Borges Gouveia	-	-	-	-	-	-	-	-	
José Carlos da Silva Costa	275	-	-	-	-	-	-	275	
Jorge Manuel Seabra de Freitas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Membros do Conselho Fiscal									
Daniel Bessa Fernandes Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	
Gracinda Augusta Figueiras Raposo	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pedro Antunes de Almeida	1.505	-	-	-	02-01-2013	1.500	12,07	5	
Amável Alberto Freixo Calhau	-	-	-	-	-	-	-	-	
Revisor Oficial de Contas									
P. Matos Silva, Garcia Jr., Caiado & Associados	-	-	-	-	-	-	-	-	
António Campos Pires Caiado	-	-	-	-	-	-	-	-	

NEGÓCIOS DOS ATUAIS ADMINISTRADORES COM A SOCIEDADE

Nos termos da alínea e) do artigo 66 e do artigo 397 do CSC.

Não se registaram, em 2013, autorizações aos atuais membros do Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S.A. – Sociedade Aberta, para a realização de negócios com a sociedade.

EXERCÍCIO DE OUTRAS ATIVIDADES PELOS ATUAIS ADMINISTRADORES

Nos termos do artigo 398 do CSC.

Nenhum dos atuais administradores da Galp Energia, SGPS, S.A. exerceu, durante o exercício de 2013, na Sociedade ou em sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, quaisquer funções temporárias ou permanentes ao abrigo de contrato de trabalho, subordinado ou autónomo.

O administrador José Carlos da Silva Costa mantém suspenso o contrato de trabalho com a Galp Energia, S.A., sociedade do Grupo, desde a sua eleição para vogal do Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S.A. – Sociedade Aberta, ocorrida em 23 de novembro de 2012.

POSIÇÕES CREDORAS SOBRE SOCIEDADES PARTICIPADAS

Nos termos do n.º 4 do artigo 5 do Decreto-Lei n.º 495/88 de 30 de dezembro.

Ver nota 28 do anexo às demonstrações financeiras das contas individuais da Galp Energia, SGPS, S.A. – Sociedade Aberta.

Órgãos e corpos sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL (MANDATO 2011 – 2013)

Presidente:

Daniel Proença de Carvalho

Vice-presidente:

Vítor Manuel Pereira Dias

Secretário:

Maria Helena Claro Goldschmidt

A composição atual dos restantes órgãos sociais da Galp Energia, SGPS, S.A. – Sociedade Aberta, para o mandato que termina a 31 de dezembro de 2014, é a que de seguida se apresenta.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Américo Ferreira de Amorim

Vice-presidente:

Manuel Ferreira De Oliveira

Vice-presidente:

Luís Palha da Silva

Vogais:

Paula Amorim
Filipe Crisóstomo Silva
Carlos Gomes da Silva
Sérgio Gabrielli de Azevedo
Stephen Whyte
Vitor Bento
Abdul Magid Osman
Luís Campos e Cunha
Miguel Athayde Marques
Carlos Costa Pina
Rui Paulo Gonçalves
Luís Manuel Todo Bom
Fernando Gomes
Diogo Mendonça Tavares
Joaquim José Borges Gouveia
José Carlos da Silva Costa
Jorge Manuel Seabra de Freitas

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente:

Manuel Ferreira De Oliveira (CEO)

Vice-presidente:

Luís Palha da Silva

Vogais:

Filipe Crisóstomo Silva (CFO)
Carlos Gomes da Silva
Stephen Whyte
Carlos Costa Pina
José Carlos da Silva Costa

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo:

Rui de Oliveira Neves*

Suplente:

Maria Helena Claro Goldschmidt

CONSELHO FISCAL

Presidente:

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogal:

Gracinda Augusta Figueiras Raposo

Vogal:

Pedro Antunes de Almeida

Suplente:

Amável Alberto Freixo Calhau

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Efetivo: P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, SROC, Lda. representada por Pedro João Reis de Matos Silva

Suplente:

António Campos Pires Caiado

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Vogal:

Amorim Energia, B.V., representada por Francisco Rêgo

Vogal:

Jorge Armindo Carvalho Teixeira

* Nomeado na reunião do Conselho de Administração de 26 de julho de 2013, em substituição de Rui Maria Diniz Mayer.

6.3 Contas consolidadas

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012

(Montantes expressos em milhares de euros – €k)

ATIVO	Notas	31 dez. 2013	31 dez. 2012
Ativo não-corrente:			
Ativos tangíveis	12	4.565.289	4.489.919
Goodwill	11	233.137	232.046
Ativos intangíveis	12	1.544.901	1.458.089
Participações financeiras em associadas e entidades conjuntamente controladas	4	515.565	399.323
Ativos disponíveis para venda	4	2.863	2.894
Clientes	15	24.322	24.402
Empréstimos à Sinopec	14	706.993	917.558
Outras contas a receber	14	212.968	136.540
Ativos por impostos diferidos	9	271.074	252.206
Outros investimentos financeiros	17	24.530	19.307
Total de ativos não-correntes:		8.101.642	7.932.284
Ativo corrente:			
Inventários	16	1.845.607	1.976.125
Clientes	15	1.326.563	1.351.189
Empréstimos à Sinopec	14	164.500	13.643
Outras contas a receber	14	732.706	731.445
Outros investimentos financeiros	17	10.128	7.346
Imposto corrente sobre o rendimento a receber	9	32.788	9.819
Caixa e seus equivalentes	18	1.503.390	1.886.723
Total dos ativos correntes:		5.615.682	5.976.290
Total do ativo:		13.717.324	13.908.574
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital social	19	829.251	829.251
Prémios de emissão		82.006	82.006
Reservas	20	2.394.913	2.630.548
Resultados acumulados		1.666.075	1.516.069
Resultado líquido consolidado do exercício		188.661	343.300
Total do capital próprio atribuível aos acionistas:		5.160.906	5.401.174
Interesses que não controlam	21	1.254.894	1.304.800
Total do capital próprio:		6.415.800	6.705.974
Passivo:			
Passivo não-corrente:			
Empréstimos	22	1.464.910	1.858.427
Empréstimos obrigacionistas	22	1.838.812	618.902
Outras contas a pagar	24	544.904	534.039
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	23	338.495	327.293
Passivos por impostos diferidos	9	128.577	130.616
Outros instrumentos financeiros	27	1.538	7.346
Provisões	25	154.149	137.556
Total do passivo não-corrente:		4.471.385	3.614.179
Passivo corrente:			
Empréstimos e descobertos bancários	22	226.542	539.338
Empréstimos obrigacionistas	22	146.778	566.256
Fornecedores	26	1.509.633	1.469.231
Outras contas a pagar	24	936.716	1.004.516
Outros instrumentos financeiros	27	10.470	9.080
Total do passivo corrente:		2.830.139	3.588.421
Total do passivo:		7.301.524	7.202.600
Total do capital próprio e do passivo:		13.717.324	13.908.574

As notas anexas fazem parte da demonstração da posição financeira consolidada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

Demonstração dos resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em milhares de euros – €k)

	Notas	31 dez. 2013	31 dez. 2012
Proveitos operacionais:			
Vendas	5	19.100.871	18.040.881
Prestação de serviços	5	519.469	466.156
Outros proveitos operacionais	5	144.026	137.035
Total de proveitos operacionais:		19.764.366	18.644.072
Custos operacionais:			
Custo das vendas	6	17.208.242	16.195.685
Fornecimentos e serviços externos	6	1.069.024	990.103
Custos com o pessoal	6	346.677	320.765 (a)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos	6	585.262	426.469
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	6	54.968	69.391
Outros custos operacionais	6	98.940	83.115
Total de gastos operacionais:		19.363.113	18.085.528
Resultados operacionais:		401.253	558.544
Proveitos financeiros	8	110.130	85.198
Custos financeiros	8	(255.315)	(166.264) (a)
Ganhos (perdas) cambiais		(8.790)	2.209
Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e entidades conjuntamente controladas	4	115.656	81.538
Rendimentos de instrumentos financeiros	27	13.250	1.326
Outros proveitos e custos		(1.348)	(1.696)
Resultado antes de impostos:		374.836	560.855
Imposto sobre o rendimento	9	(135.829)	(170.585)
Resultado antes de interesses que não controlam:		239.007	390.270
Resultado afeto aos interesses que não controlam	21	(50.346)	(46.970)
Resultado líquido consolidado do exercício		188.661	343.300
Resultado por ação (valor em euros)	10	0,23	0,41

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em milhares de euros – €k)

Movimentos do período	Notas	Capital social	Prémios de emissão	Reservas de conversão cambial (Nota 20)	Outras reservas (Nota 20)
Saldo em 1 de janeiro de 2012		829.251	82.006	10.979	193.384
Resultado líquido consolidado do exercício	10	-	-	-	-
Variação do perímetro de consolidação		-	-	-	-
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios		-	-	(58.603)	(1.935)
Rendimento integral do exercício		-	-	(58.603)	(1.935)
Distribuição de dividendos/dividendos antecipados		-	-	-	-
Incremento de capital em subsidiárias		-	-	-	2.493.088
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012		829.251	82.006	(47.624)	2.684.537
Saldo em 1 de janeiro de 2013		829.251	82.006	(47.624)	2.684.537
Resultado líquido consolidado do exercício	10	-	-	-	-
Variação do perímetro de consolidação	3 e 21	-	-	-	-
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios		-	-	(236.494)	-
Rendimento integral do exercício		-	-	(236.494)	-
Distribuição de dividendos/dividendos antecipados	30	-	-	-	-
Incremento de capital em subsidiárias		-	-	-	(4.098)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013		829.251	82.006	(284.118)	2.680.439

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

Demonstração consolidada do rendimento integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em milhares de euros – €k)

	Notas	dezembro 2013	dezembro 2012
Resultado líquido consolidado do exercício	10	188.661	343.300
Outro rendimento integral do exercício que no futuro não será reciclado por resultados do exercício:			
Remensuração		22.369	4.384
Imposto relacionado com a componente de remensuração	9	3.259	3.472
		25.628	7.856
Outro rendimento integral do exercício que no futuro será reciclado por resultados do exercício:			
Diferenças de conversão cambial (empresas do Grupo)	20	(167.208)	(7.522)
Diferenças de conversão cambial (empresas associadas/conjuntamente controladas)	4 e 20	(23.846)	(6.209)
Diferenças de conversão cambial – Goodwill	11 e 20	1.091	1.390
Diferenças de conversão cambial – dotações financeiras (<i>quasi capital</i>)	20	(70.799)	(66.600)
Imposto diferido relacionado com as componentes de diferenças de conversão cambial – dotações financeiras (<i>quasi capital</i>)	9 e 20	24.268	20.338
		(236.494)	(58.603)
Aumentos/diminuições reservas de cobertura (empresas do Grupo)	27 e 20	6.789	(7.179)
Imposto diferido relacionado com as componentes de reservas de cobertura (empresas do Grupo)	9 e 20	(1.985)	2.155
Aumentos/diminuições reservas de cobertura (empresas associadas/conjuntamente controladas)	27 e 20	222	(340)
Imposto diferido relacionado com as componentes de reservas de cobertura (empresas associadas/conjuntamente controladas)	9 e 20	(69)	-
		4.957	(5.364)
Outros aumentos/diminuições		-	774
Outro rendimento integral do exercício líquido de imposto		(205.909)	(55.337)
Rendimento integral do exercício atribuível aos acionistas:		(17.248)	287.963
Rendimento integral do exercício atribuível a interesses que não controlam		(38.237)	25.460
Total do rendimento integral do exercício		(55.485)	313.423

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Reservas de cobertura (Nota 20)	Resultados acumulados – remensuração (Nota 23)	Resultados acumulados	Resultado líquido consolidado do exercício	Subtotal	Interesses que não controlam (Nota 21)	Total
(1.001)	(106.359)	1.444.541	432.682	2.885.483	55.972	2.941.455
-	-	-	343.300	343.300	46.970	390.270
-	-	-	-	-	19.348	19.348
(5.364)	7.856	2.709	-	(55.337)	(40.858)	(96.195)
(5.364)	7.856	2.709	343.300	287.963	25.460	313.423
-	-	(265.360)	-	(265.360)	(6.213)	(271.573)
-	-	-	-	2.493.088	1.229.581	3.722.669
-	-	432.682	(432.682)	-	-	-
(6.365)	(98.503)	1.614.572	343.300	5.401.174	1.304.800	6.705.974
(6.365)	(98.503)	1.614.572	343.300	5.401.174	1.304.800	6.705.974
-	-	-	188.661	188.661	50.346	239.007
-	-	-	-	-	(1.139)	(1.139)
4.957	25.628	-	-	(205.909)	(87.444)	(293.353)
4.957	25.628	-	188.661	(17.248)	(38.237)	(55.485)
-	-	(218.922)	-	(218.922)	(4.004)	(222.926)
-	-	-	-	(4.098)	(7.665)	(11.763)
-	-	343.300	(343.300)	-	-	-
(1.408)	(72.875)	1.738.950	188.661	5.160.906	1.254.894	6.415.800

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em milhares de euros – €k)

	Notas	dezembro 2013	dezembro 2012
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		20.505.082	20.295.479
Pagamentos a fornecedores		(14.714.036)	(15.512.127)
Pagamentos ao pessoal		(234.211)	(236.663)
(Pagamentos)/recebimento de imposto sobre produtos petrolíferos		(2.418.105)	(1.969.067)
(Pagamento)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(153.589)	(131.918)
Contribuições para o fundo de pensões	23	(2.398)	(21.109)
Pagamentos a reformados antecipadamente e pré-reformados	23	(18.666)	(17.648)
Pagamentos de despesas de seguro com os reformados	23	(11.857)	(11.903)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à atividade operacional		(2.150.845)	(2.092.525)
Fluxos das atividades operacionais (1)		801.375	302.519
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Participações financeiras	4	129.459	19.421
Ativos tangíveis		901	1.970
Ativos intangíveis		-	429
Subsídios de investimento	13	550	355
Juros e proveitos similares		45.071	38.119
Dividendos	4	64.400	65.262
Empréstimos concedidos		40.125	5.466
		280.506	131.022
Pagamentos respeitantes a:			
Participações financeiras	4	(215.693)	(183.337)
Ativos tangíveis		(705.753)	(802.801)
Ativos intangíveis		(52.016)	(48.099)
Empréstimos concedidos		(1.031)	(932.272)
		(974.493)	(1.966.509)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(693.987)	(1.835.487)
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		2.250.729	2.598.063
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	20	-	3.597.357
Juros e proveitos similares		2.159	2.800
Letras descontadas		10.237	22.051
		2.263.125	6.220.271
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(2.114.094)	(2.487.779)
Juros de empréstimos obtidos		(151.900)	(133.158)
Dividendos/distribuição de resultados	30	(221.956)	(269.702)
Reembolso de letras descontadas		(2.004)	(2.361)
Amortizações e juros de contratos de locação financeira		(5)	(27)
Juros de empréstimos obrigacionistas		(71.464)	(54.027)
		(2.561.423)	(2.947.054)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(298.298)	3.273.217
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(190.910)	1.740.249
Efeito das diferenças de câmbio		(134.927)	(18.153)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	18	1.733.199	25.480
Variação de perímetro		(2.124)	(14.377)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	18	1.405.238	1.733.199

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Índice

1. NOTA INTRODUTÓRIA	84
a) Empresa-mãe	84
b) O Grupo	84
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	84
2.1. Bases de apresentação	84
2.2. Princípios de consolidação	85
2.3. Ativos tangíveis	88
2.4. Ativos intangíveis	89
2.5. Imparidade de ativos não-correntes, exceto <i>Goodwill</i>	89
2.6. Locações	90
2.7. Inventários	90
2.8. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas	91
2.9. Provisões	91
2.10. Responsabilidades com pensões	91
2.11. Outros benefícios de reforma – cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida	92
2.12. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira	92
2.13. Proveitos e especialização de exercícios	92
2.14. Encargos financeiros com empréstimos obtidos	93
2.15. Imposto sobre o rendimento	93
2.16. Instrumentos financeiros	94
2.17. Licenças de emissão de CO ₂	95
2.18. Classificação na demonstração da posição financeira consolidada	95
2.19. Eventos subsequentes	95
2.20. Informação por segmentos	96
2.21. Estimativas e julgamentos	96
2.22. Política de gestão de riscos e respetivas coberturas	97
2.23. Alteração de políticas contabilísticas	97
3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO	97
4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS	104
4.1. Participações financeiras em entidades conjuntamente controladas	104
4.2. Participações financeiras em empresas associadas	108
4.3. Ativos disponíveis para venda	111
5. PROVEITOS OPERACIONAIS	111
6. CUSTOS OPERACIONAIS	113
7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	114
8. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS	116
9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	116
10. RESULTADOS POR AÇÃO	119
11. GOODWILL	119
12. ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	120
13. SUBSÍDIOS	125
14. OUTRAS CONTAS A RECEBER	126
15. CLIENTES	129
16. INVENTÁRIOS	129
17. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	130
18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	130
19. CAPITAL SOCIAL	131
20. RESERVAS	131
21. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	133
22. EMPRÉSTIMOS	134
23. RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS	137
24. OUTRAS CONTAS A PAGAR	145
25. PROVISÕES	146
26. FORNECEDORES	147
27. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS	147
28. ENTIDADES RELACIONADAS	151
29. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	155
30. DIVIDENDOS	156
31. RESERVAS PETROLÍFERAS E DE GÁS	156
32. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	156
33. ATIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES	159
34. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS	162
35. EVENTOS SUBSEQUENTES	163
36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	163

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013

(Montantes expressos em milhares de euros – €k)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

a) Empresa-mãe:

A Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp Energia, Grupo ou Empresa), tem a sua sede na Rua Tomás da Fonseca em Lisboa, Portugal e tem como objeto social a gestão de participações sociais de outras sociedades.

A estrutura acionista da Empresa em 31 de dezembro de 2013 é evidenciada na Nota 19.

A Empresa encontra-se cotada em bolsa, na NYSE Euronext Lisbon.

b) O Grupo:

Em 31 de dezembro de 2013 o grupo Galp Energia (Grupo) é constituído pela Galp e subsidiárias, as quais incluem, entre outras: (i) a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (Petrogal) e respetivas subsidiárias que desenvolvem as suas atividades na área do petróleo bruto e seus derivados; (ii) a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. (GDP) e respetivas subsidiárias que desenvolvem a sua atividade na área do gás natural; (iii) a Galp Power, SGPS, S.A. e respetivas subsidiárias que desenvolvem a sua atividade no sector da eletricidade e das energias renováveis; e (iv) a Galp Energia, S.A., empresa que integra os serviços corporativos.

b1) Atividade de *upstream* na área do petróleo bruto

O segmento de negócio de E&P é responsável pela presença da Galp Energia no setor *upstream* da indústria petrolífera, levando a cabo a supervisão e execução de todas as atividades relacionadas com a exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos essencialmente em Angola, Brasil, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Portugal, Timor-Leste, Uruguai e Venezuela.

b2) Atividade de *downstream* na área do petróleo bruto

O segmento de negócio de R&D detém as duas únicas refinarias existentes em Portugal e inclui ainda todas as atividades de comercialização, a retalho e grossista, de produtos refinados (incluindo GPL). O segmento de R&D engloba igualmente a maior parte das infraestruturas de armazenamento e transporte de produtos petrolíferos em Portugal, as quais se encontram estrategicamente localizadas, quer para a exportação quer para a distribuição dos produtos nos principais centros de consumo. Esta atividade de comercialização a retalho com a marca Galp Energia, estende-se ainda a Angola, Cabo-Verde, Espanha, Gâmbia, Guiné-Bissau, Moçambique e Suazilândia com subsidiárias totalmente detidas pelo Grupo.

b3) Atividade de gás natural e produção e comercialização de energia

O segmento de negócio de G&P abrange as áreas de aprovisionamento, comercialização, distribuição e armazenagem de gás natural e geração de energia elétrica e térmica.

As empresas subsidiárias do grupo Galp Power desenvolvem as atividades relacionadas com a produção e comercialização de energia elétrica, térmica e eólica em Portugal e Espanha.

A área de power produz atualmente energia elétrica e térmica que fornece a grandes clientes industriais e clientes domésticos.

Atualmente a Galp Energia detém participações em seis centrais de cogeração com uma capacidade instalada total de 254 MW e em parques eólicos.

A área de gás natural subdivide-se nas áreas de: (i) aprovisionamento e comercialização; e (ii) distribuição e comercialização.

A área de aprovisionamento e comercialização de gás natural destina-se a fornecer gás natural a grandes clientes industriais, com um consumo anual superior a 2 mm³, a empresas produtoras de eletricidade, às empresas comercializadoras de gás natural e às unidades autónomas de gás (UAG). A Galp Energia mantém contratos de aprovisionamento a longo prazo com empresas da Argélia e da Nigéria, de forma a satisfazer a procura dos seus clientes.

A área de distribuição e comercialização de gás natural em Portugal, integra as empresas distribuidoras e comercializadoras de gás natural nas quais a Galp Energia detém participações significativas. Tem em vista a venda de gás natural a clientes residenciais, comerciais e industriais com consumos anuais inferiores a 2 mm³. A Galp Energia opera igualmente em Espanha através de subsidiárias com atividades reguladas de distribuição de gás natural em baixa pressão, que fornece trinta e oito municípios adjacentes à cidade de Madrid. A atividade de comercialização de gás natural inclui a venda a clientes finais, regulados e não regulados, na área abrangida pelo negócio de distribuição acima referido, fornecendo gás natural a clientes.

As empresas subsidiárias do grupo Galp Energia que têm atividade de armazenagem e distribuição de gás natural em Portugal operam com base em contratos de concessão celebrados com o Estado português que terminam em 2045 no caso da atividade de armazenagem e 2047 no caso das atividades de distribuição de gás natural. Findo este prazo, os bens afetos às concessões serão transferidos para o Estado português e as empresas serão indemnizadas por um montante correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens àquela data, líquido de amortizações, participações financeiras e subsídios a fundo perdido.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros (moeda funcional), dado que esta é a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

Os valores são apresentados em milhares de euros, exceto se expresso em contrário.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas para o Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são as abaixo mencionadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 ocorreram alterações de políticas contabilísticas, expressas no ponto 2.23, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior. Não existem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Galp Energia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor (Nota 2.16), a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 3 e 4) de acordo com as IFRS, tal como adotadas pela UE, efetivas para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2013. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as IFRS emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (IASC) e respetivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e Standing Interpretation Committee (SIC). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por IFRS.

As normas IAS/IFRS aprovadas e publicadas no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) durante o exercício de 2013 e com aplicação contabilística em exercícios posteriores são resumidamente apresentadas no quadro abaixo.

Normas e interpretações a aplicar em exercícios posteriores, se aplicáveis:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Emendas à IAS 36: divulgações sobre montantes recuperáveis para ativos não financeiros	20 de dezembro de 2013	após 1 de janeiro 2014	2014	Em análise quanto a impactos a nível de divulgações exigidas.
Emendas à IAS 39: inovação de derivados e a continuação de contabilidade de cobertura	20 de dezembro de 2013	após 1 de janeiro 2014	2014	Sem impactos contabilísticos previsíveis.
Emendas à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27: entidades de investimento	21 de novembro de 2013	após 1 de janeiro 2014	2014	Não aplicável.
Emendas à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12: demonstrações financeiras consolidadas, acordos conjunto e divulgações de Interesses noutras entidades – guia de transição	5 de abril de 2013	após 1 de janeiro 2014	2014	Sem impactos contabilísticos previsíveis.
Emendas à IAS 32 Instrumentos financeiros: apresentação – compensação de ativos financeiros e passivos financeiros	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2014	2014 dependendo dos artigos do regulamento	Sem impactos contabilísticos previsíveis.
IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2014	2014	Sem impactos contabilísticos previsíveis.
IFRS 11 Acordos conjuntos	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2014	2014	Com impacto pouco significativo. Explicação em a).
IFRS 12 Divulgações de interesses noutras entidades	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2014	2014	Em análise quanto a requisitos adicionais de divulgação.
IAS 27 Demonstrações financeiras individuais	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2014	2014	Sem impactos contabilísticos previsíveis.
IAS 28 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2014	2014	Sem impactos contabilísticos previsíveis.

a) A Sigás ACE, empresa conjuntamente controlada, passará a ser integrada em contas individuais da empresa detentora do seu capital pela percentagem que é detida.

As normas IAS/IFRS aprovadas e publicadas no JOUE com aplicação no exercício de 2013 são resumidamente apresentadas no quadro abaixo.

Normas e interpretações adotadas, se aplicáveis:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Ciclo de melhorias anuais IFRS 2009-2011	28 de março de 2013	após 1 de janeiro 2013	2013	Sem impactos contabilísticos.
Emendas à IFRS 1 Adoção pela primeira vez – empréstimos governamentais	5 de março de 2013	após 1 de janeiro 2013	2013	Não aplicável.
Emendas à IFRS 7 Instrumentos financeiros: divulgações – compensação de ativos financeiros com passivos financeiros	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2013	2013 dependendo dos artigos do regulamento	Sem impactos contabilísticos.
Emendas à IFRS 1 Adoção pela primeira vez – hiperinflação grave e supressão de datas fixas para os adotantes pela primeira vez	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2013	2013 dependendo dos artigos do regulamento	Não aplicável.
IFRS 13 Mensuração pelo justo valor	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2013	2013 dependendo dos artigos do regulamento	Novos requisitos de divulgação.
Emendas à IAS 12 Impostos sobre o rendimento – impostos diferidos: recuperação de 1ativos subjacentes	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2013	2013	Sem impactos contabilísticos.
IFRIC 20 Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2013	2013	Não aplicável.
Emendas à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras – apresentação de outras rubricas de outro rendimento integral	6 de junho de 2012	após 1 de julho 2012	2013	Impacto na apresentação da demonstração consolidada do rendimento integral.
Emendas à IAS 19 Benefícios dos empregados	6 de junho de 2012	após 1 de janeiro 2013	2013	Ver abaixo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Grupo procedeu à reexpressão das suas demonstrações, alterando a política de reconhecimento das remensurações, pelo que a adoção da IAS 19 *Revised* não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Todas as estimativas e suposições efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

O grupo Galp Energia, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, com as normas IAS/IFRS e suas interpretações SIC/IFRIC, aprovadas pela UE.

2.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os métodos de consolidação adotados pelo Grupo são os que se seguem:

a) Participações financeiras em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas e/ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo adotada pelo Grupo), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 3.

O capital próprio e o resultado líquido correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidados, respetivamente na rubrica “Interesses que não controlam”. Os prejuízos e ganhos aplicáveis aos interesses que não controlam são imputados aos mesmos.

Os ativos e passivos de cada empresa do Grupo são identificados ao seu justo valor na data de aquisição tal como previsto na IFRS 3, e podem ser revistos durante um período de 12 meses após aquela data. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como *Goodwill* (Nota 2.2.d). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício.

Quando à data de aquisição de controlo o Grupo já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *Goodwill* ou *Goodwill* negativo.

Os custos de transação diretamente atribuíveis às combinações empresariais são imediatamente reconhecidas nos resultados.

Os interesses que não controlam incluem a proporção dos terceiros no justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição das subsidiárias.

Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método de compra os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos na demonstração dos resultados consolidados desde a data da sua aquisição ou data de exercício do controlo até à data da sua venda.

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações financeiras de interesses que não controlam, que não implicam alteração de controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *Goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor de transação e o valor contabilístico de participação transacionado reconhecido no capital próprio.

Sempre que necessário são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações (incluindo as eventuais mais e menos-valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

A consolidação de empresas do Grupo inclui duas sociedades cuja data de apresentação de contas é 30 de setembro, nomeadamente as empresas Petrogal Trading, Ltd. sediada na Irlanda e a empresa Galp Trading, S.A. sediada na Suíça. Embora o fecho de contas estatutário dessas empresas difira das restantes empresas do Grupo Galp Energia, são incorporados nas contas consolidadas as transações ocorridas no último trimestre de cada ano.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades estruturadas, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades nessas situações, quando existam, são incluídas na Nota 3.

b) Interesses em entidades conjuntamente controladas, em operações conjuntas e ativos conjuntos

As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o controlo conjunto é exercido. As empresas conjuntamente controladas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial encontram-se detalhadas na Nota 4. O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis da entidade conjuntamente controlada na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (*Goodwill*) e mantido no valor do investimento financeiro na rubrica “Participações financeiras em associadas e entidades conjuntamente controladas”. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício na rubrica “Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e conjuntamente controladas”, após confirmação do justo valor atribuído.

É efetuada uma avaliação dos investimentos em empresas conjuntamente controladas quando existem indícios de que a participação possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da empresa conjuntamente controlada excede o valor pelo qual a participação se encontra registada, a participação financeira é reportada por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos com a empresa conjuntamente controlada e, nesse caso, o Grupo regista uma perda pelo montante da responsabilidade solidária assumida junto da empresa conjuntamente controlada.

Os ganhos e perdas não realizados em transações com empresas conjuntamente controladas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na empresa conjuntamente controlada, por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Os ativos que são conjuntamente partilhados em consórcios de exploração petrolífera, são reconhecidos contabilisticamente em conformidade com os contratos estabelecidos. Assim sendo, esses ativos conjuntamente controlados são reconhecidos na contabilidade pela quota-parte detida (*working interest*) no consórcio petrolífero.

A atividade de E&P, do Grupo desenvolve-se essencialmente através de consórcios com outras entidades refletindo-se na demonstração da posição financeira e na demonstração de resultados na percentagem detida pelo Grupo nesses consórcios.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente ou de negócios conjuntos é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

c) Participações financeiras em empresas associadas e participadas

As participações financeiras em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa, mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da Empresa, normalmente quando detém entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são registadas pelo método de equivalência patrimonial.

As participações financeiras em empresas participadas (empresas em que o Grupo não tem influência significativa nem controlo, normalmente quando detém menos de 20%), são registados ao justo valor ou ao custo de aquisição, nos casos em que não têm capital cotado e o justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

As participações financeiras em empresas participadas são classificadas como ativos disponíveis para venda em conformidade com a classificação da IAS 39 e estão classificadas como ativos não-correntes.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício na rubrica “Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas”, bem como de dividendos recebidos.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (*Goodwill*) e mantida no valor do investimento financeiro em associadas. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício na rubrica “Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas”, após confirmação do justo valor atribuído.

É efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que a participação possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual a participação se encontra registada, a participação financeira é reportada por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos com a associada e nesse caso, o Grupo regista uma perda pelo montante da responsabilidade solidária assumida junto da associada.

Os ganhos e perdas não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

As participações financeiras em empresas associadas e ativos disponíveis para venda encontram-se detalhadas na Nota 4.

d) Goodwill

As diferenças entre o custo de aquisição das subsidiárias e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição (ou durante um período de 12 meses após aquela data), se positivas, são registadas na rubrica “*Goodwill*” (caso respeite a empresas do Grupo) (Nota 11) ou incluídas na rubrica “Participações financeiras em empresas associadas” (caso respeite a empresas associadas), se negativas, são registadas de imediato em resultados do exercício.

As diferenças positivas entre o custo de aquisição dos investimentos em entidades sediadas no estrangeiro e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas entidades à data da sua aquisição (ou durante um período de 12 meses após aquela data), encontram-se registadas na moeda funcional das mesmas, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (euros) à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica “reservas de conversão”, no capital próprio.

O *Goodwill* originado em aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de janeiro de 2004) foi mantido pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (*deemed cost*) àquela data, e foi objeto de testes de imparidade à data das demonstrações financeiras. O *Goodwill* deixou de ser amortizado a partir daquela data, sendo contudo sujeito, pelo menos anualmente, a um teste de imparidade.

Qualquer perda por imparidade é registada imediatamente na demonstração da posição financeira como dedução ao valor do ativo e na demonstração de resultados na rubrica “Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e entidades conjuntamente controladas” compreendida em resultados financeiros.

Se a contabilização inicial de uma concentração de atividades empresariais puder ser determinada apenas provisoriamente no final do período em que a concentração for efetuada porque os justos valores a atribuir aos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida ou o custo da concentração apenas podem ser determinados provisoriamente, o grupo Galp Energia contabiliza a concentração usando a informação disponível. Esses valores determinados provisoriamente serão ajustados quando da determinação final dos justos valores dos ativos e passivos a ocorrer até um período máximo de 12 meses após a data de aquisição. O *Goodwill* ou qualquer outro ganho reconhecido será ajustado desde a data da aquisição por uma quantia igual ao ajustamento no justo valor à data de aquisição dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis a serem reconhecidos ou ajustados e a informação comparativa apresentada para os períodos anteriores à conclusão da contabilização inicial da concentração. Isto inclui qualquer depreciação, amortização ou outro efeito de lucro ou perda adicional reconhecido como resultado de concluir a contabilização inicial.

Na análise da imparidade do *Goodwill*, o mesmo é adicionado à unidade ou unidades geradoras de caixa a que respeita. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados da unidade geradora de caixa. A quantia recuperável é estimada para a unidade geradora de caixa a que este possa pertencer, segundo o método dos fluxos de caixa descontados. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o *weighted average cost of capital* (WACC) antes de impostos do grupo Galp Energia para o segmento de negócio e país a que a unidade geradora de caixa pertence.

e) Conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira

São tratadas como entidades estrangeiras: aquelas que operando no estrangeiro têm autonomia organizacional, económica e financeira e cuja moeda funcional difere da moeda de relato do Grupo.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes à data das demonstrações financeiras e os custos e proveitos e fluxos de caixa dessas demonstrações financeiras são convertidos para euros utilizando-se a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão cambial”. As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de Resultados acumulados (Nota 20).

O *Goodwill* e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é transferida da rubrica “Reservas de conversão cambial” do capital próprio para a rubrica “Outros ganhos ou perdas” da demonstração de resultados.

Os suprimentos em moeda diferente da moeda funcional de reporte da empresa-mãe e que não tenham prazo estipulado de reembolso são vistos como investimentos líquidos nessas entidades estrangeiras. As diferenças cambiais geradas, mas não anuladas no processo de consolidação, na transposição dos saldos dos suprimentos para a moeda funcional de reporte da Empresa são reciclados na rubrica “Reservas de conversão cambial” constante dos capitais próprios atribuíveis aos acionistas.

As demonstrações financeiras das entidades estrangeiras, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, foram convertidas para euros através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

	Vigente no final do ano		Média do ano	
	2013	2012	2013	2012
Dalasi da Gâmbia	51,69	40,02	45	40,43
Dirhams de Marrocos	11,23	11,14	11,14	11,09
Dólares dos EUA	1,38	1,32	1,33	1,28
Escudos de Cabo Verde	110,27	110,27	110,27	110,27
Francos CFA	655,96	655,96	655,96	655,96
Lilangeni da Suazilândia	14,4	11,2	12,95	10,61
Meticais de Moçambique	41,53	38,18	39,71	35,79
Kwanza de Angola	134,47	126,33	127,97	123,29
Reais do Brasil	3,26	2,70	2,87	2,50

2.3. ATIVOS TANGÍVEIS

Geral

Os ativos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registrados à luz da opção prevista pela IFRS 1, pelo seu custo considerado (*deemed cost*), o qual corresponde ao custo de aquisição, reavaliado, quando aplicável, de acordo com as disposições legais até aquela data, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.

Os ativos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de fatura, as despesas de transporte, montagem e os encargos financeiros suportados pela Empresa durante o período de construção.

Os ativos tangíveis em curso refletem ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registrados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade, sendo depreciados a partir do momento em que os projetos de investimentos estejam substancialmente concluídos ou prontos para uso.

As depreciações são calculadas sobre o valor de custo considerado (para as aquisições até 1 de janeiro de 2004) ou sobre o custo de aquisição, pelo método das quotas constantes por duodécimos, aplicada a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para serem usados como pretendidos pela gestão, utilizando-se de entre as taxas económicas mais apropriadas, as que permitam a reintegração do imobilizado, durante a sua vida útil estimada, tendo em conta, nos casos em que tal é aplicável, e limitativa ao período de concessão.

As taxas de depreciação anuais médias efetivas podem resumir-se como segue:

	Taxas 2013	Taxas 2012
Terrenos e recursos naturais	0,14%	0,19%
Edifícios e outras construções	3,37%	3,44%
Equipamento básico	4,91%	4,90%
Equipamento de transporte	5,28%	5,28%
Ferramentas e utensílios	4,12%	4,81%
Equipamento administrativo	8,93%	7,50%
Taras e vasilhame	2,73%	3,02%
Outros ativos tangíveis	3,87%	5,20%

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou abate dos ativos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate. O valor líquido contabilístico incorpora as perdas por imparidade acumuladas. As mais e menos-valias contabilísticas apuradas são registadas na demonstração de resultados nas rubricas “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”, respetivamente.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como gastos do exercício em que são incorridos. As grandes reparações relativas à substituição de partes de equipamentos ou outros ativos tangíveis são registadas como ativos tangíveis, caso seja identificada e abatida a componente substituída, e depreciados às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos fixos principais.

Atividade de exploração e produção petrolífera

Na atividade de E&P existem diversos métodos contabilísticos e variantes desses métodos que podem ser aplicados. O grupo Galp Energia adota as políticas que considera que melhor reflete os dispêndios efetuados pelo Grupo nesta atividade. Estas políticas baseiam-se no *successful efforts method*, apesar de serem capitalizados todos os dispêndios efetuados na fase de pesquisa/exploração, não reconhecendo despesas com poços que não têm viabilidade comercial. A Galp Energia utiliza uma variante desse método em que se capitalizam as despesas suportadas na fase exploratória (pesquisa), porque se entende ser uma fase prematura para se efetuar um julgamento sobre se as áreas de desenvolvimento ou poços exploratórios terão ou não viabilidade comercial.

Os ativos tangíveis relacionados com a atividade de exploração e produção petrolífera encontram-se registrados ao custo de aquisição e correspondem, essencialmente a despesas incorridas com a pesquisa e desenvolvimento da área de exploração (campo), adicionadas dos custos de estrutura incorridos até à data do início da produção, os quais são contabilizados em ativos tangíveis em curso. Quando o campo inicia a sua produção, estas despesas são transferidas de ativos tangíveis em curso para ativos fixos tangíveis, e são depreciados com base na taxa de depreciação de acordo com o método da unidade de produção (UOP), tendo em consideração a natureza das despesas.

Os ativos que são conjuntamente partilhados em consórcios de exploração petrolífera, são reconhecidos contabilisticamente em conformidade com os contratos estabelecidos. Assim sendo, esses ativos conjuntamente controlados são reconhecidos na contabilidade pela quota-parte detida (*working interest*) no consórcio petrolífero.

As despesas de desenvolvimento são depreciadas de acordo com o coeficiente calculado pela proporção de volume de produção verificado em cada período de depreciação sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas (*proved developed reserves*) determinadas no final desse período, adicionadas da produção daquele período (método UOP).

As despesas de pesquisa são amortizadas de acordo com o coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificado em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas totais (*total proved reserves*) determinadas no final desse período adicionadas à produção do período.

As reservas provadas desenvolvidas e as reservas provadas totais utilizadas pelo Grupo no apuramento da taxa de depreciação de acordo com o UOP, foram determinadas por uma entidade especializada e independente.

As despesas de pesquisa afetas a campos que ainda se encontram na fase de exploração e desenvolvimento, encontram-se classificadas em ativos tangíveis em curso na rubrica “Ativos tangíveis”.

As despesas incorridas na fase de pesquisa de campos petrolíferos sem sucesso, são reconhecidas como custos na demonstração de resultados do exercício exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou poder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento.

2.4. ATIVOS INTANGÍVEIS

Geral

Os ativos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

As despesas com desenvolvimento somente são registadas como ativo intangíveis, se o Grupo demonstrar capacidade técnica e económica, bem como decisão para completar esse desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso próprio e demonstre, igualmente, a probabilidade do ativo criado gerar benefícios económicos futuros. Caso as despesas não satisfaçam esses requisitos, as despesas com desenvolvimento são registadas como custo do exercício em que são incorridos.

As despesas com pesquisa não relacionadas com a atividade de exploração e produção petrolífera são reconhecidas como custo do exercício.

Os ativos intangíveis incluem despesas incorridas com projetos de desenvolvimento informático e prémios de exclusividade pagos a revendedores de produtos Galp Energia e encargos com direitos de superfície, os quais são amortizados, durante o período de duração dos respetivos contratos (o qual varia entre 10 e 20 anos).

Os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados pelo método das quotas constantes.

As taxas de amortização variam conforme os prazos dos contratos existentes ou a expectativa de uso do ativo intangível.

Atividade de exploração e produção petrolífera

Os ativos intangíveis reconhecidos com a atividade de exploração e produção petrolífera encontram-se registados ao custo de aquisição e correspondem essencialmente a despesas de aquisição da licença de exploração e produção petrolífera (bónus de assinatura) e são amortizados em quotas constantes durante o período remanescente da licença após o início da produção.

Atividade de gás natural

Com a aplicação da IFRIC 12, a Galp Energia classifica os ativos do gás natural, alvos da concessão e cuja remuneração é controlada pela ERSE, em conformidade com o modelo de ativo intangível. Assim, os ativos tangíveis dessas empresas com atividade regulada estão classificados como ativos intangíveis, na rubrica “Acordos de serviços de concessão”, sendo amortizados pela sua vida útil económica e de acordo com o modelo que melhor se adequa aos benefícios económicos deles resultantes, nomeadamente os decretados pela ERSE para efeito do apuramento das tarifas e consequente regulação de proveitos permitidos do grupo Galp Energia.

Os direitos de uso sobre as infraestruturas afetas ao gás natural, nomeadamente as redes de distribuição de gás encontram-se a ser amortizadas por um período de 45 anos.

O Grupo capitaliza as despesas relacionadas com a reconversão de consumos para gás natural que se consubstanciem na adaptação de instalações. O Grupo considera que consegue controlar os benefícios económicos futuros dessas reconversões, através da venda continuada de gás aos fogos conforme previsto no Decreto-Lei n.º 140/2006 de 26 de julho. Estas despesas são amortizadas em quotas constantes até ao final do período de concessão atribuído às empresas distribuidoras de gás natural.

2.5. IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO-CORRENTES, EXCETO GOODWILL

São efetuados testes de imparidade à data das demonstrações financeiras e sempre que seja identificada uma desvalorização do ativo ou ativos em apreço. Nos casos em que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, que é registada na demonstração de resultados na rubrica “Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos”.

A quantia recuperável é o maior entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados do ativo durante a sua vida útil estimada. A quantia recuperável é estimada para o ativo ou unidade geradora de caixa a que este possa pertencer. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC antes de impostos do grupo Galp Energia utilizado para o segmento de negócio e país a que o ativo pertence. A unidade geradora de caixa alvo de análise para deteção de imparidade depende do segmento de negócio: no segmento da refinação e distribuição, a unidade geradora de caixa é a rede de postos de abastecimento por país; no segmento de E&P, a unidade geradora de caixa é o bloco ou o país, consoante a fase do investimento; e no segmento do G&P, a unidade geradora de caixa é determinada pelo conjunto de ativos geradores de benefícios económicos.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica “Amortizações, depreciações e perdas de imparidade de ativos”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Ativos do segmento de R&D

Na data da demonstração da posição financeira, o Grupo procede à realização de testes anuais de imparidade, considerando fontes internas e externas de informação, para os ativos tangíveis e intangíveis que se encontram afetos à atividade de refinação e distribuição de produtos petrolíferos, nomeadamente no que respeita à rede de estações de serviço que o Grupo opera no mercado português e espanhol.

No teste anual de imparidade à atividade de distribuição de produtos petrolíferos, o Grupo identificou e considera como unidade geradora de caixa a rede de estações de serviço de cada país, tendo sido este critério aplicado de forma consistente. Esta consideração deriva do facto do relato da gestão interna ser baseado nas operações da rede de cada país, sendo as decisões operacionais e de investimento tomadas com base nesse pressuposto.

O teste de imparidade efetuado pelo Grupo tem por base a estimativa da quantia recuperável de cada estação de serviço em comparação com o seu valor líquido contabilístico na data da Demonstração da posição financeira. A quantia recuperável (valor de uso) determinada pelo Grupo, resulta da atualização para o momento presente dos fluxos de caixa futuros determinados com base em orçamentos anuais e planos de negócio plurianuais para cada estação de serviço na sua condição atual, utilizando-se como taxa de desconto a taxa do custo médio ponderado do WACC para este segmento de negócio em função do risco específico inerente a este segmento.

São ainda efetuados testes de imparidade a outros ativos do segmento de refinação e distribuição, nomeadamente as refinarias e aos ativos tangíveis associados as atividades de logística e armazenagem.

O período de projeções dos fluxos varia em função da vida útil média da unidade geradora de caixa.

Ativos do segmento de atividade de E&P

As perdas por imparidade dos ativos na atividade de exploração e produção petrolífera são determinadas quando:

- não sejam encontradas reservas economicamente viáveis;
- o período de licenciamento caducar e não for expectável a renovação da licença de exploração;
- uma área adquirida for entregue ou abandonada;
- os benefícios económicos futuros esperados forem inferiores ao investimento efetuado.

A Empresa efetua uma avaliação anual quanto à existência de imparidade dos ativos tangíveis e intangíveis afetos à atividade de exploração e produção petrolífera, sendo selecionada a unidade geradora de caixa país ou bloco dependendo da fase de maturidade em que se encontram os investimentos.

A avaliação de imparidade por bloco é efetuada pelo modelo *expected monetary value* (EMV) através da comparação do valor líquido contabilístico dos investimentos efetuados com o valor atual esperado do retorno do investimento que resulta da atualização dos fluxos de caixa futuros, através da taxa de desconto que representa o custo médio ponderado do WACC, calculados atendendo a estimativas de:

- i) reservas prováveis;
- ii) investimento e custos operacionais futuros necessários para recuperar as reservas prováveis;
- iii) recursos contingentes, corrigidos por um fator de probabilidade de sucesso;
- iv) investimento e custos operacionais futuros necessários para recuperar os recursos contingentes;
- v) preço de referência do barril de Brent;
- vi) taxa de câmbio €/\$/; e
- vii) mecanismos de tributação do bloco/país.

O período de projeção de fluxos de caixa é igual ao da recuperação das reservas e recursos, limitado ao período dos contratos de concessão, quando aplicável.

A informação constante nas alíneas:

- (i) é determinada por especialistas independentes para a quantificação das reservas petrolíferas estimadas;
- (ii), (iii), (iv) e (vii) é determinada internamente pela Galp Energia ou, sempre que disponível, através de informação facultada pelo operador de cada bloco, nomeadamente, a que decorre dos planos de desenvolvimento aprovados, ajustados de acordo com a expectativa da Empresa e da informação legal disponibilizada;
- e
- (v) e (vi) é a que consta do orçamento e plano a cinco anos do grupo Galp Energia e constante após esse período.

A avaliação de imparidade por país é semelhante ao descrito por bloco, todavia os fluxos de caixa são estimados atendendo apenas o referido nas alíneas (iii) a (vii) acima em virtude de ainda não se ter determinado a existência de reservas prováveis.

2.6. LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como:

- locações financeiras, se forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e
- locações operacionais, nas situações em que tal não se verifique.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância sobre a forma e não da forma legal do respetivo contrato.

Locações em que o Grupo age como locatário

Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo (o menor valor entre o justo valor e o valor descontado das rendas) é registado na rubrica "Ativos tangíveis", a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito na Nota 2.3, são registados na rubrica "Gastos financeiros" e "Gastos com amortizações e depreciações", da demonstração de resultados do exercício a que respeitam, respetivamente. Nas locações consideradas como operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica "Fornecimentos e serviços externos", da demonstração de resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação.

O grupo Galp Energia não tem contratos de locações operacionais ou financeiras materialmente relevantes para efetuar a divulgação em nota no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

As rendas das FPSO que estão a ser utilizados no negócio de E&P decorrem de contratos estabelecidos no âmbito dos consórcios existentes e são debitadas ao Grupo na proporção da quota detida em cada um dos consórcios.

2.7. INVENTÁRIOS

Os inventários (mercadorias, matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das mercadorias e matérias-primas e subsidiárias) ou produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor realizável líquido dos inventários, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais na rubrica "Custo das vendas".

O custo dos inventários utilizados/vendidos é determinado de acordo com os seguintes critérios:

a) Matérias-primas e subsidiárias

Petróleo bruto – o custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se como método de custeio das saídas de inventário o custo médio ponderado (CMP), aplicado a uma família única, a qual inclui a totalidade das ramas.

Outras matérias-primas (excluindo materiais gerais) – o custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado, aplicado a famílias de produtos, constituídas tendo em consideração as características das diversas matérias.

Materiais gerais – o custo de aquisição, inclui o preço de fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o CMP como método de custeio das saídas.

b) Produtos e trabalhos em curso

O custo de produção, inclui materiais, fornecimentos e serviços externos e gastos gerais.

c) Produtos acabados e intermédios

Petróleo bruto – corresponde ao petróleo bruto produzido na atividade de exploração e produção petrolífera e que se encontra em *stock* em 31 de dezembro de cada ano, correspondente à quota-parte no total do *stock* de cada uma das áreas de desenvolvimento. Estas existências encontram-se valorizadas ao seu custo de produção, que inclui os custos diretos de produção adicionados das imputações de amortizações do exercício e provisão para custos de abandono, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas. Contudo, o petróleo bruto extraído, cujos custos de produção são difíceis de mensurar é valorizado ao valor realizável líquido, em conformidade com a prática da indústria petrolífera.

Produtos derivados do petróleo – as entradas de produtos acabados e intermédios são valorizados com base no custo de produção, o qual é constituído pelos consumos de matérias-primas e outras, pelos encargos com mão-de-obra direta e pelos gastos gerais de fabrico. No caso de produtos adquiridos a terceiros, estes são valorizados ao custo de aquisição, o qual inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se como método de custeio das saídas o CMP aplicado a famílias de produtos, constituídas tendo em consideração as características das mesmas.

O Grupo Petrogal inclui na rubrica “Produtos acabados e intermédios” o Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) relativo à introdução ao consumo dos produtos acabados já despachados sujeitos àquele imposto, o qual se encontra valorizado ao custo de aquisição (por ser similar a um direito aduaneiro), utilizando-se como método de custeio das saídas o CMP.

Outros produtos acabados e intermédios – o custo de produção, inclui matérias-primas, custos industriais variáveis e fixos, utilizando-se como método de custeio de saídas o CMP.

d) Mercadorias

O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o CMP, como método de custeio das saídas.

No caso do gás natural importado, o seu custo de aquisição engloba igualmente os gastos suportados até à fronteira portuguesa, nomeadamente o transporte e direitos de passagem pelo território de Marrocos.

Como anteriormente referido o Grupo Petrogal inclui igualmente o ISP na rubrica “Existências relativo a mercadorias já despachadas” sujeitas àquele imposto.

As matérias-primas e subsidiárias e mercadorias em trânsito, por não se encontrarem disponíveis para consumo ou venda, encontram-se segregadas das restantes existências e são valorizadas ao custo de aquisição específico.

e) Under/Overlifting

Relativamente à atividade de exploração e produção petrolífera, no caso em que o Grupo tenha efetuado levantamentos abaixo da sua quota de produção (*Underlifting*) e as respetivas quantidades tenham sido emprestadas a outros sócios da *joint venture*, as mesmas são valorizadas ao preço médio de mercado relativo ao mês em que os empréstimos foram concedidos e registadas como uma conta a receber na rubrica “Outras contas a receber” (Nota 14). Caso o preço de mercado no final de cada exercício seja inferior ao preço considerado para valorização do empréstimo é reconhecido como custo uma perda por imparidade.

Por outro lado, no caso em que o Grupo tenha efetuado levantamentos em excesso face à sua quota de produção (*Overlifting*), as respetivas quantidades são valorizadas ao preço de mercado da data em que os empréstimos foram contraídos e registadas como uma conta a pagar na rubrica “Outras contas a pagar” (Nota 24).

A Empresa considera que na substância sobre a forma do *production share agreement* (PSA) não está sujeita ao risco de preço, dado a operação ser para uso próprio dos Grupos empreiteiros petrolíferos e a liquidação dos saldos de *under* e *overlifting* ser efetuada em produto físico (barris de petróleo bruto).

2.8. SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS OU DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que as empresas do Grupo irão cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis (reconversões) são registados no passivo, como proveitos diferidos, e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, como outros proveitos operacionais, proporcionalmente às depreciações e amortizações dos ativos subsidiados.

2.9. PROVISÕES**Geral**

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal, contratual ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira consolidada e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Atividade de E&P (abandono de blocos)

As provisões de custos de abandono destinam-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar pela Empresa no final da vida útil de produção das áreas petrolíferas.

O cálculo é efetuado com base numa estimativa de custos totais de abandono enviada pelo operador. O valor do dispêndio previsto com o abandono é atualizado a uma taxa de juro sem risco e capitalizado no ativo tangível. A provisão de abandono é posteriormente incrementada pela taxa de juro sem risco e incrementada ou reduzida pelas alterações de estimativas que possam ser comunicadas pelo operador. Por sua vez, as alterações de estimativa afetam igualmente o ativo.

Os dispêndios previstos com o abandono capitalizados como ativo tangível são depreciados pelo método UOP, em qual se aplica o coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificada em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas totais no final desse período adicionadas da produção daquele período.

2.10. RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

Algumas empresas do grupo Galp Energia assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência, de reforma antecipada e pré-reforma. Estas prestações, com exceção das pensões de reforma antecipada e pré-reforma, consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador. As pensões de reforma antecipada e as de pré-reforma, correspondem essencialmente ao valor do vencimento do empregado. Incluem-se, nestes compromissos, quando aplicáveis, o pagamento da segurança social dos pré-reformados, o seguro social voluntário relativo aos reformados antecipadamente e o prémio de reforma a atribuir na data de passagem à reforma.

Para cobrir estas responsabilidades foram constituídos fundos de pensões autónomos geridos por entidades externas (Fundo de Pensões Petrogal, Fundo de Pensões Sacor Marítima, Fundo de Pensão Galp Energia España e Fundo de Pensões GDP), para financiar as responsabilidades pelos complementos de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência, para os empregados no ativo e reformados e, no caso da Petrogal, também para os reformados antecipadamente e pré-reformados. Contudo, o Fundo de Pensões Petrogal não cobre as responsabilidades com pensões de reforma antecipada, pré-reforma, segurança social dos pré-reformados e com o pagamento do seguro social voluntário e prémio de reforma. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas na demonstração da posição financeira na rubrica “Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios” (Nota 23).

Adicionalmente, o Fundo de Pensões GDP não cobre as responsabilidades assumidas pela GDL em reembolsar os complementos de reforma a pagar pela EDP aos seus reformados e pensionistas afetos à GDL, bem como os complementos de reforma e sobrevivência aos reformados existentes à data da constituição do Fundo. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas na demonstração da posição financeira na rubrica “Responsabilidades por benefícios de reforma e outros benefícios” (Nota 23).

No final de cada período contabilístico, as empresas obtêm estudos atuariais das responsabilidades preparadas por uma entidade especializada, calculados de acordo com o método das unidades de crédito projetadas *projected unit credit method* (PUCM) e comparam o montante das suas responsabilidades com serviços passados com o valor de mercado do fundo e com o saldo das responsabilidades constituídas, de forma a determinar o montante das responsabilidades adicionais a registar.

As remensurações apuradas em cada exercício, e para cada plano de benefícios atribuído, resultantes dos ajustamentos nos pressupostos demográficos, ajustamentos de experiência, são registados na demonstração do rendimento integral com reflexo na posição financeira.

O juro líquido referente às responsabilidades com pensões é refletido na rubrica “Juros com benefícios de reforma e outros benefícios” em resultados financeiros.

Os planos de benefícios atribuídos que foram identificados pelo subgrupo Petrogal para apuramento destas responsabilidades são:

- complemento de pensões de reforma, invalidez e orfandade;
- pré-reformas;
- reformas antecipadas;
- prémio de reforma;
- seguro social voluntário;
- benefício mínimo do plano de contribuição definida.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pelo subgrupo GDP para apuramento destas responsabilidades são:

- complemento de pensões de reforma, invalidez e orfandade;
- reformas antecipadas;
- pré-reformas;
- benefício mínimo do plano de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2002, foi autorizado pelo ISP a constituição do Fundo de Pensões da Galp Energia de contribuição definida. Durante o exercício de 2003, a Galp Energia, SGPS, S.A., criou um Fundo de Pensões de contribuição definida para os seus colaboradores e possibilitou a adesão a este fundo de empregados de outras empresas do Grupo. A Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A., a Lisboa GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. e a Galp eNova, S.A. (em 17 de dezembro de 2003, a Galp Energia, S.A. incorporou esta empresa por fusão), como associadas deste Fundo, deram a possibilidade aos seus colaboradores de optarem entre este novo plano de pensões de contribuição definida e o existente plano de benefícios definidos. No caso de opção pelo novo plano as empresas do Grupo contribuem, com um valor definido anualmente para este fundo, correspondente a uma percentagem do salário de cada empregado, o qual é reconhecido como custo desse exercício.

2.11. OUTROS BENEFÍCIOS DE REFORMA – CUIDADOS DE SAÚDE, SEGURO DE VIDA E BENEFÍCIO MÍNIMO DO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Os encargos a suportar pelo Grupo com a prestação de cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida, são reconhecidos como custos durante o período em que os empregados que auferem estes benefícios de reforma prestem serviços às respetivas empresas, encontrando-se estas responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira na rubrica “Responsabilidades por benefícios de reforma” e “Outros benefícios” (Nota 23).

Os pagamentos efetuados aos beneficiários no decurso de cada exercício são registados como uma redução desta rubrica.

No final de cada período contabilístico, as empresas obtêm os estudos atuariais das responsabilidades preparadas por uma entidade especializada de acordo com o método das PUCM e comparam o montante das suas responsabilidades com o saldo das responsabilidades constituídas, de forma a determinar o montante das responsabilidades adicionais a registar.

As remensurações apuradas em cada exercício são registados contabilisticamente conforme descrito na alínea 2.10 acima.

2.12. SALDOS E TRANSAÇÕES EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da mesma, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada período. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como proveitos e/ou gastos na demonstração de resultados consolidados do exercício na rubrica “Ganhos/perdas cambiais”, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

As diferenças de câmbio resultantes de empréstimos intragrupo e que façam parte do investimento líquido numa unidade operacional estrangeira são registadas, em contas consolidadas, diretamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados (Nota 2.16.f).

2.13. PROVEITOS E ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante do proveito correspondente possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos com exceção do imposto sobre produtos petrolíferos na atividade de distribuição de combustíveis, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa de juro efetiva durante o período até à maturidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da Empresa a reconhecer o respetivo montante.

Atividade de gás natural

O preço de venda do gás natural a empresas produtoras de eletricidade em regime livre é estabelecido tendo por base acordos comerciais efetuados.

As tarifas reguladas, aplicadas na faturação do gás natural vendido no sistema nacional de gás natural, são estabelecidas pela ERSE, de modo a que as mesmas permitam a recuperação dos proveitos permitidos estimados para cada ano gás calculados para cada atividade regulada. Os proveitos permitidos incluem, para além dos custos de exploração incorridos por cada atividade, a seguinte remuneração: (i) a atividade de comercialização, a remuneração da compra e venda de gás natural, a qual corresponde ao custo efetivo do gás natural e a remuneração dos custos operacionais de comercialização acrescidos de uma margem de comercialização; (ii) as atividades de receção, transporte e armazenagem de gás natural uma remuneração de 8% dos ativos fixos líquidos de amortizações e subsídios afetos àquelas atividades; e (iii) a atividade de distribuição de gás natural uma remuneração de 9% dos ativos fixos líquidos de amortizações e subsídios afetos àquela atividade. Os proveitos permitidos para as atividades/funções de *pass-through* pressupõem a recuperação dos custos reais incorridos. Consequentemente, cada atividade é compensada pelos custos incorridos acrescidos da sua própria remuneração, nos casos em que esta exista.

Em resultado do acima exposto e pelo facto de deter o risco de crédito da recuperação das tarifas faturadas aos clientes finais, as empresas reguladas do Grupo, como comercializadoras a clientes finais, têm incluído nos seus proveitos as tarifas que incorporam a remuneração/recuperação de todas as atividades.

Atendendo à legislação e enquadramento regulatório em vigor, as diferenças para os proveitos permitidos apurados em cada exercício cumprem um conjunto de características (fiabilidade de mensuração, remuneração de ativo financeiro, direito à sua recuperação e transmissibilidade dos mesmos, etc.) que suportam o seu reconhecimento como proveito, e como ativo no ano em que são apurados, nomeadamente por serem mensuráveis com fiabilidade e por ser certo que os benefícios económicos associados fluem para a Empresa. Os Regulamentos tarifários publicados no primeiro e segundo período regulatório incluem na fórmula de cálculo do proveito permitido de cada “Ano Gás n” uma componente relativa ao ajustamento do “Ano Gás n-2”. Tal racional é igualmente válido quando são apurados desvios negativos para os proveitos permitidos, os quais são configuráveis como passivos e como custos.

Em anos anteriores, todas as diferenças para os proveitos permitidos reconhecidos pelo Grupo foram, de acordo com os mecanismos previstos, integralmente incorporados no cálculo das tarifas respetivas.

Nas atividades de armazenagem, distribuição e comercialização de último recurso retalhista o Grupo reflete nas suas demonstrações financeiras, nas rubricas “Acréscimos e diferimentos correntes”, a diferença entre a faturação real emitida pela aplicação das tarifas reguladas ao gás natural vendido e os proveitos permitidos estimados definidos pela ERSE para cada ano gás, alocados a cada semestre de acordo com os coeficientes de sazonalidade acordados entre as empresas do sistema nacional de gás natural para o mecanismo de compensação – proveito permitido (Nota 14 e 24).

Na atividade de comercialização de último recurso grossista o Grupo reconhece nas rubricas “Acréscimos e diferimentos” a diferença entre a faturação real emitida pela aplicação das tarifas reguladas ao gás natural vendido e o custo efetivo do gás natural adquirido – desvio tarifário (Nota 14).

Dado que o sistema de regulação do gás natural pretende uma uniformidade tarifária (aplicável a todas as regiões do país), e dados os vários níveis de eficiência das empresas no mercado regulado, a ERSE publicou o mecanismo de compensação a praticar entre as empresas do sector, de forma a permitir a aproximação dos proveitos recuperados por aplicação das tarifas reguladas aos proveitos permitidos dessas empresas. Deste modo, a ERSE nos seus documentos – “tarifas e preços de gás natural para cada o Ano Gás”, indicou os montantes previstos das compensações a liquidar entre as empresas do Sistema Nacional de Gás Natural, no âmbito das suas atividades de comercialização de último recurso retalhista e distribuição de gás natural. De forma a garantir um procedimento prático, objetivo e transparente para a referida liquidação, as empresas com estas atividades acordaram voluntariamente nos coeficientes de sazonalidade a aplicar na emissão das faturas relativas à uniformidade tarifária. Foi estabelecida uma sazonalidade única para todo o sistema nacional de gás natural, que pretendeu enquadrar os diferentes mercados regionais. As diferenças de sazonalidade existentes entre as atividades de comercialização e distribuição repercutem a diferença dos prazos de pagamento existentes.

As leituras, faturação e respetivas cobranças relacionadas com a atividade de distribuição e comercialização do gás são feitas pelas próprias empresas ou, no caso das leituras e cobranças, com recurso a parceiros externos.

As vendas de gás não faturadas são registadas mensalmente na rubrica “Outras contas a receber” com base na faturação esperada de acordo com informação histórica real ou leituras efetuadas consoante o tipo de cliente e corrigidas em resultados no período em que é efetuada a faturação (Nota 14).

No que diz respeito aos contratos de construção enquadáveis na IFRIC 12, a construção dos ativos concessionados, é subcontratada a entidades especializadas, as quais assumem o risco próprio da atividade de construção, sendo reconhecidos proveitos e custos associados à construção destes ativos (Nota 5 e 6).

2.14. ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como custo financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos, genéricos e específicos, para financiar os investimentos em ativos fixos, são imputados a ativos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento (Nota 2.8), até à entrada em funcionamento dos mesmos (Nota 2.3 e 2.4), sendo os restantes reconhecidos na rubrica “Gastos financeiros” na demonstração de resultados do exercício (Nota 8). Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos diretamente relacionados com o financiamento de ativos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis.

Os encargos financeiros incluídos nos ativos fixos são amortizados de acordo com o período de vida útil dos bens respetivos.

2.15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Geral

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais aplicáveis e em vigor no local da sede de cada empresa do grupo Galp Energia.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação decretadas que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura (Nota 9).

Os impostos diferidos são registados na demonstração de resultados do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é igualmente registado naquela rubrica.

Atividade de E&P

Sempre que se realiza uma venda o Grupo paga Imposto sobre o rendimento de petróleo (IRP) ao governo angolano, registando o montante efetivamente pago na rubrica “Imposto sobre o rendimento” na demonstração dos resultados. Contudo, nem todo o imposto pago deverá ser custo do exercício, dado que o Grupo recorre a empréstimo de barris aos parceiros no consórcio de modo a poder realizar as vendas no seguimento do acordo de levantamento conjunto assinado entre os parceiros do bloco 14, ficando numa situação de *overlifting* (Nota 9).

Assim, e de modo a ter uma margem que esteja diretamente associada à rubrica “Imposto sobre o rendimento”, contabiliza-se um imposto diferido ativo no equivalente aos barris que toma de empréstimo e que se encontram sujeitos a pagamento de IRP, ficando apenas refletido o imposto sobre os barris que efetivamente tinha disponíveis para venda. O imposto diferido ativo reverte na direta proporção do reconhecimento da margem, através da produção que o Grupo vai tendo.

Quando o Grupo concede empréstimos (*underlifting*), é calculado IRP sobre os barris concedidos, sendo estes registados na rubrica “Imposto corrente sobre o rendimento a pagar”.

2.16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando o Grupo se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

Os ativos e passivos financeiros não são compensados entre si, exceto se houver condições contratuais ou legais que assim o permitam.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- investimentos detidos até ao vencimento;
- investimentos mensurados ao justo valor através de resultados;
- investimentos disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não-correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os “Investimentos com maturidade definida” e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data. O grupo Galp Energia não tem Investimentos detidos até ao vencimento a 31 de dezembro de 2013.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes.

Os investimentos disponíveis para venda são classificados como ativos não-correntes, no caso das Participações financeiras em empresas participadas.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade não reversíveis.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição de forma prolongada, em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na demonstração de resultados do exercício.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são inicialmente registadas ao justo valor e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Perdas por imparidade em contas a receber”.

Usualmente, o custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Os empréstimos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros incluem os juros e eventualmente os gastos de comissões com a estruturação dos empréstimos.

e) Contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar são mensuradas inicialmente ao justo valor e são subsequentemente mensuradas ao custo amortizado através do método da taxa efetiva. Usualmente, o custo amortizado destes passivos não difere do seu valor nominal.

f) Instrumentos derivados

Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados para cobertura de riscos financeiros com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refinação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- espera-se que a cobertura seja muito eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- a eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura; e
- a transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor, calculado por entidades externas e independentes através de métodos de avaliação (tais como modelo de *discounted cash flows*, modelo de *black-scholes*, modelo *binomial* e *trinomial*, e simulações de Monte-Carlo, entre outras variantes dependendo do tipo e características do derivado financeiro sob análise) tendo por base princípios geralmente aceites. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica “Reservas de cobertura”, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura” são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração de resultados.

É efetuada uma análise dos contratos existentes no grupo Galp Energia, no âmbito de deteção de derivados embutidos, ou seja, cláusulas contratuais que pudessem ser entendidas como derivados financeiros, não se tendo detetado derivados financeiros suscetíveis de serem valorizados ao justo valor.

Quando existem derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Adicionalmente, em situações específicas, o Grupo procede também à contratação de derivados de taxa de juro com o objetivo de cobertura de justo valor. Nestas situações, os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estão mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração de resultados.

Instrumentos de negociação

O Grupo utiliza na cobertura do risco de flutuação da margem de refinação instrumentos financeiros derivados, essencialmente *swaps* sobre petróleo bruto e produtos acabados. Estes instrumentos financeiros, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão do risco do Grupo, por não cumprirem todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, apresentam as respetivas variações no justo valor na demonstração de resultados do período em que ocorrem. Estes instrumentos encontram-se registados pelo seu justo valor.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica “Empréstimos e descobertos bancários”, na demonstração da posição financeira.

2.17. LICENÇAS DE EMISSÃO DE CO₂

As emissões de CO₂ realizadas pelas instalações industrializadas do Grupo e as licenças de CO₂ que lhe foram atribuídas no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de Licenças CO₂, não dão origem a qualquer reconhecimento patrimonial, desde que: (i) não se estime como provável a existência de custos a incorrer pelo Grupo com a aquisição de licenças de emissão no mercado, situação em que é reconhecido uma especialização de custo; ou (ii) se estime que as mesmas não sejam alienadas. Em caso de excedentes e venda dos mesmos é reconhecido um proveito.

2.18. CLASSIFICAÇÃO NA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras consolidadas são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não-correntes.

2.19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se significativos (Nota 35).

2.20. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Segmento de negócio é um grupo de ativos e operações do Grupo que estão sujeitos a riscos e retornos diferentes dos outros segmentos de negócio, sendo reportados de forma consistente com o *reporting* interno para a gestão.

As políticas contabilísticas no relato por segmentos são as utilizadas consistentemente no Grupo. Todos os réditos intersegmentais são a preços de mercado e são eliminados na consolidação.

A informação financeira relativa aos proveitos dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 7, onde estes se encontram identificados e caracterizados.

2.21. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se: (i) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjetividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que existe grande incerteza ou pela elevada suscetibilidade de variação dessas situações; (ii) o impacto das estimativas na situação financeira ou na atuação operativa é significativo.

Os princípios contabilísticos e as áreas que requerem um maior número de juízos e estimativas na preparação das demonstrações financeiras são: (i) reservas provadas de petróleo bruto relacionadas com a atividade de exploração petrolífera; (ii) teste de imparidade de *Goodwill*, ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis; (iii) provisões para contingências e passivos ambientais; (iv) pressupostos demográficos e financeiros utilizados para cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma; v) impostos diferidos; e vi) provisões para abandono.

Reservas de petróleo bruto

As estimativas das reservas de petróleo bruto são uma parte integrante do processo de tomada de decisões relativamente aos ativos da atividade de pesquisa e desenvolvimento de petróleo bruto, suportando adicionalmente ou a implementação de técnicas de recuperação secundária. O volume de reservas provadas de petróleo bruto é utilizado para o cálculo da depreciação dos ativos afetos à atividade de exploração e produção petrolífera de acordo com o método UOP, sendo que o volume de reservas prováveis e recursos contingentes e prospectivos são utilizados, dependendo da fase de prospeção que se encontram, nas avaliações de imparidade nos investimentos em ativos associados a essa atividade. A estimativa das reservas provadas de petróleo bruto é também utilizada para o reconhecimento anual dos custos como abandono de áreas de desenvolvimento.

A estimativa das reservas provadas está sujeita a revisões futuras, com base em nova informação disponível, por exemplo, relativamente às atividades de desenvolvimento, perfuração ou produção, taxas de câmbio, preços, datas de fim de contrato ou planos de desenvolvimento. Os volumes de petróleo bruto produzidos e o custo dos ativos são conhecidos, enquanto que as reservas provadas têm uma alta probabilidade de recuperação e se baseiam em estimativas sujeitas a alguns ajustamentos. O impacto nas amortizações e provisões para custos de abandono de variações nas reservas provadas estimadas é tratado de forma prospectiva, amortizando o valor líquido remanescente dos ativos e reforçando a provisão para custos de abandono, respetivamente, em função da produção futura prevista.

Ver Nota 31 e consultar “Informação suplementar sobre petróleo e gás (não-auditado)” para a quantidade e tipo de reservas petrolíferas utilizadas para fins contabilísticos.

Goodwill

O Grupo efetua testes anuais de imparidade ao *Goodwill*, conforme indicado na Nota 2.2 d). Os montantes recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados baseando-se no valor de uso. Para o cálculo do valor de uso, o Grupo estimou os fluxos de caixa futuros que se esperam obter das unidades geradoras de caixa, bem como a taxa de desconto apropriada para calcular o valor presente destes fluxos. O valor do *Goodwill* encontra-se expresso na Nota 11.

Provisões para contingências

O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderia ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado.

Passivos ambientais

A Galp ZEnergia efetua juízos e estimativas para cálculo das provisões para matérias ambientais tais como o CO₂. Para esta situação ambiental a Galp Energia recebe anualmente licenças gratuitas, *Emission Unit Allowances* (EUA), da Agência Portuguesa do Ambiente para fazer face aos gases com efeito de estufa emitidos. Caso as licenças gratuitas sejam insuficientes para fazerem face às emissões de GEE, a Galp Energia pode adquirir em bolsa, os EUA ou títulos alternativos/complementares denominados como certificados verdes, *Emission Reduction Units* (ERU), assumindo um custo que é registado na rubrica “Outros custos operacionais”. Porém, se as emissões de GEE forem superiores às licenças e certificados verdes em carteira no final do exercício económico, é especializado um custo pela melhor estimativa do dispêndio a efetuar à cotação *spot* das licenças e/ou certificados em bolsa. As quantidades de títulos detidos em carteira encontram-se expressas na Nota 34.

A Galp Energia efetua igualmente juízos e estimativas para cálculo das suas obrigações conhecidas com a descontaminação de solos, estas baseadas na informação atual relativa a custos e planos esperados de intervenção. Estes custos podem variar devido a alterações em legislação e regulamentos, alterações das condições de um determinado lugar, bem como variação nas tecnologias de saneamento. Desse modo, qualquer alteração nos fatores circunstanciais a este tipo de provisões, bem como nas normas e regulamentos poderá ter, como consequência, um efeito significativo nas provisões para estes assuntos. A provisão para matérias ambientais é anualmente revista.

O montante de provisões para fazer face a passivos ambientais encontra-se expresso na Nota 25.

Pressupostos demográficos e financeiros utilizados para cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma

Ver Nota 23.

Imparidade de ativos tangíveis, intangíveis e participações financeiras (incluindo *Goodwill*)

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do cliente e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela gestão, dos riscos estimados de cobrança existentes à data da demonstração da posição financeira, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

Ativos fixos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração do rendimento integral consolidado de cada período. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

Ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada período tendo em atenção a expectativa de *performance* da Empresa no futuro.

2.22. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS E RESPECTIVAS COBERTURAS

As atividades do Grupo levam a uma exposição a riscos de: (i) mercado, como consequência da volatilidade dos preços do petróleo e gás natural e seus derivados, das taxas de câmbio e das taxas de juro; (ii) de crédito, como consequência da atividade comercial; e (iii) riscos de liquidez, na medida em que o Grupo poderia encontrar dificuldades em dispor de recursos financeiros necessários para fazer frente aos seus compromissos.

O Grupo dispõe de uma organização e sistemas que permitem identificar, medir e controlar os diferentes riscos a que está exposto e utiliza diversos instrumentos financeiros para realizar coberturas, de acordo com diretrizes corporativas comuns a todo o Grupo. A contratação destes instrumentos está centralizada.

A descrição dessas coberturas encontra-se em mais detalhe nas políticas contabilísticas elencadas neste capítulo.

2.23. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O grupo Galp Energia decidiu alterar a sua política contabilística, a partir de 1 de janeiro de 2013, quanto aos juros líquidos relacionados com os planos pós-emprego de benefícios definidos, compostos pelos juros determinados pela taxa de desconto das responsabilidades e pelos juros referentes à rentabilidade esperada dos ativos. Os juros líquidos dos planos pós-emprego passam a ser contabilizados como resultados financeiros ao invés de custos com o pessoal, como eram anteriormente classificados. O grupo Galp Energia considera que esta reclassificação irá melhorar a leitura das demonstrações financeiras, estando mais alinhada com espírito da nova norma IAS 19 e do novo conceito de juro líquido. A Galp Energia aplicou esta reclassificação retrospectivamente de modo a que a informação contabilística seja comparável. Os valores reexpressos a dezembro de 2012 de custos com pessoal para resultados financeiros ascendem a €16.722 k.

3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e atividades principais detidas são as seguintes:

Empresas	Sede social		Porcentagem de capital detido		Principal atividade	
	Localidade	País	2013	2012		
Empresas do Grupo						
Empresa-mãe:						
Galp Energia, SGPS, S.A.	Lisboa	Portugal	-	-	Gestão de participações sociais de outras sociedades do setor energético, como forma indireta do exercício de atividades económicas.	
Subsidiárias:						
Galp Energia, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Prestação de serviços e consultoria de apoio e consultoria à gestão empresarial.	
Next Priority, SGPS, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão de participações sociais.	
Enerfuel, S.A.	b)	Lisboa	Portugal	100%	1,00%	Estudos, projetos, instalação, produção e comercialização de biocombustíveis, tratamento, valorização e recuperação de resíduos, compra e venda de equipamentos.
Subgrupo Galp Energia E&P:						
Galp Energia E&P, B.V.	Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.	
Subsidiárias:						
Galp Energia Brasil, S.A.	Recife	Brasil	100%	100%	Pesquisa, exploração, desenvolvimento e produção de petróleo bruto, de gás natural e biocombustíveis; importação, exportação, refinação, comercialização, distribuição, transporte e armazenagem de petróleo e seus derivados; comercialização de gás natural e de biocombustíveis produzidos; bem como quaisquer outras atividades conexas à atividades principal, podendo ainda participar de consórcios de empresas que venham a ser necessários para o desenvolvimento de seus objetivos.	
Galp Bioenergy, B.V.	f)	Amesterdão	Holanda	100%	100%	Exercício de atividades relacionadas com projetos de biocombustíveis, incluindo mas não limitado à pesquisa, produção, transformação logística, comercialização de grãos, óleo vegetal, produtos de biocombustíveis e seus derivados; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia Tarfaya, B.V.	Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.	
Galp Energia Tarfaya, B.V. (Sucursal em Marrocos)	a)	Rabat	Marrocos	-	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural, bem como o comércio de petróleo, gás natural e produtos à base de óleo, e desenvolvimento de atividades comerciais relacionadas com a exploração e produção de petróleo e gás natural.

Empresas	Sede social		Percentagem de capital detido		Principal atividade
	Localidade	País	2013	2012	
Wiindhoek PEL 23, B.V.	Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Wiindhoek PEL 24, B.V.	Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Wiindhoek PEL 28, B.V.	Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp E&P Brazil, B.V.	Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Petrogal Brasil, B.V.	a) Roterdão	Holanda	100%	-	Gestão de participações sociais e financiamento de negócios e empresas que se dedicam à exploração e produção de petróleo e gás natural, bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos.
Galp East Africa, B.V.	a) Roterdão	Holanda	100%	-	Gestão de participações sociais e financiamento de negócios e empresas que se dedicam à exploração e produção de petróleo e gás natural, bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos.
Galp Sinopec Brazil Services, B.V. e subsidiária:	Roterdão	Holanda	70%	70%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Sinopec Brazil Services (Cyprus), Ltd.	Nicosia	Chipre	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Subgrupo Petrogal:					
Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Refinação de petróleo bruto e seus derivados; transporte, distribuição e comercialização de petróleo bruto e seus derivados e gás natural; pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural; e quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou prestação de serviços conexos.
Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (Sucursal na Venezuela)	Município Chacao	Venezuela	-	-	Refinação de petróleo bruto e seus derivados; transporte, distribuição e comercialização de petróleo bruto e seus derivados e gás natural; pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural; e quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou prestação de serviços conexos.
Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (Sucursal em Espanha) e subsidiárias:	Madrid	Espanha	-	-	Gestão de participações sociais de sociedades do setor da distribuição de produtos refinados na Península Ibérica.
MadriLeña Suministro de Gas SUR, S.L.	Madrid	Espanha	100%	100%	Atividades relacionadas com a comercialização de gás natural, eletricidade e outras fontes de energia, serviços energéticos e atividades complementares.
Galp Energia España, S.A. e subsidiárias:	Madrid	Espanha	100%	100%	Obtenção, representação e comercialização de produtos petrolíferos, de produtos químicos e tudo o que lhes seja conexo.
Galpgest – Petrogal Estaciones de Servicio, S.L.U.	Madrid	Espanha	100%	100%	Gestão e exploração de estações de serviço.
MadriLeña Suministro de Gas, S.L.	Madrid	Espanha	100%	100%	Atividades relacionadas com a comercialização de gás natural, eletricidade e outras fontes de energia, serviços energéticos e atividades complementares.
CLT – Companhia Logística de Terminais Marítimos, S.A.	Matosinhos	Portugal	100%	100%	Exploração de terminais marítimos e atividades conexas.
Empresa Nacional de Combustíveis – Enacol, SARL e subsidiárias:	(**) Mindelo	Cabo Verde	48%	48%	Importação, processamento, distribuição, transporte, armazenagem, comercialização e reexportação de hidrocarbonetos e seus derivados, incluindo betumes, óleos base e lubrificantes, a exploração de parques de armazenagem, bem como das respetivas estruturas de transporte primário intra e inter-ilhas, receção, movimentação, enchimento e expedição de combustíveis líquidos e gasosos, a exploração de postos de abastecimento e áreas de serviço, de assistência a automóveis, a produção, distribuição e comercialização de outras formas de energia não fóssil, designadamente solar, eólica, hídrica e outras de fontes renováveis, a exploração das respetivas instalações, bem como outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, conexas com este objeto principal.
Enamar – Sociedade Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S.A.	(**) Mindelo	Cabo Verde	100%	100%	Transportes marítimos e atividades relacionadas.

Empresas	Sede social		Percentagem de capital detido		Principal atividade
	Localidade	País	2013	2012	
EnacolGest, Lda.	(**) Mindelo	Cabo Verde	100%	100%	Importação e comercialização, gestão do aprovisionamento, exploração de áreas de serviço e postos de abastecimento de combustíveis, elaboração e gestão de projetos de manutenção e construção das instalações e postos de abastecimento.
Fast Access – Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Realização de operações e prestação de serviços de informação e comércio eletrónico para utilizadores em mobilidade, bem como a prestação de serviços de gestão e operacionalização de comércio <i>on-line</i> .
Galp Açores – Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, S.A. e subsidiária:	Ponta Delgada	Portugal	100%	100%	Distribuição, armazenagem, transporte e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, lubrificantes e outros derivados do petróleo.
Saaga – Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.	Ponta Delgada	Portugal	67,65%	67,65%	Construção e/ou exploração de estações de enchimento e respetivos parques de armazenagem de GPL e de outros combustíveis na Região Autónoma dos Açores.
Galp Energia Portugal Holdings, B.V. e subsidiárias:	Amesterdão	Holanda	100%	100%	Gestão de participações sociais de outras sociedades do setor energético, como forma indireta do exercício de atividades económicas.
Galp Energia Rovuma, B.V.	Amesterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia Rovuma, B.V. (Sucursal em Moçambique)	a) Maputo	Moçambique	-	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural.
Galp Trading, S.A.	(*) Genebra	Suiça	100%	100%	Desenvolvimento da atividade de trading físico de petróleo bruto, de produtos petrolíferos, de produtos petroquímicos e de gás natural; atividade de afretamento de navios para o transporte marítimo dos produtos objeto da atividade de trading.
Galp Exploração e Produção (Timor-Leste), S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	O comércio e a indústria de petróleo, incluindo a prospeção, pesquisa e exploração de hidrocarbonetos em Timor-Leste.
Galp Exploração e Produção Petrolífera, SGPS, S.A. e subsidiária:	Funchal	Portugal	100%	100%	Gestão de participações sociais em outras sociedades como forma indireta do exercício de atividade económica
Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda.	Recife	Brasil	100%	100%	Prestação de serviços de apoio à gestão empresarial.
Galpbúzi – Agro-Energia, S.A.	g) Cidade da Beira	Moçambique	-	90%	Desenvolvimento de projetos e a promoção do cultivo agrícola, próprio ou de terceiros, de sementes de oleaginosas, o seu transporte e processamento em unidades de transformação próprias ou de terceiros, para a produção de óleos vegetais transformáveis em biodiesel ou outro combustível que a técnica permita, a importação e exportação desses óleos vegetais assim produzidos ou dos produtos deles extraídos, a prestação de assistência técnica e de serviços no âmbito dessas atividades.
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.	g) Maputo	Moçambique	-	50%	O exercício da agricultura e atividades conexas, incluindo a transformação de sementes de oleaginosas em óleos vegetais que constituam matérias-primas ou produtos semiacabados para utilização em outras indústrias, designadamente para o fabrico de biodiesel, e a comercialização dos mesmos tanto a nível nacional como internacional, incluindo consequentemente o respetivo transporte, bem como qualquer prestação de serviços e assistência técnica no âmbito da atividade referida.
Galp Energia Overseas, B.V. e subsidiárias:	Amesterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia Overseas, B.V. (Sucursal de Angola)	Luanda	Angola	-	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural, bem como o comércio de petróleo, gás natural e produtos à base de óleo, e desenvolvimento de atividades comerciais relacionadas com a exploração e produção de petróleo e gás natural.
Galp Energia Overseas Block 14, B.V.	a) Roterdão	Holanda	100%	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia Overseas Block 14, B.V. (Sucursal de Angola)	a) Luanda	Angola	-	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia Overseas Block 32, B.V.	a) Roterdão	Holanda	100%	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia Overseas Block 32, B.V. (Sucursal de Angola)	a) Luanda	Angola	-	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia Overseas Block 33, B.V.	a) Roterdão	Holanda	100%	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.

Empresas		Sede social		Percentagem de capital detido		Principal atividade
		Localidade	País	2013	2012	
Galp Energia Overseas Block 33, B.V. (Sucursal de Angola)	a)	Luanda	Angola	-	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia Overseas LNG, B.V.	a)	Roterdão	Holanda	100%	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia Overseas LNG, B.V. (Sucursal de Angola)	a)	Luanda	Angola	-	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Gâmbia, Ltd.		Banjul	Gâmbia	100%	100%	Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos e exploração de postos de abastecimento.
Galp Logística de Aviação, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Prestação de serviços relacionados com armazenagem e abastecimento de derivados do petróleo a aeronaves.
Galp Madeira – Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, S.A. e subsidiárias:		Funchal	Portugal	100%	100%	Distribuição, armazenagem, transporte e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos lubrificantes e outros derivados do petróleo.
CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.		Funchal	Portugal	75%	75%	Instalação e exploração de parques de armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, bem como das respetivas estruturas de transporte, receção, movimentação, enchimento e expedição; e outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, conexas com aquelas atividades.
Gasinsular – Combustíveis do Atlântico, S.A.		Funchal	Portugal	100%	100%	A sociedade tem por objeto principal a distribuição, armazenagem, transporte, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e outros derivados do petróleo e a exploração direta ou indireta de postos de abastecimento de combustíveis e de áreas de serviço e atividades complementares, nomeadamente estações de serviço e oficinas de reparação e manutenção automóvel, venda de peças e acessórios para veículos motorizados, restauração e hotelarias.
Galp Moçambique, Lda.		Maputo	Moçambique	100%	100%	Armazenagem, comercialização e distribuição, importação, exportação e transporte de petróleo e seus derivados. Bem como de todo o tipo de óleos, sejam de origem animal, vegetal ou mineral.
Galp Moçambique, Lda. (Sucursal no Malawi)		Blantyre	Malawi	-	-	Armazenagem, comercialização e distribuição, importação, exportação e transporte de petróleo e seus derivados. Bem como de todo o tipo de óleos, sejam de origem animal, vegetal ou mineral.
Galp Serviexpress – Serviços de Distribuição e Comercialização de Produtos Petrolíferos, S.A.	c)	Lisboa	Portugal	-	100%	Prestação de serviços de transporte, armazenagem e comercialização de combustíveis líquidos, gasosos, óleos base e outros derivados do petróleo nos mercados interno e externo. A exploração direta ou indireta de centros de distribuição de combustíveis e atividades auxiliares, nomeadamente, estações de serviço, oficinas, venda de peças e acessórios para veículos motorizados, restauração e hotelaria.
Galp Swaziland, (PTY), Ltd.		Matsapha	Suazilândia	100%	100%	Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos, exploração de postos de abastecimento.
Galpgeste – Gestão de Áreas de Serviço, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Exploração ou gestão, direta ou indireta, áreas de serviço e postos de abastecimento de combustíveis e atividades conexas ou complementares, tais como estações de serviço e oficinas, venda de lubrificantes, peças e acessórios para veículos motorizados, restauração e hotelaria.
Petrogal Angola, Lda.		Luanda	Angola	100%	100%	Produção, distribuição e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e também a exploração de postos de abastecimento e estações de serviço.
Petrogal Brasil, S.A. e subsidiária:	e)	Recife	Brasil	70%	70%	Refinação de petróleo bruto e seus derivados, o seu transporte, distribuição e comercialização e ainda, a pesquisa e exploração de petróleo e gás natural.
Fundo Vera Cruz		Recife	Brasil	100%	100%	Fundo exclusivo de investimento aberto.
Petrogal Cabo Verde, Lda.		São Vicente	Cabo Verde	100%	100%	Distribuição e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e também a exploração de postos de abastecimento e estações de serviço.
Petrogal Guiné-Bissau, Lda. e subsidiárias:		Bissau	Guiné-Bissau	100%	100%	Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos, base e lubrificantes e outros derivados do petróleo e exploração de postos de abastecimento e de estações de serviço de assistência a automóveis.
Petromar – Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda.		Bissau	Guiné-Bissau	80%	80%	Comércio de bancas marítimas.
Petrogás – Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda.		Bissau	Guiné-Bissau	65%	65%	Importação, armazenagem e distribuição de GPL.

Empresas	Sede social		Percentagem de capital detido		Principal atividade	
	Localidade	País	2013	2012		
Petrogal Moçambique, Lda.		Maputo	Moçambique	100%	100%	Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos, exploração de postos de abastecimento.
Petrogal Trading, Ltd.	(*)	Dublin	Irlanda	100%	100%	Desenvolvimento da atividade de trading de petróleo bruto e produtos petrolíferos.
Probigalp – Ligantes Betuminosos, S.A.	b)	Rio Maior	Portugal	100%	60%	Compra, venda, fabrico, transformação, importação e exportação de produtos betuminosos de aditivos que transformam ou modificam esses produtos betuminosos.
Sacor Marítima, S.A. e subsidiárias:		Lisboa	Portugal	100%	100%	Transportes marítimos em navios próprios ou fretados.
Gasmar – Transportes Marítimos, Lda.	d)	Funchal	Portugal	-	100%	Transportes marítimos em navios próprios ou fretados.
Tripul – Sociedade de Gestão de Navios, Lda.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão técnica de navios, tripulações e abastecimentos.
S.M. Internacional – Transportes Marítimos, Lda.	d)	Funchal	Portugal	-	100%	Transportes marítimos em navios próprios ou fretados.
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.		Lisboa	Portugal	75%	75%	Comércio retalhista de produtos alimentares, utilidades domésticas, presentes e artigos vários onde se incluem: jornais, revistas, discos, vídeos, brinquedos, bebidas, tabacos, cosméticos, artigos de higiene, de viagem e acessórios para veículos.
Sopor – Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A.		Lisboa	Portugal	51%	51%	Distribuição, venda e armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, lubrificantes e outros derivados de petróleo; exploração de postos de abastecimento, estações de serviço e oficinas de reparação, incluindo negócios conexos com estas atividades, nomeadamente de restauração e hotelaria.
Soturis – Sociedade Imobiliária e Turística, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Atividade imobiliária designadamente, a gestão, compra, venda e revenda de imóveis.
Tagus Re, S.A.		Luxemburgo	Luxemburgo	100%	100%	Operações de resseguro em todos os ramos, com exclusão das operações de seguro diretas.
Tanquisado – Terminais Marítimos, S.A.		Setúbal	Portugal	100%	100%	Desenvolvimento e exploração de terminais marítimos.
Subgrupo GDP:						
GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão de participações sociais.
Subsidiárias:						
Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A.		Viseu	Portugal	59,51%	59,51%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural.
Dianagás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Évora, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Duriensegás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A.		Vila Real	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Galp Gás Natural Distribuição, SGPS, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão de participações sociais.
GDP Serviços, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Prestação de serviços de apoio à gestão empresarial.
Lisboagás Comercialização, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Comercialização de último recurso retalhista de gás natural.
Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Obtenção, armazenagem e distribuição de gás combustível canalizado.
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	b)	Aveiro	Portugal	96,81%	96,47%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Lusitaniagás Comercialização, S.A.		Aveiro	Portugal	100%	100%	Comercialização de último recurso retalhista de gás natural.
Medigás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Algarve, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Paxgás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Beja, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Setgás Comercialização, S.A.		Setúbal	Portugal	66,95%	66,95%	Produção e distribuição de gás natural e dos seus gases de substituição.
Setgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.		Setúbal	Portugal	66,88%	66,88%	Distribuição de gás natural em média e baixa pressão, exercida em regime de serviço público nos termos da regulamentação aplicável, na área geográfica da concessão, abrangendo designadamente a construção e operação de infraestruturas que integrem a Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural, a promoção da construção, conversão ou adequação de instalações de utilização de gás natural, e ainda outras atividades relacionadas com o objeto principal, incluindo a exploração da capacidade excedentária da rede de telecomunicações instalada.
Galp Gás Natural, S.A. e subsidiárias:		Lisboa	Portugal	100%	100%	Importação de gás natural, armazenagem, distribuição através de rede de alta pressão, construção e manutenção de redes.
Transgás Armazenagem – Soc. Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Armazenagem de gás natural em regime de subconcessão de serviço público, incluindo a construção, manutenção, reparação e exploração de todas as infraestruturas e equipamentos conexos.
Transgás, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Comercialização de último recurso grossista de gás natural.
Subgrupo Galp Power:						
Galp Power, SGPS, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	A gestão de participações sociais como forma indireta de exercício da atividade económica.

Empresas	Sede social		Percentagem de capital detido		Principal atividade
	Localidade	País	2013	2012	
Subsidiárias:					
Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Eletricidade e Calor, S.A.	Lisboa	Portugal	65%	65%	Produção sob a forma de cogeração e venda de energia elétrica e térmica.
Galp Power, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Exercício da compra e venda de energia, bem como a prestação de serviços e o exercício de atividades direta ou indiretamente relacionados com energia.
Portcogeração, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Produção, transporte e distribuição de energia elétrica e térmica proveniente de sistemas de cogeração e energias renováveis.
Powercer – Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	Lisboa	Portugal	70%	70%	Produção sob a forma de cogeração, e a venda de energia elétrica e térmica, incluindo a conceção, construção, financiamento e exploração de instalações de cogeração, bem como o exercício de todas as atividades e a prestação de serviços conexos.
Agrocer – Sociedade de Cogeração do Oeste, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Produção sob a forma de cogeração, e a venda de energia elétrica e térmica, incluindo a conceção, construção, financiamento e exploração de instalações de cogeração, bem como o exercício de todas as atividades e a prestação de serviços conexos.
Spower, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Produção sob a forma de cogeração, e a venda de energia elétrica e térmica, incluindo a conceção, construção, financiamento e exploração de instalações de cogeração, bem como o exercício de todas as atividades e a prestação de serviços conexos.
Sinecogeração – Cogeração da Refinaria de Sines, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Produção, transporte e distribuição de energia elétrica e térmica proveniente de sistemas de cogeração e energias renováveis, incluindo conceção, construção e operação de sistemas ou instalações.

(*) A data de apresentação de contas das subsidiárias é em 30 de setembro. Embora o fecho de contas estatutário das subsidiárias seja diferente das restantes empresas do grupo Galp Energia, são incorporados nas contas consolidadas as transações ocorridas no último trimestre de cada ano.

(**) Embora o grupo Galp Energia detenha através das suas subsidiárias – Petrogal e Petrogal Cabo Verde, Lda. apenas 48,29% do capital da Empresa Nacional de Combustíveis – Enacol SARL, o Grupo controla, com expectável permanência, as políticas financeiras e operacionais desta por via de uma maioria representativa de votos nas reuniões do Conselho de Administração. Devido a este facto, a subsidiária é consolidada pelo método de consolidação integral.

A Empresa Nacional de Combustíveis – Enacol SARL detém participação nas subsidiárias: i) Enamar – Sociedade Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S.A. (100%); ii) EnacolGest, Lda. (100%); e iii) Sodigás-Sociedade Industrial de Gases, SARL (30%).

As participações detidas na Enamar – Sociedade Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S.A. e na EnacolGest, Lda. são consolidadas pelo método integral e a Sodigás – Sociedade Industrial de Gases, SARL é incluída na rubrica “Participações financeiras em empresas associadas” (Nota 4.2).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o perímetro foi alterado face ao exercício precedente conforme segue.

a) Empresas constituídas:

- A Galp Energia Overseas, B.V. subscreveu e realizou 100% do capital das seguintes empresas: Galp Energia Overseas Block 14, B.V., Galp Energia Overseas Block 32, B.V., Galp Energia Overseas Block 33, B.V. e Galp Energia Overseas LNG, B.V., as quais foram constituídas em fevereiro de 2013.

Posteriormente, em dezembro de 2013 foram constituídas as respetivas sucursais em Angola.

- A Galp Energia E&P, B.V. subscreveu e realizou 100% do capital da Petrogal Brasil, B.V., a qual foi constituída em abril de 2013.
- No âmbito do contrato de *farm-in* em parceria com a Eni e com a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) para a exploração da Área 4, na bacia do Rovuma, foi constituída em agosto de 2013 uma sucursal em Moçambique da empresa Galp Energia Rovuma, B.V., sendo que esta se encontra sediada na Holanda.
- No âmbito do acordo de *farm-in* assinado em 2012 pela Galp Energia para a aquisição de uma participação de 50% na Área Tarfaya Offshore, foi constituída em novembro de 2013 uma sucursal em Marrocos da empresa Galp Energia Tarfaya, B.V., sendo que esta se encontra sediada na Holanda.
- A Galp Energia E&P, B.V. subscreveu 100% do capital da Galp East Africa, B.V., esta foi constituída em dezembro de 2013, não tendo realizado qualquer operação no exercício findo em 31 de dezembro 2013.

b) Empresas adquiridas:

- Em maio de 2013, através da subsidiária GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. o Grupo adquiriu à Revigrés – Indústria de Revestimentos de Grés, Lda., 0,3438% do capital da subsidiária Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A. pelo montante €317 k. Com esta aquisição o Grupo passou a deter 96,8109% do capital da subsidiária.

A subsidiária Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A. já era anteriormente controlada pelo Grupo e consolidava pelo método integral (detida a 96,4671%). Assim a diferença entre o valor pago e o valor contabilístico do capital próprio na data de aquisição, foi reconhecido em capital próprio na rubrica “Reservas pelo montante” €92 k (Nota 20).

- Em 6 de agosto de 2012, a Galp Energia, SGPS, S.A. e a empresa Enersis Investimentos, Lda. celebraram um contrato de compra e venda de ações e cessão de posição contratual da empresa Enerfuel, S.A. (anteriormente designada por Assunto Importante, S.A.).

A empresa Enerfuel, S.A. sita em Sines, é proprietária de uma unidade industrial destinada à produção de biocombustíveis.

Na data de celebração do contrato, a Galp Energia, SGPS, S.A. adquiriu 1% da participação social da empresa Assunto Importante, S.A. pelo montante de €500 referente à primeira parcela da participação e comprometeu-se a adquirir na data final da conclusão do projeto da unidade industrial, a remanescente participação social pelo montante de €49.500 assim como a realização de prestações acessórias.

Em julho de 2013, no âmbito do acordo celebrado em agosto de 2012, o Grupo adquiriu 99% do capital da subsidiária. Dado existir o controlo por parte do Grupo, a empresa já estava a ser consolidada pelo método integral. Assim a diferença entre o valor pago e o valor contabilístico do capital próprio na data de aquisição, foi reconhecido em capital próprio na rubrica "Reservas" pelo montante €31 k (Nota 20).

- Em 10 de setembro de 2013 a subsidiária Petrogal adquiriu à Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A. os restantes 40% da participação social da empresa Probigal – Ligantes Betuminosos, S.A.

Com esta aquisição o Grupo passou a deter 100% do capital da subsidiária Probigal – Ligantes Betuminosos, S.A.

A subsidiária já era anteriormente controlada pelo Grupo e consolidava pelo método integral (detida a 60%). Assim a diferença entre o valor pago e o valor contabilístico do capital próprio na data de aquisição, foi reconhecido em capital próprio na rubrica "Reservas" pelo montante €3.975 k (Nota 20).

c) Empresas alienadas:

- Durante o primeiro semestre de 2013 a subsidiária Petrogal alienou 100% da participação detida na Galp Serviexpress – Serviços de Distribuição e Comercialização de Produtos Petrolíferos, S.A., tendo reconhecido na demonstração dos resultados consolidados uma menos-valia no montante €75 k (Nota 4.2).

d) Empresas liquidadas:

- Durante o segundo semestre de 2013 as empresas Gasmar – Transportes Marítimos, Lda. e S.M. Internacional – Transportes Marítimos, Lda. foram liquidadas, estas eram subsidiárias da Sacor Marítima, S.A.

e) Aumento de capital:

- Em 31 de maio de 2013, a Galp Energia E&P, B.V. alienou à Petrogal Brasil, B.V. a totalidade das ações (9.062) que detinha da subsidiária Petrogal Brasil, S.A.

Os acionistas da subsidiária Petrogal Brasil, S.A. aprovaram um aumento de capital por emissão de 533.000 ações ordinárias. Em 5 de setembro de 2013, as novas ações foram totalmente subscritas pelos acionistas Petrogal Brasil, B.V. e a Winland International Petroleum, SARL (WIP) (Nota 21).

Com a subscrição das novas ações o grupo Galp Energia continua a deter 70% das ações e direitos de voto na subsidiária Petrogal Brasil, S.A. que no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 era detida pelas seguintes entidades: (i) 49,09% pela subsidiária Petrogal; (ii) 30% pela empresa WIP; e (iii) 20,91% pela subsidiária Petrogal Brasil, B.V.

f) Permuta da participação na Galp Bioenergy, B.V. e associadas:

- Em dezembro de 2013 foi realizada uma permuta de participações sociais entre a Galp Energia, SGPS, S.A. e a Galp Energia E&P, B.V. com o intuito de simplificar a estrutura societária do Grupo. Passando a Galp Energia E&P, B.V. a deter a totalidade da participação na Galp Bioenergy, B.V. e suas associadas.

Para tal a Galp Energia E&P, B.V. procedeu a um aumento de capital com a emissão de uma ação com o valor nominal de €100, tendo sido realizado pela Galp Energia, SGPS, S.A. mediante a entrega em espécie da participação que esta detinha na Galp Bioenergy, B.V.

Visto tratar-se de uma operação entre duas empresas do Grupo, não se verificou qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

g) Outras alterações:

- As participações detidas nas empresas Galpbúzi – Agro-Energia, S.A. e Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A. passaram a ser contabilizadas pelo método da equivalência em virtude dos acordos parassociais que conferem controlo partilhado de gestão operacional e financeiro da empresa (Nota 4.1).

4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS

4.1. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

As participações financeiras em empresas conjuntamente controladas, suas sedes sociais, proporção de capital e suas atividades detidas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são as seguintes:

Empresas		Sede social		Porcentagem de capital detido	
		Localidade	País	2013	2012
Tupi, B.V.	(e)(k)	Roterdão	Holanda	10,00%	10,00%
Belem Bioenergia Brasil, S.A.	(d)	Belém	Brasil	50,00%	50,00%
Belem Bio Energy, B.V.	(d)	Roterdão	Holanda	50,00%	50,00%
CLC – Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	(b)(j)	Aveiras de Cima	Portugal	65,00%	65,00%
Galp Disa Aviación, S.A.	(f)	Santa Cruz de Tenerife	Espanha	50,00%	50,00%
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	(a)	Oeiras	Portugal	50,00%	50,00%
Multiservícios Galp Barcelona	(f)	Barcelona	Espanha	50,00%	50,00%
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.	(g)(h)	Maputo	Moçambique	50,00%	-
Galpbúzi – Agro-Energia, S.A.	(g)(i)	Cidade da Beira	Moçambique	89,97%	-
Asa – Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	(b)	Lisboa	Portugal	50,00%	50,00%
Ventinveste, S.A.	(a)(k)	Lisboa	Portugal	34,00%	34,00%
Ventinveste Eólica, SGPS, S.A.		Lisboa	Portugal	34,00%	34,00%
Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A.		Lisboa	Portugal	34,00%	34,00%
Parque Eólico de Torrinhelas, S.A.		Lisboa	Portugal	34,00%	34,00%
Parque Eólico de Vale do Chão, S.A.		Lisboa	Portugal	34,00%	34,00%
Parque Eólico do Cabeço Norte, S.A.		Lisboa	Portugal	34,00%	34,00%
Parque Eólico de Vale Grande, S.A.		Lisboa	Portugal	34,00%	34,00%
Parque Eólico do Douro Sul, S.A.		Lisboa	Portugal	34,00%	34,00%
Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A.		Lisboa	Portugal	34,00%	34,00%
Parque Eólico do Planalto, S.A.		Lisboa	Portugal	34,00%	34,00%
Caiageste – Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	(c)	Elvas	Portugal	50,00%	50,00%
Sigás – Armazenagem de Gás, A.C.E.	(b)(j)	Sines	Portugal	60,00%	60,00%
menos: provisão para responsabilidades conjuntas (Nota 25)	(l)				

Valor contabilístico		Informação financeira da empresa conjuntamente controlada				Principal atividade
2013	2012	Ativos	Passivos	Proveitos	Resultado exercício	
316.785	165.302	3.250.031	(82.182)	(269.440)	(39.599)	Gestão, construção, compra, venda e aluguer de materiais e equipamentos destinados à exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos, incluindo plataformas, navios FPSO, navios de transporte de crude, navios de abastecimento e outros tipos de navios.
43.492	-	90.758	(3.770)	1.092	(4.737)	Produção, logística e comercialização de óleo vegetal, bem como de quaisquer outros produtos, subprodutos e atividades afins; pesquisa e desenvolvimento em processos agroindustriais, matérias-primas, insumos, produtos, subprodutos e aplicações; produção, logística, processamento e comercialização de matérias-primas e insumos, incluindo mas não se limitando a cacho de fruto fresco, sementes e mudas; geração e comercialização de energia elétrica associada às suas operações.
-	18.404	23	(30)	-	(647)	Gerir participações em empresas que desenvolvam projetos de biocombustíveis, incluindo pesquisa, produção, logística, comercialização de grãos, matérias primas, óleos vegetais, biocombustíveis e coprodutos bem como companhias ou negócios relacionados com geração e comercialização de energia elétrica necessária à sua operação.
25.022	28.754	115.424	(76.925)	30.732	8.497	Instalação e exploração de parques de armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, bem como das respetivas estruturas de transporte. Outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, conexas com aquelas atividades.
7.399	7.373	14.800	(2)	(2.197)	(2.191)	Prestação de serviço de abastecimento petrolífero aeronáutico, de forma direta ou via participação em empresas com a mesma atividade.
1.648	1.671	1.046	(1.629)	-	42	Produção de energia elétrica e eólica
1.148	594	3.101	(811)	-	(393)	Gerir o abastecimento do negócio da aviação no aeroporto de Barcelona.
690	-	2.194	(814)	(186)	274	O exercício da agricultura e atividades conexas, incluindo a transformação de sementes de oleaginosas em óleos vegetais que constituam matérias-primas ou produtos semiacabados para utilização em outras indústrias, designadamente para o fabrico de biodiesel, e a comercialização dos mesmos tanto a nível nacional como internacional, incluindo consequentemente o respetivo transporte, bem como qualquer prestação de serviços e assistência técnica no âmbito da atividade referida.
351	-	677	(288)	(102)	970	Desenvolvimento de projetos e a promoção do cultivo agrícola, próprio ou de terceiros, de sementes de oleaginosas, o seu transporte e processamento em unidades de transformação próprias ou de terceiros, para a produção de óleos vegetais transformáveis em biodiesel ou outro combustível que a técnica permita, a importação e exportação desses óleos vegetais assim produzidos ou dos produtos deles extraídos, a prestação de assistência técnica e de serviços no âmbito dessas atividades.
21	51	300	(258)	1.384	-	Prestação de serviço de abastecimento petrolífero aeronáutico.
-	-	58.020	(59.163)	11	(30)	Construção e exploração de unidades industriais para fabrico e montagem de componentes de turbinas eólicas e a construção e exploração de parques eólicos.
-	-	24.047	(24.567)	487	5	Gestão de participações sociais de outras sociedades como forma indireta do exercício de atividades económicas de construção e exploração de parques eólicos.
-	-	1.858	(1.961)	-	(40)	Construção e exploração de parques eólicos.
-	-	771	(742)	-	(7)	Construção e exploração de parques eólicos.
-	-	3.527	(3.551)	-	(20)	Construção e exploração de parques eólicos.
-	-	138	(391)	-	(22)	Construção e exploração de parques eólicos.
-	-	18.864	(20.272)	2.274	(231)	Construção e exploração de parques eólicos.
-	-	9.036	(9.402)	-	(105)	Construção e exploração de parques eólicos.
-	-	1.552	(2.848)	-	(38)	Construção e exploração de parques eólicos.
-	-	1.090	(1.157)	-	(32)	Construção e exploração de parques eólicos.
-	-	105	(175)	1.130	(79)	Gestão e exploração de duas áreas de serviço localizadas na zona do Caia, incluindo o exercício de quaisquer atividades e a prestação de quaisquer serviços conexados com tais estabelecimentos ou instalações, nomeadamente: o abastecimento de combustíveis e lubrificantes, a comercialização de produtos e artigos dos ramos da conveniência e dos supermercados, a gestão e a exploração de restaurantes e outras unidades de natureza hoteleira ou similar, estações de serviço e pontos de venda de lembranças e utilidades.
-	-	13.757	(13.757)	5.768	-	Conceção e construção de caverna subterrânea de armazenagem de GPL, das instalações de superfície complementares necessárias à movimentação de produtos. Gestão e exploração operacional de caverna incluindo instalações de superfície, tanques e esferas de GPL.
396.556	222.149					
(1.780)	(1.679)					
394.776	220.470					

- (a) Participação detida pela Galp Power, SGPS, S.A.
- (b) Participação detida pela Petrogal.
- (c) Participação detida pela Galpgeste – Gestão de Áreas de Serviço, S.A.
- (d) Participação detida pela Galp Bioenergy, B.V.
- (e) Participação detida pela Galp Sinopec Brazil Services, B.V.
- (f) Participação detida pela Galp Energia España, S.A.
- (g) Participação detida Galp Exploração e Produção Petrolífera, SGPS, S.A.
- (h) O controlo da Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A., é partilhado entre: a Galp Exploração e Produção Petrolífera, SGPS, S.A., a Ecomoz – Energias Alternativas Renováveis, Lda. e a Petromoc SARL, que detêm respetivamente 50%, 49% e 1% do seu capital social. O montante €831 k da participação financeira em 31 de dezembro de 2012 que foi transferido para a rubrica “Participações financeiras em empresas conjuntamente controladas”.
- (i) O controlo da Galpbúzi – Agro-Energia, S.A. é partilhado entre: a Galp Exploração e Produção Petrolífera, SGPS, S.A., a Companhia do Búzi, S.A. e Jorge Manuel Catarino Petiz, que detêm respetivamente 89,97%, 10,02% e 0,01% do seu capital social. O montante €969 k da participação financeira em 31 de dezembro de 2012 foi transferido para a rubrica “Participações financeiras em empresas conjuntamente controladas”.
- (j) Apesar do Grupo deter mais de 50% da participação, a entidade é classificada como “Entidade conjuntamente controlada” uma vez que existem acordos parassociais que conferem controlo partilhado de gestão operacional e financeiro da empresa.
- (k) Apesar do Grupo deter menos de 50% da participação, a entidade é classificada como “Entidade conjuntamente controlada” uma vez que existem acordos parassociais que conferem controlo partilhado de gestão operacional e financeiro da empresa.
- (l) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a provisão para participações financeiras em entidades conjuntamente controladas, representa o compromisso solidário do Grupo junto das entidades conjuntamente controladas que apresentavam capitais próprios negativos.

O movimento ocorrido na rubrica "Participações financeiras em empresas conjuntamente controladas" no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 que se encontram refletidas pelo método da equivalência patrimonial foi o seguinte:

Empresas	Saldo inicial	Aumento participação	Alienação/ Redução da participação	Ganhos/ Perdas	Ajust. conversão cambial	Ajust. reservas cobertura	Dividendos	Transferências/ Regularizações	Saldo final
Participações financeiras									
Tupi, B.V.	(a) 165.302	160.968	-	3.568	(13.053)	-	-	-	316.785
Belem Bioenergia Brasil, S.A.	(b) -	52.638	-	(954)	(8.192)	-	-	-	43.492
CLC – Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	28.754	-	-	5.522	-	-	(9.254)	-	25.022
Galp Disa Aviación, S.A.	7.373	-	-	1.156	-	-	(1.130)	-	7.399
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	1.671	-	-	(23)	-	-	-	-	1.648
Multiservícios Galp Barcelona	(d) 594	750	-	(196)	-	-	-	-	1.148
Galpbúzi – Agro-Energia, S.A.	(e) -	150	-	(873)	105	-	-	969	351
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.	(f) -	-	-	(137)	(4)	-	-	831	690
Asa – Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	51	-	-	-	-	-	(30)	-	21
Belem Bio Energy, B.V.	(c) e 18.404	-	(18.339)	(1.762)	1.697	-	-	-	-
Sigás – Armazenagem de Gás, A.C.E.	(b) -	-	-	-	-	-	-	-	-
	222.149	214.506	(18.339)	6.301	(19.447)	-	(10.414)	1.800	396.556
Provisões para partes de capital em empresas conjuntamente controladas (Nota 25)									
Ventinveste, S.A.	(1.624)	-	-	(177)	-	55	-	-	(1.746)
Caiageste – Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	(g) (55)	60	-	(39)	-	-	-	-	(34)
	(1.679)	60	-	(216)	-	55	-	-	(1.780)
	220.470	214.566	(18.339)	6.085	(19.447)	55	(10.414)	1.800	394.776

(a) €160.968 k corresponde ao aumento de capital efetuado pela Galp Sinopec Brazil Services, B.V. O controlo da subsidiária Tupi, B.V. é partilhado entre: a Galp Sinopec Brazil Services, B.V., a Petrobras Netherlands, B.V. e a BG Overseas Holding, Ltd. que detêm respetivamente 10%, 65% e 25% do seu capital social.

(b) No período findo em 31 de março de 2013, resultante de um processo de reestruturação, a subsidiária Belém Bioenergy, B.V. alienou 100% da participação que detinha na subsidiária Belém Bioenergia Brasil, S.A., à Galp Bioenergy, B.V. (50%) e à Petrobrás Biocombustíveis, S.A. (50%). O controlo da subsidiária Belém Bioenergia Brasil, S.A. passou assim a ser partilhado diretamente entre a Galp Bioenergy, B.V. e a Petrobrás Biocombustíveis, S.A., detendo cada uma 50% do seu capital social.

O montante de €52.638 k, registado na rubrica "Aumento de participação", inclui montante €18.410 k referente ao valor de aquisição de 50% da participação financeira e €34.228 k respeita ao aumento de capital efetuado pela Galp Bioenergy, B.V.

(c) A subsidiária Belém Bioenergy, B.V., após a alienação de 100% da participação que detinha na subsidiária Belém Bioenergia Brasil, S.A., procedeu a uma redução de capital no montante de €18.339k. O controlo da subsidiária Belém Bioenergy, B.V. é partilhado entre: a Galp Bioenergy, B.V. e a Petrobrás Netherlands, B.V., detendo cada uma 50% do seu capital social.

(d) €750 k corresponde a realização do capital da subsidiária Multiservícios Galp Barcelona que é detida a 50% pelo Grupo e 50% pela empresa Multiservícios.

(e) O montante €969 k, corresponde ao valor contabilístico do capital próprio da subsidiária em 31 de dezembro de 2012 e que foi transferido para a rubrica "Participações financeiras em empresas conjuntamente controladas" (Nota 3).

O controlo da subsidiária Galpbúzi – Agro-Energia, S.A., é partilhado entre a Galp Exploração e Produção Petrolífera, SGPS, S.A., a Companhia do Búzi, S.A. e Jorge Manuel Catarino Petiz, que detêm respetivamente 89,97%, 10,02% e 0,01% do seu capital social.

(f) O montante €831 k corresponde ao valor contabilístico do capital próprio da subsidiária em 31 de dezembro de 2012 e que foi transferido para a rubrica "Participações financeiras em empresas conjuntamente controladas" (Nota 3).

O controlo da subsidiária Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A., é partilhado entre: a Galp Exploração e Produção Petrolífera, SGPS, S.A., a Ecomoz – Energias Alternativas Renováveis, Lda. e a Petromoc, SARL, que detêm respetivamente 50%, 49% e 1% do seu capital social.

(g) €60 k corresponde a prestações suplementares efetuadas pela Galpgeste – Gestão de Áreas de Serviço, S.A. à subsidiária Caiageste – Gestão de Áreas de Serviço, Lda., cuja participação financeira foi provisionada.

4.2. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

As participações financeiras em empresas associadas, suas sedes sociais, proporção de capital e suas atividades detidas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são as seguintes:

Empresas		Sede social		Percentagem de capital detido	
		Localidade	País	2013	2012
EMPL – Europe Magreb Pipeline, Ltd.	(a)	Madrid	Espanha	22,80%	22,80%
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	(a)	Madrid	Espanha	33,04%	33,04%
Gasoduto Extremadura, S.A.	(a)	Madrid	Espanha	49,00%	49,00%
Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	(b)	Santarém	Portugal	41,33%	41,33%
Sonangal – Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	(e)	Luanda	Angola	49,00%	49,00%
Metragaz, S.A.	(a)	Tânger	Marrocos	22,64%	22,64%
Terparque – Armazenagem de Combustíveis, Lda.	(d)	Angra do Heroísmo	Portugal	23,50%	23,50%
CLC Guiné-Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné-Bissau, Lda.	(c)	Bissau	Guiné-Bissau	45,00%	45,00%
IPG Galp Beira Terminal, Lda.	(g)	Maputo	Moçambique	45,00%	–
Sodigás – Sociedade Industrial de Gases, SARL	(h)	Mindelo	Cabo-Verde	30,00%	30,00%
Galp IPG Matola Terminal, Lda.	(g)	Maputo	Moçambique	45,00%	–
Aero Serviços, SARL – Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários	(c)	Bissau	Guiné-Bissau	50,00%	50,00%
Companhia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A.	(f) (j)	Madrid	Espanha	–	5,00%
Gásfomento – Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	(b)	Lisboa	Portugal	20,00%	20,00%
Energim – Sociedade de Produção de Eletricidade e Calor, S.A.	(i)	Lisboa	Portugal	35,00%	35,00%
menos: provisão para responsabilidades conjuntas (Nota 25)	(l)				

(a) Participação detida pela Galp Gás Natural, S.A.

(b) Participação detida pela GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A.

(c) Participação detida pela Petrogal Guiné-Bissau, Lda.

(d) Participação detida pela Saaga – Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.

(e) Participação detida pela Petrogal Angola, Lda.

(f) Participação detida pela Galp Energia España, S.A.

(g) Participação detida pela Petrogal Moçambique, Lda.

(h) Participação detida pela Empresa Nacional de Combustíveis – Enacol, SARL

(i) Participação detida pela Galp Power, SGPS, S.A.

(j) No dia 24 julho de 2013 a subsidiária Galp Energia España, S.A. alienou à British Columbia Investment Management Corporation (bcIMC), 5% da participação detida na associada CLH – Companhia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A. Apesar de o Grupo deter apenas 5% do capital, o Grupo exercia uma influência significativa, motivo pelo qual a participação se encontrava valorizada tal como descrito na nota 2.2 c).

(k) Durante o segundo trimestre de 2013, a empresa Petrogal Moçambique, Lda. adquiriu duas participações de 45% nas empresas IPG-Galp Beira Terminal, Lda. e Galp-IPG Matola Terminal, Lda. que tem vista a construção de terminais logísticos na Beira e em Maputo.

(l) Em 31 de dezembro de 2013, a provisão para partes de capital das empresas associadas é representante do compromisso solidário do Grupo junto das associadas que apresentavam capitais próprios negativos.

Valor contabilístico		Informação financeira da empresa conjuntamente controlada				Principal atividade
2013	2012	Ativos	Passivos	Proveitos	Resultado exercício	
59.795	65.350	280.506	(18.245)	(234.326)	(183.650)	Construção e operação de gasodutos para transporte de gás natural entre Marrocos e Espanha.
18.480	17.994	59.113	(3.182)	(31.101)	(12.118)	Construção e exploração do gasoduto Tarifa-Córdoba.
15.586	15.116	34.426	(2.616)	(21.216)	(8.804)	Construção e exploração do gasoduto Córdoba-Campo Maior.
11.483	9.543	91.074	(63.291)	(25.173)	(3.341)	Produção e distribuição de gás natural, e outros gases combustíveis canalizados.
9.352	9.277	44.445	(25.358)	(121.483)	(2.516)	Distribuição e comercialização de combustíveis líquidos, lubrificantes e outros derivados de petróleo e exploração de postos de abastecimento e estações de serviço, de assistência a automóveis e outras conexas.
1.204	1.027	10.465	(5.144)	(16.258)	(1.020)	Construção, manutenção e exploração do gasoduto Magreb-Europa.
942	1.003	24.169	(20.231)	(3.556)	(646)	Construção e/ou a exploração de parques de armazenagem de combustíveis.
798	717	3.471	(1.694)	(1.055)	(180)	Gestão e exploração do parque de Armazenagem de Combustíveis Líquidos e do Terminal Petrolífero de Bandim.
640	-	1.422	-	-	-	Desenvolver e operar um terminal de armazenamento de produtos petrolíferos, incluindo sem limitação, hidrocarbonetos, químicos, petróleo líquido gaseificado e betume.
346	314	1.135	(208)	-	-	Produção e comercialização de oxigénio, acetileno, azoto e demais gases industriais.
320	-	711	-	-	-	Desenvolver e operar um terminal de armazenamento de produtos petrolíferos, incluindo sem limitação, hidrocarbonetos, químicos, petróleo líquido gaseificado e betume.
63	63	932	(1.073)	(97.902)	(26.698)	A prestação de serviços relacionados com armazenagem e abastecimento de derivados do petróleo e aeronaves e prática de outras atividades acessórias, conexas ou complementares.
-	56.434	-	-	-	-	Instalação e exploração de parques de armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos bem como das respetivas estruturas de transporte.
-	336	-	-	-	-	Atividades de construção e engenharia civil em geral, projeto, construção e manutenção de instalações.
-	-	12.429	(16.138)	(37.300)	547	Produção sob a forma de cogeração e venda de energia elétrica e térmica.
119.009	177.174					
(1.350)	(1.171)					
117.659	176.003					

O movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras em empresas associadas” no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi o seguinte:

Empresas	Saldo inicial	Aumento participação	Alienação da participação	Ganhos/ perdas	Ajust. conversão cambial	Ajust. reservas cobertura	Mais/ menos-valia na alienação de partes de capital	Dividendos	Transferências/ regularizações	Saldo final
Participações financeiras										
EMPL – Europe Magreb Pipeline, Ltd.	65.350	-	-	41.872	(3.015)	-	-	(44.412)	-	59.795
Companhia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A.	(a) 56.434	24	(111.000)	3.515	-	-	52.134	(1.639)	532	-
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	17.994	-	-	4.004	-	-	-	(3.518)	-	18.480
Gasoduto Extremadura, S.A.	15.116	-	-	4.313	-	-	-	(3.843)	-	15.586
Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	9.543	-	-	1.839	-	101	-	-	-	11.483
Sonangal – Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	9.277	-	-	1.960	(1.406)	-	-	(479)	-	9.352
Metragaz, S.A.	1.027	-	-	231	(10)	-	-	(44)	-	1.204
Terparque – Armazenagem de Combustíveis, Lda.	1.003	-	-	64	-	-	-	(125)	-	942
CLC Guiné-Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné-Bissau, Lda.	717	-	-	81	-	-	-	-	-	798
IPG Galp Beira Terminal, Lda.	(b) -	640	-	-	-	-	-	-	-	640
Sodigás – Sociedade Industrial de Gases, SARL	314	-	-	-	32	-	-	-	-	346
Galp IPG Matola Terminal, Lda.	(b) -	320	-	-	-	-	-	-	-	320
Aero Serviços, SARL – Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários	63	-	-	-	-	-	-	-	-	63
Gásfomento – Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	(c) 336	-	(120)	(102)	-	-	(114)	-	-	-
	177.174	984	(111.120)	57.777	(4.399)	101	52.020	(54.060)	532	119.009
Provisões para partes de capital em empresas associadas (Nota 25)										
Energin – Sociedade de Produção de Eletricidade e Calor, S.A.	(1.171)	-	-	(179)	-	-	-	-	-	(1.350)
	176.003	984	(111.120)	57.598	(4.399)	101	52.020	(54.060)	532	117.659

(a) Resultante do contrato de compra estabelecido para a aquisição da participação detida na Companhia Logística de Hidrocarburos, CLH, S.A., o custo da participação é anualmente revisto, até 10 anos a partir da data do contrato, face ao valor de vendas efetuado. O valor pago no exercício como adicional ao custo de compra ascende a €24 k.

No dia 24 de julho de 2013 a subsidiária Galp Energia España, S.A. alienou à bclMC, os 5% da participação que detinha na Companhia Logística de Hidrocarburos, CLH, S.A., pelo montante de €111.000 k, tendo gerado uma mais-valia de €52.134 k. O montante de €532 k que se encontra na coluna de “Regularizações”, diz respeito a custos com o processo de alienação da participação da mesma.

(b) Durante o segundo trimestre de 2013, a empresa Petrogal Moçambique, Lda. adquiriu duas participações de 45% nas empresas IPG-Galp Beira Terminal, Lda. e Galp-IPG Matola Terminal, Lda.

(c) No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a subsidiária GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A., alienou à Ferjai – Construção Civil S.A., os 20% da participação que detinha na Gásfomento – Sistemas e Instalações de Gás, S.A., pelo montante de €120 k, tendo gerado uma menos-valia de €114 k.

A rubrica “Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e conjuntamente controladas” registadas nas demonstrações consolidadas dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 tem a seguinte composição:

Efeito de aplicação do método de equivalência patrimonial:

Empresas associadas	57.598
Empresas conjuntamente controladas	6.085

Efeito da alienação de ativos disponíveis para venda/participações financeiras em empresas participadas:

Menos-valia na alienação de 100% da participação da Galp Serviexpress – Serv. de Distrib. e Comercialização de Produtos Petrolíferos, S.A.	(75)
Menos-valia na alienação dos 20% da participação da Gásfomento – Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	(114)
Mais-valia na alienação dos 5% da participação na Companhia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A.	52.134

Outros	28
	115.656

Foi refletido na rubrica “Participações financeiras em empresas conjuntamente controladas e associadas” (Nota 4.1 e 4.2), o montante total de €64.400 k relativos a dividendos correspondentes aos montantes aprovados em Assembleia Geral das respetivas empresas. O valor recebido de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de €64.474 k.

A diferença entre o valor recebido e o valor reconhecido na rubrica “Participações financeiras em empresas associadas e conjuntamente controladas” no montante de €74 k referem-se a: (i) €134 k diferenças cambiais desfavoráveis que ocorrem no momento do pagamento e que foram refletidas na rubrica “Ganhos (perdas) cambiais”, na demonstração de resultados; e (ii) €60 k a dividendos recebidos de ativos disponíveis para venda.

O *Goodwill* positivo relativo a empresas associadas, que se encontra incluído na rubrica “Participações financeiras em empresas associadas, conjuntamente controladas”, foi objeto de teste de imparidade e efetuado por unidade geradora de caixa cujo detalhe em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era:

		2013	2012
Companhia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A.	a)	-	47.545
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.		1.939	1.939
		1.939	49.484

a) Participação alienada, originando uma mais-valia de €52.134 k

4.3. ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

As participações financeiras em empresas participadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:

Empresa	Sede social		Percentagem de capital detido		Valor contabilístico	
	Localidade	País	2013	2012	2013	2012
Corporación de Reservas Estratégicas de Productos Petrolíferos	Madrid	Espanha	n.d.	n.d.	1.808	1.808
InovCapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Porto	Portugal	1,82%	1,82%	499	499
PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A.	Lisboa	Portugal	1,82%	1,82%	499	499
Adene – Agência para a Energia, S.A.	Amadora	Portugal	10,98%	10,98%	114	114
Omégas – Soc. D’Étude du Gazoduc Magreb Europe	Tânger	Marrocos	5,00%	5,00%	35	35
Ressa – Red Española de Servicios, S.A.	Barcelona	Espanha	n.d.	n.d.	23	23
Ambélis – Agência para a Modernização Económica de Lisboa, S.A.	a) Lisboa	Portugal	-	2,00%	-	20
Clube Financeiro de Vigo	Vigo	Espanha	-	-	19	19
P.I.M. – Parque Industrial da Matola, SARL	Maputo	Moçambique	1,50%	1,50%	16	17
ADEPORTO Agência de Energia do Porto	Porto	Portugal	-	-	13	13
Imopetro – Importadora Moçambicana de Petróleos, Lda.	Maputo	Moçambique	15,38%	15,38%	10	10
Cooperativa de Habitação da Petrogal, CRL	a) Lisboa	Portugal	-	0,07%	-	7
OIL Insurance, Ltd.	Hamilton	Bermuda	1,00%	1,00%	7	8
Outras empresas relacionadas e participadas	-	-	n.d.	n.d.	32	43
					3.075	3.115
Imparidades de empresas participadas						
Ambélis – Agência para a Modernização Económica de Lisboa, S.A.	a)				-	(7)
InovCapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.					(52)	(52)
PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A.					(144)	(145)
P.I.M. – Parque Industrial da Matola, SARL					(16)	(17)
					(212)	(221)
					2.863	2.894

a) Sociedade liquidada.

As participações em participadas foram refletidas contabilisticamente ao custo de aquisição tal como descrito na Nota 2.2 alínea c). O valor líquido contabilístico dessas participações ascende a €2.863 k.

5. PROVEITOS OPERACIONAIS

O detalhe dos proveitos operacionais do Grupo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

Rubricas	2013	2012
Vendas:		
de mercadorias	7.711.159	7.736.211
de produtos	11.389.712	10.304.670
	19.100.871	18.040.881
Prestação de serviços	519.469	466.156
Outros proveitos operacionais:		
Proveitos suplementares	51.452	46.079
Proveitos provenientes da construção de ativos ao abrigo IFRIC 12	53.447	38.085
Subsídios à exploração	122	4.503
Trabalhos para a própria empresa	197	444
Subsídios ao investimento (Nota 13)	10.351	9.924
Ganhos em imobilizações	1.348	2.994
Outros	27.109	35.006
	144.026	137.035
	19.764.366	18.644.072

As vendas de combustíveis incluem o valor de ISP.

A variação na rubrica “Vendas” deve-se essencialmente ao aumento das quantidades exportadas, decorrentes da requalificação das refinarias, o que permitiu uma otimização de processos e aumento da produção.

A rubrica “Prestação de serviços e vendas” inclui o montante de €1.158 k relativos à atividade de comercialização, distribuição e armazenagem de gás natural dos quais (Nota 14):

- €21.933 k positivos relativo ao ajuste entre os proveitos permitidos estimados e o valor dos proveitos faturados relativamente à atividade de distribuição, comercialização e armazenagem (Nota 14);
- €4.749 k negativos relativos ao ajuste efetuado pela ERSE na fixação dos desvios tarifários – proveitos permitidos das empresas (Nota 14);
- €6.887 k negativo relativos à respetiva amortização do proveito permitido referente a 2010 (Nota 14);
- €11.412 k negativo relativos à respetiva amortização do proveito permitido referente a 2011 (Nota 14);
- €42 k negativo relativos à respetiva amortização do proveito permitido referente a 2012 (Nota 14).

Conforme referido na Nota 2.13 o montante total a recuperar foi incluído pela ERSE nos proveitos permitidos a devolver no Ano Gás 2013-2014 pelo que o Grupo se encontra a reconhecer nas demonstrações dos resultados, a reversão do montante do desvio tarifário aprovado.

A rubrica “Outros” para o período findo em 31 de dezembro de 2013 inclui o montante de €11.912 k relativos à indemnização decorrente de danos patrimoniais no acidente da refinaria de Sines e o montante de €983 k devolvido por parte da agência tributária de Espanha, relativos a uma ata de inspeção de “IVA assimilado a la importación” à associada Galp Energia Espanha.

No que diz respeito aos contratos de construção enquadráveis na IFRIC 12, a construção dos ativos concessionados, é subcontratada a entidades especializadas, as quais assumem o risco próprio da atividade de construção. Os proveitos e custos associados à construção destes ativos são de montantes iguais e imateriais face ao volume total dos proveitos e custos operacionais e desdobram-se como segue:

	2013	2012
Custos provenientes da construção de ativos ao abrigo IFRIC 12	(53.447)	(38.085)
Proveitos provenientes da construção de ativos ao abrigo IFRIC 12 (Nota 6)	53.447	38.085
Margem	-	-

6. CUSTOS OPERACIONAIS

Os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram afetados pelas seguintes rubricas "Custos operacionais":

Rubricas	2013	2012
Custo das vendas:		
Matérias-primas e subsidiárias	9.252.759	8.219.567
Mercadorias	5.281.673	5.677.070
Imposto sobre produtos petrolíferos	2.516.737	2.238.206
Variação da produção	163.581	68.691
Imparidade de inventários (Nota 16)	(5.928)	489
Derivados financeiros (Nota 27)	(580)	(8.338)
	17.208.242	16.195.685
Fornecimento e serviços externos:		
Subcontratos – utilização de redes	295.054	231.411
Subcontratos	4.332	8.809
Transporte de mercadorias	132.618	114.097
Armazenagem e enchimento	70.556	81.090
Rendas e alugueres	81.715	79.349
Custos de produção de blocos	77.804	68.515
Conservação e reparação	53.912	54.816
Seguros	50.897	30.036
Royalties	33.408	28.643
Serviços informáticos	24.632	23.792
Comissões	19.418	21.628
Publicidade	10.289	20.268
Eletricidade, água, vapor e comunicações	37.977	40.328
Serviços de assistência técnica e inspeção	10.829	10.332
Serviços e taxas portuárias	8.617	7.943
Outros serviços especializados	68.290	72.106
Outros fornecimentos e serviços externos	25.092	25.229
Outros custos	63.584	71.711
	1.069.024	990.103
Custos com pessoal:		
Remunerações órgãos sociais (Nota 29)	8.736	7.576
Remunerações do pessoal	229.171	237.036
Encargos sociais	54.200	53.376
Benefícios de reforma – pensões e seguros (Nota 23)	38.801	2.270
Outros seguros	10.895	10.406
Indemnizações – reestruturação (Nota 25)	-	10.020
Capitalização de custos com pessoal	(7.582)	(13.001)
Outros gastos	12.456	13.082
	346.677	320.765
Amortizações, depreciações e imparidades:		
Depreciações e imparidades de ativos tangíveis (Nota 12)	487.191	347.281
Amortizações e imparidades de ativos intangíveis (Nota 12)	57.380	42.065
Amortizações e imparidades de acordos de concessão (Nota 12)	40.691	37.123
	585.262	426.469
Provisões e imparidade de contas a receber		
Provisões e reversões (Nota 25)	4.458	32.107
Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 15)	50.366	38.782
Perdas e ganhos de imparidade de outras contas a receber (Nota 14)	144	(1.498)
	54.968	69.391
Outros custos operacionais		
Outros impostos	15.784	17.415
Custos provenientes da construção de ativos ao abrigo IFRIC 12 (Nota 5)	53.447	38.085
Perdas em imobilizações	1.242	2.628
Donativos	5.939	7.410
Licenças de CO ₂	7.339	-
Outros custos operacionais	15.189	17.577
	98.940	83.115
	19.363.113	18.085.528

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

A variação na rubrica “Custo das vendas” deve-se essencialmente ao aumento das quantidades exportadas, decorrentes da requalificação das refinarias o que permitiu uma otimização de processos e aumento da produção.

A rubrica “Subcontratos” – utilização de redes refere-se às tarifas:

- de utilização da rede de distribuição (URD);
- de utilização da rede de transporte (URT);
- de utilização global de sistema (UGS).

O montante de €295.054 k registado nesta rubrica inclui essencialmente o montante de €74.457 k debitado pela Ren Gasodutos, €71.696 k debitados pela Madrileña Red de Gas e €83.180 k debitados pela EDP Distribuição Energia.

7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Segmentos de negócio

O Grupo está organizado em quatro segmentos de negócio os quais foram definidos com base no tipo de produtos vendidos e serviços prestados, com as seguintes unidades de negócio:

- G&P;
- R&D;
- E&P;
- Outros.

Relativamente ao segmento de negócio “Outros”, o Grupo considerou a empresa *holding* Galp Energia, SGPS, S.A., e empresas com atividades distintas nomeadamente a Tagus Re, S.A. e a Galp Energia, S.A., tratando-se de uma resseguradora e de uma prestadora de serviços ao nível corporativo, respetivamente.

Na Nota 1 é apresentada uma descrição das atividades de cada um dos segmentos de negócio.

Seguidamente apresenta-se a informação financeira relativa aos segmentos identificados anteriormente, em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	G&P		R&D	
	2013	2012	2013	2012
Proveitos				
Vendas e prestações serviços	3.287.400	2.907.165	16.415.780	15.569.850
Intersegmentais	433.824	241.296	69.777	54.180
Externas	2.853.576	2.665.869	16.346.003	15.515.670
Ebitda (1)	411.613	343.776	216.378	344.397
Gastos não-desembolsáveis				
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades	(61.141)	(59.325)	(271.758)	(212.226)
Provisões e imparidades	(9.983)	(13.909)	(41.293)	(32.438)
Resultados segmentais	340.489	270.542	(96.673)	99.733
Resultados relativos participações financeiras	51.664	66.188	61.435	17.450
Outros resultados não-operacionais	(19.486)	(27.711)	(172.361)	(164.501)
Imposto sobre o rendimento	(94.808)	(85.522)	61.294	42.540
Interesses que não controlam	(5.853)	(5.215)	(1.654)	(2.033)
Resultado líquido consolidado do exercício	272.006	218.282	(147.959)	(6.811)
Em 31 dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012				
OUTRAS INFORMAÇÕES				
Ativos do segmento (2)				
Participações financeiras (3)	108.200	111.041	92.235	107.302
Outros ativos	2.505.074	2.463.625	6.758.248	7.294.125
Ativos totais consolidados	2.613.274	2.574.666	6.850.483	7.401.427
Passivos totais consolidados	1.671.895	1.473.591	5.909.669	7.020.448
Investimento ativos tangíveis e intangíveis	87.671	66.995	135.820	216.619

(1) Ebitda = Resultados segmentais / Ebit + Amortizações + Provisões

(2) Quantia líquida.

(3) Pelo método da equivalência patrimonial.

Vendas e prestações de serviços intersegmentais

Segmentos	G&P	R&D	E&P	Outros	Total
Gás natural e eletricidade	N/A	68.971	-	23.150	92.121
Refinação e distribuição de produtos petrolíferos	433.824	na	153.696	68.150	655.670
Exploração e produção	-	438	na	7.626	8.064
Outros	-	368	-	na	368
	433.824	69.777	153.696	98.926	756.223

E&P		Outros		Eliminações		Consolidado	
2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
553.786	474.560	119.597	115.181	(756.223)	(559.719)	19.620.340	18.507.037
153.696	155.586	98.926	108.657	(756.223)	(559.719)	-	-
400.090	318.974	20.671	6.524	-	-	19.620.340	18.507.037
395.433	366.983	18.059	4.046	-	(4.798)	1.041.483	1.054.404
(249.188)	(151.060)	(3.175)	(3.858)	-	-	(585.262)	(426.469)
(3.717)	(23.084)	25	40	-	-	(54.968)	(69.391)
142.528	192.839	14.909	228	-	(4.798)	401.253	558.544
2.557	(2.100)	-	-	-	-	115.656	81.538
55.827	100.013	(6.053)	8.174	-	4.798	(142.073)	(79.227)
(104.003)	(126.292)	1.688	(1.311)	-	-	(135.829)	(170.585)
(42.839)	(39.722)	-	-	-	-	(50.346)	(46.970)
54.070	124.738	10.544	7.091	-	-	188.661	343.300
317.824	183.705	169	169	-	-	518.428	402.217
4.755.013	6.050.343	3.829.491	3.698.946	(4.648.930)	(6.000.682)	13.198.896	13.506.357
5.072.837	6.234.048	3.829.660	3.699.115	(4.648.930)	(6.000.682)	13.717.324	13.908.574
749.645	1.313.968	3.619.245	3.395.275	(4.648.930)	(6.000.682)	7.301.524	7.202.600
592.999	502.673	1.497	3.579	-	-	817.988	789.866

As principais transações intersegmentais de vendas e prestações de serviços referem-se essencialmente a:

- **G&P:** venda de gás natural para o processo produtivo das refinarias de Leixões e Sines (R&D);
- **R&D:** abastecimento de viaturas de todas as empresas do Grupo;
- **E&P:** venda de crude ao segmento de R&D;
- **Outros:** serviços de *back-office* e de gestão.

Num contexto de partes relacionadas, à semelhança do que acontece entre empresas independentes que efetuam operações entre si, as condições em que assentam as suas relações comerciais e financeiras são regidas pelos mecanismos de mercado.

Os pressupostos subjacentes à determinação dos preços nas transações entre as empresas do Grupo assentam na consideração das realidades e características económicas das situações em apreço, ou seja, na comparação das características das operações ou das empresas suscetíveis de terem impacto sobre as condições inerentes às transações comerciais em análise. Neste contexto, são analisados, entre outros, os bens e serviços transacionados, as funções exercidas pelas partes (incluindo os ativos utilizados e os riscos assumidos), as cláusulas contratuais, a situação económica dos intervenientes bem como as respetivas estratégias negociais.

A remuneração, num contexto de partes relacionadas, corresponde assim à que é adequada, por regra, às funções exercidas por cada empresa interveniente, tendo em atenção os ativos utilizados e os riscos assumidos. Assim, e para determinação desta remuneração são identificadas as atividades desenvolvidas e riscos assumidos pelas empresas no âmbito da cadeia de valor dos bens/serviços que transacionam, de acordo com o seu perfil funcional, designadamente, no que concerne às funções que levam a cabo – importação, fabrico, distribuição, retalho.

Em suma, os preços de mercado são determinados não apenas com recurso à análise das funções que são desempenhadas, dos ativos utilizados e riscos incorridos por uma entidade, mas também tendo presente o contributo desses elementos para a rentabilidade da empresa. Esta análise passa por verificar se os indicadores de rentabilidade das empresas envolvidas se enquadram dentro dos intervalos calculados com base na avaliação de um painel de empresas funcionalmente comparáveis, mas independentes, permitindo assim que os preços sejam fixados com vista a que se respeite o princípio de plena concorrência.

8. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

O detalhe do valor apurado relativamente a proveitos e custos financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

Rubricas	2013	2012
Proveitos financeiros:		
Juros de depósitos bancários	40.910	46.575
Outros proveitos financeiros	51.596	23.073
Juros obtidos e outros proveitos relativos a empresas relacionadas (Nota 28)	17.624	15.550
	110.130	85.198
Custos financeiros:		
Juros de empréstimos, descobertos bancários e outros	(160.219)	(156.606)
Juros líquidos com benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 23)	(13.959)	(16.722) (a)
Juros capitalizados nos ativos fixos (Nota 12)	45.083	79.883
Outros custos financeiros	(118.579)	(66.694)
Juros suportados relativos a outros acionistas	(599)	(324)
Juros suportados relativos a empresas relacionadas (Nota 28)	(7.042)	(5.801)
	(255.315)	(166.264)

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Grupo procedeu à capitalização na rubrica “Imobilizado em curso”, o montante de €45.083 k, relacionado com encargos financeiros incorridos com empréstimos para financiamento de investimentos em ativos tangíveis e intangíveis durante o seu período de construção (Nota 12).

A rubrica “Outros proveitos financeiros” e “Outros custos financeiros” inclui os montantes de €48.592 k e €49.554 k respetivamente referentes às operações de trading de energia, negociando contratos de futuros de CO₂ e de eletricidade na Bolsa ICE (ICE Futures Europe Exchange) e OMIP Futures.

9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

As empresas do Grupo com sede em Portugal continental e cuja percentagem de participação detida pelo Grupo é superior a 90% passaram, a partir de 31 de dezembro de 2001, a ser tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, sendo o resultado fiscal apurado na Galp Energia, SGPS, S.A.

A partir do exercício de 2010, as empresas do Grupo com sede em Portugal, passaram a reportar as suas demonstrações financeiras de acordo com o normativo IFRS/IAS, sendo esse também o normativo aplicável para efeitos de determinação dos resultados tributáveis do exercício.

Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento da Empresa e suas subsidiárias é registada com base nos seus resultados fiscais que no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 representa um imposto a recuperar no montante de €32.788 k.

As empresas com sede fiscal em Espanha, e cuja percentagem de participação detida pelo Grupo é superior a 75% passaram a partir do exercício de 2005 a ser tributadas numa ótica consolidada. Neste momento, a referida consolidação fiscal é efetuada pela Petrogal, S.A. – sucursal em Espanha.

As seguintes situações podem afetar os impostos sobre os lucros a pagar no futuro:

- De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

- ii) Durante os exercícios de 2001 a 2013, a subsidiária Petrogal, S.A. foi objeto de diversas inspeções por parte das autoridades fiscais com incidência sobre os exercícios de 1997 a 2010 e que se encontram a seguir o seu curso normal tendo em consideração a avaliação da empresa. Nos pontos v) a xii) abaixo detalham-se os procedimentos em aberto.
- iii) Durante o exercício de 2009, foi concluída uma ação de inspeção ao exercício de 2005 e de 2006 da Galp Energia, SGPS, S.A. e da subsidiária GDP – Gás de Portugal SGPS, S.A., cujas correções são resumidas no ponto vii) abaixo.
- iv) As declarações fiscais da Galp Energia relativas aos exercícios de 2010 a 2013 poderão ainda ser sujeitas a revisão. Todavia, a Administração da Galp Energia considera que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012.
- v) Conforme mencionado no ponto ii) acima, ocorreu durante o exercício de 2004, uma inspeção das autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 2000, 2001 e 2002 da qual resultaram liquidações adicionais à matéria coletável comunicada à Petrogal nos montantes de €740 k, €10.806 k e €2.479 k, respetivamente, que se encontram parcialmente pagas no montante de €11.865 k. Adicionalmente, e com referência ao exercício de 2001 a Petrogal procedeu à impugnação judicial da liquidação emitida. Nessa medida, e atendendo à expectativa do montante adicional a incorrer com aquelas liquidações, a Petrogal procedeu à constituição de uma provisão para fazer face às referidas liquidações no montante de €7.394 k (Nota 25 e 33).
- vi) Conforme mencionado no ponto ii) acima, ocorreu durante o exercício de 2006, uma inspeção das autoridades fiscais à declaração de IRC do exercício de 2003 da qual resultou uma correção à matéria coletável comunicada à Petrogal no montante de €12.098 k a que corresponde uma liquidação de €5.265 k, que foi contestada e parcialmente paga no decurso do exercício de 2008 no montante de €2.568 k tendo sido reconhecida como custo nas demonstrações dos resultados daquele exercício.
- vii) Conforme mencionado nos pontos ii) e iii) acima, ocorreu durante o exercício de 2009, uma inspeção fiscal à declaração de IRC do exercício de 2005 da Galp Energia, SGPS, S.A. e das subsidiárias Petrogal. Desta, resultaram correções às matérias coletáveis comunicadas às Empresas e que conduzem a uma liquidação adicional de €23.587 k, tendo sido prestada uma garantia bancária em Janeiro de 2010 no montante de €27.010 k. Por não concordar com a correção efetuada, a qual respeita essencialmente à tributação de mais-valias fiscais reinvestidas na aquisição de participações financeiras por ser entendimento da Administração Fiscal que a venda de parte das participações financeiras onde foi efetuado o reinvestimento é condição de tributação da totalidade da mais-valia diferida, a Empresa, apoiada pelos seus consultores fiscais e legais, apresentou uma reclamação graciosa e ainda a respetiva impugnação judicial onde contesta a fundamentação da liquidação em apreço, tendo a Galp Energia SGPS, S.A. constituído provisão pelo montante de €3.230 k e a sua subsidiária GDP, SGPS, S.A. pelo montante de €2.092 k para esse efeito em exercícios anteriores, não tendo a empresa procedido a qualquer reforço de provisão no exercício de 2013.
- viii) Adicionalmente e em consequência de processos inspetivos ocorridos no decurso do ano de 2010 sobre os exercícios de 2006 e 2007, as declarações da Petrogal, S.A. foram objeto de correções que originam montantes de imposto a pagar de €479 k e €190 k, respetivamente. Por discordar parcialmente das correções efetuadas, a empresa não procedeu ao pagamento do montante de €304 k relativamente ao exercício de 2006 e de €87 k relativamente ao exercício de 2007. Dos montantes não pagos, a empresa apresentou as respetivas reclamações graciosas.
- ix) No decurso do exercício de 2011, a subsidiária Petrogal, foi alvo de uma inspeção incidente sobre o exercício de 2008, tendo desta resultado correções ao lucro tributável a que corresponde um imposto a pagar de €492 k. Por discordar de parte das correções antes referidas, a empresa apresentou a respetiva contestação na via administrativa e que ainda se encontra em apreciação.
- x) Em resultado da inspeção efetuada sobre o exercício de 2009 da subsidiária Petrogal, resultaram correções em sede de IRC que correspondem a um imposto a pagar do qual a empresa optou por contestar o montante de €375 k, através da apresentação de reclamação graciosa e que encontra-se no seu normal trânsito na via administrativa.
- xi) Nesta data, encontra-se em curso a inspeção fiscal incidente sobre o exercício de 2010 da subsidiária Petrogal.
- xii) Será ainda de referir que a subsidiária Petrogal, em consequência de processo inspetivo ocorrido no decurso do exercício de 2009, foi objeto de uma correção em sede de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) pelo montante de €4.577 k. Atendendo ao facto da referida correção respeitar um aspeto meramente formal, a empresa entende que o supracitado montante não será devido, desde que a formalidade exigida esteja cumprida, o que já se verificou. Neste sentido, a empresa apresentou reclamação graciosa e subsequente recurso hierárquico onde contesta a antedita correção, tendo ambos sido indeferidos. A empresa, por manter a convicção da sua razão, apresentou impugnação judicial das decisões antes referidas, não tendo considerado qualquer provisão para esse efeito.
- xiii) Derivado das operações de pesquisa e produção petrolífera em Angola, o Grupo encontra-se ainda sujeito ao pagamento do imposto sobre o IRP determinado com base no regime fiscal angolano, aplicado aos contratos de partilha de produção onde o Grupo participa. Em 31 de dezembro de 2013 encontram-se pendentes de pagamento as liquidações adicionais recebidas em sede de IRP relativas às correções existentes com respeito ao exercício de 2009 e que se encontra em discussão com o Ministério das Finanças de Angola. O Grupo entendeu proceder a constituição de uma provisão para fazer face a essa correção, bem como a eventuais liquidações adicionais com referência aos exercícios de 2010 a 2012. Em 31 de dezembro de 2013, a provisão constituída ascende a €16.378 k (Nota 25).
- xiv) Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais em Portugal são reportáveis e passíveis de utilização em períodos futuros pelo prazo de seis, quatro e cinco exercícios, consoante sejam gerados em exercícios anteriores a 2010, nos exercícios de 2010 e 2011 ou no exercício de 2012 e 2013 respetivamente.
- xv) No que refere aos prejuízos fiscais das empresas do Grupo com sede em território brasileiro, não existe qualquer limitação temporal à sua utilização futura. No que se refere aos prejuízos fiscais das empresas do Grupo com sede em território espanhol, o período de reporte dos prejuízos fiscais é de 15 anos. O Grupo entendeu registar impostos diferidos ativos por prejuízos fiscais reportáveis apenas para as subsidiárias em que existem perspetivas seguras de recuperação. Em 31 de dezembro de 2013, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a aproximadamente €83.701 k sendo que €63.597 k respeitavam a empresas sediadas em Espanha.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são detalhados como segue:

Rubricas	dezembro 2013	dezembro 2012
Imposto corrente	116.987	165.364
Provisão IRP (Nota 25)	(274)	17.574
(Excesso)/insuficiência da estimativa de imposto do ano anterior	5.718 (a)	2.502
Imposto diferido	13.398	(14.855)
	135.829	170.585

(a) Este montante respeita a diferenças temporárias não aceites em 2012, mas aceites no futuro para as quais foi constituído imposto diferido ativo no corrente exercício.

Seguidamente, apresenta-se a reconciliação do imposto do exercício sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e o detalhe dos impostos diferidos:

	2013	Taxa	Imposto sobre o rendimento	2012	Taxa	Imposto sobre o rendimento
Resultado antes de impostos:	374.836	29,00%	108.702	560.855	29,00%	162.648
Ajustamentos ao imposto sobre o rendimento:						
Equivalência patrimonial		-3,05%	(11.435)		-2,88%	(16.149)
Benefícios fiscais		-0,37%	(1.381)		-1,10%	(6.153)
Diferenças de taxa de imposto		7,02%	26.329		6,71%	37.621
Outras deduções à coleta		-0,02%	(79)		-1,49%	(8.344)
(Excesso)/insuficiência da estimativa de imposto do ano anterior		1,53%	5.718		-0,44%	(2.440)
Tributação autónoma		0,58%	2.179		0,53%	2.948
Outros acréscimos e deduções		1,55%	5.797		0,08%	454
Taxa e imposto sobre o rendimento efetivo sobre os lucros		36,24%	135.829		30,42%	170.585

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o Grupo suportou, relativamente ao IRP pago pela sua subsidiária Galp Overseas, B.V. e a respetiva sucursal em Angola, o montante de €23.582 k, determinado com base no regime fiscal angolano aplicado aos Contratos de Partilha de Produção (CPP) em que o Grupo participa.

Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de impostos diferidos ativos e passivos é composto como segue:

Impostos diferidos dezembro 2013 – ativos						
Rubricas	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito em capital próprio	Efeito da variação cambial	Outros ajustamentos	Saldo final
Ajustamentos em acréscimos e diferimentos	7.619	2.736	-	-	(25)	10.330
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis	30.933	(11.622)	-	5.491	-	24.802
Ajustamentos em inventários	-	471	-	-	-	471
Ajustamentos <i>overlifting</i>	3.388	(2.789)	-	(384)	(96)	119
Benefícios de reforma e outros benefícios	81.106	5.077	3.259	-	-	89.442
Dupla tributação económica	11.340	831	-	-	-	12.171
Instrumentos financeiros	2.318	-	(2.054)	-	71	335
Prejuízos fiscais reportáveis	14.136	6.175	-	(7.174)	-	13.137
Proveitos permitidos	4.333	3.474	-	-	-	7.807
Provisões não aceites fiscalmente	43.417	(16.136)	-	(194)	-	27.087
Custos financeiros não aceites fiscalmente	14.586	3.484	-	-	-	18.070
Diferenças de câmbio potenciais Brasil	31.722	(17.675)	34.857	2.609	-	51.513
Outros	7.308	13.901	-	(5.419)	-	15.790
	252.206	(12.073)	36.062	(5.071)	(50)	271.074

Impostos diferidos dezembro 2013 – passivos						
Rubricas	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito em capital próprio	Efeito da variação cambial	Outros ajustamentos	Saldo final
Ajustamentos em acréscimos e diferimentos	(41)	(238)	-	14	-	(265)
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis justo valor	(23.133)	3.059	-	-	(17)	(20.091)
Ajustamentos em inventários	(133)	133	-	-	-	-
Ajustamentos <i>underlifting</i>	(6.287)	1.066	-	226	179	(4.816)
Benefícios de reforma e outros benefícios	(4.231)	4.231	-	-	-	-
Dividendos	(54.029)	(7.041)	-	-	-	(61.070)
Proveitos permitidos	(38.378)	(512)	-	-	-	(38.890)
Reavaliações contabilísticas	(3.686)	589	-	21	-	(3.076)
Outros	(698)	308	-	13	8	(369)
	(130.616)	1.595	-	274	170	(128.577)

A variação do imposto diferido refletido no capital próprio no montante i) €3.259 k, inclui, de €3.257 k referente aos impostos diferidos relacionado com a componente de ganhos e perdas atuariais e €2 k relativos a interesses que não controlam (Nota 21); ii) €1.983 k referente às variações dos impostos diferidos relacionados com as componentes de reservas de cobertura;

As diferenças de câmbio potenciais do Brasil resultam de um opção fiscal de tributar as diferenças de câmbio potências apenas quando estas se realizam. O montante de €34.857 k refletido em capital próprio inclui, de €24.268 k referente aos impostos diferidos de diferenças cambiais resultantes das dotações financeiras que são assemelhadas a *quasi capital* (Nota 20) e €10.589 k relativos a interesses que não controlam.

Em decorrência da publicação do Real Decreto-Ley 20/2012 de 13 de julho, foi introduzida na legislação fiscal espanhola uma limitação a dedução dos encargos financeiros líquidos correspondente a 30% do resultado operacional com determinadas condicionantes, sendo também de referir que é permitido o reconhecimento fiscal de encargos financeiros líquidos de €1.000 k independentemente do resultado operacional obtido.

O impacto da não aceitabilidade fiscal dos encargos financeiros nas subsidiárias do Grupo com sede em território espanhol ascendeu a um montante de imposto de cerca de €18.070 k.

Atendendo que o antedito Real Decreto-Ley estabelece um período de compensação para os referidos encargos de 18 anos e atendendo que a Empresa entende que a recuperação terá lugar nesse espaço temporal, foi constituído imposto diferido ativo pela mesma importância.

Em 2013, o Grupo reconheceu impostos diferidos ativos no montante de €4.779 k (R\$15.567.400), associados ao bloco BMS-11, decorrentes da diferença entre a base fiscal apurada de acordo com o apuramento de imposto da participação especial e a base contabilística das provisões de abandono, amortizações e bónus de assinatura.

10. RESULTADOS POR AÇÃO

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	dezembro 2013	dezembro 2012
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação (resultado líquido consolidado do exercício)	188.661	343.300
Número de ações		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação (Nota 19)	829.250.635	829.250.635
Resultado por ação básico e diluído (valores em euros):	0,23	0,41

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

11. GOODWILL

A diferença entre os montantes pagos na aquisição de participações em empresas do Grupo e o justo valor dos capitais próprios das empresas adquiridas era, em 31 de dezembro de 2013, conforme segue:

Subsidiárias	Ano de aquisição	Custo de aquisição	Proporção dos capitais próprios adquiridos à data de aquisição			Movimento do Goodwill	
			%	Montante	2012	Diferenças cambiais (d)	2013
Galp Energia España, S.A.							
Galp Comercialización Oil España, S.L.	(a)	2008	100,00%	129.471	47.449	-	47.449
Petróleos de Valência, S.A. Sociedad Unipersonal	(a)	2005	100,00%	6.099	7.838	-	7.838
Galp Distribución Oil España, S.A.U.	(b)	2008	100,00%	123.611	49.211	-	49.211
					104.498	-	104.498
Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.							
Galp Comercialização Portugal, S.A.	(c)	2008	100,00%	69.027	50.556	-	50.556
					50.556	-	50.556
Madrileña Suministro de Gas, S.L.		2010	100,00%	12.641	29.766	-	29.766
Galp Swaziland (PTY), Ltd.		2008	100,00%	651	17.675	747	18.422
Madrileña Suministro de Gas SUR, S.L.		2010	100,00%	3.573	8.686	-	8.686
Galpgest – Petrogal Estaciones de Servicio, S.L.U.		2003	100,00%	1.370	5.568	-	5.568
Galp Gâmbia, Ltd.		2008	100,00%	1.693	4.761	205	4.966
Empresa Nacional de Combustíveis – Enacol, SARL	2007 e 2008	8.360	15,77%	4.031	4.329	-	4.329
Galp Moçambique, Lda.		2008	100,00%	2.978	2.719	139	2.858
Duriensegás – Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A.		2006	25,00%	1.454	1.640	-	1.640
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	2002/3 e 2007/8/9	1.440	1,543%	856	584	-	584
Probigal – Ligantes Betuminosos, S.A.		2007	10,00%	190	530	-	530
Gasinsular – Combustíveis do Atlântico, S.A.		2005	100,00%	(353)	403	-	403
Saaga – Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.		2005	67,65%	580	278	-	278
Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A.	2003/6 e 2007	152	0,94%	107	51	-	51
Galp Sinopec Brazil Services (Cyprus), Ltd.		2012	100,00%	1	2	-	2
					232.046	1.091	233.137

(a) As subsidiárias Petróleos de Valência, S.A., Sociedad Unipersonal e Galp Comercialización Oil España, S.L. foram integradas na Galp Energia España, S.A., através de um processo de fusão por incorporação, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

(b) A subsidiária Galp Distribución Oil España, S.A.U., foi integrada na Galp Energia España, S.A. através de um processo de fusão por incorporação no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (Nota 3).

(c) A subsidiária Galp Comercialização Portugal, S.A., foi integrada na Petrogal através de um processo de fusão por incorporação no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

(d) As diferenças cambiais resultam da conversão do Goodwill registado na moeda funcional das empresas, para a moeda de reporte do Grupo (euros) à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras (Notas 2.2 d) e 20).

Análise de imparidade do Goodwill

Na análise da imparidade do Goodwill, o mesmo é adicionado à unidade ou unidades geradoras de caixa a que respeita. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados da unidade geradora de caixa. A quantia recuperável é estimada para a unidade geradora de caixa a que este possa pertencer, segundo o método dos fluxos de caixa descontados. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC do grupo Galp Energia para o segmento de negócio e país a que a unidade geradora de caixa pertence.

Unidade geradora de caixa	Modelo de avaliação	Pressupostos		
		Fluxos de caixa	Fator de crescimento	Taxas de desconto
Participação financeira (compreendida em segmentos de negócios)	discounted cash flow (DCF)	Volume de vendas orçamentado para 5 anos	Modelo de Gordon com fator de crescimento para a perpetuidade de 2%	WACC entre: R&M [7,4% – 12,74%] E&P [10% – 14,98%] G&P [6,7% – 9,6%]

R&M – Refinação & Distribuição de produtos petrolíferos

E&P – Exploração & Produção

G&P – Gás & Power

De acordo com os pressupostos definidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não se verificaram perdas por imparidades na rubrica do “Goodwill”.

Foram efetuadas análises de sensibilidade às variações da WACC e dos fluxos de caixa em mais e menos 10%, das quais não resultavam igualmente quaisquer imparidades.

12. ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Movimento em ativo tangíveis a 31 de dezembro de 2013:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios
Custo de aquisição:					
Saldo em 01 de janeiro 2013	284.250	887.449	4.809.526	32.554	4.548
Adições	730	2.847	40.513	788	35
Adições por capitalização de encargos financeiros (Nota 8)	-	-	-	-	-
Abates/vendas	(14)	(5.894)	(12.648)	(508)	(126)
Regularizações	1.249	(160)	178	(3)	-
Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial	(48)	(1.949)	(68.020)	(502)	-
Transferências	52	41.783	1.828.015	1.127	188
Variação de perímetro (Nota 3)	-	(360)	(1.381)	(471)	(16)
Custo aquisição bruto em 31 de dezembro 2013	286.219	923.716	6.596.183	32.985	4.629
Saldo de imparidades em 01 de janeiro 2013	(6.899)	(12.844)	(23.914)	(107)	(106)
Aumento de imparidades	(3.020)	(124)	(1.214)	-	-
Reversões de imparidades	(11)	525	248	-	-
Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial	-	-	-	-	-
Utilização/transferências de imparidades	(1.213)	102	154	(1)	-
Saldo de imparidades em 31 de dezembro 2013	(11.143)	(12.341)	(24.726)	(108)	(106)
Saldo em 31 de dezembro	275.076	911.375	6.571.457	32.877	4.523
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo em 01 de janeiro 2013	(2.208)	(593.040)	(3.561.423)	(27.578)	(3.882)
Depreciações do exercício	(404)	(31.519)	(361.925)	(1.742)	(184)
Abates/venda	-	4.690	12.449	506	125
Regularizações	420	(11)	8.508	(41)	(7)
Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial	130	551	30.809	361	1
Transferências	-	-	(25.010)	-	-
Variação de perímetro (Nota 3)	-	265	837	453	8
Saldo acumulado em 31 de dezembro 2013	(2.062)	(619.064)	(3.895.755)	(28.041)	(3.939)
Valor líquido:					
em 31 de dezembro 2013	273.014	292.311	2.675.702	4.836	584

Os ativos tangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na Nota 2.3. As taxas de depreciação que estão a ser aplicadas constam na mesma Nota.

As regularizações de ativos tangíveis no montante de €951 k dizem respeito essencialmente à variação da posição à data de fecho da rubrica “Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas” no montante de €590 k, e as “Rubricas de regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial” dizem respeito à revalorização dos saldos iniciais em moeda externa face ao Euro dos ativos tangíveis das subsidiárias expressos em moeda estrangeira.

	Ativos tangíveis		Ativos intangíveis		Total	Valor líquido
	Ativo bruto	Depreciações	Ativo bruto	Amortizações	Amortizações/ depreciações	
Galpbúzi – Agro-Energia, S.A.	1.076	(412)	254	(4)	(416)	914
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.	1.312	(300)	2	-	(300)	1.014
Galp Serviexpress – Serv. de Distrib. e Comercialização de Produtos Petrolíferos, S.A.	1.073	(863)	-	-	(863)	210
	3.461	(1.575)	256	(4)	(1.579)	2.138

Ativos tangíveis

2013						2012
Equipamento administrativo	Taras e vasilhame	Outras imoilações tangíveis	Ativos em curso	Adiantamentos por conta ativos tangíveis	Total de ativos tangíveis	Total de ativos tangíveis
183.300	160.258	102.839	2.712.122	736	9.177.582	8.586.287
1.644	163	1.362	626.816	-	674.898	647.517
-	-	-	45.082	-	45.082	79.878
(13.795)	(4.566)	(648)	(46.195)	-	(84.394)	(78.172)
1	(101)	(580)	(945)	(590)	(951)	(2.283)
(342)	(434)	(283)	(125.802)	-	(197.380)	(65.952)
3.430	3.298	581	(1.861.657)	-	16.817	(3.827)
(15)	(12)	(13)	(1.193)	-	(3.461)	14.134
174.223	158.606	103.258	1.348.228	146	9.628.193	9.177.582
(1.493)	(1)	(2.457)	(75.106)	-	(122.927)	(81.960)
27	-	(901)	(63.109)	-	(68.341)	(54.884)
-	-	-	-	-	762	253
-	-	-	7.781	-	7.781	4.822
11	-	(1)	50.018	-	49.070	8.842
(1.455)	(1)	(3.359)	(80.416)	-	(133.655)	(122.927)
172.768	158.605	99.899	1.267.812	146	9.494.538	9.054.655
(147.130)	(145.768)	(83.707)	-	-	(4.564.736)	(4.344.884)
(15.520)	(4.322)	(3.996)	-	-	(419.612)	(292.650)
13.702	4.566	517	-	-	36.555	68.021
(1)	21	655	-	-	9.544	2.020
202	229	140	-	-	32.423	3.068
-	12	-	-	-	(24.998)	-
7	1	4	-	-	1.575	(311)
(148.740)	(145.261)	(86.387)	-	-	(4.929.249)	(4.564.736)
24.028	13.344	13.512	1.267.812	146	4.565.289	4.489.919

Movimento em ativos intangíveis a 31 de dezembro de 2013:

	Despesas de investigação e de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Trespases	Reconversão de consumos para gás natural
Custo de aquisição:				
Saldo em 01 de janeiro 2013	257	470.402	19.750	551
Adições	-	31.436	-	-
Adições por capitalização de encargos financeiros (Nota 8)	-	-	-	-
Abates/vendas	1	(12.201)	-	-
Regularizações	-	(266)	-	-
Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial	-	(3.620)	-	-
Transferências	27	83.691	-	-
Variação de perímetro	-	(255)	-	-
Custo aquisição bruto em 31 de dezembro 2013	285	569.187	19.750	551
Saldo de imparidades em 01 de janeiro 2013	-	(14.257)	(236)	-
Aumento de imparidades	-	(20.784)	-	-
Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial	-	459	-	-
Utilização/transferências de imparidades	-	8.360	-	-
Saldo de imparidades em 31 de dezembro 2013	-	(26.222)	(236)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	285	542.965	19.514	551
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo em 01 de janeiro 2013	(257)	(243.312)	(10.282)	(415)
Amortizações do exercício	(9)	(32.812)	-	(8)
Abates/venda	-	4.056	-	-
Regularizações	-	457	-	-
Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial	-	257	-	-
Transferências	-	(16)	-	-
Variação de perímetro	-	4	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(266)	(271.366)	(10.282)	(423)
Valor líquido:				
em 31 de dezembro 2013	19	271.599	9.232	128

Os ativos intangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na Nota 2.4. As amortizações são apuradas conforme definidas na mesma nota.

As rubricas “Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial” dizem respeito à revalorização dos saldos iniciais em moeda externa face ao Euro dos ativos intangíveis das subsidiárias expressos em moeda estrangeira.

As amortizações do exercício de 2013 e 2012 decompõem-se da seguinte forma:

	2013			2012		
	Tangíveis	Intangíveis	Total	Tangíveis	Intangíveis	Total
Amortizações/depreciações do exercício	419.612	32.836	452.448	292.650	33.051	325.701
Amortizações do exercício acordos concessão	-	40.691	40.691	-	37.123	37.123
Aumento de imparidades	68.341	24.544	92.885	54.884	9.014	63.898
Diminuição de imparidades	(762)	-	(762)	(253)	-	(253)
Amortizações (Nota 6)	487.191	98.071	585.262	347.281	79.188	426.469

Ativos intangíveis

2013					2012
Outros ativos intangíveis	Acordos de concessão	Ativos em curso	Ativos em curso acordos concessão	Total de ativos intangíveis	Total de ativos intangíveis
498	1.695.243	18.089	22.667	2.227.457	1.939.336
15	(1.451)	38.758	53.239	121.997	64.470
-	-	-	1	1	5
1	(220)	(3.311)	1	(15.729)	(12.363)
-	-	-	-	(266)	12.071
-	-	(101)	-	(3.721)	(1.893)
68	72.577	(18.462)	(72.568)	65.333	1.120
-	-	(2)	-	(257)	224.711
582	1.766.149	34.971	3.340	2.394.815	2.227.457
-	-	-	-	(14.493)	(5.937)
-	-	(3.760)	-	(24.544)	(9.014)
-	-	-	-	459	55
-	-	3.760	-	12.120	403
-	-	-	-	(26.458)	(14.493)
582	1.766.149	34.971	3.340	2.368.357	2.212.964
(498)	(500.111)	-	-	(754.875)	(631.918)
(7)	(40.691)	-	-	(73.527)	(70.174)
-	190	-	-	4.246	10.885
-	(2)	-	-	455	(177)
-	-	-	-	257	22
-	-	-	-	(16)	(1.156)
-	-	-	-	4	(62.357)
(505)	(540.614)	-	-	(823.456)	(754.875)
77	1.225.535	34.971	3.340	1.544.901	1.458.089

Principais incidências durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Os aumentos verificados nas rubricas “Ativos tangíveis e intangíveis”, no montante de €841.978 k incluem essencialmente:

i) Segmento de E&P

- €360.251 k relativos a despesas de pesquisa e desenvolvimento em blocos no Brasil;
- €74.602 k relativos a despesas de pesquisa e desenvolvimento no bloco 14 em Angola;
- €58.100 k relativos a despesas de pesquisa dos blocos na Namíbia;
- €48.392 k relativos a despesas de pesquisa do bloco 4 em Moçambique;
- €14.986 k relativos a despesas de pesquisa e desenvolvimento no bloco AIMI & 14k em Angola;
- €7.134 k relativos a despesas de pesquisa dos blocos em Marrocos;
- €4.277 k relativos a despesas de pesquisa do bloco 32 em Angola;
- €3.312 k relativos a despesas de pesquisa do bloco 33 em Angola;
- €2.988 k relativos a despesas de pesquisa de petróleo na costa portuguesa;
- €2.075 k relativo a despesas de pesquisa na concessão Aljubarrota-3 em Portugal;
- €1.296 k relativos a despesas de pesquisa dos blocos 3 e 4 no Uruguai; e
- €913 k relativos a despesas de pesquisa de gás natural em Angola.

Relativo a despesas de pesquisa na concessão Aljubarrota-3 em Portugal foram constituídas imparidades no montante de €2.075 k de forma que os ativos tangíveis e intangíveis ficaram em imparidade total no montante de €4.552 k, o reforço líquido das imparidades referentes à pesquisa e desenvolvimento no Brasil foi de €24.778 k e foi constituída a imparidade no montante de €57.951 k relativos a despesas de pesquisa dos blocos na Namíbia.

ii) Segmento de G&P

- €53.447 k relativos à construção de infraestruturas (redes, ramais, lotes e outras infraestruturas) de gás natural abrangidos pela IFRIC 12 (Nota 5 e 6); e
- €33.822 k relativos ao início das atividades de conceção e construção das centrais de cogeração.

iii) Segmento de R&D

- As refinarias de Sines e Porto efetuaram investimentos industriais no montante de €75.169 k; e
- €39.707 k relativos à unidade de negócio do retalho e devem-se essencialmente à remodelação dos postos, lojas de conveniência, expansão de atividades e desenvolvimento dos sistemas de informação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram alienados e abatidos bens de natureza tangível e intangível no montante de €100.123 k, como resultado da atualização do cadastro de imobilizado que foi levada a cabo neste período e incluem:

- i) €42.566 k relativos ao abate de equipamentos, despesas e direitos de blocos no Brasil sem viabilidade económica;
- ii) €14.490 k relativos ao abate de equipamentos, despesas e direitos de blocos em Timor-Leste;
- iii) €12.428k relativos a abates relativos à unidade de negócio do retalho e devem-se essencialmente à remodelação dos postos, lojas de conveniência, expansão de atividades e desenvolvimento dos sistemas de informação que na sua maioria se encontravam totalmente amortizados;
- iv) €5.570 k relativos a abates nas refinarias do Porto e de Sines; e
- v) €2.328 k relativos ao abate de direitos de superfície em Espanha.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, encontram-se constituídas imparidades de ativos tangíveis e intangíveis no montante de €160.114 k, os quais incluem essencialmente:

- €57.951 k para fazer face à imparidade de blocos na Namíbia;
- €55.004 k para fazer face à imparidade na rede de retalho em Portugal e Espanha;
- €19.776 k para fazer face à imparidade de blocos operados e não-operados no Brasil;
- €8.371 k para fazer face à imparidade de centrais de ciclo combinado;
- €8.208 k para fazer face à imparidade na pesquisa em Aljubarrota;
- €4.453 k para fazer face à imparidade de blocos em Timor-Leste; e
- €2.224 k para fazer face à imparidade na pesquisa em Angola.

A repartição dos ativos tangíveis e intangíveis em curso (incluindo adiantamentos por conta de ativos tangíveis e intangíveis, deduzido de perdas de imparidade), no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, é composto como se segue:

	Ativos em curso	Imparidades	Ativos líquido
Pesquisa e exploração de petróleo no Brasil	752.553	(19.588)	732.965
Pesquisa e exploração de petróleo em Angola e Congo	244.748	(2.224)	242.524
Pesquisa em Moçambique	119.229	-	119.229
Investimentos industriais afetos às refinarias	47.254	-	47.254
Pesquisa em Portugal	53.785	(8.208)	45.577
Pesquisa de gás em Angola e Guiné	31.805	-	31.805
Renovação e expansão da rede	30.595	(17)	30.578
Floating LNG – Brasil	19.243	-	19.243
Projetos de conversão das refinarias de Sines e do Porto	12.582	-	12.582
Transporte e logística	3.818	-	3.818
Pesquisa de petróleo nos blocos 3 e 4 no Uruguai	2.598	-	2.598
Pesquisa em Marrocos	1.796	-	1.796
Armazenagem subterrânea de gás natural	927	-	927
Pesquisa na Namíbia	39.597	(39.449)	148
Produção de energia e vapor	8.371	(8.371)	-
Pesquisa em Timor-Leste	2.559	(2.559)	-
Outros projetos	15.225	-	15.225
	1.386.685	(80.416)	1.306.269

13. SUBSÍDIOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os valores acumulados recebidos de subsídios eram os seguintes:

Programa	Valor recebido	
	dezembro 2013	dezembro 2012
Programa operacional economia	285.871	285.871
Programa energia	114.919	114.919
Dessulfuração de Sines	39.513	39.513
Dessulfuração do Porto	35.307	35.307
Protede	19.708	19.708
Interreg II	19.176	19.176
Programa Operacional Regional do Centro	2.102	2.102
Programa Operacional Regional do Norte	550	-
Programa Operacional do Algarve	174	174
Sistemas de incentivos à inovação	73	102
Outros	21.806	21.729
	539.199	538.601
Valor acumulado reconhecido como proveito	(262.664)	(252.313)
Subsídios ao investimento por receber (Nota 14)	1	1
Subsídios a reconhecer (Nota 24)	276.536	286.290

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram recebidos subsídios ao investimento no montante de €550 k, que têm origem no Programa Operacional Regional do Norte.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 31 de dezembro de 2012 foram reconhecidos na demonstração de resultados €10.351 k e €9.924 k, respetivamente (Nota 5).

14. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica “Outras contas a receber não-correntes e correntes” apresentava o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012:

Rubricas	dezembro 2013		dezembro 2012	
	Corrente	Não-corrente	Corrente	Não-corrente
Estado e outros entes públicos:				
ISP	6.833	-	2.269	-
IVA – reembolsos solicitados	667	-	1.515	-
Outros	122	-	96	-
Empréstimos concedidos ao Grupo Sinopec (Nota 3 e 28)	164.500	706.993	13.643	917.558
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	155.225	-	135.831	-
Adiantamentos a fornecedores	40.203	-	11.097	-
<i>Underlifting</i>	31.071	-	40.080	-
Taxas de subsolo	18.728	32.771	40.697	-
Over <i>cash-call</i> do parceiro Petrobrás em blocos operados	10.057	-	17.232	-
Meios de pagamento	8.371	-	7.711	-
Outras contas a receber – emp. associadas e emp. conjuntamente controladas, relacionadas e participadas (Nota 28)	6.360	13.011	3.811	8.532
Pessoal	2.030	-	1.924	-
Contas a receber ao consórcio do bloco 14 em Angola (excesso de <i>profit-oil</i> a receber)	1.648	-	-	-
Processo <i>spanish bitumen</i>	385	-	2.568	-
Contrato de cessão de direitos de utilização de infraestruturas de telecomunicações	251	-	259	-
Empréstimo a clientes	70	1.561	682	1.637
Subsídios ao investimento a receber (Nota 13)	1	-	1	-
ISP	-	-	21.553	-
Subsídios à exploração a receber	-	-	4.478	-
Fundo de pensões recuperação de desembolsos	-	-	356	-
Empréstimos a emp. associadas e emp. conjuntamente controladas, relacionadas e participadas (Nota 28)	-	27.878	-	29.265
Outras contas a receber	87.412	5.172	62.238	14.955
	533.934	787.386	368.041	971.947
Acréscimos de proveitos:				
Vendas e prestações de serviços realizadas e não faturadas	208.967	-	165.959	-
Acertos de desvio tarifário – <i>pass through</i> – regulação ERSE	38.128	-	32.425	-
Acertos de desvio tarifário – proveitos permitidos – regulação ERSE	34.324	50.752	81.161	-
Acerto de desvio tarifário – tarifa de energia – regulação ERSE	28.025	45.537	11.333	82.151
Neutralidade financeira – regulação ERSE	15.133	-	12.689	-
Encargos de estrutura e gestão a debitar	1.683	-	289	-
Juros a receber	1.614	-	13.996	-
<i>Rappel</i> a receber sobre compras	1.503	-	738	-
Venda de produtos acabados a faturar na rede de postos de abastecimento	1.100	-	1.546	-
Compensações pela uniformidade tarifária	917	-	224	-
Outros acréscimos de proveitos	7.623	31	4.035	-
	339.017	96.320	324.395	82.151
Custos diferidos:				
Juros e outros encargos financeiros	9.244	-	2.535	-
Custos com catalisadores	6.223	-	4.943	-
Rendas antecipadas relativas a contratos de concessão de áreas de serviço	2.478	31.339	33.617	-
Seguros pagos antecipadamente	797	-	953	-
Encargos com rendas pagas antecipadamente	601	-	2.349	-
Benefícios de reforma (Nota 23)	-	4.916	-	-
Outros custos diferidos	11.902	-	15.684	-
	31.245	36.255	60.081	-
	904.196	919.961	752.517	1.054.098
Imparidade de outras contas a receber	(6.990)	-	(7.429)	-
	897.206	919.961	745.088	1.054.098

Seguidamente apresenta-se o movimento ocorrido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 na rubrica “Imparidades de outras contas a receber”:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Saldo final
Outras contas a receber	7.429	269	(125)	(623)	40	6.990

O aumento e diminuição da rubrica “Imparidades de outras contas a receber” no montante líquido de €144 k foi reconhecido na rubrica “Provisões e imparidades de contas a receber” (Nota 6).

A rubrica “Empréstimos concedidos” inclui o montante de €871.493 k (\$1.201.876.211,38) referente ao valor do empréstimo que o Grupo concedeu à Tip Top Energy, SARL (empresa pertencente ao Grupo Sinopec) em 28 de março de 2012, acrescido de um *spread*, pelo prazo de quatro anos e se repartem em €164.500 k (\$226.861.950,00) em corrente e €706.993 k (\$975.014.261,38) em não-corrente, o qual é remunerado à taxa de juro LIBOR três meses. Esta rubrica inclui ainda o valor de €15.952 k (\$21.999.957,97) em não-corrente relativo aos juros capitalizados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 encontram-se reconhecidos na rubrica “Juros”, respeitantes a empréstimos concedidos, relativos a empresas relacionadas o montante de €16.565 k (Notas 8 e 28).

A rubrica “Taxas de subsolo” no montante de €51.499 k refere-se a taxas de ocupação de subsolo já pagas às câmaras municipais. De acordo, com o contrato de concessão da atividade de distribuição de gás natural entre o Estado português e as empresas do Grupo e de acordo com a resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2008, de 8 de abril, as empresas têm o direito de repercutir para as entidades comercializadoras ou para os consumidores finais, o valor integral das taxas de ocupação de subsolo liquidado às autarquias locais que integram a área de concessão.

O montante de €31.071 k registado na rubrica “Outras contas a receber – *underlifting*” corresponde aos montantes a receber pelo Grupo pelo levantamento de barris de crude abaixo da quota de produção (*underlifting*) e encontra-se valorizada pelo menor de entre o preço de mercado na data da venda e o preço de mercado em 31 de dezembro de 2013.

A rubrica “Meios de pagamento” no montante de €8.371 k diz respeito a valores a receber por vendas efetuadas através de cartões visa/multibanco, que à data de 31 de dezembro de 2013 se encontravam pendentes de recebimento.

O montante de €19.371 k registado na rubrica “Outras contas a receber – empresas associadas e conjuntamente controladas”, relacionadas e participadas corrente e não-corrente refere-se a contas a receber de empresas que não foram consolidadas pelo método de consolidação integral.

A rubrica “Outras contas a receber não-corrente” inclui o montante de €4.995 k referente ao valor a receber da Gestmin, SGPS, S.A. pela compra da COMG – Comercialização de Gás, S.A. em 3 de dezembro de 2009, o qual é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um *spread* de 3,12% ao ano, cujo recebimento está previsto ocorrer semestralmente e até 3 de dezembro de 2016.

A rubrica “Acréscimos de proveitos – vendas ainda não-faturadas” refere-se essencialmente à faturação de consumo de gás natural e eletricidade de dezembro a emitir a clientes em janeiro e apresenta o seguinte detalhe:

Empresa	Total	Gás natural	Eletricidade
Galp Gás Natural, S.A.	84.312	84.312	-
Madrileña Suministro de Gas	15.925	15.925	-
Madrileña Suministro de Gas, SUR	14.482	14.482	-
Galp Power, S.A.	11.375	5.167	6.208
Galp Energia España, S.A., Unipessoal	11.191	6.143	5.048
Transgás, S.A.	11.164	11.164	-
Lisboagás Comercialização, S.A.	8.334	8.334	-
Lusitaniagás Comercialização, S.A.	7.327	7.327	-
Setgás Comercialização, S.A.	1.971	1.971	-
	166.081	154.825	11.256

A rubrica “Acréscimos de proveitos – venda de produtos acabados a faturar na rede de postos de abastecimento”, no montante de €1.100 k diz respeito a consumos efetuados até 31 de dezembro de 2013 através do cartão Galp Frota e que irão ser faturados nos meses seguintes.

As despesas registadas em custos diferidos, no montante de €33.817 k, relativas a pagamentos antecipados de rendas referentes a contratos de arrendamento de áreas de serviço são reconhecidas como custo durante o respetivo período de concessão, o qual varia entre 17 e 32 anos.

A rubrica “Acréscimo de proveitos – acerto de desvio tarifário – tarifa de energia – regulação ERSE”, apresenta o seguinte detalhe:

Atividade comercialização gás grossista – tarifa de energia (CURG)	2012	Recuperação do desvio da tarifa de energia	Variação	2013
Ano Gás 2008-2009				
1.º Semestre Ano Gás 2008-2009 (31.12.2008)	32.325	-	-	32.325
2.º Semestre Ano Gás 2008-2009 (30.06.2009)	28.531	-	-	28.531
Ajustamento do proveito permitido real Ano Gás de 2008-2009	6.535	-	-	6.535
Amortização da diferença do proveito permitido Ano Gás 2008-2009	(31.440)	(19.922)	-	(51.362)
	35.951	(19.922)	-	16.029
2º Semestre 2009				
2º Semestre ano 2009	8.314	-	-	8.314
	8.314	-	-	8.314
Ano civil 2010				
1.º Semestre ano 2010	14.651	-	-	14.651
2.º Semestre ano 2010	987	-	-	987
	15.638	-	-	15.638
Ano civil 2011				
1.º Semestre ano 2011	21.154	-	-	21.154
2.º Semestre ano 2011	12.427	-	-	12.427
	33.581	-	-	33.581
Ano civil 2012				
1.º Semestre ano 2012	(4.224)	-	-	(4.224)
2.º Semestre ano 2012	562	-	-	562
	(3.661)	-	-	(3.661)
Ano civil 2013				
1.º Semestre ano 2013	-	-	(657)	(657)
2.º Semestre ano 2013	-	-	(5.820)	(5.820)
	-	-	(6.477)	(6.477)
	89.823	(19.922)	(6.477)	63.424
Acréscimos de custos (Nota 24)	(3.661)	-	(6.477)	(10.138)
Acréscimos de proveitos	93.484	(19.922)	-	73.562
	89.823	(19.922)	(6.477)	63.424

O montante de €63.424 k diz respeito à diferença acumulada entre o custo de aquisição do gás natural aos fornecedores do Grupo e as tarifas de energia reguladas definidas pela ERSE para cada Ano Gás, aplicadas na faturação aos clientes, o qual será recuperado através da revisão de tarifas dos próximos exercícios, de acordo com o mecanismo definido pela ERSE. Estes montantes encontram-se a ser remunerados à taxa Euribor a três meses, mais 1,75 *spread*.

A Galp Energia reclassificou, durante o exercício de 2013, um valor €45.537 k referente a desvio tarifário de energia de ativo corrente para ativo não-corrente. Esta reclassificação visa refletir a publicação, por parte da ERSE, do período estimado para a recuperação do desvio tarifário, que é de seis anos.

No decurso do exercício de 2013 verificou-se a recuperação do desvio da tarifa de energia relativa ao Ano Gás 2008-2009, no montante de €19.922 k tendo este desvio sido incorporado na parcela II da tarifa UGS e posteriormente faturado, essencialmente, ao operador da rede de transportes REN Gasodutos, S.A. e às empresas Sonorgás, S.A., Tagusgás, S.A. e EDP GÁS – Serviço Universal, S.A., de acordo com o regulamento tarifário.

A rubrica “Acréscimo de proveitos” – acerto de desvio tarifário – proveitos permitidos – regulação ERSE apresenta o seguinte detalhe:

Atividades de comercialização, distribuição e armazenagem de gás natural	2012	Ajustamento do proveito permitido real Ano Gás (nota 5)	Amortização/reversão da diferença do proveito permitido Ano Gás (nota 5)	Ajuste entre os proveitos permitidos estimados e o valor dos proveitos faturados (Nota 5)	Outras reclassificações	2013
Ano civil 2010						
1.º Semestre ano 2010	1.389	-	-	-	-	1.389
2.º Semestre ano 2010	22.087	-	-	-	-	22.087
Ajustamento ano civil 2010	(6.837)	(2.055)	-	-	-	(8.892)
Reversão do PP ano civil 2010	(7.697)	-	(6.887)	-	-	(14.584)
	8.942	(2.055)	(6.887)	-	-	-
Ano civil 2011						
1.º Semestre ano 2011	(9.838)	-	-	-	-	(9.838)
2.º Semestre ano 2011	37.385	-	-	-	-	37.385
Ajustamento ano civil 2011	-	(2.694)	-	-	-	(2.694)
Reversão do PP ano civil 2011	-	-	(11.412)	-	-	(11.412)
	27.547	(2.694)	(11.412)	-	-	13.441
Ano civil 2012						
1.º Semestre ano 2012	17.495	-	-	-	-	17.495
2.º Semestre ano 2012	13.322	-	-	-	-	13.322
Reversão do PP ano civil 2012	-	-	(42)	-	-	(42)
	30.817	-	(42)	-	-	30.775
Ano civil 2013						
1.º Semestre ano 2013	-	-	-	(2.203)	1.382	(821)
2.º Semestre ano 2013	-	-	-	24.136	(1.382)	22.754
	-	-	-	21.933	-	21.933
	67.306	(4.749)	(18.341)	21.933	-	66.149
Acréscimos de custos (Nota 24)	(13.855)	1.914	(158)	(8.210)	1.382	(18.927)
Acréscimos de proveitos	81.161	(6.663)	(18.183)	30.143	(1.382)	85.076
	67.306	(4.749)	(18.341)	21.933	-	66.149

A rubrica “Acerto de desvio tarifário – proveitos permitidos” no montante de €85.076 k diz respeito à diferença entre os proveitos permitidos estimados publicados para a sua atividade regulada e os proveitos decorrente da faturação real emitida (Nota 2.13). Estes montantes encontram-se a ser remunerados à taxa Euribor a três meses.

Os valores a pagar ou a receber relativos a cada Ano Gás são apresentados para cada atividade pelo seu valor líquido, consoante a sua natureza em cada Ano Gás, em virtude de ser este o modo de aprovação dos desvios de proveitos permitidos por parte da ERSE.

A partir de 2010 as contas para a ERSE passaram a ser reportadas de acordo com o ano civil. Consequentemente, os saldos iniciais foram reclassificados para uma ótica de ano civil.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, ocorreu a fixação das diferenças para os proveitos permitidos do Grupo referentes ao ano civil de 2011, os quais ascenderam ao montante a recuperar de €24.854 k. Em virtude de a especialização efetuada ser inferior face ao montante fixado, o Grupo reconheceu na rubrica “Vendas” o respetivo aumento no montante €2.694 k (Nota 5).

Conforme referido na Nota 2.13, o montante total a recuperar foi incluído pela ERSE nos proveitos permitidos a recuperar no Ano Gás 2013-2014 pelo que o Grupo se encontra a reconhecer nas demonstrações dos resultados a reversão do montante do desvio tarifário aprovado.

A rubrica “Acréscimos de proveitos – neutralidade financeira – regulação ERSE” diz respeito à reposição gradual da neutralidade financeira, associada à extinção do mecanismo do alisamento do custo com capital do primeiro período regulatório, resultante da diferença entre o custo com o capital alisado e não-alisado, a recuperar durante seis anos. Os montantes especializados referem-se aos valores a recuperar na tarifa do Ano Gás 13-14 e do Ano Gás 14-15.

Apresenta-se abaixo um mapa de antiguidade de saldos de outras contas a receber do Grupo a 31 de dezembro de 2013 e em 2012:

Aging contas a receber	Não-vencidos	Mora até 90 dias	Mora até 180 dias	Mora até 365 dias	Mora até 545 dias	Mora até 730 dias	Mora superior a 730 dias	Total
2013								
Bruto	1.809.613	1.437	766	5.319	126	676	6.220	1.824.157
Imparidades	-	-	-	(154)	(148)	(564)	(6.124)	(6.990)
	1.809.613	1.437	766	5.165	(22)	112	96	1.817.167
2012								
Bruto	1.782.474	9.055	2.607	2.300	1.238	848	8.093	1.806.615
Imparidades	-	-	-	(553)	(193)	(233)	(6.450)	(7.429)
	1.782.474	9.055	2.607	1.747	1.045	615	1.643	1.799.186

O Grupo considera como montantes não-vencidos os saldos com outras contas a receber que não estão em mora e as rubricas “Acréscimos de proveitos” e “Custos diferidos” nos montantes de €502.837 k e €466.627 k de 2013 e 2012, respetivamente.

Os saldos com outras contas a receber em mora que não sofreram imparidades correspondem a créditos em que existem acordos de pagamento, estão cobertos por seguros de crédito ou para os quais existe uma expectativa de liquidação parcial ou total.

A Galp Energia possui garantias colaterais relativas a contas a receber, nomeadamente garantias bancárias e cauções, cujo valor, em 31 de dezembro de 2013, era de cerca de €103.330 k.

15. CLIENTES

A rubrica “Clientes”, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	dezembro 2013		dezembro 2012	
	Corrente	Não-corrente	Corrente	Não-corrente
Clientes conta-corrente	1.317.791	24.322	1.338.484	24.402
Clientes de cobrança duvidosa	201.375	-	157.026	-
Clientes – títulos a receber	7.075	-	10.544	-
	1.526.241	24.322	1.506.054	24.402
Imparidades de contas a receber	(199.678)	-	(154.865)	-
	1.326.563	24.322	1.351.189	24.402

A rubrica “Clientes conta-corrente” em situação de dívida não-corrente, no montante de €24.322 k e €24.402 k, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente, referem-se a acordos de pagamento de dívidas de clientes com prazo superior a um ano.

O movimento das imparidades de clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Varição de perímetro	Saldo final
Imparidade de contas a receber	154.865	54.854	(4.488)	(6.199)	694	(48)	199.678

O aumento e diminuição da rubrica “Imparidades de contas a receber de clientes” no montante líquido de €50.336 k foi reconhecido na rubrica “Provisões e imparidades de contas a receber” (Nota 6).

Apresenta-se um mapa de antiguidade de saldos de clientes do Grupo a 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Aging clientes	Não-vencidos	Mora até 90 dias	Mora até 180 dias	Mora até 365 dias	Mora até 545 dias	Mora até 730 dias	Mora superior a 730 dias	Total
2013								
Bruto	1.163.772	121.386	41.061	45.824	38.665	20.067	119.788	1.550.563
Ajustamentos	-	(277)	(1.292)	(27.427)	(36.181)	(18.568)	(115.933)	(199.678)
	1.163.772	121.109	39.769	18.397	2.484	1.499	3.855	1.350.885
2012								
Bruto	1.149.709	183.584	32.138	41.292	18.518	13.753	91.462	1.530.456
Ajustamentos	-	(893)	(6.679)	(29.195)	(14.836)	(12.754)	(90.508)	(154.865)
	1.149.709	182.691	25.459	12.097	3.682	999	954	1.375.591

Os saldos de clientes em mora que não sofreram ajustamentos correspondem a créditos em que existem acordos de pagamento, estão cobertos por seguros de crédito ou para os quais existe uma expectativa de liquidação parcial ou total.

16. INVENTÁRIOS

A rubrica “Inventários” apresentava o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

Rubricas	dezembro 2013	dezembro 2012
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
Petróleo bruto	53.840	245.632
Outras matérias-primas e materiais diversos	41.980	56.462
Matérias-primas em trânsito	622.017	249.843
	717.837	551.937
Imparidade de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(11.019)	(9.629)
	706.818	542.308
Produtos acabados e intermédios		
Produtos acabados	244.254	335.780
Produtos intermédios	325.271	445.598
Produtos acabados em trânsito	12.083	7.869
	581.608	789.247
Imparidade de produtos acabados e intermédios	(23)	(6.829)
	581.585	782.418
Produtos e trabalhos em curso	91	169
	91	169
Mercadorias	558.784	653.154
Mercadorias em trânsito	100	478
	558.884	653.632
Imparidade de mercadorias	(1.771)	(2.402)
	557.113	651.230
	1.845.607	1.976.125

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Mercadorias”, no montante de €558.784 k, corresponde essencialmente ao gás natural que se encontra em gasodutos no montante de €118.178 k, a existências de produtos derivados de petróleo bruto da subsidiária Galp Energia España, S.A., Empresa Nacional de Combustíveis – Enacol, SARL e Petrogal Moçambique, Lda., nos montantes de €405.716 k, €10.546 k e €9.717 k, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas, que só poderão ser satisfeitas através da entrega de produtos, ascendiam a €149.312 k e €194.341 k, respetivamente, e encontram-se registadas na rubrica “Adiantamentos por conta de vendas” (Nota 24).

Em novembro de 2004, a Petrogal celebrou um contrato de compra, venda e permuta de crude por produtos acabados para constituição de reservas estratégicas, com a Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, EPE (EGREP) ao abrigo do previsto no Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de dezembro. No âmbito deste contrato celebrado em 2004, o crude adquirido pela EGREP, que não está registado nas demonstrações financeiras do Grupo, encontra-se armazenado

nas instalações da Petrogal, de uma forma não-segregada e deverá permanecer armazenado de modo que a EGREP o possa auditar, sempre que entender, em termos da sua quantidade e qualidade. De acordo com o referido contrato, a Petrogal obriga-se a permutar o crude vendido por produtos acabados quando a EGREP o exigir, recebendo por tal permuta um valor representativo da margem de refinação à data da permuta.

O movimento ocorrido nas rubricas “Imparidade de inventários” no exercício findo a 31 de dezembro de 2013 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Regularizações	Saldo final
Imparidade de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.629	1.526	(73)	(6)	(57)	11.019
Imparidade de produtos acabados e intermédios	6.829	24	(6.829)	-	(1)	23
Imparidade de mercadorias	2.402	87	(663)	(50)	(5)	1.771
	18.860	1.637	(7.565)	(56)	(63)	12.813

O montante líquido de aumentos e diminuições no montante de €5.928 k foi registado por contrapartida da rubrica “Custo das vendas – imparidade de inventários da demonstração de resultados” (Nota 6).

17. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outros investimentos financeiros” apresentava o seguinte detalhe:

Outros investimentos financeiros	dezembro 2013		dezembro 2012	
	Corrente	Não-corrente	Corrente	Não-corrente
Derivados financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos (Nota 27)				
Swaps sobre commodities	9.383	6.066	1.483	8
Swaps sobre taxa de juro	-	-	54	-
Swaps cambiais	105	-	4.770	-
	9.488	6.066	6.307	8
Depósitos bancários (Nota 18)				
Depósitos a prazo	640	-	1.039	-
	640	-	1.039	-
Outros ativos financeiros				
Outros	-	18.464	-	19.299
	-	18.464	-	19.299
	10.128	24.530	7.346	19.307

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros derivados encontram-se registados pelo seu justo valor respetivo reportado naquelas datas (Nota 27).

18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Caixa e seus equivalentes” apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	dezembro 2013	dezembro 2012
Numerário	3.961	7.856
Depósitos a ordem	154.635	171.266
Depósitos a prazo	5.394	2.974
Outros títulos negociáveis	72.100	409.879
Outras aplicações de tesouraria	1.267.300	1.294.748
Caixa e seus equivalentes na demonstração da posição financeira consolidada	1.503.390	1.886.723
Outros investimentos financeiros correntes (Nota 17)	640	1.039
Descobertos bancários (Nota 22)	(98.792)	(154.563)
Caixa e seus equivalentes na demonstração consolidada de fluxos de caixa	1.405.238	1.733.199

A rubrica “Outros títulos negociáveis” inclui essencialmente:

- €65.151 k de referentes a certificados de depósitos bancários;
- €5.022 k de futuros sobre eletricidade;
- €1.710 k de futuros sobre CO₂;
- €214 k de futuros sobre commodities (Brent).

Estes futuros encontram-se registados nesta rubrica devido à sua elevada liquidez (Nota 27).

A rubrica “Outras aplicações de tesouraria” inclui diversas aplicações de excedentes de tesouraria, com vencimento inferior a três meses, das seguintes empresas do Grupo:

	dezembro 2013	dezembro 2012
Galp Energia E&P, B.V.	1.146.987	1.204.136
Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.	67.435	24.329
Galp Gás Natural, S.A.	24.654	-
CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	8.550	5.300
Galp Energia Brasil S.A.	6.396	-
Carrigo Cogeração – Sociedade de Geração de Eletricidade e Calor, S.A.	6.300	1.400
Powercer – Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	2.340	300
Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A.	2.075	1.900
Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda.	1.863	2.968
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	700	380
Galp Sinopec Brazil Services, B.V.	-	51.815
Galp Energia Overseas, B.V.	-	1.462
Sacor Marítima, S.A.	-	758
	1.267.300	1.294.748

19. CAPITAL SOCIAL

Estrutura do capital

A estrutura acionista da Galp Energia em 2013 foi alvo de várias alterações em relação ao final do ano de 2012, tendo o *free float* aumentado de 30,32% para 38,32% neste período.

Em 2012, e no seguimento do acordo parassocial que vigorava desde março de 2006 até então entre a Amorim Energia, a CGD e a Eni, conjuntamente denominadas “as Partes”, foram assinados acordos que estipulavam as condições em que a Eni poderia vender a sua participação na Galp Energia. A Eni, que no final de 2011 detinha uma participação de 33,34%, adquiriu assim o direito de vender em mercado até 20% do capital social da Empresa. A CGD, por seu lado, passou a poder exercer um direito de *tag along*, respeitante à participação de 1% que detinha no capital social da Galp Energia.

A 27 de novembro de 2012, a Eni colocou no mercado ações representativas de, aproximadamente, 4% do capital social da Galp Energia, através de um *accelerated bookbuilding*, enquanto a CGD exerceu o seu direito de *tag along*. Naquela data, a Eni procedeu também à emissão de obrigações convertíveis em ações da Galp Energia, correspondentes a aproximadamente 8% do capital social da Empresa.

Ainda no âmbito dos acordos assinados em 2012, a Amorim Energia adquiriu à Eni uma participação correspondente a 5% do capital social da Galp Energia, a um preço de €14,25 por ação, passando a deter uma participação de 38,34% na Empresa. Além disso, a Amorim Energia, ou um terceiro por si indicado, passou a ter o direito de adquirir, até ao final de 2013, uma participação de 5%, bem como um direito de primeira opção de compra sobre uma participação de 3,34% ou 8,34%, consoante o primeiro direito fosse exercido ou não. Uma vez que, até ao final de 2013, a Amorim Energia não exerceu o direito de compra, de acordo com a informação publicamente disponível, aquela empresa tem agora um direito de primeira opção de compra sobre 8,34% do capital social da Galp Energia, atualmente detidos pela Eni.

Já no final de maio de 2013, a Eni anunciou a venda de uma participação correspondente a 6,7% do capital social da Galp Energia. Considerando que aquela empresa havia entretanto vendido uma participação de aproximadamente 1,3% diretamente no mercado regulamentado, a participação da Eni no capital social da Galp Energia era, no final de 2013, de 16,34%, dos quais 8% constituíam o ativo subjacente às obrigações convertíveis que emitiu no final de 2012, e os restantes 8,34% estavam sujeitos a certos direitos exercitáveis pela Amorim Energia.

No seguimento destas alterações na estrutura acionista da Galp Energia, o *free float* aumentou de 30,32% no final de 2012 para 38,32% no final de 2013.

Ao abrigo dos acordos assinados entre as Partes e que, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 20 do CVM, contemplavam que os direitos de voto correspondentes às ações detidas por cada uma das partes daquele acordo parassocial eram imputados às restantes, este cessou os seus efeitos em relação à CGD quando esta alienou a sua participação de 1% no capital social da Galp Energia. Relativamente à Amorim Energia e à Eni, a 26 de julho de 2013, a empresa italiana informou a Galp Energia de que os direitos de voto inerentes à participação qualificada detida pela Amorim Energia não se consideravam imputáveis à Eni, apesar de os direitos de voto detidos pela Eni continuarem a ser imputáveis à Amorim Energia.

Assim, no final de 2013, a Eni detinha uma participação qualificada de 16,34% no capital social da Galp Energia, e respetivos direitos de voto, enquanto que à Amorim Energia era imputável uma percentagem total de 54,68% dos direitos de voto na Galp Energia.

Estrutura acionista a 31 de dezembro 2013	N.º ações	% participação	% direitos de voto
Amorim Energia, B.V.	317.934.693	38,34%	54,68%
Eni, S.p.A.	135.497.095	16,34%	16,34%
Parública – Participações Públicas, SGPS, S.A.	58.079.514	7,00%	7,00%
<i>Free float</i>	317.739.333	38,32%	38,32%
Total	829.250.635	100,00%	-

20. RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Reservas de conversão e outras reservas” é detalhada como segue:

	dezembro 2013	dezembro 2012
Reservas de conversão cambial:		
Reservas – Dotações financeiras (<i>quasi capital</i>)	(133.485)	(62.686)
Reservas – Imposto sobre dotações financeiras (<i>quasi capital</i>) (Nota 9)	57.265	32.997
	(76.220)	(29.689)
Reservas – Conversão das demonstrações financeiras	(208.958)	(17.904)
Reservas – Atualizações cambiais do <i>Goodwill</i>	1.060	(31)
	(284.118)	(47.624)
Reservas de cobertura:		
Reservas – Derivados financeiros	(1.743)	(8.754)
Reservas – Imposto diferido sobre derivados financeiros (Nota 9)	335	2.389
	(1.408)	(6.365)
Outras reservas:		
Reservas legais	165.850	165.850
Reservas livres	27.977	27.977
Reservas especiais	(443)	(443)
Reservas – Aumento de capital nas subsidiárias Petrogal Brasil, S.A. e Galp Sinopec Brazil Services, B.V.	2.493.088	2.493.088
Reservas – Aumento de 11,0972% em 2012 e de 0,3438% em 2013, na participação do capital da subsidiária Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	(2.027)	(1.935)
Reservas – Aumento de 40% na participação do capital da Probialgal – Ligantes Betuminosos, S.A.	(3.975)	-
Reservas – Aumento de 99% na participação do capital da subsidiária Enerfuel, S.A.	(31)	-
	2.680.439	2.684.537
	2.394.913	2.630.548

Reservas de conversão cambial:

A rubrica “Reservas de conversão cambial” reflete as variações cambiais:

- (i) €208.958 k relativo às diferenças cambiais negativas resultantes da conversão das demonstrações financeiras em moeda estrangeira para euros;

	Câmbio em 31 dezembro 2012	Saldo inicial	Variação	Saldo final	Câmbio em 31 dezembro 2013
Reservas de conversão cambial – Por moeda:					
Dalasi da Gâmbia	40,02	(135)	(608)	(743)	51,69
Dólares dos EUA	1,32	21.238	(143.568)	(122.330)	1,38
Escudos de Cabo Verde	110,27	(69)	-	(69)	110,27
Franco CFA da Guiné-Bissau	655,96	(202)	-	(202)	655,96
Kwanza de Angola	126,33	(1.497)	(277)	(1.774)	134,47
Lilangeni da Suazilândia	11,20	591	(1.027)	(436)	14,40
Meticais de Moçambique	38,18	(3727)	(1.798)	(5.525)	41,53
Reais do Brasil	2,70	(34.103)	(43.776)	(77.879)	3,26
	-	(17.904)	(191.054)	(208.958)	-

- (ii) €76.220 k relativo às diferenças cambiais negativas resultantes das dotações financeiras da Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A., da Petrogal, e da WIP, à Petrogal Brasil, S.A., denominadas em euros e dólares dos EUA, as quais não são remuneradas e não existe intenção de reembolso, pelo que são assemelhadas a capital social (*quasi capital*) fazendo igualmente parte integrante do investimento líquido naquela unidade operacional estrangeira em conformidade com a IAS 21;

- (iii) €1.060 k relativo às diferenças cambiais positivas resultantes da atualização cambial do *Goodwill*.

Reservas de cobertura:

A rubrica “Reservas de cobertura” reflete as variações que ocorreram nos derivados financeiros sobre taxa de juro que são contraídos para fins de cobertura da variação de taxa de juro de empréstimos (denominados como sendo de cobertura de fluxo de caixa) e respetivos impostos diferidos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o montante €1.408 k inclui €1.743 k às variações negativas ocorridas nos derivados financeiros – cobertura de fluxo de caixa e €335 k referente ao impacto do imposto diferido ativo sobre as variações ocorridas.

Outras reservas:**Reservas legais**

De acordo com o disposto nos estatutos da empresa e no CSC, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica “Reservas legais”, incluída na rubrica “Outras reservas”, no capital próprio, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta mesma atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas. Em 2013, a rubrica “Reservas legais” não teve variação uma vez que ascendem a 20% do capital social.

Reservas especiais

Do montante de €443 k na rubrica “Reservas especiais”, €463 k dizem respeito a uma correção de impostos diferidos – reavaliações nos capitais próprios da subsidiária Lisboa Gás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. e €20 k negativos dizem respeito a uma doação na subsidiária Gasinsular – Combustíveis do Atlântico, S.A.

Reservas – Aumentos de capital na Petrogal Brasil, S.A. e na Galp Brazil Services, B.V.

Em 28 de março de 2012, a empresa WIP, subsidiária da Tip Top Energy, SARL (grupo Sinopec), subscreveu e realizou um aumento de capital no montante de €4.797.528.044,74 nas subsidiárias Petrogal Brasil, S.A. e Galp Sinopec Brazil Services, B.V. (anteriormente denominada Galp Brazil Services, B.V.), passando aquela empresa a deter 30% das ações e direitos de voto de ambas as subsidiárias.

Com a operação de aumento de capital, o grupo Galp Energia manteve o controlo operacional e financeiro das companhias, das quais passa a deter 70% do capital e dos direitos de voto, continuando, conforme IAS 27, a consolidar os seus ativos pelo método integral. Assim, a diferença entre o valor realizado de aumento de capital e valor contabilístico do capital próprio na data do aumento foi reconhecido em capital próprio na rubrica “Reservas pelo montante” €2.493.088 k.

Reservas – Aumento de 11,097% na participação do capital da subsidiária Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.

Em julho de 2012, o Grupo adquiriu 10,7532% do capital da subsidiária Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A., que já era anteriormente controlada pelo Grupo e consolidava pelo método integral. Assim, a diferença entre o valor pago e o valor contabilístico do capital próprio na data de aquisição foi reconhecido em capital próprio na rubrica “Reservas” pelo montante €1.935 k.

Em maio de 2013, o Grupo adquiriu 0,3438% do capital da subsidiária Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A. à Revigrés – Indústria de Revestimentos de Grés, Lda., tendo sido reconhecido em capital próprio na rubrica “Reservas” o montante €92 k, devido à diferença entre o valor pago e o valor contabilístico (Nota 3).

Reservas – Aumento de 99% na participação do capital da subsidiária Enerfuel, S.A.

Em julho de 2013, o Grupo adquiriu 99% do capital da subsidiária Enerfuel, S.A., no âmbito do acordo celebrado em agosto de 2012 no qual se comprometia a adquirir o remanescente da participação social na data final da conclusão do projeto da unidade industrial. Dado existir o controlo por parte do Grupo, a empresa já estava a ser consolidada pelo método integral. Assim, a diferença entre o valor pago e o valor contabilístico do capital próprio na data de aquisição foi reconhecido em capital próprio na rubrica “Reservas” pelo montante €31 k (Nota 3).

Reservas – Aumento de 40% na participação do capital da subsidiária Probigal – Ligantes Betuminosos, S.A.

Em setembro de 2013, o Grupo adquiriu 40% do capital da subsidiária Probigal – Ligantes Betuminosos, S.A. (Nota 3), que já era anteriormente controlada pelo Grupo e consolidava pelo método integral. Assim, a diferença entre o valor pago e o valor contabilístico do capital próprio na data de aquisição foi reconhecido em capital próprio na rubrica “Reservas” pelo montante €3.975 k.

21. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe dos interesses que não controlam incluídos no capital próprio refere-se às seguintes empresas subsidiárias:

	Saldo em dezembro de 2012	Capital e reservas	Diferenças de perímetro de consolidação (Nota 3)	Dividendos atribuídos (h)	Resultados de exercícios anteriores	Reservas de conversão cambial	Reservas de cobertura	Resultados acumulados – ganhos e perdas atuariais	Resultados do exercício	Saldo em dezembro de 2013
Galp Sinopec Brazil Services, B.V.	1.010.266	-	-	-	-	(44.321)	-	-	15.893	981.838
Petrogal Brasil, S.A.	(a) 233.997	(7.367)	-	-	-	(48.220)	-	-	26.946	205.356
Setgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	20.361	-	-	-	-	-	-	6	2.784	23.151
Empresa Nacional de Combustíveis – Enacol, SARL	18.593	-	-	(1.193)	52	-	-	-	1.770	19.222
Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A.	12.096	-	-	-	-	-	-	-	1.750	13.846
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	(b) 2.794	(88)	-	(620)	(223)	-	-	-	499	2.362
Petromar – Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda.	1.572	-	-	(229)	102	-	-	-	505	1.950
Carriço Cogeração – Sociedade de Geração de Eletricidade e Calor, S.A.	1.332	-	-	(413)	-	-	-	-	509	1.428
Sopor – Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A.	2.128	-	-	-	-	-	-	-	(790)	1.338
Saaga – Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.	1.503	-	-	(485)	-	-	-	9	223	1.250
CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	1.007	-	-	(750)	-	-	-	-	747	1.004
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	898	-	-	(14)	-	-	-	-	16	900
Setgás Comercialização, S.A.	1.048	-	-	-	-	-	-	-	(164)	884
Powercer – Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	419	-	-	(300)	-	-	5	-	474	598
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.	(c) 298	-	(900)	-	690	(88)	-	-	-	-
Galpbúzi – Agro-Energia, S.A.	(d) 84	-	(239)	-	152	3	-	-	-	-
Enerfuel, S.A.	(e) 24	(49)	-	-	253	-	-	-	(228)	-
Probigalp – Ligantes Betuminosos, S.A.	(f) (3.381)	(161)	-	-	4.136	-	-	-	(594)	-
Petrogás Guiné-Bissau – Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda.	(g) (239)	-	-	-	-	-	-	-	6	(233)
	1.304.800	(7.665)	(1.139)	(4.004)	5.162	(92.626)	5	15	50.346	1.254.894

(a) Em 5 de setembro de 2013, a subsidiária Petrogal Brasil, B.V. e a empresa WIP, acionistas da Petrogal Brasil, S.A. subscreveram aumento de capital no montante €284.689 k e €122.010 k, respetivamente (Nota 3). Simultaneamente, a Petrogal Brasil, S.A. regularizou os empréstimos que se encontravam registados em 31 de dezembro de 2012 em capital próprio pelo montante €431.257 k (*). O montante negativo de €7.367 k corresponde a variação dos interesses que não controlam das rubricas “Capital social” e “Prémios de emissão de ações” e “Prestações suplementares”.

(*) Empréstimos que em substância assumem características de capital próprio, fazendo igualmente parte integrante do investimento líquido naquela unidade operacional.

(b) A subsidiária Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A., que era anteriormente detida a 96,4671% passou a ser detida a 96,8109% pelo Grupo. Decorrente do aumento de 0,3438%, registou-se na rubrica “Interesses que não controlam” o montante negativo de €311 k referente a variação da percentagem detida pelo Grupo (Nota 3). O montante negativo de €88 k corresponde a variação dos interesses que não controlam das rubricas “Capital social” e “Prémios de emissão de ações”.

O montante negativo de €223 k corresponde a variação dos interesses que não controlam das rubricas “Resultados acumulados” até à data do aumento da participação.

(c) A participação detida na subsidiária Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A. passou ser contabilizada pelo método da equivalência em virtude dos acordos parassociais que conferem controlo partilhado de gestão operacional e financeiro da empresa (Nota 3 e 4.2).

A diminuição no montante €900 k corresponde aos interesses que não controlam das rubricas “Capital social” e “Prestações suplementares”.

O montante de €690 k corresponde aos interesses que não controlam das rubricas “Resultados acumulados” até à data da transferência da participação.

O montante de €88 k corresponde aos interesses que não controlam das reservas de conversão cambial, resultantes da conversão das demonstrações financeiras em moeda estrangeira (metais para euros) até à data da transferência da participação.

(d) A participação detida na subsidiária Galpbúzi – Agro-Energia, S.A. passou ser contabilizada pelo método da equivalência em virtude dos acordos parassociais que conferem controlo partilhado de gestão operacional e financeiro da empresa (Nota 3 e 4.2).

A diminuição no montante €239 k corresponde aos interesses que não controlam das rubricas “Capital social” e “Prestações suplementares”.

O montante de €152 k corresponde aos interesses que não controlam das rubricas “Resultados acumulados” até à data da transferência da participação.

O montante de €3 k corresponde aos interesses que não controlam das reservas de conversão cambial, resultantes da conversão das demonstrações financeiras em moeda estrangeira (metais para euros) até à data da transferência da participação.

- (e) A subsidiária Enerfuel S.A., que era anteriormente detida a 1% passou a ser detida a 100% pelo Grupo. Decorrente do aumento de 99%, registou-se na rubrica "Interesses que não controlam" o montante negativo de €24 k referente a variação da percentagem detida pelo Grupo (Nota 3).
O montante negativo de €49 k corresponde a variação dos interesses que não controlam das rubricas "Capital social e prémios de emissão de ações".
O montante positivo de €253 k corresponde a variação dos interesses que não controlam das rubricas "Resultados acumulados" até à data do aumento da participação.
O montante negativo de €228 k corresponde aos interesses que não controlam dos resultados do exercício gerados até à data de aquisição dos restantes 99%.
- (f) A subsidiária Probigalp – Ligantes e Betuminosos, S.A., que era anteriormente detida a 60% passou a ser detida a 100% pelo Grupo. Decorrente do aumento de 40%, registou-se na rubrica "Interesses que não controlam" o montante positivo de €3.381 k referente a variação da percentagem detida pelo Grupo (Nota 3).
O montante negativo de €161 k corresponde a variação dos interesses que não controlam das rubricas "Capital social e prémios de emissão de ações".
O montante positivo de €4.136 k corresponde a variação dos interesses que não controlam das rubricas "Resultados acumulados" até à data do aumento a participação.
O montante negativo de €594 k corresponde aos interesses que não controlam dos resultados do exercício gerados até à data de aquisição dos restantes 40%.
- (g) Em 31 de dezembro 2013, as subsidiárias apresentam capitais próprios negativos. Deste modo, o Grupo apenas reconheceu as perdas acumuladas na proporção do capital detido naquela subsidiária, motivo pelo qual os interesses minoritários apresentam um saldo devedor.
- (h) Do montante €4.004 k de dividendos atribuídos, foi liquidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o montante €3.034 k (Nota 30).

22. EMPRÉSTIMOS

Detalhe dos empréstimos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os empréstimos obtidos detalham-se como se segue:

	dezembro 2013		dezembro 2012	
	Corrente	Não-corrente	Corrente	Não-corrente
Empréstimos bancários:				
Empréstimos	129.407	1.466.909	322.862	1.418.656
Descobertos bancários (Nota 18)	98.792	-	154.563	-
Desconto de letras	5.118	-	6.535	-
	233.317	1.466.909	483.960	1.418.656
<i>Origination fees</i>	(6.777)	(2.193)	(595)	(966)
	226.540	1.464.716	483.365	1.417.690
Outros empréstimos obtidos:				
IAPMEI	2	194	2	210
CESCE	-	-	65.883	461.178
	2	194	65.885	461.388
<i>Origination fees</i>	-	-	(9.912)	(20.651)
	2	194	55.973	440.737
	226.542	1.464.910	539.338	1.858.427
Empréstimos por obrigações e notes:				
Empréstimos obrigacionistas	150.000	1.350.000	570.000	625.000
Notes	-	500.000	-	-
	150.000	1.850.000	570.000	625.000
<i>Origination fees</i>	(3.222)	(11.188)	(3.744)	(6.098)
	146.778	1.838.812	566.256	618.902
	373.320	3.303.722	1.105.594	2.477.329

Os empréstimos não-correntes, excluindo *origination fees*, em 31 de dezembro de 2013 apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

2015	510.886
2016	642.971
2017	623.762
2018	807.179
2019	569.408
2020	56.976
2021 e seguintes	105.921
	3.317.103

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a totalidade dos empréstimos obtidos encontram-se expressos nas seguintes moedas como segue:

Divisa		dezembro 2013		dezembro 2012	
		Montante global inicial	Montante em dívida (€k)	Montante global inicial	Montante em dívida (€k)
Dólares dos EUA	USD	456.673	329.737	132.320	98.691
Escudos de Cabo Verde	CVE	146.338	1.327	241.321	2.189
Euros	EUR	1.888.432	1.265.252	1.827.551	1.640.588
Lilangeni Suazi	SZL	-	-	472	34
Meticais	MZM	-	-	7839	16
			1.596.316		1.741.518

As taxas de juro médias dos empréstimos e descobertos bancários suportadas pela Empresa, incluindo comissões e outros encargos no ano de 2013 e 2012, foram 4,4% e 4,46%, respetivamente.

Caraterização dos principais empréstimos

Emissões papel comercial

A 31 de dezembro de 2013, o Grupo tem contratado programas de papel comercial com tomada firme no montante total de €1.065.000 k, que se repartem em €515.000 k de médio e longo prazo e €550.000 k de curto prazo. Destes montantes estão utilizados €390.000 k a médio e longo prazo.

Estas emissões são remuneradas à taxa Euribor para o prazo de emissão respetivo, adicionada de *spreads* variáveis definidos nas condições contratuais dos programas de papel comercial subscritos pelo Grupo. A taxa de juro referida incide sobre o montante de cada emissão e mantém-se inalterada durante o respetivo prazo de emissão.

Durante o exercício findo em 2013 foi contratualizado um programa de papel comercial com tomada firme no montante de €140.000 k com a caixa central de crédito Agrícola Mútuo, C.R.L. Este programa tem um prazo de seis anos e é remunerado à taxa de juro Euribor, acrescido de *spread*.

Empréstimos bancários

Detalhe dos principais empréstimos bancários à data de 31 de dezembro de 2013:

Entidade	Montante em dívida	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso
Banco do Brasil	65.000	Euribor 3m + <i>spread</i>	dezembro 14	dezembro 14
Banco do Brasil	115.000	Euribor 3m + <i>spread</i>	fevereiro 18	Prestações semestrais com início em março 16
BTG Pactual	94.264	Libor 6m + <i>spread</i>	dezembro 16	50% @ dezembro 15 50% @ dezembro 16
Banco Itaú	91.364	Libor 6m + <i>spread</i>	abril 17	50% @ abril 16 50% @ abril 17
ICBC	145.022	Libor 6m + <i>spread</i>	dezembro 18	dezembro 18

Em 2013, o Grupo contraiu três novos empréstimos, de médio e longo prazo. Um empréstimo contraído com o Banco do Brasil AG – sucursal em Portugal, no montante de €115.000 k, e dois empréstimos em dólares norte-americanos, o empréstimo contratado com o Itaú BBA International, Ltd., no montante de \$126.000 k e que foi desembolsado em três tranches ao longo de 2013, e o primeiro empréstimo contraído com uma entidade chinesa, o Industrial and Commercial Bank of China (Europe), S.A., Sucursal en España, no montante de \$200.000 k.

Além disso, o Grupo tem registado em empréstimos a médio e longo prazo o montante de €47.697 k, realizados pelas empresas Agroger – Sociedade de Cogeração do Oeste S.A., Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A. e CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.

Detalhe dos principais empréstimos contratualizados com o Banco Europeu de Investimento (BEI) à data de 31 de dezembro de 2013:

Entidade	Montante em dívida	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso
BEI (cogeração do Porto)	50.000	Taxa fixa revisível	outubro 17	outubro 17
BEI (Tranche A – cogeração de Sines)	28.634	Taxa fixa	setembro 21	Prestações semestrais com início em março 10
BEI (Tranche B – cogeração de Sines)	14.641	Euribor 6m + <i>spread</i>	março 22	Prestações semestrais com início em setembro 10
BEI (Tranche A – conversão refinarias)	282.000	Taxa fixa revisível	fevereiro 25	Prestações semestrais com início em agosto 12
BEI (Tranche B – conversão refinarias)	188.000	Taxa fixa	fevereiro 25	Prestações semestrais com início em agosto 12

Além disso, o Grupo tem outros empréstimos contratualizados com o BEI no montante de €68.097 k.

Os financiamentos contratados com o BEI destinados à concretização dos projetos da cogeração da Refinaria de Sines, da cogeração da Refinaria do Porto e da tranche A do projeto de conversão das refinarias de Sines e do Porto são garantidos através de contratos de garantia celebrados com a Petróleos de Portugal – Petrolgal, S.A.

O restante financiamento contratado com o BEI, no montante em dívida de €256.097 k, é garantido por Sindicato Bancário.

Empréstimos obrigacionistas

Detalhe por empréstimo obrigacionista, à data de 31 de dezembro de 2013:

Emissão	Montante em dívida	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso
Galp Energia / 2012 – €300 m FRN – 2014	150.000	Euribor 6m + <i>spread</i>	novembro 14	50% @ novembro 13 50% @ novembro 14
Galp Energia / 2012-2016	100.000	Euribor 6m + <i>spread</i>	dezembro 16	dezembro 16
Galp Energia / 2013 – €600 m FRN – 2017	600.000	Euribor 6m + <i>spread</i>	maio 17	50% @ maio 16 50% @ maio 17
Galp Energia / 2012-2017	80.000	Euribor 6m + <i>spread</i>	dezembro 17	dezembro 17
Galp Energia / 2012 – FRN-2018	260.000	Euribor 3m + <i>spread</i>	fevereiro 18	fevereiro 18
Galp Energia / 2013-2018	110.000	Euribor 3m + <i>spread</i>	março 18	março 18
Galp Energia / 2013 – €200 m-2018	200.000	Euribor 6m + <i>spread</i>	abril 18	abril 18

Emissões de 2013 – Galp Energia, SGPS, S.A.

- a) Em 18 de fevereiro de 2013, a Empresa procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de €150.000 k, destinado ao financiamento do seu plano de investimentos. O empréstimo obrigacionista é remunerado à taxa de juro Euribor a três meses, acrescido de um *spread*, e com o reembolso previsto em 18 de fevereiro de 2018. Esta emissão será fungível com a emissão realizada pela Galp Energia a 18 de dezembro de 2012, com o montante de €110.000 k, pelo que o montante global da emissão, a partir de 18 de fevereiro de 2013, passou a ser de €260.000 k.

A emissão foi organizada e subscrita pelo banco Deutsche Bank AG, London Branch.

- b) Em 8 de março de 2013, a Empresa procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de €110.000 k, destinado ao financiamento do seu plano de investimentos. O empréstimo obrigacionista é remunerado à taxa de juro Euribor a três meses, acrescido de um *spread*, e com o reembolso previsto em 8 de março de 2018.

A emissão foi organizada e subscrita pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

- c) Em 15 de abril de 2013, a Empresa procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de €200.000 k. As obrigações têm uma maturidade de cinco anos e um cupão indexado à Euribor a seis meses acrescido de *spread*.

A emissão foi organizada e subscrita pelo Banco BPI, S.A.

- d) Em 20 de maio de 2013, a Empresa procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de €600.000 k, destinado em parte ao refinanciamento da segunda amortização do empréstimo obrigacionista de €700.000 k, no montante de €420.000 k. O empréstimo obrigacionista é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um *spread* variável, e com os reembolsos previstos de 50% em 20 de maio de 2016 e 50% em 20 de maio de 2017.

A emissão foi organizada e subscrita pelo: BNP Paribas, Banco Santander Totta, BBVA, Caixa – Banco de Investimento, ING e Société Générale.

Emissões de notes

A Galp Energia estabeleceu, no âmbito do seu plano de financiamento, um programa EMTN (€5.000.000.000 EMTN).

Ao abrigo do programa EMTN, no dia 15 de novembro de 2013, a Galp Energia realizou uma emissão de *notes* no montante de €500.000 k, com vencimento em 25 de janeiro de 2019 e cupão de 4,125%, que se encontram admitidas à negociação na London Stock Exchange.

Nesta transação, atuaram como *joint-bookrunners* o BBVA, BNP Paribas, Caixa – Banco de Investimento, Deutsche Bank e JP Morgan.

23. RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS

Conforme mencionado nas Notas 2.10. e 2.11., algumas empresas do Grupo assumiram responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as empresas do Grupo não efetuaram dotações para o Fundo de Pensões respetivo.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os patrimónios do Fundo de Pensões Petrolgal, do Fundo de Pensões Sacor Marítima e Fundo de Pensões GDP, valorizadas ao justo valor, apresentavam a seguinte composição de acordo com o relatório apresentado pela sociedade gestora respetiva:

	2013	2012
Obrigações	218.666	227.981
Ações	73.312	66.660
Investimentos alternativos	10.360	10.398
Imobiliário	32.752	36.532
Liquidez	3.645	10.576
	338.735	352.147

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo tinha registado os seguintes montantes relativos a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

Rubricas	Ativo (Nota 14)	Passivo	Capital próprio
Benefícios de reforma			
Afetos ao fundo	4.916	(289)	32.794
Reformados	-	(3.754)	1.361
Pré-reformas	-	(43.853)	643
Reformas antecipadas	-	(60.388)	(5.317)
Prémios de reforma	-	(7.919)	1.024
Seguro social voluntário	-	(1.666)	2.561
Outros	-	(607)	(120)
Outros benefícios			
Cuidado de saúde	-	(211.532)	56.127
Seguro de vida	-	(3.615)	538
Benefício mínimo do plano de contribuição definida	-	(4.872)	(1.912)
	4.916	(338.495)	87.699

A rubrica "Pré-reformas" no montante de €43.853 k inclui €4.027 k e €1.850 k das empresas Petrolgal e Lisboaagás, respetivamente, para fazerem face a pré-reformas já acordadas e que só irão ser efetivadas em 2014.

A rubrica "Custos com pessoal – benefícios de reforma" no montante de €38.801 k (Nota 6) inclui essencialmente: (i) €5.369 k referentes a benefícios afetos ao fundo; (ii) €31.999 k dos restantes benefícios de reforma; (iii) uma perda de €4.658 k dos outros benefícios; (iv) €2.284 k do plano de contribuição definida; e (v) um ganho de €6.155 k referentes a reversão de pré-reformas e reformas antecipadas não incluídas nos outros benefícios.

A diferença de €14.824 k, no detalhe do capital próprio apresentado acima e a rubrica "Resultados acumulados – remensuração" da demonstração da posição financeira consolidada respeita ao montante de imposto diferido.

O quadro que se segue apresenta o número de participantes e beneficiários classificados por categoria:

	dezembro 2013	dezembro 2012
Ativos	2.219	1.574
Pré-reformados	280	232
Reformas antecipadas	255	218
Reformas invalidez	90	115
Reformas velhice	3.131	3.181
Pensionistas viuvez/orfandade	1.586	1.685
	7.561	7.005

Durante 2013 houve 87 novos casos de pré-reforma, 44 novos casos de reforma antecipada e 11 saídas por rescisão por mútuo acordo.

A maturidade média das responsabilidades, para os planos de benefício definido, é de 9,9 anos.

Os pressupostos utilizados para cálculo dos benefícios pós-emprego, considerados pelo Grupo e pela entidade especializada em estudos atuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões e as respetivas responsabilidades com benefícios de reforma são os seguintes:

	Grupo em Portugal	
	2013	2012
Pressuposto		
Taxa de rendimentos dos ativos	3,75%	4,50%
Taxa técnica de juro	3,75%	4,50%
Taxa de crescimento dos salários	1,00%	Nos primeiros 5 anos: 2%; Depois: 3%
Taxa de crescimento das pensões	[0% – 0,5%]	[0% – 2%]
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011
Tábua de mortalidade reformados	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011
Tábua de invalidez	50% EVK 80	50% EVK 80
Idade normal de reforma	65	65
Método	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada
Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP)		
RSP no final do exercício anterior	376.571	370.480
Custo dos serviços correntes	2.773	2.862
Juro líquido	16.360	18.752
Remensuração	(38.129)	5.803
Pagamento de benefícios efetuados pelo Fundo	(26.282)	(26.245)
Cortes – reformas antecipadas	5.314	5.284
Cortes – pré-reformas	(2.354)	(42)
Liquidações	(381)	-
Outros ajustamentos	3	(323)
RSP no final do exercício corrente	333.875	376.571
Evolução dos ativos financeiros de cobertura (Fundo)		
Valor dos ativos no final do exercício anterior	352.147	318.392
Juro líquido	15.261	17.537
Contribuição do associado	-	21.006
Pagamento de benefícios	(26.282)	(26.245)
Remensuração financeira	(2.391)	21.457
Valor dos ativos no final do exercício corrente	338.735	352.147
Reconciliação de remensuração		
Remensuração de experiência	8.619	8.773
Remensuração por alteração de pressupostos	(46.748)	(2.971)
Remensuração financeira	2.391	(21.457)
Outros impactos	35.738	15.655
Remensuração por reconhecer no final do exercício	-	-
Reconciliação para a demonstração da posição financeira		
Total reconhecido no início do exercício – ativo/(passivo)	(24.424)	(52.088)
Custo líquido do exercício	(6.451)	(9.320)
Contribuições do associado	-	21.006
Remensuração reconhecida – via rendimento integral	35.738	15.655
Efeito de outros ajustamentos	(3)	323
Total reconhecido no final do exercício – ativo/(passivo)	4.860	(24.424)
Custo líquido do exercício		
Custo dos serviços correntes	2.773	2.862
Juro líquido	1.099	1.216
Custo líquido do exercício antes de eventos especiais	3.872	4.078
Impacto de cortes – reformas antecipadas	5.314	5.284
Impacto de cortes – pré-reformas	(2.354)	(42)
Impactos liquidações	(381)	-
Custo líquido do exercício	6.451	9.320
Reconciliação de remensuração reconhecida – via rendimento integral		
Remensuração cumulativa reconhecida no início do exercício	66.151	81.826
Remensuração de experiência	8.619	8.774
Remensuração por alteração de pressupostos	(46.748)	(2.971)
Remensuração financeira	2.391	(21.458)
Outros impactos	2	(20)
Remensuração cumulativa reconhecida no final do exercício	30.415	66.151

Grupo em Espanha

	2013	2012
Pressuposto		
Taxa de rendimentos dos ativos	3,75%	4,50%
Taxa técnica de juro	3,75%	4,50%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,00%
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	PERMF 2000P	PERMF 2000P
Tábua de mortalidade reformados	PERMF 2000P	PERMF 2000P
Idade normal de reforma	65	65
Método	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada
nas responsabilidades por serviços passados (RSP)		
RSP no final do exercício anterior	452	7.784
Custo dos serviços correntes	11	9
Juro líquido	14	392
Remensuração	(23)	580
Pagamento de benefícios efetuados pelo Fundo	-	(636)
Liquidações	(88)	(7.673)
Outros ajustamentos	6	(4)
RSP no final do exercício corrente	372	452
Evolução dos ativos financeiros de cobertura (Fundo)		
Valor dos ativos no final do exercício anterior	413	7.815
Juro líquido	13	393
Contribuição do associado	117	103
Pagamento de benefícios	-	(636)
Liquidações	(88)	(7.673)
Remensuração financeira	(27)	411
Valor dos ativos no final do exercício corrente	428	413
Asset ceiling		
Total reconhecido no início do exercício – ativo/(passivo)	-	(963)
Ajuste ao ativo líquido do plano	-	963
Total reconhecido no final do exercício – ativo/(passivo)	-	-
Reconciliação para a demonstração da posição financeira		
Total reconhecido no início do exercício – ativo/(passivo)	(39)	(932)
Custo líquido do exercício	(18)	(3)
Contribuições do associado	117	103
Remensuração reconhecida – via rendimento integral	(4)	-
Remensuração reconhecida – sem utilização do corredor	-	793
Total reconhecido no final do exercício – ativo/(passivo)	56	(39)
Custo líquido do exercício		
Custo dos serviços correntes	11	9
Juro líquido	1	(1)
Custo líquido do exercício antes de eventos especiais	12	8
Outros ajustamentos	6	(4)
Alteração no efeito do <i>asset ceiling</i>	-	-
Custo líquido do exercício	18	4
Reconciliação de remensuração reconhecida – via rendimento integral		
Remensuração cumulativa reconhecida no início do exercício	2.555	3.401
Alteração no efeito do <i>asset ceiling</i>	-	(963)
Remensuração de experiência	12	59
Remensuração por alteração de pressupostos	(35)	521
Remensuração financeira	27	(411)
Acertos anos anteriores	(180)	(52)
Remensuração cumulativa reconhecida no final do exercício	2.379	2.555

Outros benefícios à reforma não afetos ao fundo

	Grupo em 2013						Total
	Reformados	Pré-reformas	Reformas antecipadas	Prémios de reforma	Seguro social voluntário	Outros	
Pressuposto							
Taxa técnica de juro	3,75%	3,75%	3,75%	3,75%	3,75%	3,75%	
Taxa de crescimento dos salários	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	
Taxa de crescimento das pensões	[0,00% – 0,50%]	[0,00% – 0,50%]	[0,00% – 0,50%]	[0,00% – 0,50%]	[0,00% – 0,50%]	[0,00% – 0,50%]	
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	
Tábua de mortalidade reformados	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	
Tábua de invalidez	50% EVK 80	50% EVK 80	50% EVK 80	50% EVK 80	50% EVK 80	50% EVK 80	
Idade normal de reforma	65	65	65	65	65	65	
Método	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	
nas responsabilidades por serviços passados (RSP)							
RSP no final do exercício anterior	4.852	27.000	55.707	7.325	1.881	655	97.420
Custo dos serviços correntes	-	8	531	231	-	20	790
Juro líquido	200	1.023	2.336	322	78	29	3.988
Remensuração	32	(1.607)	(606)	728	5	(26)	(1.474)
Pagamento de benefícios efetuados pela Empresa	(707)	(10.374)	(7.787)	(418)	(298)	(125)	(19.709)
Transferência de responsabilidade dentro da Empresa	(623)	623	-	-	-	-	-
Cortes – reformas antecipadas	-	-	10.839	(202)	-	-	10.637
Cortes – pré-reformas	-	21.270	(632)	(14)	-	-	20.624
Liquidações	-	-	-	(53)	-	-	(53)
Outros ajustamentos	-	2	-	-	-	1	3
RSP no final do exercício corrente	3.754	37.945	60.388	7.919	1.666	554	112.226
Reconciliação para a demonstração da posição financeira							
Total reconhecido no início do exercício – ativo/(passivo)	(4.852)	(27.000)	(55.707)	(7.325)	(1.881)	(655)	(97.420)
Custo líquido do exercício	(200)	(22.301)	(13.074)	(284)	(78)	(49)	(35.986)
Benefícios pagos diretamente pela Empresa	707	10.374	7.787	418	298	125	19.709
Remensuração reconhecida – via rendimento integral	(32)	1.607	606	(728)	(5)	26	1.474
Transferência de responsabilidade entre empresas	623	(623)	-	-	-	-	-
Total reconhecido no final do exercício – ativo/(passivo)	(3.754)	(37.945)	(60.388)	(7.919)	(1.666)	(554)	(112.226)
Custo líquido do exercício							
Custo dos serviços correntes	-	8	531	231	-	20	790
Juro líquido	200	1.023	2.336	322	78	29	3.988
Custo líquido do exercício antes de eventos especiais	200	1.031	2.867	553	78	49	4.778
Impacto de cortes – reformas antecipadas	-	-	10.839	(202)	-	-	10.637
Impacto de cortes – pré-reformas	-	21.271	(632)	(14)	-	-	20.625
Impactos liquidações	-	-	-	(53)	-	-	(53)
Custo líquido do exercício	200	22.302	13.074	284	78	49	35.987
Reconciliação de remensuração reconhecida – via rendimento integral							
Remensuração cumulativa reconhecida no início do exercício	1.329	2.264	(4.712)	295	2.555	(94)	1.637
Remensuração de experiência	(88)	(977)	241	1.501	(31)	2	648
Remensuração por alteração de pressupostos	120	(630)	(846)	(772)	36	(28)	(2.120)
Outros impactos	-	(14)	-	-	1	-	(13)
Remensuração cumulativa reconhecida no final do exercício	1.361	643	(5.317)	1.024	2.561	(120)	152
Interesses que não controlam	-	(6)	-	-	-	-	(6)
Remensuração cumulativa reconhecida no final do exercício	1.361	649	(5.317)	1.024	2.561	(120)	158

Grupo em 2012

	Reformados	Pré-reformas	Reformas antecipadas	Prémios de reforma	Seguro social voluntário	Outros	Total
Pressuposto							
Taxa de rendimentos dos ativos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Taxa técnica de juro	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	
Taxa de crescimento dos salários	Nos primeiros 5 anos: 2%; Depois: 3%	Nos primeiros 5 anos: 2%; Depois: 3%	Nos primeiros 5 anos: 2%; Depois: 3%	Nos primeiros 5 anos: 2%; Depois: 3%	Nos primeiros 5 anos: 2%; Depois: 3%	Nos primeiros 5 anos: 2%; Depois: 3%	
Taxa de crescimento das pensões	[0% – 2%]	[0% – 2%]	[0% – 2%]	[0% – 2%]	[0% – 2%]	[0% – 2%]	
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	
Tábua de mortalidade reformados	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	
Tábua de invalidez	50% EVK 80	50% EVK 80	50% EVK 80	50% EVK 80	50% EVK 80	50% EVK 80	
Idade normal de reforma	65	65	65	65	65	65	
Método	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	
Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP)							
RSP no final do exercício anterior	4.716	31.732	54.828	8.903	2.177	808	103.164
Custo dos serviços correntes	-	6	648	271	-	39	964
Juro líquido	230	1.428	2.729	453	107	31	4.978
Remensuração	425	227	(4.495)	(1.726)	(163)	(16)	(5.748)
Pagamento de benefícios efetuados pela Empresa	(704)	(9.733)	(6.518)	(367)	(275)	(51)	(17.648)
Aquisições/vendas (negócio)	-	(191)	191	-	-	-	-
Cortes – reformas antecipadas	-	-	8.697	(216)	35	-	8.516
Cortes – pré-reformas	185	3.199	(373)	7	-	64	3.082
Outros ajustamentos	-	332	-	-	-	(220)	112
RSP no final do exercício corrente	4.852	27.000	55.707	7.325	1.881	655	97.420
Reconciliação para a demonstração da posição financeira							
Total reconhecido no início do exercício – ativo/(passivo)	(4.716)	(31.732)	(54.828)	(8.903)	(2.177)	(808)	(103.164)
Custo líquido do exercício	(415)	(4.633)	(11.701)	(515)	(142)	(134)	(17.540)
Benefícios pagos diretamente pela Empresa	704	9.733	6.518	367	275	51	17.648
Remensuração reconhecida – via rendimento integral	(425)	(227)	4.495	1.726	163	16	5.748
Transferência de responsabilidade entre empresas	-	191	(191)	-	-	-	-
Efeito de outros ajustamentos	-	(332)	-	-	-	220	(112)
Total reconhecido no final do exercício – ativo/(passivo)	(4.852)	(27.000)	(55.707)	(7.325)	(1.881)	(655)	(97.420)
Custo líquido do exercício							
Custo dos serviços correntes	-	6	648	271	-	39	964
Juro líquido	230	1.428	2.729	453	107	31	4.978
Custo líquido do exercício antes de eventos especiais	230	1.434	3.377	724	107	70	5.942
Impacto de cortes – reformas antecipadas	-	-	8.697	(216)	35	-	8.516
Impacto de cortes – pré-reformas	186	3.199	(373)	7	-	64	3.083
Custo líquido do exercício	416	4.633	11.701	515	142	134	17.541
Reconciliação de remensuração reconhecida – via rendimento integral							
Remensuração cumulativa reconhecida no início do exercício	954	2.275	(217)	2.021	2.718	(78)	7.673
Remensuração de experiência	888	(323)	(4.418)	(1.862)	(200)	(55)	(5.970)
Remensuração por alteração de pressupostos	(463)	550	(77)	136	37	39	222
Outros impactos	(50)	(238)	-	-	-	-	(288)
Remensuração cumulativa reconhecida no final do exercício	1.329	2.264	(4.712)	295	2.555	(94)	1.637
Interesses que não controlam	-	3	-	-	-	-	3
Remensuração cumulativa reconhecida no final do exercício	1.329	2.261	(4.712)	295	2.555	(94)	1.634

Conforme mencionado na Nota 2.10, em 31 de dezembro de 2002, foi autorizado pelo ISP a constituição do Fundo de Pensões da Galp Energia de contribuição definida, dando a possibilidade aos seus colaboradores de optarem entre este novo plano de pensões de contribuição definida e o existente plano de benefícios definidos. Foi reconhecido, durante o exercício de 2013, um custo na rubrica “Custos com o pessoal” no montante de €2.284 k relativo às contribuições do ano das empresas associadas do Fundo de Pensões de contribuição definida da Galp Energia, a favor dos seus empregados, em contrapartida de entrega à sociedade gestora deste fundo.

Outros benefícios de reforma – cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida (invalidez e sobrevivência)

Conforme referido na Nota 2.11, o Grupo tem registado em 31 de dezembro de 2013 uma provisão destinada à cobertura das suas responsabilidades com cuidados de saúde, seguro de vida por serviços passados dos ativos e responsabilidades totais da restante população e com o benefício mínimo do plano de contribuição definida. O valor atual das responsabilidades por serviços passados e pressupostos atuariais utilizados no seu cálculo são os seguintes:

Grupo em 2013				
	Cuidados de saúde	Seguro de vida	Benefício mínimo do plano contribuição definida	Total
Pressuposto				
Taxa técnica de juro	3,75%	3,75%	3,75%	
Taxa de crescimento dos custos	4,00%	1,00%	1,00%	
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	
Tábua de mortalidade reformados	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	GKF95	
Tábua de invalidez	50% EVK 80	50% EVK 80	50% EVK 80	
Idade normal de reforma	65	65	65	
Método	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	
Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP)				
RSP no final do exercício anterior	192.781	3.619	5.866	202.266
Custo dos serviços correntes	3.441	158	1.059	4.658
Juro líquido	8.441	158	263	8.862
Remensuração	17.407	(87)	(2.316)	15.004
Pagamento de benefícios efetuados pela Empresa	(10.538)	(233)	-	(10.771)
RSP no final do exercício corrente	211.532	3.615	4.872	220.019
Reconciliação para a demonstração da posição financeira				
Total reconhecido no início do exercício – ativo/(passivo)	(192.781)	(3.619)	(5.866)	(202.266)
Custo líquido do exercício	(11.882)	(316)	(1.322)	(13.520)
Benefícios pagos diretamente pela Empresa	10.538	233	-	10.771
Remensuração reconhecida – via rendimento integral	(17.407)	87	2.316	(15.004)
Total reconhecido no final do exercício – ativo/(passivo)	(211.532)	(3.615)	(4.872)	(220.019)
Custo líquido do exercício				
Custo dos serviços correntes	3.441	158	1.059	4.658
Juro líquido	8.441	158	263	8.862
Custo líquido do exercício	11.882	316	1.322	13.520
Reconciliação de remensuração reconhecida – via rendimento integral				
Remensuração cumulativa reconhecida no início do exercício	38.720	622	403	39.745
Remensuração de experiência	(2.154)	254	(703)	(2.603)
Remensuração por alteração de pressupostos	19.561	(335)	(1.613)	17.613
Outros impactos	-	(3)	-	(3)
Remensuração cumulativa reconhecida no final do exercício	56.127	538	(1.913)	54.752
Interesses que não controlam (Nota 21)	1	(3)	14	12
Remensuração cumulativa reconhecida no final do exercício	56.126	541	(1.927)	54.740

O custo dos serviços correntes, no montante total de €4.658 k, foi registado pelo Grupo na demonstração dos resultados consolidados na rubrica “Custos com o pessoal” (Nota 6).

O juro líquido, no montante total de €8.862 k, foi registado pelo Grupo na demonstração dos resultados consolidados na rubrica “Outros juros suportados” (Nota 8).

Grupo em 2012

	Cuidados de saúde	Seguro de vida	Benefício mínimo do plano contribuição definida	Total
Pressuposto				
Taxa técnica de juro	4,50%	4,50%	4,50%	
Taxa de crescimento dos custos	4,00%	Nos primeiros 5 anos: 2%; Depois 3%	Nos primeiros 5 anos: 2%; Depois 3%	
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	
Tábua de mortalidade reformados	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	INE 2009 – 2011	
Tábua de invalidez	50% EVK 80	50% EVK 80	50% EVK 80	
Idade normal de reforma	65	65	65	
Método	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	
Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP)				
RSP no final do exercício anterior	198.650	3.373	4.292	206.315
Custo dos serviços correntes	3.042	122	896	4.060
Juro líquido	10.135	174	225	10.534
Remensuração	17.279	115	497	17.891
Pagamento de benefícios efetuados pela Empresa	(11.651)	(207)	(44)	(11.902)
Outros ajustamentos	(24.674)	42	-	(24.632)
RSP no final do exercício corrente	192.781	3.619	5.866	202.266
Reconciliação para a demonstração da posição financeira				
Total reconhecido no início do exercício – ativo/(passivo)	(198.650)	(3.373)	(4.292)	(206.315)
Custo líquido do exercício	11.497	(296)	(1.120)	10.081
Benefícios pagos diretamente pela Empresa	11.651	207	43	11.901
Remensuração reconhecida – via rendimento integral	(17.279)	(115)	(497)	(17.891)
Efeito de outros ajustamentos	-	(42)	-	(42)
Total reconhecido no final do exercício – ativo/(passivo)	(192.781)	(3.619)	(5.866)	(202.266)
Custo líquido do exercício				
Custo dos serviços correntes	3.042	122	896	4.060
Juro líquido	10.135	174	224	10.533
Outros ajustamentos	(24.674)	-	-	(24.674)
Custo líquido do exercício	(11.497)	296	1.120	(10.081)
Reconciliação de remensuração reconhecida – via rendimento integral				
Remensuração cumulativa reconhecida no início do exercício	21.394	504	(94)	21.804
Remensuração	12.214	70	(475)	11.809
Remensuração por alteração de pressupostos	5.065	45	972	6.082
Outros impactos	47	3	-	50
Remensuração cumulativa reconhecida no final do exercício	38.720	622	403	39.745
Interesses que não controlam	(1)	3	26	28
Remensuração cumulativa reconhecida no final do exercício	38.721	619	377	39.717

De acordo com os estudos atuariais elaborados pela entidade especializada, a estimativa de contribuição para os vários planos de benefício definido para 2014 é de €31.533 k.

Análise de sensibilidade

Foi efetuada uma análise de sensibilidade, com vista a medir o impacto nas responsabilidades causado pela alteração da taxa de desconto. Para este efeito, considerámos uma variação positiva de 75 b.p. na taxa de desconto.

Responsabilidades	Taxa de desconto 3,75%	Taxa de desconto 4,50%	Varição
Benefícios de reforma			
Afetadas ao fundo de pensões	333.875	311.550	(6,69%)
Não afetadas ao fundo de pensões	112.226	108.619	(3,21%)
	446.101	420.169	
Outros benefícios			
Cuidados de saúde	211.532	191.970	(9,25%)
Seguro de vida	3.615	3.397	(6,03%)
Benefício mínimo do plano contribuição definida	4.872	4.664	(4,27%)
	220.019	200.031	
	666.120	620.200	

Foi efetuada uma análise de sensibilidade, com vista a medir o impacto nas responsabilidades causado pela alteração da idade da reforma. Para este efeito, considerámos o acréscimo de um ano na idade de reforma (de 65 anos para 66 anos).

Responsabilidades	Idade da reforma 65 anos	Idade da reforma 66 anos	Varição
Benefícios de reforma			
Afetadas ao fundo de pensões	333.875	326.933	(2,08%)
Não afetadas ao fundo de pensões	112.226	130.938	16,67%
	446.101	457.871	
Outros benefícios			
Cuidados de saúde	211.532	208.272	(1,54%)
Seguro de vida	3.615	3.307	(8,52%)
Benefício mínimo do plano contribuição definida	4.872	4.923	1,04%
	220.019	216.502	
	666.120	674.373	

Taxa de tendência dos custos médicos

A taxa de crescimento de custos médicos de médio e longo prazo considerada pelo grupo Galp Energia, com base nas taxas históricas de crescimento dos prémios e da sinistralidade, é de 4%. A análise de sensibilidade efetuada para a Petrogal, que representa cerca de 89% do universo total do grupo Galp Energia, reflete que um aumento de 1% na taxa de crescimento dos prémios implica um acréscimo de 15% nas responsabilidades (€31.640 k), enquanto um decréscimo de 1% na taxa de crescimento dos prémios resulta num decréscimo de 12% das responsabilidades (€25.550 k).

Análise de sensibilidade do seguro de saúde

Rubricas	3%	4%	5%
Custo dos serviços correntes	2.655	3.441	4.517
Juro líquido	7.454	8.441	9.648
	10.109	11.882	14.165
Responsabilidades por serviços passados	185.981	211.532	243.171
Impacto nos custos de serviços correntes e juro líquido	(1.773)	-	2.283
Impacto nas responsabilidades por serviços passados	(25.550)	-	31.640

Análise histórica da remensuração

A análise histórica da remensuração foi realizada com referência ao Fundo de Pensões da Petrogal, uma vez que esta representa 91% do universo total do grupo Galp Energia.

Taxa de desconto	3,75%	4,50%	5,25%	5,25%	5,25%	6,10%	5,45%
	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Valor das responsabilidades (a)	302.461	342.720	336.401	329.908	339.565	311.357	328.220
Valor do Fundo (b)	306.892	320.518	288.047	304.235	308.472	302.572	333.403
Remensuração	35.491	(6.483)	(8.694)	8.833	(32.210)	12.871	24.205
Remensuração por alteração de pressupostos	44.243	4.055	-	-	(27.009)	20.337	30.430
Remensuração por experiência (c)	(8.752)	(10.538)	(8.694)	8.833	(5.201)	(7.466)	(6.225)
Remensuração financeiras (d)	(2.744)	20.213	(15.219)	1.706	11.013	(26.840)	(7.363)
(c)/(a)	(3%)	(3%)	(3%)	3%	(2%)	(2%)	(2%)
(d)/(b)	(1%)	6%	(5%)	1%	4%	(9%)	(2%)
Retorno real dos ativos do plano (%)	3,6%	12,5%	0,3%	4,8%	8,9%	(2,9%)	3,1%
Retorno real dos ativos do plano	11.128	36.200	125	15.857	25.535	(9.796)	9.694

Os planos de pensões de benefício definido e os cuidados de saúde e vida pós-emprego do Grupo estão expostos a vários riscos, dos quais se destacam os seguintes:

(a) Risco de longevidade.

Longevidade real superior à projetada poderá refletir-se num aumento de responsabilidades.

(b) Risco de taxa de juro de obrigações.

Uma diminuição da taxa de juro de referência usada como taxa de desconto leva ao aumento de responsabilidades, que pode ser mitigado nos casos em que existe um fundo como veículo de financiamento, pela exposição dos ativos ao segmento obrigacionista.

(c) Risco de investimento.

Os principais riscos de Investimento são o risco de taxa de juro, risco de crédito, risco de mercado acionista e risco cambial. As implicações que o nível de risco subjacente à política de Investimento poderá ter no cumprimento do mínimo de solvência do fundo, resultam de oscilações da taxa de juro, da exposição aos mercados acionistas e alternativos, resultarem numa *performance* inferior à taxa de desconto. Sendo, neste caso específico, o risco de oscilação de taxa de juro o mais relevante, uma vez que as carteiras estão maioritariamente investidas nesta classe de ativos. Este facto, juntamente com o impacto dos riscos não mitigáveis (e.g. variações da população), aumenta a probabilidade de serem necessárias contribuições extraordinárias (i.e. para além do custo dos serviços correntes) de forma a manter a solvência do fundo.

(d) Risco de evolução desfavorável do custo real com seguros de saúde e vida.

24. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outras contas a pagar” não-correntes e correntes pode ser detalhada como segue.

Rubricas	dezembro 2013		dezembro 2012	
	Corrente	Não-corrente	Corrente	Não-corrente
Estado e outros entes públicos				
IVA a pagar	257.732	-	223.905	-
ISP – imposto sobre produtos petrolíferos	75.229	-	122.661	-
IRS retenções efetuadas a terceiros	8.250	-	7.563	-
Segurança social	6.530	-	6.128	-
Outras tributações	27.261	-	21.843	-
Adiantamentos por conta de vendas (Nota 16)	149.312	-	194.341	-
Fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis	139.329	98.938	128.592	99.790
Pessoal	7.433	-	12.029	-
<i>Overlifting</i>	4.889	-	17.332	-
Saldo credores de clientes	2.989	-	2.928	-
Depósito de cauções e garantias recebidas	2.666	-	2.579	-
ISP – débito das congéneres	1.409	-	1.400	-
Outras contas a pagar – outros acionistas	1.235	-	2.242	-
Adiantamentos de clientes	978	-	1.208	-
Empréstimos – empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 28)	365	135.319	-	142.229
Contas a pagar ao consórcio do bloco 14 em Angola (insuficiência de <i>profit-oil</i> a pagar)	-	-	1.106	-
Outras contas a pagar – empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 28)	2.238	-	668	-
Empréstimos – outros acionistas	-	12.648	-	11.577
Outros credores	31.081	3.717	27.724	2.952
	718.926	250.622	774.249	256.548
Acréscimos de custos				
Fornecimentos e serviços externos	72.729	-	68.835	-
Férias, subsídio de férias e respetivos encargos	29.877	-	31.501	-
Juros a liquidar	23.276	-	26.982	-
Prémios de produtividade	15.570	-	13.667	-
Acertos de desvio tarifário – outras atividades – regulação ERSE	15.399	-	16.965	-
Brindes Fast Galp	7.836	-	8.360	-
Acerto de desvio tarifário – proveitos permitidos – regulação ERSE (Nota 14)	5.618	13.309	13.855	-
Juros de descobertos	5.486	-	5.258	-
Prémios de seguro a liquidar	2.510	-	4.691	-
Custos e perdas financeiros	940	-	1.202	-
Neutralidade financeira – regulação ERSE	394	-	320	-
Acréscimos de custos com pessoal – outros	74	-	127	-
Acerto de desvio tarifário – tarifa de energia – regulação ERSE (Nota 14)	-	10.138	3.661	-
Outros acréscimos de custos	11.593	2.814	8.740	-
	191.302	26.261	204.164	-
Proveitos diferidos				
Subsídios ao investimento (Nota 13)	10.384	266.153	11.080	275.210
Prestação de serviços	5.016	-	3.367	-
Fibra ótica	404	1.799	404	2.203
Outros	10.684	69	11.252	78
	26.488	268.021	26.103	277.491
	936.716	544.904	1.004.516	534.039

A rubrica “Adiantamentos por conta de vendas”, no montante de €149.312 k, é relativa a responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas (Nota 16).

A rubrica “Fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis” não-correntes refere-se essencialmente a direitos de superfície.

O montante de €4.889 k registado na rubrica “Outras contas a pagar – *overlifting*” corresponde à responsabilidade do Grupo pelo levantamento de barris de crude em excesso face à sua quota de produção e encontra-se valorizada conforme descrito Nota 2.7 e).

O montante de €2.666 k, registado na rubrica “Depósitos de cauções e garantias recebidas”, inclui €2.093 k referente à responsabilidade da Petrogal em 31 de dezembro de 2013, por cauções recebidas pela cedência de garrafas de gás, que foram registadas ao valor de aquisição, o qual corresponde aproximadamente ao seu justo valor.

O montante de €135.319 k registado na rubrica “Empréstimos – empresas associadas, participadas e relacionadas” refere-se a:

- (i) A empresa WIP concedeu, em março de 2012, empréstimos no montante global de €258.072 k (\$358.873.000): i) €135.319 k encontram-se registados na rubrica “Empréstimos – outros acionistas” (não-correntes) e dizem respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Petrogal Brasil, S.A. Estes vencem juros à taxa de mercado e têm prazo de reembolso definido de 10 anos; ii) €122.754 k não são remunerados e não existe intenção de reembolso, pelo que são assemelhadas a capital social (*quasi capital*), como tal encontra-se refletido na rubrica “Interesses que não controlam” (Notas 20 e 21). O montante registado na rubrica “Empréstimos – outros acionistas (não-correntes)” ascende, em 31 de dezembro de 2013, a €135.319 k, resultante de atualização cambial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, encontra-se reconhecido na rubrica “juros”, respeitantes a empréstimos obtidos relativos a empresas relacionadas, o montante de €7.042 k (Notas 8 e 28).

O montante de €12.648 k registado na rubrica “Empréstimos – outros acionistas” refere-se essencialmente a:

- €8.938 k registado a médio e longo prazo a pagar à ENAGÁS, SGPS, S.A. relativamente a suprimentos obtidos pela subsidiária SETGÁS – Sociedade de Distribuição de Gás Natural, S.A., incluída no perímetro de consolidação (Nota 3), os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido;
- €1.205 k registado a médio e longo prazo a pagar à EDP Cogeração, S.A. relativamente a suprimentos obtidos pela subsidiária Carriço Cogeração – Sociedade de Geração de Eletricidade e Calor, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido;
- o montante de €2.477 k, registado a médio e longo prazo a pagar à Visabeira Telecomunicações, SGPS, S.A., diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

O montante de €7.836 k registado na rubrica “Acréscimos de custos – brindes Fastgalp” refere-se às responsabilidades da Petrogal face aos pontos emitidos e não rebatidos até 31 de dezembro de 2013, referentes ao Cartão Fast Galp, e que se prevê que venham a ser trocados por prémios nos períodos seguintes.

Os subsídios ao investimento encontram-se a ser reconhecidos em resultados durante a vida útil dos bens. O montante a reconhecer em períodos futuros ascende a €276.537 k (Nota 13).

Os proveitos decorrentes do contrato de cessão de direitos de utilização de infraestruturas de telecomunicações encontram-se diferidos na rubrica “Proveitos diferidos – fibra ótica” e são reconhecidos em resultados durante o período do contrato. O saldo de proveitos diferidos em 31 de dezembro de 2013, por reconhecer em períodos futuros, ascende a €2.203 k.

25. PROVISÕES

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Provisões” apresentava o seguinte movimento:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Transferências	Regularizações	Varição de perímetro	Saldo final
Processos judiciais	18.061	6.056	(2 470)	(7.380)	-	(11)	-	14.256
Investimentos financeiros (Nota 4)	2.850	395	-	-	-	(115)	-	3.130
Impostos	16.511	52	(274)	-	17 341	(740)	-	32.890
Meio ambiente	4.233	200	(350)	(302)	-	-	-	3.781
Abandono de blocos	51.376	95.812	-	(57.233)	-	(1.728)	-	88.227
Outros riscos e encargos	44.525	1.178	(208)	(16.249)	(17 341)	(38)	(2)	11.865
	137.556	103.693	(3.302)	(81.164)	-	(2.632)	(2)	154.149

Os aumentos de provisões líquidos de diminuições foram registados como se segue.

Provisões (Nota 6)	4.458
Capitalização dos custos da provisão para abandono de blocos	95.812
Estimativa de liquidações adicionais de IRP em Angola (Nota 9)	(274)
Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e entidades conjuntamente controladas (Nota 4)	395
	100.391

Processos judiciais

A provisão para processos judiciais em curso no montante de €14.256 k inclui essencialmente: o montante de €5.472 k relativo a responsabilidades pela liquidação de taxas de ocupação do subsolo da subsidiária Petrogal relativamente ao diferendo que opõe esta empresa à Câmara Municipal de Matosinhos, €641 k referente a processos por incumprimento contratual de gestão em estações de serviço, €1.269 k referente a processos fiscais e com organismos públicos pela Galp Energia España, S.A. e o montante de €1.328 k referente ao litígio por incorreção contratual no montante mensal de €17.708,00 desde outubro de 2007, entre a subsidiária CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. e a APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.

A utilização da provisão no período findo a 31 de dezembro de 2013 inclui o montante incorporado por via da fusão da Galp Distribuição Portugal, S.A. na subsidiária Petrogal de €2.000 k, relativo ao processo Recheio – Cash & Carry, e €865 k para liquidação de taxas de ocupação de subsolo.

Investimentos financeiros

A provisão para investimentos financeiros representante do compromisso solidário do Grupo junto das associadas que apresentavam capitais próprios negativos (Nota 4).

Impostos

A rubrica provisão para impostos no montante de €32.890 k inclui essencialmente:

- (i) €16.378 k de liquidações adicionais em sede de IRP;
- (ii) €7.394 k para fazer face a uma contingência fiscal, relacionada com uma correção à matéria coletável da subsidiária Petrogal relativa aos exercícios de 2001 e 2002;
- (iii) €5.322 k para fazer face a correções efetuadas à matéria coletável, no decurso da inspeção fiscal à declaração de IRC dos exercícios de 2005 e 2006 da Galp Energia, SGPS, S.A. e da subsidiária GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. A contingência fiscal está relacionada com a interpretação sobre o regime de tributação de mais valias obtidas em períodos anteriores ao ano de 2000 e;
- (iv) €3.377 k para fazer face ao risco fiscal associado à alienação da participação da ONI, SGPS à Galp Energia, SGPS, S.A.

Meio ambiente

O montante €3.781 k registado na rubrica “Provisões para meio ambiente” é para fazer face aos custos associados à descontaminação de solos de algumas instalações ocupadas pelo Grupo, onde já se tomou a decisão de descontaminação por obrigatoriedade legal. No exercício findo foi utilizado o montante de €302 k na descontaminação de solos nas refinarias.

Abandono de blocos

O montante de €88.227 k registado na rubrica “Provisões para abandono de blocos” destina-se a fazer face a custos de abandono das instalações de exploração situadas nos blocos 1 e 14 em Angola, no montante de €77.423 k, e o remanescente montante de €10.804 k a instalações no Brasil. Esta provisão destina-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar no final da vida útil de produção daquelas áreas petrolíferas com o desmantelamento de ativos e a descontaminação de solos.

Outros riscos e encargos

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Provisões – Outros riscos e encargos”, no montante de €11.865 k, refere-se essencialmente a:

- (i) €4.561 k para fazer face a processos relativos a responsabilidades por “sanções” aplicadas pelas autoridades aduaneiras devido a um atraso na declaração de destino aduaneiro de cargas de navios recebidos em Sines;
- (ii) €2.364 k para fazer face ao pagamento de ISP dos biocombustíveis; e
- (iii) €1.699 k para fazer face aos débitos relativos ao exercício de 2012 efetuados pela Administração do Porto de Lisboa, pela ocupação do terreno de Cabo Ruivo, reclamados pela Empresa.

A utilização e as transferências na rubrica “Outras provisões para riscos e encargos” referem-se essencialmente à utilização de provisão para reestruturação no montante de €10.000 k e à transferência do montante de €17.341 k relativo a liquidação adicional em sede de IRP.

O montante registado em variação de perímetro refere-se à saída do perímetro da entidade Galpbúzi – Agro-Energia, S.A. (Nota 3).

26. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Fornecedores” apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	dezembro 2013	dezembro 2012
Fornecedores c/c	859.334	716.698
Fornecedores – faturas em receção e conferência	650.299	752.533
	1.509.633	1.469.231

Os saldos das contas a pagar a fornecedores – faturas em receção e conferência, correspondem essencialmente às compras de matérias-primas de petróleo bruto, gás natural e de mercadorias em trânsito àquelas datas.

27. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS

É política do Grupo utilizar derivados financeiros para cobrir riscos de taxas de juro, riscos de flutuação de mercado, nomeadamente os riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, bem como riscos de variação do preço do gás natural e eletricidade, os quais afetam o valor financeiro dos ativos e dos *cash flows* futuros esperados da sua atividade.

Os derivados financeiros são denominados, segundo as normas IAS/IFRS, como “ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos” ou “passivos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos”. Os derivados financeiros sobre taxa de juro que são contraídos para fins de cobertura da variação de taxa de juro de empréstimos são denominados como sendo de “cobertura de fluxo de caixa”. Os derivados financeiros sobre taxa de juro que são contraídos para fins de cobertura da variabilidade do justo valor ou para colmatar quaisquer riscos que possam afetar os resultados do exercício de empréstimos são denominados como sendo de “cobertura de justo valor”.

O justo valor dos derivados financeiros foi determinado por entidades bancárias tendo por base modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites.

Em conformidade com a norma IFRS 13, uma entidade deve classificar as mensurações do justo valor baseando-se numa hierarquia do justo valor que reflita o significado dos *inputs* utilizados na mensuração. A hierarquia de justo valor deverá ter os seguintes níveis:

- Nível 1 – o justo valor dos ativos ou passivos é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência do balanço;
- Nível 2 – o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação baseados em *inputs* observáveis no mercado;
- Nível 3 – o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

O justo valor dos derivados financeiros (*swaps*) contabilizados foi determinado por entidades bancárias tendo por base *inputs* observáveis no mercado e utilizados nos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites (Nível 2). Os futuros são transacionados em Bolsa sujeitos à Câmara de Compensação, sendo o valor determinado pelos preços cotados (Nível 1).

Derivados financeiros – swaps, opções e forwards**Swaps sobre taxa de juro**

Os *swaps* sobre taxa de juro a 31 de dezembro de 2013 apresentavam as seguintes características:

Tipo de derivado e taxa de juro	Taxa de juro	Valor nominal	Maturidade	Justo valor de derivados em €k
Passivo	Cobertura de fluxo de caixa			
<i>swaps</i>	Paga entre 1,48% e 1,59% Recebe Euribor 6m	€122.500 k	2014	(1.241)
				(1.241)

Os instrumentos financeiros derivados em carteira sobre taxa de juro apresentam, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 as seguintes evoluções:

	Ativo		Passivo	
	Corrente	Não-corrente	Corrente	Não-corrente
Derivados sobre taxa de juro				
Justo valor em 1 de janeiro de 2012	-	1.032	-	(1.806)
Aquisições durante o exercício	-	-	-	-
Pagamento/recebimento) de juros durante o exercício	-	-	-	1.952
Recebimento/(pagamento) de juros refletido em resultados	-	-	-	(1.953)
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido em resultados	54	(157)	(42)	73
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido no capital próprio	-	(875)	(703)	(5.592)
Justo valor em 31 de dezembro de 2012	54	-	(745)	(7.326)
Justo valor em 1 de janeiro de 2013	54	-	(745)	(7.326)
Aquisições durante o exercício	-	-	-	-
Pagamento/recebimento) de juros durante o exercício	-	-	-	6.265
Recebimento/(pagamento) de juros refletido em resultados	-	-	-	(6.265)
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido em resultados	(54)	-	41	-
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido no capital próprio	-	-	704	6.085
Justo valor em 31 de dezembro de 2013 (Nota 17)	-	-	-	(1.241)

Os juros suportados e obtidos com os derivados de taxa de juro estão classificados nas rubricas “Proveitos e custos financeiros”.

Os movimentos ocorridos no justo valor repercutidos no capital próprio, resultante da cobertura de fluxo de caixa, são como se segue:

Variação de justo valor nos capitais próprios	dezembro 2013	dezembro 2012
Empresas do Grupo	6.789	(7.170)
Interesses que não controlam	(8)	(9)
	6.781	(7.179)
Empresas associadas	222	(340)
	7.003	(7.519)

Swaps e opções sobre commodities

Os swaps e opções sobre commodities a 31 de dezembro de 2013 apresentavam as seguintes características:

Tipo de derivado sobre commodities	Características	Quantidade nominal	Maturidade	Justo valor de derivados em €k
Ativo	Justo valor por resultados			
Swaps	Gás natural	Buy 463.045 MWh	2015	42
Swaps	Gás natural	Buy 752.015 MWh	2014	176
Swaps	Gás natural	Sell 20.110 MWh	2014	7
Swaps	Margem de refinação oil	Sell 10.200 bbl	2014-2015	15.191
Opção – Collar	Gás natural – intervalo de preço 10,27%	Sell 52.875 MWh	2014-2015	33
Passivo	Justo valor por resultados			
Swaps	Elettricidade	Buy 522.700 MWh	2014-2015	(221)
Swaps	Gás natural	Buy 187.090 MWh	2015	(76)
Swaps	Gás natural	Buy 792.585 MWh	2014	(418)
Swaps	Gás natural	Sell 53.348 MWh	2014	(38)
Opção – Collar	Gás natural – intervalo de preço 10,27%	Buy 55.225 MWh	2014-2015	(40)
				14.656

O impacto contabilístico a 31 de dezembro de 2013 e 2012 na rubrica do “Custo da venda” pode ser visualizado no quadro seguinte.

	Ativo		Passivo	
	Corrente	Não-corrente	Corrente	Não-corrente
Derivados sobre commodities				
Justo valor em 1 de janeiro de 2012	2.240	750	(90.489)	-
Aquisições durante o exercício	27	-	-	-
Alienações durante o exercício	-	-	87.259	-
Aumento/(diminuição) na transação refletido em custo da venda	-	-	(717)	-
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido em resultados financeiros	(784)	(742)	2.144	(20)
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido no capital próprio	-	-	-	-
Justo valor em 31 de dezembro de 2012	1.483	8	(1.803)	(20)
Justo valor em 1 de janeiro de 2013	1.483	8	(1.803)	(20)
Aquisições durante o exercício	-	-	-	-
Alienações durante o exercício	(8.586)	-	2.854	-
Aumento/(diminuição) na transação refletido em custo da venda	8.586	-	(2.351)	-
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido em resultados financeiros	7.900	6.058	804	(277)
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido no capital próprio	-	-	-	-
Justo valor em 31 de dezembro de 2013 (Nota 17)	9.383	6.066	(496)	(297)

Derivados cambiais

Os derivados sobre câmbios em carteira a 31 de dezembro de 2013 apresentavam as seguintes características:

Tipo de derivado sobre taxa de câmbio	Características	Valor nominal	Maturidade	Justo valor de derivados em €k
Ativo	Justo valor por resultados			
<i>Non-deliverable forward</i>	Entrega R\$	R\$99.000 k	2014	20
	Recebe \$	\$41.730 k		
<i>Forwards</i>	Entrega \$	\$45.110 k	2014	85
	Recebe €	€32.797 k		
Passivo	Justo valor por resultados			
<i>Cross currency interest</i>	Paga Euribor entre 3m e 6m + <i>spread</i> entre 2% a 4%	\$970.000 k	2014	(9.974)
<i>Rate swaps</i>	Recebe US Libor entre 3m e 6m + <i>spread</i> entre 1,94% a 4,05%	€713.454 k		
				(9.869)

O impacto contabilístico a 31 de dezembro de 2013 e 2012 na rubrica “Resultados” pode ser visualizado no quadro seguinte.

Derivados sobre taxa de câmbio

	Ativo		Passivo	
	Corrente	Não-corrente	Corrente	Não-corrente
Justo valor em 1 de janeiro de 2012	-	-	-	-
Aumentos/(diminuições) durante o exercício	-	-	(21 404)	-
Aumento/(diminuição) resultante da conversão cambial	-	-	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido em resultados financeiros	1 407	-	(11)	-
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido em resultados cambiais	4 236	-	13 858	-
Aumento/diminuição no justo valor refletido em reservas de conversão	(873)	-	1 025	-
Justo valor em 31 de dezembro de 2012	4.770	-	(6.532)	-
Justo valor em 1 de janeiro de 2013	4.770	-	(6.532)	-
Aumentos/(diminuições) durante o exercício	(4 770)	-	137	-
Aumento/(diminuição) resultante da conversão cambial	-	-	1 538	-
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido em resultados financeiros	-	-	(1 223)	-
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido em resultados cambiais	105	-	(4 389)	-
Aumento/diminuição no justo valor refletido em reservas de conversão	-	-	495	-
Justo valor em 31 de dezembro de 2013 (Nota 17)	105	-	(9.974)	-

Derivados financeiros – futuros

O grupo Galp Energia transaciona igualmente uma característica de instrumentos financeiros denominados como futuros. Devido a sua elevada liquidez, pelo facto de serem transacionados em bolsa, os mesmos encontram-se classificados como ativos financeiros ao justo valor por resultados e fazem parte integrante da rubrica “Caixa e seus equivalentes”. Os ganhos e perdas com os futuros sobre *commodities* (Brent e eletricidade) estão classificados na rubrica “Custo das vendas,” enquanto os futuros sobre CO₂ estão classificados na rubrica “Outros custos operacionais”. Como os futuros são transacionados em bolsa, sujeitos à Câmara de Compensação, os ganhos e perdas são registados de forma contínua na demonstração dos resultados.

Os ganhos e perdas de valores na posição financeira relativamente a futuros sobre Brent, encontram-se identificados no quadro seguinte.

Futuros sobre commodities (Brent)

	Ativo		Passivo	
	Corrente	Não-corrente	Corrente	Não-corrente
Justo valor em 1 de janeiro de 2012	2.329	-	-	-
Aquisições durante o exercício	77.784	-	-	-
Alienações durante o exercício	(86.276)	-	-	-
Aumento/(diminuição) na transação refletido em custo da venda	8.457	-	-	-
Justo valor em 31 de dezembro de 2012	2.294	-	-	-
Justo valor em 1 de janeiro de 2013	2.294	-	-	-
Aquisições durante o exercício	59.103	-	-	-
Alienações durante o exercício	(59.695)	-	-	-
Aumento/(diminuição) na transação refletido em custo da venda	(1.488)	-	-	-
Justo valor em 31 de dezembro de 2013 (Nota 18)	214	-	-	-

Além destes futuros, o Grupo transaciona futuros sobre eletricidade, que são classificados como ativos financeiros ao justo valor por resultados – detidos para negociação. Os ganhos e perdas realizados com estes futuros estão classificados como resultados operacionais e as variações do justo valor das posições abertas como resultados financeiros. Os ganhos e perdas são registados de forma contínua na demonstração dos resultados, conforme quadro seguinte.

Futuros sobre eletricidade	Ativo		Passivo	
	Corrente	Não-corrente	Corrente	Não-corrente
Justo valor em 1 de janeiro de 2012	1.209	-	-	-
Aquisições durante o exercício	8.716	-	-	-
Alienações durante o exercício	(6.177)	-	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido em resultados financeiros	(1.191)	-	-	-
Justo valor em 31 de dezembro de 2012	2.557	-	-	-
Justo valor em 1 de janeiro de 2013	2.557	-	-	-
Aquisições durante o exercício	6.661	-	-	-
Alienações durante o exercício	-	-	-	-
Aumento/(diminuição) na transação refletido em custo da venda	(4.167)	-	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido em resultados financeiros	(29)	-	-	-
Justo valor em 31 de dezembro de 2013 (Nota 18)	5.022	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2013, a Galp Power, S.A. detém em carteira 1.900 lotes de futuros sobre CO₂ com vencimento em dezembro de 2014. Estes futuros sobre CO₂ representam 1.900.000 t/CO₂ com uma valorização e registo contabilístico a 31 de dezembro de 2013 no montante de €1.710 k e classificados como ativos financeiros ao justo valor por resultados – detidos para negociação. Os ganhos e perdas realizados são registados de forma contínua na demonstração dos resultados em resultados operacionais, bem como as variações de justo valor das posições abertas que são refletidas como resultados financeiros conforme quadro seguinte.

Futuros sobre CO ₂	Ativo		Passivo	
	Corrente	Não-corrente	Corrente	Não-corrente
Justo valor em 1 de janeiro de 2012	122	-	-	-
Aquisições durante o exercício	3.329	-	-	-
Alienações durante o exercício	(493)	-	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido em resultados financeiros	(1.607)	-	-	-
Justo valor em 31 de dezembro de 2012	1.351	-	-	-
Justo valor em 1 de janeiro de 2013	1.351	-	-	-
Aquisições durante o exercício	11.466	-	-	-
Alienações durante o exercício	-	-	-	-
Aumento/(diminuição) na transação refletido em resultados operacionais	(10.379)	-	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido em resultados financeiros	(728)	-	-	-
Justo valor em 31 de dezembro de 2013 (Nota 18)	1.710	-	-	-

28. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações com entidades relacionadas verificados no exercício de 2013 e 2012, respetivamente, podem ser resumidos como se segue.

Saldos ativos

	dezembro 2013						
	Total das entidades relacionadas	Não-corrente		Clientes	Corrente		Acréscimos e diferimentos
		Empréstimos concedidos (Nota 14)	Outras contas a receber (Nota 14)		Empréstimos concedidos (Nota 14)	Outras contas a receber (Nota 14)	
Empresas associadas							
Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	7.409	4.350	-	612	-	2.030	417
Sonangalp – Sociedade, Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	4.330	-	-	4.223	-	107	-
Energin – Sociedade de Produção de Eletricidade e Calor, S.A.	2.753	2.753	-	-	-	-	-
Gasoduto Extremadura, S.A.	885	-	-	-	-	-	885
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	643	-	-	-	-	-	643
Metragaz, S.A.	516	-	-	(3)	-	121	398
Terparque – Armazenagem de Combustíveis, Lda.	215	-	-	215	-	-	-
EMPL – Europe Magreb Pipeline, Ltd.	154	-	-	(3)	-	4	153
Gásfomento – Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	142	-	-	142	-	-	-
CLC Guiné-Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné-Bissau, Lda.	62	-	-	-	-	62	-
Aero Serviços, SARL – Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários	43	-	-	6	-	37	-
Tagusgás Propano, S.A.	22	-	-	22	-	-	-
	17.174	7.103	-	5.214	-	2.361	2.496
Empresas conjuntamente controladas							
Ventinveste, S.A.	19.987	19.955	-	-	-	-	32
Sigás – Armazenagem de Gás, A.C.E.	8.273	-	7.873	46	-	337	17
CLC – Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	1.395	-	-	112	-	251	1.032
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	821	820	-	-	-	-	1
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.	690	-	-	2	-	688	-
Caiageste – Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	99	-	-	74	-	23	2
Galpbúzi – Agro-Energia, S.A.	90	-	-	-	-	90	-
Ventinveste Eólica, SGPS, S.A.	34	-	-	34	-	-	-
Parque Eólico do Douro Sul, S.A.	8	-	-	8	-	-	-
Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A.	2	-	-	2	-	-	-
Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A.	2	-	-	2	-	-	-
Parque Eólico do Planalto, S.A.	1	-	-	1	-	-	-
Parque Eólico de Vale do Chão, S.A.	1	-	-	1	-	-	-
Asa – Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	1	-	-	-	-	1	-
Tupi, B.V.	1	-	-	1	-	-	-
	31.405	20.775	7.873	283	-	1.390	1.084
Empresas participadas e relacionadas							
Tip Top Energy, SARL	871.493	706.993	-	-	164.500	-	-
Adene – Agência para a Energia, S.A.	94	-	90	3	-	1	-
Eni, S.p.A.	81	-	-	143	-	11	(73)
Cooperativa de Habitação da Petrolgal, CRL	53	-	53	-	-	-	-
SABA – Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda.	24	-	-	24	-	-	-
InovCapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	2	-	-	2	-	-	-
PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A.	1	-	-	1	-	-	-
Fundação Galp Energia	1	-	-	1	-	-	-
Outras empresas associadas	7.594	-	4.995	1	-	2.598	-
	879.343	706.993	5.138	175	164.500	2.610	(73)
	927.922	734.871	13.011	5.672	164.500	6.361	3.507

dezembro 2012

dezembro 2012

	Total das entidades relacionadas	Não-corrente		Clientes	Correntes		Acréscimos e diferimentos
		Empréstimos concedidos (Nota 14)	Outras contas a receber (Nota 14)		Empréstimos concedidos (Nota 14)	Outras contas a receber (Nota 14)	
Empresas associadas							
Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	8.012	4.054	-	931	-	2.566	461
Sonangalp – Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	5.312	-	-	5.270	-	42	-
Energin – Sociedade de Produção de Eletricidade e Calor, S.A.	3.670	3.670	-	-	-	-	-
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	2.835	2.214	-	-	-	-	621
Gasoduto Extremadura, S.A.	855	-	-	-	-	-	855
Gásfomento – Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	384	-	-	389	-	(5)	-
Metragaz, S.A.	331	-	-	-	-	303	28
EMPL – Europe Magreb Pipeline, Ltd.	238	-	-	(3)	-	-	241
Terparque – Armazenagem de Combustíveis, Lda.	238	-	-	238	-	-	-
CLC Guiné-Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné-Bissau, Lda.	155	-	-	2	-	153	-
Aero Serviços, SARL – Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários	22	-	-	-	-	22	-
Tagusgás Propano, S.A.	18	-	-	18	-	-	-
	22.070	9.938	-	6.845	-	3.081	2.206
Empresas conjuntamente controladas							
Ventinveste, S.A.	18.492	18.460	-	1	-	2	29
Sigás – Armazenagem de Gás, A.C.E.	8.772	-	8.389	163	-	190	30
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	868	867	-	-	-	-	1
CLC – Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	649	-	-	115	-	322	212
Ventinveste Eólica, SGPS, S.A.	115	-	-	115	-	-	-
Caiajeste – Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	64	-	-	38	-	23	3
Asa – Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	13	-	-	12	-	1	-
Multiserviços Galp Barcelona	12	-	-	12	-	-	-
Parque Eólico do Douro Sul, S.A.	8	-	-	8	-	-	-
Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A.	4	-	-	4	-	-	-
Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A.	3	-	-	3	-	-	-
Parque Eólico do Planalto, S.A.	2	-	-	2	-	-	-
Parque Eólico de Vale do Chão, S.A.	1	-	-	1	-	-	-
Parque Eólico de Vale Grande, S.A.	1	-	-	1	-	-	-
	29.004	19.327	8.389	475	-	538	275
Empresas participadas e relacionadas							
Tip Top Energy, SARL	945.136	917.558	-	-	13.643	-	13.935
Adene – Agência para a Energia, S.A.	92	-	90	2	-	-	-
Eni, S.p.A.	73	-	-	146	-	-	(73)
Cooperativa de Habitação da Petrogal, CRL	53	-	53	-	-	-	-
SABA – Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda.	23	-	-	23	-	-	-
Fundação Galp Energia	5	-	-	5	-	-	-
InovCapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	2	-	-	2	-	-	-
PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A.	1	-	-	1	-	-	-
Outras empresas associadas	192	-	-	-	-	192	-
	945.577	917.558	143	179	13.643	192	13.862
	996.651	946.823	8.532	7.499	13.643	3.811	16.343

Os empréstimos a empresas associadas, empresas conjuntamente controladas e empresas participadas e relacionadas correntes e não-correntes, em 31 de dezembro de 2013, referem-se essencialmente a empréstimos de financiamento concedidos pelas seguintes subsidiárias:

	Ativo corrente – empréstimos concedidos (Nota 14)	Ativo não-corrente – empréstimos concedidos (Nota 14)	Juros respeitantes a empréstimos concedidos (Nota 8)
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	-	-	25
pela Galp Gás Natural, S.A.	-	-	25
Energin – Sociedade de Produção de Eletricidade e Calor, S.A.	-	2.753	64
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	-	820	28
Ventinveste, S.A.	-	19.955	646
pela Galp Power, SGPS, S.A.	-	23.528	738
Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	-	4.350	296
pela GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A.	-	4.350	296
Tip Top Energy, SARL	164.500	706.993	16.565
pela Galp Sinopec Brazil Services (Cyprus), Ltd.	164.500	706.993	16.565
	164.500	734.871	17.624

O empréstimo que a Galp Energia Brazil Service (Cyprus), Ltd. concedeu à Tip Top Energy, SARL, em 28 de março de 2012, é remunerado à taxa de juro LIBOR três meses, acrescido de um *spread*, pelo prazo de quatro anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi registado na rubrica “Juros”, respeitantes a empréstimos concedidos relativos a empresas relacionadas, o montante de €16.565 k (Nota 14).

Os restantes empréstimos vencem juros a taxas de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

Saldos passivos

	dezembro 2013				
	Total das entidades relacionadas	Não-corrente		Corrente	
		Empréstimos obtidos (Nota 24)	Empréstimos obtidos (Nota 24)	Fornecedores	Outras contas a pagar (Nota 44)
Empresas associadas					
EMPL – Europe Magreb Pipeline, Ltd.	5.945	-	-	5.945	-
Gasoduto Extremadura, S.A.	1.963	-	-	1.963	-
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	1.626	-	-	909	717
Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	2.007	-	-	2.007	-
Gásfomento – Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	1.100	-	-	124	976
Terparque – Armazenagem de Combustíveis, Lda.	47	-	-	47	-
CLC Guiné-Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné-Bissau, Lda.	27	-	-	-	27
	12.715	-	-	10.995	1.003
Empresas conjuntamente controladas					
CLC – Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	38.987	-	-	38.987	-
Sigás – Armazenagem de Gás, A.C.E.	426	-	-	426	-
Asa – Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	218	-	-	218	-
	39.631	-	-	39.631	-
Empresas participadas e relacionadas					
Winland International Petroleum, SARL (WIP)	139.765	135.319	-	-	4.446
Eni, S.p.A.	137	-	-	26	111
SABA – Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda.	63	-	-	63	-
Outras empresas associadas	1.600	-	365	-	1.235
	141.565	135.319	365	89	1.235
	193.911	135.319	365	50.715	2.238

	dezembro 2012				
	Total das entidades relacionadas	Não-corrente		Corrente	
		Empréstimos obtidos (Nota 24)	Empréstimos obtidos	Fornecedores	Outras contas a pagar (Nota 24)
Empresas associadas					
EMPL – Europe Magreb Pipeline, Ltd.	6.017	-	-	6.017	-
Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	2.165	-	-	1.582	583
Gasoduto Extremadura, S.A.	1.910	-	-	1.910	-
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	1.869	-	-	1.869	-
Gásfomento – Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	927	-	-	236	691
Terparque – Armazenagem de Combustíveis, Lda.	3	-	-	3	-
CLC Guiné-Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné-Bissau, Lda.	(12)	-	-	-	(12)
	12.879	-	-	11.617	679
Empresas conjuntamente controladas					
CLC – Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	73.572	-	-	73.572	-
Sigás – Armazenagem de Gás, A.C.E.	431	-	-	431	-
Asa – Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	227	-	-	227	-
	74.230	-	-	74.230	-
Empresas participadas e relacionadas					
Winland International Petroleum, SARL (WIP)	146.969	142.229	-	-	4.740
Eni, S.p.A.	332	-	-	82	(11)
SABA – Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda.	46	-	-	46	-
Central-E, S.A.	27	-	-	27	-
Adene – Agência para a Energia, S.A.	1	-	-	1	-
	147.375	142.229	-	156	(11)
	234.484	142.229	-	86.003	668

O montante de €135.319 k registado a médio e longo prazo a pagar à WIP refere-se a suprimentos obtidos pela subsidiária Petrogal Brasil, S.A. (Nota 24), os quais vencem juros à taxa de mercado e têm prazo de reembolso definido de 10 anos.

Transações

	2013			
	Custos operacionais	Proveitos operacionais	Custos financeiros (Nota 8)	Proveitos financeiros (Nota 8)
Empresas associadas				
Terparque – Armazenagem de Combustíveis, Lda.	2.253	(776)	-	-
Metragaz, S.A.	-	(650)	-	-
Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	4.986	(648)	-	(296)
Gásfomento – Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	1.099	(364)	-	-
EMPL – Europe Magreb Pipeline, Ltd.	65.552	(310)	-	-
Sonangal – Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	-	(98)	-	-
Tagusgás Propano, S.A.	-	(61)	-	-
Gasoduto Extremadura, S.A.	12.326	(30)	-	-
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	12.056	(22)	-	(25)
Energín – Sociedade de Produção de Eletricidade e Calor, S.A.	-	(1)	-	(64)
	98.272	(2.960)	-	(385)
Empresas conjuntamente controladas				
Sigás – Armazenagem de Gás, A.C.E.	3.003	(3.357)	-	-
CLC – Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	15.566	(1.500)	-	-
Caiaigeste – Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	1	(308)	-	-
Ventinveste Eólica, SGPS, S.A.	-	(98)	-	-
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.	5	(90)	-	-
Parque Eólico do Douro Sul, S.A.	-	(41)	-	-
Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A.	-	(21)	-	-
Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A.	-	(17)	-	-
Parque Eólico do Planalto, S.A.	-	(9)	-	-
Ventinveste, S.A.	-	(8)	-	(646)
Parque Eólico de Vale do Chão, S.A.	-	(6)	-	-
Parque Eólico de Vale Grande, S.A.	-	(3)	-	-
Multiserviços Galp Barcelona	-	(2)	-	-
Parque Eólico do Cabeço Norte, S.A.	-	(1)	-	-
Parque Eólico de Torrinhelas, S.A.	-	(1)	-	-
Galpbúzi – Agro-Energia, S.A.	3	-	-	-
Asa – Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	970	-	-	-
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	-	-	-	(28)
	19.548	(5.462)	-	(674)
Empresas participadas e relacionadas				
Eni, S.p.A.	470	(50.578)	-	-
SABA – Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda.	522	(193)	-	-
Fundação Galp Energia	-	(136)	-	-
InovCapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	-	(32)	-	-
Adene – Agência para a Energia, S.A.	1	(21)	-	-
PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A.	-	(12)	-	-
Central-E, S.A.	166	-	-	-
Winland International Petroleum, SARL (WIP)	-	-	7.042	-
Amorim Energia, B.V.	1.503	-	-	-
Tip Top Energy, SARL	-	-	-	(16.565)
	2.662	(50.972)	7.042	(16.565)
	120.482	(59.394)	7.042	(17.624)

	2012			
	Custos operacionais	Proveitos operacionais	Custos financeiros (Nota 8)	Proveitos financeiros (Nota 8)
Empresas associadas				
Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	4.407	(2.329)	-	(277)
Terparque – Armazenagem de Combustíveis, Lda.	2.412	(836)	-	-
Metragaz, S.A.	-	(623)	-	-
EMPL – Europe Magreb Pipeline, Ltd.	64.951	(491)	-	-
Gásfomento – Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	286	(251)	-	-
Sonangal – Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	-	(62)	-	-
Tagusgás Propano, S.A.	-	(35)	-	-
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	11.212	(22)	-	(84)
Energin – Sociedade de Produção de Eletricidade e Calor, S.A.	-	(1)	-	(124)
Gasoduto Extremadura, S.A.	11.460	53	-	-
	94.728	(4.597)	-	(485)
Empresas conjuntamente controladas				
Sigás – Armazenagem de Gás, A.C.E.	3.760	(3.387)	-	-
CLC – Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	15.675	(1.488)	-	-
Caiageste – Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	3	(220)	-	-
Ventinveste Eólica, SGPS, S.A.	-	(102)	-	-
Parque Eólico do Douro Sul, S.A.	-	(41)	-	-
Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A.	-	(21)	-	-
Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A.	-	(17)	-	-
Asa – Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	947	(15)	-	-
Multiserviços Galp Barcelona	-	(12)	-	-
Parque Eólico do Planalto, S.A.	-	(9)	-	-
Ventinveste, S.A.	-	(7)	-	(721)
Parque Eólico de Vale do Chão, S.A.	-	(6)	-	-
Parque Eólico de Vale Grande, S.A.	-	(4)	-	-
Parque Eólico do Cabeço Norte, S.A.	-	(1)	-	-
Parque Eólico de Torrinheiras, S.A.	-	(1)	-	-
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	-	-	-	(34)
	20.385	(5.331)	-	(755)
Empresas participadas e relacionadas				
Eni, S.p.A.	219.561	(118.178)	(108)	-
SABA – Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda.	624	(217)	-	-
Fundação Galp Energia	-	(117)	-	-
InovCapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	-	(27)	-	-
Adene – Agência para a Energia, S.A.	4	(17)	-	-
PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A.	-	(14)	-	-
Central-E, S.A.	163	-	-	-
Winland International Petroleum, SARL (WIP)	-	-	5.909	-
Amorim Energia, B.V.	779	-	-	-
Tip Top Energy, SARL	-	-	-	(14.310)
	221.131	(118.570)	5.801	(14.310)
	336.244	(128.498)	5.801	(15.550)

29. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A remuneração dos órgãos sociais da Galp Energia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 compõe-se como segue:

	dezembro 2013					dezembro 2012					
	Remuneração base	PPR	Subsídios renda de casa e de deslocação	Outros encargos e regularizações	Prémios	Remuneração base	PPR	Subsídios renda de casa e de deslocação	Outros encargos e regularizações	Prémios	Total
Órgãos sociais da Galp Energia, SGPS, S.A.											
Administradores executivos	3.482	810	149	2.020	23	3.547	822	158	1.179	575	6.281
Administradores não-executivos	733	-	-	-	-	1.169	145	31	-	-	1.345
Conselho Fiscal	92	-	-	-	-	93	-	-	-	-	93
Assembleia Geral	2	-	-	-	-	6	-	-	-	-	6
	4.309	810	149	2.020	23	4.815	967	189	1.179	575	7.725
Órgãos sociais de empresas subsidiárias											
Administradores executivos	2.345	-	7	13	-	1.791	-	31	34	-	1.856
Assembleia Geral	16	-	-	-	-	17	-	-	-	-	17
	2.361	-	7	13	-	1.808	-	31	34	-	1.873
	6.670	810	156	2.033	23	6.623	967	220	1.213	575	9.598

Dos montantes totais de €9.692 k e €9.598 k, registados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente, €8.736 k e €7.576 k foram contabilizados em custos com pessoal (Nota 6) e €956 k e €2.022 k foram contabilizados em fornecimentos e serviços externos.

Na rubrica “Prémios” de 2013 está incluído o montante de €1.000 k referente à especialização de prémio plurianual dos administradores a pagar no exercício de 2015.

Ao abrigo da política atualmente adotada, a remuneração dos órgãos sociais da Galp Energia inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo e as especializações dos custos relativos a valores a imputar a este exercício.

Segundo a IAS 24, o pessoal-chave corresponde ao conjunto de todas as pessoas com autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades da empresa, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador, seja ele executivo ou não-executivo. Segundo a interpretação desta norma por parte da Galp Energia, as únicas pessoas que reúnem todas estas características são os membros do Conselho de Administração.

A informação relativa aos honorários faturados pelo ROC e auditoria externa encontra-se divulgada no Relatório de governo da Sociedade.

30. DIVIDENDOS

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de acionistas realizada em 22 de abril de 2013, foram atribuídos aos acionistas da Galp Energia, SGPS, S.A. dividendos no montante de €199.020 k, relativos a distribuição do resultado líquido do exercício de 2012 e dos resultados acumulados, tendo sido distribuídos e liquidados dividendos antecipados no montante €99.510 k durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e liquidado no dia 16 de maio de 2013 o restante montante €99.510 k.

O Conselho de Administração aprovou ainda o pagamento de um dividendo intercalar, no montante de €119.412 k, totalmente liquidado no dia 18 de setembro de 2013.

No decurso do período findo em 31 de dezembro de 2013, foram liquidados dividendos no montante de €3.034 k na esfera das subsidiárias do grupo Galp Energia a acionistas minoritários (Nota 21 h).

Como consequência do referido anteriormente, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro 2013, o Grupo pagou dividendos no total de €221.956 k.

31. RESERVAS PETROLÍFERAS E DE GÁS

A informação relativa a reservas petrolíferas e de gás da Galp Energia são objeto de avaliação independente por uma empresa devidamente qualificada, sendo a metodologia adotada estabelecida de acordo com o Petroleum Resources Management System (PMRS), aprovado em março de 2007 pela Society of Petroleum Engineers (SPE), o World Petroleum Council, a American Association of Petroleum Geologists e a Society of Petroleum Evaluation Engineers.

A informação sobre reservas encontra-se em documento anexo denominado “Informação suplementar sobre Petróleo e Gás (não-auditado)”.

32. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Gestão do risco

A Galp Energia encontra-se exposta a vários tipos de risco de mercado (risco de preço, risco de taxa de câmbio e risco de taxa de juro) inerentes à indústria do petróleo e do gás natural, que influenciam os resultados financeiros do Grupo. Os principais riscos de mercado resultam da flutuação do preço do petróleo bruto e seus derivados e da taxa de câmbio.

Riscos de mercado

a) Risco do preço das commodities

Devido à natureza do seu negócio, a Galp Energia está exposta ao risco da volatilidade dos preços internacionais do crude, dos seus derivados e do gás natural. As constantes alterações dos preços do crude e dos produtos refinados geram incerteza e têm um impacto importante nos resultados operacionais.

A Empresa controla e gere este risco através do mercado de derivados de petróleo e gás natural, para proteger a margem de refinação e os *stock* de movimentos adversos do mercado.

Quanto à atividade de gás natural, o Grupo controla e gere este risco através do estabelecimento de contratos de compra e venda de gás natural com indexantes semelhantes, para proteger a margem do negócio de movimentos adversos do mercado.

b) Risco de taxa de câmbio

O Dólar dos EUA (USD) é a moeda utilizada para o preço de referência nos mercados petrolíferos e de gás natural. Uma vez que a Galp Energia reporta as suas contas em euros, este fator, entre outros, expõe a sua atividade a um risco de câmbio. Dado que a margem das operações se encontra relacionada principalmente com o USD, a Empresa está exposta a flutuações das taxas de câmbio que podem originar uma contribuição positiva ou negativa nas receitas e margens.

Tratando-se de um risco de denominação associado a outras variáveis, como os preços do petróleo e do gás natural, a Empresa tem uma abordagem cautelosa na cobertura deste risco, uma vez que existem coberturas naturais entre a demonstração da posição financeira e os *cash flows*. O nível de exposição dos *cash flows*, e especialmente a demonstração da posição financeira, é função dos níveis de preços do petróleo e do gás natural.

Face a este aspeto, a Galp Energia controla a sua exposição cambial de uma forma integrada em vez de o fazer em cada operação em que está exposta aos riscos cambiais. O objetivo da gestão de risco cambial é limitar a incerteza originada por variações das taxas de câmbio. A cobertura de créditos e débitos com base em especulação de mercado não é permitida. A 31 de dezembro de 2013, o grupo Galp Energia contratou derivados para cobertura de risco de câmbio (Nota 27).

c) Risco de taxa de juro

A posição total de taxa de juro é gerida de forma centralizada. A exposição à taxa de juro encontra-se relacionada principalmente com dívida bancária que vence juros. O objetivo da gestão do risco de taxas de juro é reduzir a volatilidade dos custos financeiros na demonstração dos resultados. A política de gestão do risco da taxa de juro visa reduzir a exposição às taxas variáveis através da fixação do risco de taxa de juro da dívida, utilizando instrumentos derivados simples, tais como *swaps*.

Análise de sensibilidade aos riscos de mercado resultantes dos instrumentos financeiros, conforme requerido pelo normativo IFRS 13.

A análise elaborada pelo Grupo, em conformidade com o exigido pelo normativo IFRS 7, pretende ilustrar a sensibilidade do resultado antes de impostos e capital próprio a variações potenciais, nos preços do barril do Brent ou gás natural, taxas de câmbio e taxas de juro de instrumentos financeiros, definidos no âmbito do normativo IAS 32, tais como ativos e passivos financeiros e derivados financeiros registados na posição financeira a 31 de dezembro de 2013 e 2012. Os instrumentos financeiros afetados pelos riscos de mercado acima mencionados incluem saldos com clientes, outros devedores, fornecedores, outros credores, empréstimos, disponibilidades e derivados financeiros. Quando for aplicada cobertura de fluxos de caixa, o justo valor é registado na rubrica “Reservas de cobertura”, no capital próprio, somente se for demonstrado que a cobertura é eficiente.

Pode haver instrumentos financeiros com mais do que um risco de mercado, efetuando-se, nesse caso, a análise de sensibilidade a uma variável de cada vez, mantendo as outras constantes, ignorando-se desse modo quaisquer correlações entre as mesmas, o que dificilmente se verifica.

Nas análises de sensibilidade, não se contempla impactos de impostos correntes ou diferidos, que poderiam reduzir as variações apresentadas, dependendo das legislações fiscais nas diversas zonas geográficas onde o Grupo opera, bem como das condições fiscais de cada empresa.

As participações em moeda estrangeira não foram incluídas na análise, dado que o Grupo não contabiliza as mesmas pelo justo valor como definido no IAS 39.

As variações cambiais de saldos monetários em moeda estrangeira poderão afetar diretamente a rubrica “Reservas de conversão” compreendida em capital próprio nas contas consolidadas do grupo Galp Energia, se esses saldos monetários estiverem expressos na mesma moeda funcional da empresa individual em análise.

Consequentemente, a análise de sensibilidade é exemplificativa e não representa perda ou ganho real presente, nem outras variações reais no capital próprio.

Foram considerados os seguintes pressupostos na análise de sensibilidade das taxas de câmbio:

- variação de taxas de câmbio de +/- 1%;
- a análise de sensibilidade inclui saldos materiais em moeda estrangeira com clientes, outros devedores, fornecedores, outros credores, empréstimos, derivados financeiros e disponibilidades.

Apresenta-se um quadro-resumo da análise de sensibilidade efetuada às taxas de câmbio, registada na demonstração da posição financeira.

		2013					2012				
				Demonstração de resultados		Capital próprio			Demonstração de resultados		Capital próprio
		Montante de exposição	Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam	Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam	Montante de exposição	Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam	Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam
Aplicações – Desvalorização/(Valorização) de x% do EUR face ao USD	+1% -1%	€k 1.285.776	993 (993)	- -	11.754 (11.754)	111 (111)	1.344.662	261 (261)	- -	13.030 (13.030)	155 (155)
Aplicações – Desvalorização/(Valorização) de x% do BRL face ao USD e face ao EUR (a)	+1% -1%	€k 65.079	272 (272)	117 (117)	456 (456)	195 (195)	404.212	3.056 (3.056)	1.310 (1.310)	(2.829) 2.829	(1.213) 1.213
Empréstimos – Desvalorização/(Valorização) de x% do EUR face ao USD	+1% -1%	€k 331.000	- -	- -	(3.310) 3.310	- -	98.485	(985) 985	- -	- -	- -
Derivados – Desvalorização/(Valorização) de x% do EUR face ao USD (a)	+1% -1%	€k 5.217	152 (152)	- -	(100) 100	- -	-	-	-	-	-
Credores – Desvalorização/(Valorização) de x% do EUR face ao USD	+1% -1%	€k 1.757	18 (18)	- -	- -	- -	473.979	(4.740) 4.740	- -	- -	- -
Devedores – Desvalorização/(Valorização) de x% do EUR face ao USD	+1% -1%	€k 953.263	976 (976)	- -	5.989 (5.989)	2.751 (2.751)	1.043.228	1.261 (1.261)	- -	6.420 (6.420)	2.751 (2.751)
Credores – Desvalorização/(Valorização) de x% do BRL face ao USD e face ao EUR (b)	+1% -1%	€k 136.321	- -	- -	(954) 954	(409) 409	271.614	- -	- -	(3.955) 3.955	(1.695) 1.695

(a) Inclui derivativos elaborados em USD. Exposição sobre a variabilidade cambial do Mark-to-Market.

(b) Inclui variação de 1% na taxa de câmbio BRL para USD e variação de 1% na taxa de câmbio USD para EUR.

Foram consideradas as seguintes suposições na análise de sensibilidade do preço da *commodity*:

- variação do preço de +/- 1% sobre o preço da *commodity*;
- ignora-se correlações entre riscos de mercado;
- a análise de sensibilidade foi feita para os saldos no âmbito dos derivativos financeiros sobre *commodities*.

Não foi calculado o efeito de alteração das reservas de petróleo provadas em face da alteração do preço do barril de Brent.

Na análise de sensibilidade efetuada aos derivativos quanto ao preço das *commodities*, não foram considerados, futuros sobre Brent, dado que os mesmos têm maturidade mensal.

Apresenta-se um quadro-resumo da análise de sensibilidade efetuada ao preço das *commodities*, registada na demonstração da posição financeira.

		2013					2012				
				Demonstração de resultados		Capital próprio			Demonstração de resultados		Capital próprio
		Montante de exposição	Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam	Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam	Montante de exposição	Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam	Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam
Variação no preço do subjacente dos derivativos sobre <i>commodities</i> de gás natural	+1% -1%	€k (254)	645 (455)	- -	- -	- -	172	839 (562)	- -	- -	- -
Variação no preço do subjacente dos derivativos sobre <i>commodities</i> de petróleo	+1% -1%	€k 20.497	(70) 70	- -	- -	- -	1.351	14 (14)	- -	- -	- -
Variação no preço do subjacente dos derivativos sobre outras <i>commodities</i>	+1% -1%	€k 6.511	67 (67)	- -	- -	- -	4.347	49 (49)	- -	- -	- -

Foram consideradas as seguintes assunções na análise de sensibilidade das taxas de juro:

- deslocação paralela de 0,5% na estrutura temporal das taxas de juro;
- a análise do risco de taxa de juro inclui empréstimos a taxa variável e derivados financeiros de taxa de juro;
- o resultado antes de impostos é afetado pela análise de sensibilidade do risco de taxa de juro, com exceção dos derivados financeiros de taxa de juro classificados como cobertura de fluxos de caixa, cuja análise de sensibilidade, se dentro dos parâmetros de eficiência exigida, afetará o capital próprio.

Apresenta-se um quadro-resumo da análise de sensibilidade efetuada aos instrumentos financeiros, registadas na demonstração da posição financeira.

		2013					2012				
		Demonstração de resultados			Capital próprio		Demonstração de resultados			Capital próprio	
		Montante de exposição	Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam	Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam	Montante de exposição	Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam	Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam
Empréstimos – deslocação paralela na taxa de juro (a)	+0,5% -0,5%	€k 2.722.512	(13.039)	(258)	11 (11)	-	2.718.000	(10.100) 10.100	(420) 420	291 (291)	-
Aplicações – deslocação paralela na taxa de juro (a)	+0,5% -0,5%	€k 2.312.075	8.550 (8.550)	1.388 (1.388)	-	-	3.187.000	7.283 (7.283)	1.431 (1.431)	-	-

(a) Inclui saldos em dívida com a entidade Tip Top (Sinopec).

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como o montante pelo qual os lucros e/ou *cash flows* do negócio são afetados em resultado da maior ou menor dificuldade do Grupo em obter os recursos financeiros necessários para fazer face aos seus compromissos de exploração e investimentos.

O grupo Galp Energia financia-se através dos *cash flows* gerados pela sua atividade e adicionalmente mantém um perfil diversificado nos financiamentos. O Grupo tem acesso a facilidades de crédito (*plafond*), montantes que não utiliza na totalidade, mas que se encontram à sua disposição. Essas facilidades de crédito podem cobrir todos os empréstimos que são exigíveis a 12 meses. Os *plafonds* de crédito disponíveis de curto prazo e médio-longo prazo não utilizados ascendem a cerca €1,2 bn em 31 de dezembro de 2013 e €1,37 bn em 31 de dezembro de 2012, sendo suficientes para satisfazer quaisquer exigências imediatas. Além destas facilidades de crédito, o grupo Galp Energia tem, a 31 de dezembro de 2013, em caixa e seus equivalentes cerca de €1,5 bn; e a 31 de dezembro de 2012 tinha cerca de €1,9 bn, que, combinado com as facilidades de crédito, perfaz €2,7 bn, a 31 de dezembro de 2013, e €3.27 bn de liquidez, a 31 de dezembro de 2012, respetivamente.

Risco de crédito

O risco de crédito surge do potencial incumprimento, por uma das partes, da obrigação contratual de pagamento pelo que, o nível de risco depende da credibilidade financeira da contraparte. Além disso, o risco da contraparte surge em conjunto com os investimentos de natureza monetária e com instrumentos de cobertura. Os limites do risco de crédito são fixados ao nível da Galp Energia e implementados nos vários segmentos de negócio. Os limites da posição de risco de crédito são definidos e documentados e os limites de crédito para determinadas contrapartes baseiam-se na respetiva notação de *rating* de crédito, prazo da exposição e montante monetário da exposição ao risco de crédito.

A imparidade de contas a receber encontra-se analisada nas Notas 14 e 15.

Risco de sinistros

O grupo Galp Energia contrata seguros para reduzir a sua exposição a diversos riscos resultante de sinistros que poderão ocorrer durante a prossecução das suas atividades, como seguem:

- seguros patrimoniais – cobrem riscos de danos materiais, avaria de máquinas, perdas de exploração e construção;
- seguros de responsabilidade civil – cobrindo riscos de atividade geral (*onshore*), riscos relacionados com atividades marítimas (*offshore*), riscos de aviação, riscos ambientais e os riscos de gestão e alta direção das empresas (*Directors & Officers*);
- seguros sociais – cobrem os riscos de acidentes de trabalho, acidentes pessoais, vida e saúde;
- seguros financeiros – cobrem riscos de crédito, caução e roubo;
- seguros transportes – cobrem riscos de todas as cargas transportadas e cascos;
- seguros diversos – cobrem riscos automóveis, viagens, etc.

33. ATIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Ativos contingentes

- (i) Na sequência da venda realizada no exercício contabilístico de 1999 de 40% do capital social da OPTEP, SGPS, S.A., representada por 440.000 ações com valor nominal por ação de €5, foi estabelecido contratualmente o preço base de venda de €189.544 k tendo sido atribuído um valor de €74.818 k ao segmento da 093X e um valor de €114.726 k ao segmento E3G/Edinet.

A venda celebrada por parte da GDP, SGPS, S.A. (atualmente designada Galp Energia, SGPS, S.A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2008) e Transgás, S.A. (atualmente designada Galp Gás Natural, S.A.) à EDP, S.A., foi estabelecida com o condicionalismo de caso a OPTEP, SGPS, S.A. a 093X ou qualquer entidade direta ou indiretamente controlada ou participada pela EDP viesse a vender ou por qualquer modo alienar a terceiros uma participação equivalente a 5% da Optimus, ou seja, 450.000 ações de valor nominal de €5 cada, no prazo de três anos a contar da assinatura do acordo (24 de junho de 1999), a diferença entre o valor de €74.818 k e o valor dessa alienação seria repartida entre as partes no seguinte modo:

€k por cada 220.000 ações	EDP	Grupo GDP
Entre 37.409 e 42.397	0%	100%
Entre 42.397 e 52.373	25%	75%
Mais de 52.373	75%	25%

Este acordo foi objeto de um aditamento, em 28 de setembro de 2000, entre as partes: GDP, SGPS, S.A., Transgás, SGPS, S.A. (atualmente designada GDP Distribuição, SGPS, S.A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2006), Transgás, S.A. e EDP, S.A., tendo sido prorrogado o prazo de repartição da eventual mais-valia obtida com a venda futura das ações da Optimus até 31 de dezembro de 2003.

Em 22 de março de 2002, a EDP anunciou a venda da participação detida na OPTEP, SGPS, S.A., empresa que detém 25,49% do capital da Optimus, S.A. à Thorn Finance, S.A. O preço de venda foi estipulado em €315.000 k, o que significa que a Thorn Finance valorizou a Optimus em €1.235.779 k, portanto, acima do valor estipulado entre as partes, que foi de €748.197 k. Assim, haverá lugar a um *upside* para estas empresas, a pagar pela EDP, S.A., no montante de €30.253 k, a repartir em partes iguais entre a GDP, SGPS, S.A. (fundida na Galp Energia, SGPS, S.A. com efeitos a 1 de janeiro de 2008) e a Transgás, SGPS, S.A. (atualmente designada GDP, SGPS, S.A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2006).

Em dezembro de 2012, a Galp Energia, SGPS, S.A. e a GDP Gás de Portugal, SGPS, S.A. depositaram o pedido da arbitragem relativa à alienação da participação indireta na Optimus, aguardando-se agora o desenvolvimento do processo.

Uma vez que a EDP não deu o seu acordo a estas expectativas do Grupo, não foi efetuado o registo contabilístico desta conta a receber.

- (ii) Relativamente ao processo de resolução do contrato de construção do navio “Sacor II”, e na sequência do acórdão do tribunal arbitral, o construtor foi condenado a pagar o montante de €3.904 k (€2.886 k acrescido de juros). Em 03 de abril de 2013, o Administrador de Insolvência requereu o encerramento e liquidação do património da empresa construtora. Em 31 de dezembro de 2013 está pendente a efetivação da liquidação da venda dos bens. Devido à incerteza que existe face ao valor a receber, resultado da liquidação, o mesmo não se encontra relevado contabilisticamente nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2013, a Empresa e as suas subsidiárias tinham as responsabilidades contingentes listadas a seguir.

- (i) Diversas autarquias locais exigem pagamentos (liquidações e execuções) respeitantes a licença de subsolo com tubagens de gás existentes, por parte das empresas concessionárias da distribuição e comercialização de gás natural, no montante total de €13.012 k. Por não concordarem com as autarquias, as empresas do Grupo impugnaram/opuseram-se às liquidações exigidas pelas Câmaras, junto do Tribunal Administrativo Fiscal, tendo os pedidos de suspensão da execução sido deferidos, encontrando-se a execução suspensa até o trânsito em julgado de decisão a proferir. Para este efeito foram constituídas garantias.

Acresce referir que, no decurso das negociações do Contrato de Concessão entre a Direção-Geral de Energia e Geologia e as empresas concessionárias do Grupo, foi acordado, entre outros assuntos, ser reconhecido à concessionária o direito de repercutir, para as entidades comercializadoras de gás natural e para os consumidores finais, o valor integral das taxas de ocupação do subsolo liquidado pelas autarquias locais que integram a área de concessão na vigência do anterior contrato de concessão mas ainda não pago ou impugnado judicialmente pela concessionária, caso tal pagamento venha a ser considerado obrigatório pelo órgão judicial competente, após trânsito em julgado da respetiva sentença, ou após consentimento prévio e expresso do concedente. Os valores que vierem a ser pagos pela concessionária em cada ano civil, relativos às taxas de ocupação de subsolo, serão repercutidos sobre as entidades comercializadoras utilizadoras das infraestruturas ou sobre os consumidores finais servidos pelas mesmas, durante os exercícios seguintes, nos termos a definir pela ERSE. Esta repercussão das taxas de ocupação de subsolo será ainda realizada por município, tendo por base o valor efetivamente liquidado pelo mesmo.

Dado que as eventuais taxas a pagar por processos até 31 de dezembro de 2013, e os respetivos juros de mora que venham a ser aplicados, seriam repercutidos nas tarifas futuras, o Grupo decidiu não reconhecer qualquer responsabilidade com processos judiciais em curso liquidados por municípios relativos a este assunto.

Em 31 de dezembro de 2013, os valores pagos às autarquias ascendiam a €74.391 k e foram faturados a clientes o montante de €22.688 k relativamente às taxas de ocupação de subsolo (as condições de repasse, nomeadamente o valor a recuperar em cada ano, o número de anos de repasse e os valores unitários a praticar aos clientes são aprovados pela ERSE).

- (ii) Em 31 de dezembro de 2013, encontra-se em curso um processo interposto pela DouroGás Propano, S.A. contra o Grupo, relativo a incumprimento contratual, sendo reclamada uma indemnização no montante de, aproximadamente, €1.576 k. É entendimento da Administração da Empresa, com base no parecer dos seus consultores jurídicos, que do desfecho deste processo não irá resultar qualquer obrigação para a Empresa, motivo pelo qual, naquela data, não foi constituída qualquer provisão. Refira-se ainda, que as decisões favoráveis em 1.ª e 2.ª instância reforçam as probabilidades de êxito desta ação.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2013, encontra-se em curso um processo judicial, que diz respeito a um processo de concorrência desleal de gás natural no montante de €4.008 k. Apoiado pelos seus consultores legais, o Grupo entende que o referido processo, à data de 31 de dezembro de 2013, não apresenta qualquer contingência.
- (iv) Em 31 de dezembro de 2013, encontra-se em curso um processo judicial de impugnação do processo de licenciamento da central de ciclo combinado a gás natural de Sines, interposto pela Endesa Generación Portugal, S.A. contra o Ministério da Economia e Inovação, ocupando a Galp Power, SGPS, S.A. a posição de contrainteressada. A Galp Power, SGPS, S.A. impugnou este processo judicial. A Administração da Empresa, suportada nos pareceres jurídicos dos seus advogados, entende que decorrente do referido processo não resultará qualquer responsabilidade.

- (v) A ação declarativa intentada contra o Grupo, por um subempreiteiro envolvido na construção do navio “Sacor II”, no montante total de €2.274 k, em curso no Tribunal Marítimo de Lisboa, está suspensa devido à declaração de insolvência apresentada pela empresa construtora em 06 de fevereiro de 2013. A Administração da Empresa suportada nos pareceres jurídicos dos seus advogados, entende que decorrente do referido processo não resultará qualquer responsabilidade para o Grupo.
- (vi) Processos de liquidações adicionais de IRC no montante total de €35.962 k para os quais existem provisões no montante de €32.890 k (Nota 9 e 25).

Outros compromissos financeiros

Os compromissos financeiros assumidos pelo Grupo e não incluídos na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2013 são os indicados a seguir.

- (i) €306.893 k, €7.218 k e €24.624 k de responsabilidades cobertas pelos Fundos de Pensões Petrolgal, Sacor Marítima e grupo GDP, respetivamente (Nota 23).
- (ii) €13.986 k relacionados com encomendas não satisfeitas de ativos tangíveis.
- (iii) €5.024 k relacionados com letras a receber descontadas no sistema bancário e não-vencidas.
- (iv) A Galp Power, SGPS, S.A. na qualidade de acionista da Ventinveste, S.A. tem como compromisso e responsabilidade, no âmbito do contrato e demais acordos celebrados com a DGEG, o cumprimento integral e tempestivo de 1/3 das obrigações referentes ao projeto eólico, caracterizado pela promoção, construção e exploração dos Parques Eólicos.

As obrigações contratuais estão salvaguardadas através de garantia bancária autónoma, incondicional e à primeira solicitação, no valor de €25.332 k e por fiança prestada pelos acionistas, Galp Power, SGPS, S.A., Martifer, SGPS, S.A. e Martifer Renewables, SGPS, S.A., igualmente no mesmo valor e dividida em partes iguais, cujo total corresponde a cerca de 10% do investimento direto total, no montante de €50.665 k. O montante da caução será reduzido, em cada semestre, em função da fracção do investimento contratado que tenha sido concretizada no semestre anterior.

- (v) Como garantia do empréstimo contraído pela Carriço Cogeração – Sociedade de Geração de Eletricidade e Calor, S.A, entretanto já integralmente reembolsado, foi constituída uma hipoteca, cujo processo de cancelamento formal está em curso e deverá concretizar-se brevemente, a favor do BES Investimento e do BES, até ao montante máximo de €28.237 k, incidente sobre o direito de superfície de uma parcela de terreno no concelho de Pombal, adquirido à Renoeste, onde está construída a central de cogeração. Este direito de superfície foi adquirido pela Empresa pelo período de 15 anos.

A Galp Power, SGPS, S.A. constituiu-se fiadora e principal pagadora de um crédito da sua subsidiária Carriço Cogeração – Sociedade de Geração de Eletricidade e Calor, S.A. O limite da fiança é de 65% que corresponde à participação social na empresa, atingido no seu máximo o montante de €11.700 k.

- (vi) O grupo Galp Energia tem empréstimos bancários contratados que em alguns casos apresentam *covenants* que podem, caso sejam acionados pelas entidades bancárias, conduzir ao reembolso antecipado dos montantes tomados. A 31 de dezembro de 2013, a dívida de médio e longo prazo do Grupo ascendia a €3,3 bn. Do total desta dívida, os contratos que comportam *covenants* ascendem a €1,5 bn. Os *covenants* existentes consubstanciam-se essencialmente no cumprimento de rácios que pretendem acompanhar a situação financeira da Empresa, nomeadamente a sua capacidade para garantir o serviço da dívida. O rácio de *total net debt to consolidated Ebitda* é o mais utilizado e, a 31 de dezembro de 2013, era de 1,9x. O valor do rácio situou-se abaixo do valor fixado em todos os contratos, que, em termos gerais, é de 3,5 – 3,75 x Ebitda.
- (vii) O grupo Galp Energia tem em vigor contratos, de médio e longo prazo, de fornecimento de gás celebrados com fornecedores e clientes, que garantem um mínimo de aquisição e vendas, permitindo assegurar um boa *performance* operacional.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2013, as responsabilidades por garantias prestadas ascendiam a €207.451 k sendo constituídos essencialmente por:

- (i) garantias no montante de €56.080 k prestadas a favor da Direção-Geral dos Impostos;
- (ii) garantias no montante de €18.369 k prestadas a Câmaras Municipais, no âmbito de processos judiciais relativos às taxas de ocupação do subsolo;
- (iii) garantias no montante de €6.108 k prestadas a favor da Direção-Geral das Alfândegas;
- (iv) garantias no montante de €7.000 k prestadas ao Estado português destinadas a assegurar o bom cumprimento do contrato de concessão de distribuição de gás natural, da LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A., e Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A. e Setgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.;
- (v) garantia no montante de €5.000 k prestada ao Estado português pelas obrigações e deveres emergentes do contrato de concessão de serviço público de armazenamento subterrâneo de gás natural a atribuir pelo Estado Português à Transgás Armazenagem, S.A.;
- (vi) garantias no montante de €4.261 k prestadas a favor da APS – Administração do Porto de Sines;
- (vii) garantias no montante €3.054 k constituídas a favor da Direção-Geral de Geologia e Energia destinam-se a garantir o integral cumprimento das obrigações assumidas pela Empresa no âmbito do plano de execução da construção das infraestruturas, referente à exploração de redes locais autónomas de gás natural e atribuição de capacidade de injeção de potência na rede do sistema elétrico de serviço público;
- (viii) garantias no montante de €3.200 k prestadas a favor do Tribunal Judicial de Oeiras;
- (ix) garantias prestadas no montante de €2.117 k a favor do Instituto de Estradas de Portugal foram estabelecidas ao abrigo da alínea a) do artigo 15 do Decreto-Lei n.º 13/71 de 23/01 e têm como objetivo a licença para instalação de condutas de gás natural, paralelismos e atravessamentos de estradas;
- (x) garantia prestada no montante de €634 k a favor da EDP – Energias de Portugal, S.A. para garantir o fornecimento de gasóleo às centrais termoelétricas das ilhas de Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Faial, Pico e Flores;
- (xi) garantia prestada no montante de €15.000 k a favor da EDP – Distribuição, para garantir o contrato de acesso às redes operadas pela EDP Distribuição, para que o Grupo possa fornecer eletricidade no mercado elétrico Português;
- (xii) garantias prestadas no montante €100 k, e €229 k, a favor da empresa Transport et Infrastructures Gaz France e da G.R.T. GAS, S.A., para garantir o contrato de utilização da infraestrutura de transporte de gás natural em França;
- (xiii) garantia prestada no montante €4.700 k a favor da REN – Atlântico, S.A. para garantir o contrato de utilização da infraestrutura de GNL;
- (xiv) garantia prestada no montante €6.100 k a favor da REN – Armazenagem, S.A. para garantir o contrato de utilização da infraestrutura de Armazenamento de gás natural;
- (xv) garantia prestada no montante €950 k, a favor da REN – Atlântico, S.A, da REN – Gasodutos, S.A. e da REN – Armazenagem, S.A., para garantir o contrato de utilização da infraestrutura de GNL em Portugal;
- (xvi) em 31 de dezembro de 2013 o Grupo tinha, ainda, assumido responsabilidades com garantia bancária prestada à Api Parques no montante de €697 k para fins do bom cumprimento contratual relacionado com o direito de superfície;
- (xvii) em 31 de dezembro de 2013, existiam garantias no montante de €61.861 k (R\$199.595 k) de garantias bancárias à Autoridade Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) que resultam de uma imposição contratual constante no contrato de concessão assinado entre o governo do Brasil e os parceiros dos blocos no Brasil dos quais a Empresa participa, onde estes se comprometem a realizar dispêndios em aquisição de sísmica e perfuração de poços durante o período de pesquisa. O montante das garantias prestadas corresponde à responsabilidade da Empresa que iguala a sua percentagem de participação no consórcio;
- (xviii) em 31 de dezembro de 2013, existiam garantias no montante de €558 k (\$770 k) de garantias bancárias à ANP em nome do Governo de Timor-Leste que resultam de uma imposição contratual constante no contrato de concessão assinado entre o governo de Timor-Leste e os parceiros dos cinco blocos em Timor-Leste dos quais a Empresa participa, onde estes se comprometem a realizar dispêndios em aquisição de sísmica e perfuração de poços durante o período de pesquisa. O montante das garantias prestadas corresponde à responsabilidade da Empresa que iguala a sua percentagem de participação no consórcio; e
- (xix) em 31 de dezembro de 2013, existiam ainda outras garantias no montante de €11.433 k constituídas a favor de terceiros para garantia da boa e integral execução e cumprimento das obrigações decorrentes de contratos celebrados entre as partes.

34. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Na atividade de refinação, apresentam-se como principais desafios, o cumprimento dos objetivos de redução de emissão de GEE, definido pelo Protocolo de Quioto, a redução do teor de enxofre dos combustíveis utilizados nas instalações e o aumento da eficiência energética.

Durante o ano de 2013, o grupo Galp Energia foi informado pela Agência Portuguesa do Ambiente, através da publicação da Tabela de Alocação Nacional para o período 2013-2020, das licenças de emissão a serem atribuídas em definitivo às seguintes instalações:

Empresa	Petrogal		Carriço	Powercer
Instalações	Refinaria de Sines	Refinaria do Porto	Cogeração	Cogeração
2013	1.187.801	494.967	65.341	22.384
2014	1.167.170	486.370	64.204	20.601
2015	1.146.296	477.672	63.067	18.865
2016	1.125.205	468.883	61.930	17.181
2017	1.103.886	460.000	60.793	15.545
2018	1.082.361	451.030	59.656	13.959
2019	1.060.567	441.948	58.519	12.421
2020	1.038.697	432.834	57.382	10.934
Total por instalação	8.911.983	3.713.704	490.892	131.890

Nos quadros abaixo apresentam-se as instalações atualmente operadas pelo Grupo, as respetivas licenças anuais de emissão atribuídas, denominadas como EUA, certificados de redução de emissão, denominados como ERU, bem como as quantidades de emissões de GEE (t/CO₂) por instalação/empresa.

EUA

Empresa	Instalações	EUA's detidas t/CO ₂ a 31 dez. 2012	Licenças gratuitas atribuídas por t/CO ₂	Licenças t/CO ₂ utilizadas	Licenças t/CO ₂ transferidas	Licenças t/CO ₂ compradas	Licenças t/CO ₂ vendidas	EUA's detidas t/CO ₂ a 31 dez. 2013
Petrogal	Refinaria de Sines (a)	1.074.523	1.746.916	(781.033)	-	748.000	(111.800)	2.676.606
	Refinaria do Porto (b)	358.684	526.947	(257.270)	-	752.000	(56.200)	1.324.161
		1.433.207	2.273.863	(1.038.303)	-	1.500.000	(168.000)	4.000.767
Carriço Cogeração	Cogeração	166.119	65.341	(55.253)	-	-	(8.000)	118.207
Powercer	Cogeração	35.483	22.384	(10.295)	-	-	(2.000)	45.572
		151.602	87.725	(65.548)	-	-	(10.000)	163.779
Galp Power	n. a.	-	-	-	-	-	-	-
		1.584.809	2.361.588	(1.103.851)	-	1.500.000	(178.000)	4.164.546

(a) Inclui, na coluna de licenças atribuídas (em conformidade com Tabela de Alocação Nacional para o período 2013), estimativa de licenças da conversão de Sines no montante de 559.115 t/CO₂.

(b) Inclui, na coluna de licenças atribuídas (em conformidade com Tabela de Alocação Nacional para o período 2013), licenças do projeto de reconversão da refinaria do Porto no montante de 31.980 t/CO₂.

Estas licenças adicionais atribuídas são referentes ao ano de 2012 e foram utilizadas em 2013.

ERU

Empresa	Instalações	ERU's detidos t/CO ₂ a 31 dez. 2012	Certificados t/CO ₂ utilizados	Certificados t/CO ₂ transferidos	Certificados t/CO ₂ comprados	Certificados t/CO ₂ vendidos	ERU's detidos t/CO ₂ a 31 dez. 2013
Petrogal	Refinaria de Sines (a)	1.118.761	(1.118.761)	-	111.800	-	111.800
	Refinaria do Porto (b)	564.966	(564.966)	-	56.200	-	56.200
		1.683.727	(1.683.727)	-	168.000	-	168.000
Carriço Cogeração	Cogeração	80.769	(80.769)	-	8.000	-	8.000
Powercer	Cogeração	23.596	(23.596)	-	2.000	-	2.000
		104.365	(104.365)	-	10.000	-	10.000
Galp Power	n. a.	-	-	-	-	-	-
		1.788.092	(1.788.092)	-	178.000	-	178.000

Títulos detidos

Empresa	Instalações	EUA's detidas t/CO ₂ a 31 dez. 2013	ERU's detidos t/CO ₂ a 31 dez. 2013	EUA ERU's detidos t/CO ₂ a 31 dez. 2013	Gases emitidos até dez. 2013 (a)	Excesso/(insuficiência) de licenças/certificados estimadas
Petrogal	Refinaria de Sines	2.676.606	111.800	2.788.406	2.700.157	88.249
	Refinaria do Porto	1.324.161	56.200	1.380.361	1.001.226	379.135
		4.000.767	168.000	4.168.767	3.701.383	467.384
Carriço Cogeração	Cogeração	118.207	8.000	126.207	144.483	(18.276)
Powercer	Cogeração	45.572	2.000	47.572	33.208	14.364
		163.779	10.000	173.779	177.691	(3.912)
Galp Power	n. a.	-	-	-	-	-
		4.164.546	178.000	4.342.546	3.879.074	463.472

(a) Valores pró-forma de gases CO₂ emitidos, sujeitos a auditoriais ambientais.

Em dezembro de 2013, o grupo Galp Energia efetuou operações de compra e venda de licenças de EUA sobre GEE e de ERU, num total de vendas de 178.000 t/CO₂ e de compras de igual montante. O valor líquido das compras e vendas ascendeu a €801 k positivos, tendo sido refletido em outros proveitos operacionais.

Durante o mês de dezembro de 2013, o grupo Galp Energia realizou uma aquisição física de licenças EUA no montante de 1.500.000 t/CO₂ por €10.379 k, tendo sido registado um valor de €7.289 k em outros custos operacionais, sendo o restante montante, respeitante às licenças adquiridas que se esperam ser utilizadas somente em 2014, diferido na posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2013, os valores pró-forma de GEE foram inferiores às licenças atribuídas e adquiridas. Assim sendo, não foram especializados custos adicionais aos acima mencionados.

A 31 de dezembro de 2013, a Galp Power, S.A. detém em carteira 1.900 lotes de futuros sobre CO₂ com vencimento em dezembro de 2014 (Nota 27). Estes futuros sobre CO₂ representam 1.900.000 t/CO₂.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem eventos subsequentes para fins de divulgação.

36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2014.

Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal. O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Américo Amorim

Vice-presidentes:

Manuel Ferreira De Oliveira

Luís Palha da Silva

Vogais:

Paula Amorim

Filipe Crisóstomo Silva

Carlos Gomes da Silva

Sérgio Gabrielli de Azevedo

Stephen Whyte

Vitor Bento

Abdul Magid Osman

Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha

Miguel Athayde Marques

Carlos Costa Pina

Rui Paulo Gonçalves

Luís Manuel Pêgo Todo Bom

Fernando Gomes

Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Joaquim José Borges Gouveia

José Carlos da Silva Costa

Jorge Manuel Seabra de Freitas

Informação suplementar sobre petróleo e gás (não-auditado)

A informação constante nesta nota foi produzida de acordo com o Tópico 932 – Atividades de Extração – Petróleo e Gás, do Financial Accounting Standards Board (FASB).

Resultados das operações de atividades de exploração e produção

Os resultados das operações das atividades de exploração e produção por zona geográfica, dos anos de 2013, 2012 e 2011 são os seguintes:

unidade: €k	África	América Latina	Resto do mundo	Total
31 de dezembro de 2013				
Contribuições totais consolidadas				
Vendas	243.816	333.565	-	577.382
Custos de produção	(45.860)	(23.226)	-	(69.086)
Royalties	-	(38.765)	-	(38.765)
Outros custos operacionais	(2.338)	(57.722)	4	(60.056)
Custos de exploração	(61.528)	(24.778)	(2.186)	(88.492)
Amortizações, depreciações e provisões do exercício	(113.727)	(51.944)	-	(165.671)
Resultado operacional antes de impostos para atividades de E&P	20.364	137.130	(2.182)	155.312
Impostos	(18.946)	(66.360)	(137)	(85.442)
Resultado operacional para atividades de E&P	1.418	70.771	(2.319)	69.870
31 de dezembro de 2012				
Contribuições totais consolidadas				
Vendas	243.694	277.589	-	521.283
Custos de produção	(45.159)	(23.110)	-	(68.269)
Royalties	-	(28.033)	-	(28.033)
Outros custos operacionais	(1.489)	(35.599)	(29)	(37.117)
Custos de exploração	-	(28.106)	(16.670)	(44.776)
Amortizações, depreciações e provisões do exercício	(98.440)	(31.654)	-	(130.094)
Resultado operacional antes de impostos para atividades de E&P	98.606	131.088	(16.699)	212.994
Impostos	(48.734)	(58.101)	2.663	(104.172)
Resultado operacional para atividades de E&P	49.872	72.987	(14.037)	108.823
31 de dezembro de 2011				
Contribuições totais consolidadas				
Vendas	228.241	112.236	-	340.477
Custos de produção	(37.413)	(16.859)	-	(54.272)
Royalties	-	(11.029)	-	(11.029)
Outros custos operacionais	(12.080)	(16.939)	(63)	(29.082)
Custos de exploração	-	(36.601)	(8.449)	(45.050)
Amortizações, depreciações e provisões do exercício	(103.456)	(19.344)	-	(122.799)
Resultado operacional antes de impostos para atividades de E&P	75.292	11.464	(8.512)	78.244
Impostos	(24.455)	(8.318)	2.243	(30.530)
Resultado operacional para atividades de E&P	50.837	3.145	(6.269)	47.713

Os custos de produção incluem os custos diretos de produção associados a blocos em produção. Esta rubrica é apresentada líquida dos proveitos referentes ao aluguer de equipamentos de produção registados em empresas que não são consolidadas pelo método integral. Foram deduzidos, nomeadamente, €9.159 k em 2013, €1.210 k em 2012 e €1.022 k em 2011.

Os outros custos operacionais incluem os custos de estrutura relacionados com áreas diretamente relacionadas com as atividades de exploração e produção. Exclui custos de gestão relativos a empresas do Grupo, de acordo com o Tópico 932 do FASB, e inclui custos registados em empresas não consolidadas pelo método integral no valor de €3.262 k em 2013, €116 k em 2012 e €9.003 k em 2011.

Os custos de exploração correspondem às imparidades de exploração (custos com poços secos ou custos históricos de blocos devolvidos no ano).

As amortizações, depreciações e provisões do exercício incluem custos registados em empresas não consolidadas pelo método integral no valor de €1.811 k em 2013, €726 k em 2012 e €522 k em 2011.

Os resultados operacionais não incluem os custos de gestão e custos financeiros, de acordo com o Tópico 932 do FASB.

A rubrica “Impostos” inclui: IRP, aplicável a blocos em África; a participação especial, aplicável a blocos no Brasil, e o imposto sobre rendimento, de acordo com as regras em vigor em cada país. O valor do imposto de rendimento foi retificado para excluir o efeito dos custos de gestão e custos financeiros que foram excluídos do resultado das operações.

Despesas de investimento do ano em atividades de exploração e produção

As despesas de investimento do ano, que representam os dispêndios efetuados nas atividades de exploração e produção, por zona geográfica, para os exercícios de 2013, 2012 e 2011, são os seguintes:

unidade: €k	África	América Latina	Resto do mundo	Total
31 de dezembro 2013				
Contribuições totais consolidadas				
Aquisições com reservas provadas	-	-	-	-
Aquisições sem reservas provadas	10.191	11.619	-	21.810
Exploração	112.433	143.388	2.789	258.610
Desenvolvimento	90.179	352.753	-	442.933
Total incorrido no exercício	212.803	507.761	2.789	723.353
31 de dezembro 2012				
Contribuições totais consolidadas				
Aquisições com reservas provadas	-	-	-	-
Aquisições sem reservas provadas	2.188	-	3.316	5.504
Exploração	86.138	154.427	15.609	256.174
Desenvolvimento	61.903	289.806	-	351.709
Total incorrido no exercício	150.229	444.232	18.925	613.387
31 de dezembro 2011				
Contribuições totais consolidadas				
Aquisições com reservas provadas	-	-	-	-
Aquisições sem reservas provadas	-	-	-	-
Exploração	13.635	100.096	17.954	131.685
Desenvolvimento	41.100	125.845	-	166.945
Total incorrido no exercício	54.735	225.941	17.954	298.630

O valor do investimento da tabela acima difere do valor reportado para o investimento do segmento de negócio de E&P, uma vez que exclui investimentos não diretamente associados às atividades de exploração e produção.

Os valores constantes na rubrica "Desenvolvimento" incluem ativos referentes a equipamentos de transporte e produção para o bloco BM-S-11 no Brasil, registrados em empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, no valor de €155.203 k em 2013, €115.546 k em 2012 e €25.188 k em 2011.

Os investimentos, no quadro acima, são expressos em moeda funcional do grupo Galp Energia, sendo que para as empresas cuja moeda funcional não seja o Euro, os ativos foram atualizados ao câmbio do final do ano respetivo em conformidade com a política contabilística definida no ponto 2.12 das notas às contas consolidadas, nomeadamente, Brasil à taxa de câmbio 3,245 BRL/EUR e empresas da geografia de África à taxa de câmbio 1,379 USD/EUR

Investimentos acumulados em atividades de exploração e produção

Os investimentos acumulados representam a totalidade de dispêndios efetuados na aquisição de reservas provadas ou não-provadas e nas atividades de exploração e desenvolvimento dos blocos nos quais a Galp Energia detém uma participação.

Os custos de exploração são capitalizados na totalidade. Os poços secos são reconhecidos como custo e refletidos nesta tabelas juntamente com as imparidades. Os blocos devolvidos são abatidos aos ativos e, como tal, não constam desta informação.

Os investimentos acumulados na área de exploração e produção que se encontram refletidos na posição financeira do grupo Galp Energia são os seguintes:

unidade: €k	África	América Latina	Resto do mundo	Total
31 de dezembro 2013				
Contribuições totais consolidadas				
Ativos com reservas provadas				
Ativos fixos	818.637	307.589	-	1.126.226
Poços incompletos (ativos em curso)	64.365	607.130	-	671.495
Ativos sem reservas provadas	462.128	421.227	53.082	936.438
Equipamento de suporte	4.663	11.394	-	16.056
Investimentos acumulados brutos	1.349.793	1.347.340	53.082	2.750.216
Amortizações, depreciações e imparidades acumuladas	(687.514)	(99.260)	(10.768)	(797.541)
Investimentos acumulados líquidos	662.280	1.248.080	42.315	1.952.675
31 de dezembro 2012				
Contribuições totais consolidadas				
Ativos com reservas provadas				
Ativos fixos	716.479	284.580	-	1.001.059
Poços incompletos (ativos em curso)	143.102	415.547	-	558.649
Ativos sem reservas provadas	226.411	363.379	67.712	657.501
Equipamento de suporte	4.096	3.674	-	7.770
Investimentos acumulados brutos	1.090.088	1.067.179	67.712	2.224.979
Amortizações, depreciações e imparidades acumuladas	(521.323)	(106.715)	(25.124)	(653.162)
Investimentos acumulados líquidos	568.765	960.465	42.588	1.571.817
31 de dezembro 2011				
Contribuições totais consolidadas				
Ativos com reservas provadas				
Ativos fixos	674.459	215.155	-	889.615
Poços incompletos (ativos em curso)	110.379	78.876	-	189.256
Ativos sem reservas provadas	154.283	390.099	49.303	593.686
Equipamento de suporte	2.636	2.931	-	5.567
Investimentos acumulados brutos	941.758	687.062	49.303	1.678.123
Amortizações, depreciações e imparidades acumuladas	(440.336)	(52.124)	(8.971)	(501.431)
Investimentos acumulados líquidos	501.422	634.938	40.333	1.176.692

Os investimentos foram classificados de acordo com os seguintes pressupostos:

- 1) Ativos com Reservas Provadas (RP ou 1P): ativos relacionados com campos que detém RP, no final de cada ano.
 - 1.1) Ativos com RP – Fixos: ativos relacionados com campos que detém RP, no final de cada ano já em produção e sujeitos a amortização;
 - 1.2) Ativos com RP – Poços incompletos (ativos em curso): ativos relacionados com campos com RP, no final de cada ano que ainda não estão em produção.
- 2) Ativos sem RP: ativos relacionados com campos sem RP, no final de cada ano.
- 3) Equipamento de suporte: equipamento administrativo atribuído às atividades de exploração e produção.

Os valores constantes nas seguintes rubricas incluem ativos referentes a equipamentos de transporte e produção para o bloco BM-S-11 no Brasil, registados em empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. Em ativos fixos com RP, estão registados €70.539 k em 2013, €76.014 k em 2012 e €15.406 k em 2011. Em poços incompletos (ativos em curso), estão registados €248.461 k em 2013, €100.843 k em 2012 e €45.905 k em 2011. Em amortizações, depreciações e imparidades acumuladas, estão registados €3.482 k em 2013, €17.766 k em 2012 e €6.082 k em 2011.

Os investimentos acumulados, no quadro acima, são expressos em moeda funcional do grupo Galp Energia, sendo que para as empresas cuja moeda funcional não seja o Euro, os ativos foram atualizados ao câmbio do final do ano respetivo em conformidade com a política contabilística definida no ponto 2.12 das notas às contas consolidadas, nomeadamente, Brasil à taxa de câmbio 3,257 BRL/EUR e empresas da geografia de África à taxa de câmbio 1,379 USD/EUR.

Reservas de petróleo e de gás

As RP totais (1P) em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, que são evidenciadas nos quadros seguintes, incluem as RP desenvolvidas e não-desenvolvidas e foram utilizadas para efeitos de amortização do imobilizado fixo e constituição de provisões para custos de abandono com base no critério UOP. Estas reservas foram apuradas por uma entidade independente, cuja metodologia adotada se encontra de acordo com o PMRS, aprovado em março de 2007 pela SPE, o WPC, a American Association of Petroleum Geologists e a Society of Petroleum Evaluation Engineers.

O preço de referência para o apuramento das reservas pertencentes à Empresa numa ótica de *net entitlement*, que são as reservas a extrair de acordo com o definido nos contratos celebrados para a atividade de exploração e produção, foi de \$108,66/bbl, \$111,63/bbl, \$111/bbl, que corresponde ao preço médio de mercado do Brent praticado ao longo do ano de 2013, 2012 e 2011, respetivamente.

As reservas associadas aos blocos no Brasil correspondem a 100% da percentagem que a Petrogal Brasil detém nos blocos, visto que esta empresa é consolidada pelo método integral nas contas do grupo Galp Energia.

Os impactos dos PSA (efeito preço e/ou alteração de custos recuperáveis) nas reservas associadas a este tipo de contrato estão refletidos na rubrica "Revisões de estimativas anteriores".

Reservas de petróleo (reservas provadas 1P)

unidade: kbbbl	África	América Latina	Total
2013			
Reservas a 31 de dezembro 2012	9.609	113.773	123.382
Desenvolvidas	7.011	15.925	22.936
Não-desenvolvidas	2.598	97.848	100.446
Extensões e descobertas	-	21.830	21.830
Aquisições e vendas	-	-	-
Revisões de estimativas anteriores	2.244	15.132	17.376
Produção	(3.039)	(3.805)	(6.844)
Reservas a 31 de dezembro 2013	8.814	146.930	155.744
Desenvolvidas	7.124	19.294	26.418
Não-desenvolvidas	1.690	127.636	129.326
2012			
Reservas a 31 de dezembro 2011	10.306	108.836	119.142
Desenvolvidas	8.391	11.944	20.335
Não-desenvolvidas	1.915	96.892	98.807
Extensões e descobertas	1.264	88	1.352
Aquisições e vendas	-	-	-
Revisões de estimativas anteriores	885	7.710	8.595
Produção	(2.846)	(2.860)	(5.706)
Reservas a 31 de dezembro 2012	9.609	113.773	123.382
Desenvolvidas	7.011	15.925	22.936
Não-desenvolvidas	2.598	97.848	100.446
2011			
Reservas a 31 de dezembro 2010	13.521	99.230	112.751
Desenvolvidas	9.988	8.181	18.169
Não-desenvolvidas	3.533	91.049	94.582
Extensões e descobertas	-	-	-
Aquisições e vendas	-	-	-
Revisões de estimativas anteriores	50	10.670	10.720
Produção	(3.265)	(1.064)	(4.329)
Reservas a 31 de dezembro 2011	10.306	108.836	119.142
Desenvolvidas	8.391	11.944	20.335
Não-desenvolvidas	1.915	96.892	98.807

Reservas de gás (RP 1P)

As reservas de gás são apresentadas em milhões de pés cúbicos, sendo que 1 boe corresponde a 6.000 pés cúbicos de gás.

unidade: milhões de pés cúbicos	África	América Latina	Total
2013			
Reservas a 31 de dezembro 2012		184.281	184.281
Desenvolvidas		24.749	24.749
Não-desenvolvidas		159.532	159.532
Extensões e descobertas		14.189	14.189
Aquisições e vendas		-	-
Revisões de estimativas anteriores		(64.133)	(64.133)
Vendas		(3.402)	(3.402)
Reservas a 31 de dezembro 2013		130.935	130.935
Desenvolvidas		21.081	21.081
Não-desenvolvidas		109.854	109.854
2012			
Reservas a 31 de dezembro 2011		154.997	154.997
Desenvolvidas		11.588	11.588
Não-desenvolvidas		143.409	143.409
Extensões e descobertas		69	69
Aquisições e vendas		-	-
Revisões de estimativas anteriores		32.680	32.680
Vendas		(3.465)	(3.465)
Reservas a 31 de dezembro 2012		184.281	184.281
Desenvolvidas		24.749	24.749
Não-desenvolvidas		159.532	159.532
2011			
Reservas a 31 de dezembro 2010		82.224	82.224
Desenvolvidas		-	-
Não-desenvolvidas		82.224	82.224
Extensões e descobertas		-	-
Aquisições e vendas		-	-
Revisões de estimativas anteriores		73.321	73.321
Vendas		(548)	(548)
Reservas a 31 de dezembro 2011		154.997	154.997
Desenvolvidas		11.588	11.588
Não-desenvolvidas		143.409	143.409

Medidas standard de desconto de fluxos de caixa futuros

As medidas *standard* de desconto de fluxos de caixa futuro foram elaboradas de acordo com as regras do Tópico 932 do FASB e correspondem a uma tradução económica das reservas provadas 1P apresentadas no ponto anterior.

As receitas de caixa futuras representam as receitas futuras da produção associada às RP, calculadas aplicando o preço médio de mercado do Brent praticado ao longo do ano de 2013: \$108,66/bbl.

Os custos de produção futuros correspondem às estimativas de custos de produção associados às RP.

Os *royalties* futuros representam as estimativas de *royalties* a pagar relativos às receitas de produção. Aplicam-se apenas na América Latina e correspondem a 10% do valor das vendas.

Os custos de desenvolvimento e abandono futuros correspondem a estimativas de custos para desenvolvimento das RP (perfuração e instalação de plataformas de produção), assim como a estimativas para custos de abandono dos campos.

Os impostos sobre rendimento futuros representam estimativas de IRP (aplicável a blocos em África e calculados de acordo com o PSA em vigor); participação especial (aplicável a blocos no Brasil) e imposto sobre rendimento, de acordo com as regras em vigor em cada país.

Os fluxos de caixa foram calculados em dólares americanos e convertidos para euros à taxa de câmbio média do ano de 2013 (1,3281 USD/EUR).

unidade: €k	África	América Latina	Total
31 de dezembro 2013			
Receitas de caixa futuras	721.270	12.161.670	12.882.940
Custos de produção futuros	(141.548)	(1.837.700)	(1.979.248)
Royalties futuros	-	(1.366.389)	(1.366.389)
Custos de desenvolvimento e abandono futuros	(141.101)	(893.006)	(1.034.107)
Fluxo de caixa líquido antes de imposto futuros	438.621	8.064.575	8.503.196
Imposto sobre rendimentos futuros	(110.837)	(4.557.233)	(4.668.070)
Fluxos de caixa líquidos futuros	327.784	3.507.343	3.835.127
Fator de desconto (10%)	(63.781)	(1.684.250)	(1.748.031)
Medidas standard de desconto de fluxos de caixa líquidos futuros, a 31 de dezembro 2013	264.003	1.823.092	2.087.095

6.4 Relatórios e pareceres

Relatório de auditoria sobre a informação financeira consolidada

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o nosso relatório de auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da Galp Energia, SGPS, S.A., as quais compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de €13.717.324 k e um total de capital próprio de €6.415.800 k, o qual inclui interesses não controlados de €1.254.894 k e um resultado líquido de €188.661 k), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as IFRS tal como adotadas na UE e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo CVM; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451 do CSC.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Galp Energia, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2013, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as IFRS, tal como adotadas na UE e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245-A do CVM.

18 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados
– Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

António Joaquim Brochado Correia, ROC.

Certificação legal das contas consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Galp Energia, SGPS, S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as quais compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total do ativo de €13.717.324 k e um total do capital próprio de €6.415.800 k, incluindo um resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos acionistas da Empresa e reconhecido na demonstração consolidada dos resultados de €188.661 k e um total da rubrica "Interesses que não controlam" de €1.254.894 k), as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, e o correspondente anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as IAS/IFRS, tal como adotadas pela UE.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, bem como a informação de quaisquer factos relevantes que tenham influenciado a atividade, posição financeira ou resultados das empresas incluídas no perímetro da consolidação.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adotadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, e a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do Relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451 do CSC.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Galp Energia, SGPS, S.A. e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as IAS/IFRS, tal como adotadas pela UE.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245-A do CVM.

Lisboa, 18 de março de 2014

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por

Pedro Matos Silva

Declaração de conformidade do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 245, n.º 1, alínea c), do CVM.

Tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, passando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Galp Energia se defronta na sua atividade.

O Conselho de Administração

Presidente

Américo Amorim

Vice-presidente

Manuel Ferreira De Oliveira

Vice-presidente

Luís Palha da Silva

Vogais

Paula Amorim

Filipe Crisóstomo Silva

Carlos Gomes da Silva

Sérgio Gabrielli de Azevedo

Stephen Whyte

Vítor Bento

Abdul Magid Osman

Luís Campos e Cunha

Miguel Athayde Marques

Carlos Costa Pina

Rui Paulo Gonçalves

Luís Manuel Todo Bom

Fernando Gomes

Diogo Mendonça Tavares

Joaquim José Borges Gouveia

José Carlos da Silva Costa

Jorge Manuel Seabra de Freitas

Relatório e parecer do Conselho Fiscal

Exmos. senhores acionistas,

Nos termos da legislação em vigor, dos estatutos da Sociedade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso parecer sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S.A. apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Reunimos por diversas vezes com o Revisor Oficial de Contas e com o Auditor Externo, acompanhando os trabalhos de revisão legal e de auditoria desenvolvidos, fiscalizando a sua independência e competência. Apreciámos a Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com as quais concordamos.

No âmbito das nossas funções verificámos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento:

- a) as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os correspondentes anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação;
- b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão conformes com as IFRS tal como adotadas na UE, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados da Sociedade e do Grupo;
- c) o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Sociedade e do conjunto de empresas incluídas na consolidação, evidenciando com clareza os aspetos mais significativos da atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços da Sociedade, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exprimimos a nossa concordância com o relatório de gestão, com as demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e com a proposta de aplicação do resultado líquido individual do exercício de 2013 e somos do parecer que deverão os mesmos ser aprovados em Assembleia Geral

O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como à Comissão Executiva da Galp Energia, SGPS, S.A., cuja colaboração sempre simplificou, em muito, o exercício das suas funções.

Lisboa, 24 de março de 2014

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Gracinda Augusta Figueiras Raposo

Pedro Antunes de Almeida

Anexos: declarações subscritas pelos membros do Conselho Fiscal para efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários

Declaração

Daniel Bessa Fernandes Coelho, Presidente do Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, S.A., declara, nos termos e para os efeitos do artigo 245, n.º 1, alínea c), do CVM, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, passando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Galp Energia se defronta na sua atividade.

Lisboa, 24 de março de 2014

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Declaração

Gracinda Augusta Figueiras Raposo, Vogal do Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, S.A., declara, nos termos e para os efeitos do artigo 245, n.º 1, alínea c), do CVM, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, passando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Galp Energia se defronta na sua atividade.

Lisboa, 24 de março de 2014

Gracinda Augusta Figueiras Raposo

Declaração

Pedro Antunes de Almeida, Vogal do Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, S.A., declara, nos termos e para os efeitos do artigo 245, n.º 1, alínea c), do CVM, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, passando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Galp Energia se defronta na sua atividade.

Lisboa, 24 de março de 2014

Pedro Antunes de Almeida

Relatório anual de atividades do Conselho Fiscal relativo ao exercício de 2013

Em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420 do CSC e da alínea g) do n.º 1 do artigo 8 do regulamento do Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp Energia, Sociedade ou Empresa), vem este órgão apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida no exercício de 2013.

I. Introdução

De acordo com o modelo de governo societário adotado pela Galp Energia, correspondente ao modelo latino previsto nos artigos 278, n.º 1, alínea a) e 413, n.º 1, alínea b), ambos do CSC, o Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização da atividade da Sociedade.

O Conselho Fiscal em funções foi eleito na reunião da Assembleia Geral realizada em 30 de maio de 2011, para o mandato de 2011-2013, tendo esse mandato sido alargado para quatro anos (2011-2014) por deliberação aprovada na Assembleia Geral de 24 de abril de 2012, sendo composto por três membros independentes, em conformidade com os critérios definidos no artigo 414, n.º 5 do CSC.

Todos os membros do Conselho Fiscal observam os critérios de compatibilidade para o exercício da respetiva função que se encontram previstos no artigo 414-A, n.º 1 do CSC.

As principais competências do Conselho Fiscal, descritas no respetivo regulamento que se encontra disponível no sítio na Internet da Sociedade, podem ser integradas nas seguintes áreas essenciais de atuação:

- a) acompanhar de modo permanente a atividade da Sociedade, vigiar pela observância da lei e dos estatutos e fiscalizar a administração da Sociedade;
- b) fiscalizar o cumprimento das políticas e práticas contabilísticas, bem como do processo de preparação e divulgação da informação financeira e fiscalizar a revisão de contas nos documentos de prestação de contas da Sociedade;
- c) fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, avaliando anualmente com a Comissão Executiva os procedimentos internos de controlo e auditoria e questões que sejam suscitadas a respeito das práticas contabilísticas seguidas pela Sociedade, dirigindo-lhe as recomendações que entenda justificadas;
- d) supervisionar a adoção pela Sociedade de princípios e políticas de identificação e gestão dos principais riscos de natureza financeira e operacional ligados à atividade da Sociedade, bem como de medidas destinadas a monitorizar, controlar e divulgar, adequada e tempestivamente tais riscos;
- e) receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outros;
- f) propor à Assembleia Geral a nomeação do revisor oficial de contas ou de sociedade de revisores oficiais de contas e fiscalizar a sua independência, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- g) nomear ou destituir o auditor externo da Sociedade e avaliar anualmente a sua atividade, através de uma apreciação crítica dos relatórios e documentação por si produzidos no desempenho das suas funções.

II. Atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal relativamente ao exercício de 2013

Durante o ano de 2013 o Conselho Fiscal realizou 12 reuniões, tendo desenvolvido várias ações no âmbito das suas atribuições, das quais destaca as seguintes:

1. Acompanhamento de modo permanente da atividade da Sociedade, vigilância do cumprimento da lei e dos estatutos e fiscalização da administração da Sociedade

O acompanhamento permanente da Sociedade durante o ano de 2013 foi realizado, designadamente, através de reuniões regulares com os responsáveis da Direção Central de Auditoria Interna, do Comité de Gestão de Risco e da Direção de Relações com Investidores, o Revisor Oficial de Contas e o Auditor Externo, e, ainda, o Administrador Executivo responsável pela área financeira, o Secretário da Sociedade e os responsáveis pela Contabilidade e pelo Planeamento e Controlo Corporativo.

Por outro lado, os membros do Conselho Fiscal estiveram presentes nas reuniões do Conselho de Administração em que foram aprovadas as contas trimestrais, semestrais e anuais, bem como o plano e orçamento anual.

Durante o ano de 2013, o Conselho Fiscal procedeu ainda ao acompanhamento do funcionamento do sistema de governo societário adotado pela Galp Energia e do cumprimento das normas legais e estatutárias, bem como a evolução legislativa e regulamentar em matéria de governo societário, designadamente as emitidas pela CMVM, incluindo as recomendações relevantes para o desempenho das suas funções, tendo apresentado propostas tendentes ao aperfeiçoamento do governo da Sociedade, nomeadamente através de propostas de procedimentos internos.

Ainda no contexto do acompanhamento das matérias de governo societário, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Governo Societário relativo ao exercício de 2013, tendo confirmado que esse relatório inclui os elementos previstos no artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários e no Regulamento 4/2013 da CMVM.

2. Fiscalização do cumprimento das políticas e práticas contabilísticas e do processo de preparação e divulgação da informação financeira e da revisão legal de contas

A fiscalização do cumprimento das políticas, critérios e práticas contabilísticas e da fiabilidade da informação financeira foi exercida pelo Conselho Fiscal através da análise dos relatórios elaborados pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Auditor Externo e apreciação das conclusões das auditorias e das avaliações de procedimentos efetuadas durante o exercício pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Auditor Externo.

Com efeito, o Conselho Fiscal procedeu à fiscalização dos documentos de prestação e revisão legal de contas relativos ao exercício de 2012, tendo emitido parecer favorável relativamente aos mesmos.

O acesso do Conselho Fiscal à informação financeira foi realizado de forma regular e adequado, sem que tenham surgido quaisquer constrangimentos no exercício das suas funções.

3. Acompanhamento e fiscalização da eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e avaliação anual do funcionamento dos sistemas e dos procedimentos internos

Ao Conselho Fiscal cabe o papel de fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna, cuja criação e implementação competem à Comissão Executiva, bem como o de avaliar anualmente o funcionamento dos sistemas e os respetivos procedimentos internos.

O Conselho Fiscal realizou durante o ano de 2013 diversas ações de acompanhamento, fiscalização e avaliação do funcionamento e adequação dos sistemas de controlo interno, de gestão de riscos e de auditoria interna da Galp Energia, tendo remetido à Comissão Executiva recomendações e propostas de ajustamento ao funcionamento dos referidos sistemas que entendeu justificadas e necessárias.

No âmbito da função fiscalizadora do Conselho Fiscal, coube-lhe ainda supervisionar a adoção pela Sociedade dos princípios e das políticas de identificação e gestão dos principais riscos financeiros e operacionais associados à atividade da Galp Energia, tendo acompanhado as medidas destinadas a monitorizar, controlar e divulgar os riscos.

O Conselho Fiscal considera que a Comissão Executiva e o Conselho de Administração têm atribuído crescente e reforçada importância ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna, em linha com as recomendações da CMVM relativas ao Código de Governo das Sociedades.

4. Supervisão da atividade da Direção Central de Auditoria Interna

O Conselho Fiscal supervisionou a atividade desenvolvida pela Direção Central de Auditoria Interna durante o exercício de 2013, que reporta funcionalmente a este órgão, através do acompanhamento regular da execução do respetivo plano de atividades anual de avaliação do risco dos diferentes processos e sistemas das unidades de negócio e da análise das conclusões sobre a forma como são geridos os riscos e afetos os recursos, tendo recebido desta direção relatórios periódicos realizados assim como informações sobre matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

A avaliação do adequado funcionamento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e a avaliação da efetividade e eficácia da implementação de controlos e de ações de mitigação, foi realizada pela Direção Central de Auditoria Interna de forma independente e sistemática, tendo informado e alertado regularmente o Conselho Fiscal para observações e recomendações mais relevantes, identificando oportunidades de melhoria e medidas corretivas.

O Conselho Fiscal considera ainda que na execução do plano de trabalhos definido a avaliação dos sistemas de controlo interno e do cumprimento dos procedimentos estabelecidos, bem como a utilização dos recursos afetos, foi realizada com eficiência.

5. Avaliação anual da atividade do Auditor Externo da Sociedade

O Conselho Fiscal exerceu a sua função como interlocutor da Sociedade junto do Auditor Externo e como primeiro destinatário da informação por si elaborada, tendo assegurado a disponibilização ao Auditor Externo da informação e das demais condições apropriadas e necessárias ao eficaz desempenho da sua atividade.

O Conselho Fiscal procedeu, no ano de 2013, à avaliação da atividade do Auditor Externo, fazendo o acompanhamento regular da sua atividade, nomeadamente, através da apreciação crítica dos relatórios e documentação por si produzidos no desempenho das suas funções, procedendo ainda à avaliação de recomendações de alterações de procedimentos formuladas pelo Auditor Externo.

No âmbito da sua função de avaliação anual da atividade do Auditor Externo, o Conselho Fiscal considera que o Auditor Externo prestou os seus serviços de modo satisfatório de acordo com o plano de trabalhos definido, tendo cumprido as normas e regulamentos aplicáveis e revelado na sua atuação rigor técnico, qualidade nas conclusões apresentadas, designadamente ao nível da revisão legal de contas, oportunidade e eficiência nas recomendações apresentadas e competência no âmbito do desenvolvimento dos procedimentos efetuados.

No âmbito da verificação do cumprimento das regras de independência do Auditor Externo, o Conselho Fiscal acompanhou, durante o exercício de 2013, a prestação de serviços não relacionados com serviços de auditoria, para a qual é necessária parecer prévio deste órgão, tendo confirmado que foi salvaguardada a independência do Auditor Externo.

Neste âmbito foi cumprida a Recomendação IV.2 da CMVM, uma vez que não foi ultrapassado o limite de 30% para a prestação pelo Auditor Externo à Sociedade ou a quaisquer entidades que com ela se encontrem numa relação de domínio, de serviços diversos dos de auditoria, já que representaram 15,1% do valor total dos serviços prestados.

Encontra-se em curso o processo de aprovação do regulamento interno relativo a procedimentos de contratação ao auditor externo de serviços diversos dos serviços de auditoria

6. Negócios da Sociedade com partes relacionadas

Encontra-se no relatório de governo societário 2013 informação sobre as relações significativas de natureza comercial entre a Sociedade e os titulares de participações qualificadas, bem como sobre as transações com partes relacionadas sujeitas a parecer prévio do Conselho Fiscal, relativas ao ano de 2013.

Com efeito, o Conselho Fiscal procedeu à verificação prévia de um desses negócios em relação ao qual se verificaram os critérios em que aquela intervenção é exigida, tendo emitido parecer favorável a 7 de novembro de 2013.

Encontra-se em curso o processo de aprovação do regulamento sobre os procedimentos aplicáveis às transações com partes relacionadas.

7. Comunicação de irregularidades

De acordo com as melhores práticas de governo societário e com as regras de mercado aplicáveis, e bem assim em linha com os princípios de lealdade, correção, honestidade, transparência e integridade em que a Galp Energia baseia o exercício da sua atividade, a política de comunicação de irregularidades da Galp Energia, disponível no seu sítio oficial, regula o mecanismo de comunicação ao órgão responsável, o Conselho Fiscal, de irregularidades ocorridas nas empresas do grupo Galp Energia.

A política de comunicação de irregularidades tem como objetivo permitir que qualquer acionista, colaborador, cliente ou fornecedor possa comunicar livremente quaisquer irregularidades que detetem ou de que tenham conhecimento ou fundadas suspeitas, ocorridas na Galp Energia ou nas sociedades participadas, em particular no que respeita ao cumprimento da legislação vigente, das normas e regulamentos internos, do código de ética e da política de combate à corrupção e procedimentos auxiliares.

Para apoiar a intervenção do Conselho Fiscal em matéria de comunicação de irregularidades, foi criado em 2013 o Gabinete de Apoio ao Conselho Fiscal, no qual se delegou a gestão operacional e o regular funcionamento do mecanismo de comunicação de irregularidades, nos termos do respetivo regulamento.

Em 2013 não foram reportadas ao Conselho Fiscal quaisquer potenciais situações de irregularidades verificadas no seio do grupo Galp Energia.

O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como à Comissão Executiva da Galp Energia SGPS, S.A. pela colaboração prestada ao exercício das suas funções.

Lisboa, 24 de março de 2014

Presidente – Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogal – Gracinda Augusta Figueiras Raposo

Vogal – Pedro Antunes de Almeida

6.5 Glossário e abreviaturas

Glossário

BARRIL DE PETRÓLEO (BBL)

Unidade de volume utilizada na indústria petrolífera que equivale a 0,15891 m³ de petróleo bruto a 60 °F (15,6 °C).

CAPACIDADE INSTALADA EFETIVA

Capacidade de produção da OPEP que pode ser alcançada em 30 dias e mantida por um período de 90 dias, excluindo Iraque, Líbia, Nigéria e Irão.

CO₂

Dióxido de carbono, gás incolor e mais pesado do que o ar, sendo um dos seus componentes naturais. É produzido por certos processos naturais, como o ciclo do carbono, e pela combustão completa do carbono contido nos combustíveis fósseis.

COGERAÇÃO

Tecnologia de geração de energia que permite a produção combinada de eletricidade e de calor. A vantagem da cogeração é a capacidade que tem de captar o calor produzido pela queima do combustível, ao contrário do que sucede no caso da geração tradicional de eletricidade, em que este calor é perdido. Este processo permite também que a mesma instalação satisfaça as necessidades de calor (água quente ou vapor) e de eletricidade, tanto de clientes industriais, como de aglomerações urbanas. Este sistema melhora a eficiência energética do processo de geração e reduz a utilização de combustível.

COMPLEXIDADE

A complexidade de uma refinaria é a capacidade de uma refinaria processar petróleo bruto e outras matérias-primas e é medida através do índice de complexidade, que é calculado separadamente por diferentes organizações do sector, como os consultores para o sector da energia Solomon Associates e Nelson. O índice de complexidade de uma refinaria é calculado através da atribuição de um fator de complexidade a cada uma das unidades da refinaria, que se baseia sobretudo no nível de tecnologia utilizado na construção da unidade, tomando como referência uma instalação de destilação primária de petróleo bruto a que é atribuído um fator de complexidade de 1,0. O índice de complexidade de cada unidade é calculado através da multiplicação do fator de complexidade da unidade pela capacidade da unidade. A complexidade de uma refinaria é equivalente à média ponderada do índice de complexidade de cada uma das suas unidades, incluindo a unidade de destilação. Uma refinaria com um índice de complexidade de 10,0 é considerada 10 vezes mais complexa do que uma refinaria equipada apenas com destilação atmosférica de petróleo bruto, para a mesma quantidade de produto processado.

CONDENSADOS

Hidrocarbonetos que, armazenados nas respetivas jazidas, se encontram no estado gasoso, mas que à superfície se tornam líquidos em condições normais de pressão e temperatura. Trata-se, essencialmente, de pentano e de outros produtos mais pesados.

CONVERSÃO

Conjunto de vários tratamentos (catalíticos ou térmicos) cuja reação principal se efetua sobre as ligações de carbono, podendo esta ser mais ou menos profunda em função das condições impostas. Este processo está tipicamente associado à conversão do fuelóleo em frações mais leves (gasóleos, gasolinas e gases) e que são mais nobres do ponto de vista da sua utilização. Numa refinaria moderna, estes processos têm uma importância crescente.

CRACKING

Transformação por rotura das moléculas de hidrocarbonetos de cadeias longas, com o objetivo de se obterem moléculas de cadeias mais curtas, aumentando, assim, a proporção dos produtos mais leves e voláteis. Distinguem-se o *cracking* térmico e o *cracking* catalítico. O *cracking* térmico é realizado apenas pela ação do calor e da pressão. O *cracking* catalítico utiliza catalisadores que permitem, a igual temperatura, a transformação mais profunda e mais seletiva de frações que podem ser mais pesadas.

DATED BRENT

Preço de remessas de Brent conforme anunciado pelas agências de fixação de preços. É o preço de referência para a grande maioria dos petróleos brutos vendidos na Europa, na África e no Médio Oriente, e é uma das referências mais importantes para os preços do mercado *spot*. O Brent é o petróleo bruto leve do mar do Norte que, desde julho de 2006, incorpora as ramas Fortis e Oseberg. Este cabaz de crude tem uma densidade API média aproximada de 38,9°.

DENSIDADE API

Densidade expressa em graus API, definida pelo American Petroleum Institute, pela seguinte fórmula: $API^{\circ} = (141,5/g) - 131,5$, em que g é a densidade do petróleo a 60 °F (15,6 °C). É utilizada internacionalmente para determinar a densidade do petróleo bruto. Quanto maior for a densidade API, mais leve será o petróleo bruto.

DESTILAÇÃO

Método de separação de substâncias (líquidas ou sólidas) por vaporização seguida de condensação. A destilação pode ser efetuada à pressão atmosférica ou no vácuo, consoante o produto final. Deste processo resultam os produtos destilados.

DESTILAÇÃO ATMOSFÉRICA

Destilação do petróleo bruto efetuada à pressão atmosférica, da qual resultam frações petrolíferas (gasolina leve, gasolina pesada, gasóleos e produtos pesados, por exemplo). Após tratamento adequado, estas frações são os componentes dos produtos acabados.

EMISSÕES

Libertação de gases para a atmosfera. No contexto das alterações climáticas globais, os gases libertados incluem gases capazes de alterar o clima, os chamados GEE. Um exemplo típico de emissão é a libertação de CO₂ durante a queima de combustível.

ENERGIA EÓLICA

Energia cinética – isto é, gerada através do movimento – que se obtém da deslocação do ar, ou seja, do vento. Pode ser convertida em energia mecânica para o acionamento de bombas, de moinhos e de geradores de energia elétrica.

ENERGIA RENOVÁVEL

Energia disponível a partir de processos de conversão energética permanentes e naturais e economicamente exploráveis nas condições atuais ou num futuro previsível.

EXPLORAÇÃO (OFFSHORE E ONSHORE)

Exploração de petróleo que tem lugar no mar, podendo ser dividida em três tipos: águas rasas, águas profundas e águas ultraprofundas, consoante a exploração ocorra a uma profundidade inferior a 1.000 pés, entre 1.000 e 5.000 pés, ou superior a 5.000 pés, respetivamente. A exploração *onshore* tem lugar na terra.

FREE FLOAT

Percentagem das ações de uma sociedade cotada que é livremente transacionada no mercado, ou seja, que não é detida pelos denominados investidores de referência.

FUELÓLEO

Mistura de hidrocarbonetos destinada à produção de calor em instalações térmicas. Há vários tipos de fuelóleo, em função da viscosidade, que condiciona a utilização dos mesmos.

GÁS DE PETRÓLEO LIQUEFEITO (GPL)

Hidrocarbonetos gasosos, nas condições normais de temperatura e de pressão, e líquidos, por elevação da pressão ou por redução da temperatura, cujo transporte e armazenamento são permitidos. Os mais comuns são o propano e o butano.

GÁS NATURAL

Mistura de hidrocarbonetos leves encontrada no subsolo, na qual o metano tem uma participação superior a 70% em volume. A composição do gás natural pode variar em função do campo em que é produzido e dos processos de produção, condicionamento, processamento e transporte.

GÁS NATURAL LIQUEFEITO (GNL)

Gás natural que é passado para o estado líquido para facilitar o transporte. A liquefação é operada por redução da temperatura do gás, à pressão atmosférica, para valores inferiores a -160 °C. O volume do GNL é de aproximadamente 1/600 do volume do gás natural.

GASÓLEO

Mistura de hidrocarbonetos líquidos destinada à alimentação dos motores de ignição por compressão (ciclo Diesel). O comportamento do gasóleo depende das temperaturas a que é utilizado.

GASOLINA

Combustível para automóveis equipados com motores que utilizam o ciclo Otto. Deve satisfazer especificações precisas quanto às suas características físicas e químicas, das quais a mais importante é a resistência à autoinflamação.

HYDROCRACKING

Processo de *cracking* com a utilização de hidrogénio e sob a ação de catalisadores que permite converter frações petrolíferas com elevado ponto de ebulição e pouco valorizadas em frações leves e mais valorizadas. O hidrogénio permite trabalhar a temperaturas inferiores e com maior seletividade e, portanto, com melhores rendimentos. Os produtos da reação são compostos saturados, o que lhes confere características importantes de estabilidade.

ICE

A Intercontinental Exchange, Inc., ou ICE, é uma empresa norte-americana que opera mercados virtuais, nos quais se transacionam contratos de futuros e contratos OTC sobre energia e *commodities*, assim como outros produtos derivados financeiros.

JET FUEL

Combustível para motores a jato utilizados na aviação.

LUBRIFICANTES

Produtos obtidos por mistura de um ou mais óleos-base e aditivos. Este processo obedece a formulações específicas, em função da utilização do lubrificante. A percentagem de aditivos nos óleos lubrificantes chega a atingir 40%. Os óleos lubrificantes têm três grandes utilizações: automóveis, indústria e marinha.

MERCADO SPOT

Designação, relativa a mercadorias como o petróleo, utilizada para descrever o comércio internacional em cargas únicas de expedição de mercadorias, tais como o petróleo bruto, cujos preços acompanham de perto a respetiva procura e disponibilidade.

NAFTA

Fração petrolífera que se situa entre os gases e o petróleo. É também uma matéria-prima da indústria petroquímica, cujo *cracking* fornece uma grande variedade de produtos. Pode ainda entrar na composição das gasolinas para motor (nafta leve) ou servir, no caso da nafta pesada, de matéria-prima para a produção de reformado.

NATIONAL BALANCING POINT (NBP)

NBP, como é habitualmente denominado o National Balancing Point, é uma plataforma virtual para o trading de gás natural do Reino Unido, constituindo o ponto de formação de preço e de entrega dos contratos de futuros sobre o gás natural transacionados através da ICE. O preço formado no NBP serve de referência e é o preço de referência a vigorar na Europa. Diferê do Henry Hub por não prever a entrega do contrato num local físico.

PARQUE DE ARMAZENAGEM

Instalação utilizada por empresas de oleodutos principais e coletores, produtores de crude e operadores de terminais (exceto refinarias) para armazenamento de crude e de produtos petrolíferos.

PARQUE EÓLICO

Conjunto de aerogeradores para produção de energia elétrica interligados num sistema de rede comum através de um sistema de transformadores, linhas de distribuição e, habitualmente, uma subestação. As funções de exploração, controlo e manutenção são normalmente centralizadas através de um sistema informático de monitorização, complementado por inspeção visual.

PRODUÇÃO NET ENTITLEMENT

Percentagem da produção detida sobre os direitos de exploração e produção de hidrocarbonetos de determinada concessão, após o efeito dos contratos de partilha de produção.

PRODUÇÃO WORKING INTEREST

Percentagem da produção detida sobre os direitos de exploração e produção de hidrocarbonetos de determinada concessão, antes do efeito dos contratos de partilha de produção.

RECURSOS CONTINGENTES

Quantidades de petróleo estimadas, numa determinada data, como sendo potencialmente recuperáveis a partir de jazidas conhecidas, mas que ainda não são comercialmente recuperáveis. Isto pode verificar-se por várias razões como, por exemplo, as relacionadas com a maturidade do projeto (a descoberta precisa de mais avaliações no sentido de suportar o plano de desenvolvimento), as tecnológicas (é necessário desenvolver e testar nova tecnologia que permita explorar comercialmente as quantidades) ou as de mercado (os contratos de venda ainda não estão em vigor ou é necessário instalar infraestruturas para levar o produto até aos clientes).

Os recursos contingentes 2C são aqueles calculados com base na melhor estimativa (*best estimate*), enquanto os recursos contingentes 3C correspondem à mais elevada estimativa (*high estimate*), refletindo, portanto, um mais elevado grau de incerteza. As quantidades classificadas como recursos contingentes não podem ser consideradas reservas.

RECURSOS DE EXPLORAÇÃO

Recursos de exploração referem-se a quantidades de petróleo estimadas, numa determinada data, como sendo potencialmente recuperáveis a partir de jazidas desconhecidas, pela aplicação de projetos de desenvolvimento futuro. A estimativa dos volumes de determinado prospecto está sujeita a incertezas comerciais e tecnológicas.

Os recursos de exploração *mean estimate risked* têm subjacentes um maior grau de certeza que os recursos de exploração *mean unrisked estimate*. As quantidades classificadas nesta categoria não podem ser consideradas reservas nem recursos contingentes.

REFINARIA

Instalação onde se realizam os processos industriais destinados a transformar o petróleo bruto em produtos adaptados às necessidades dos consumidores (combustíveis, lubrificantes, betumes etc.) ou em matérias-primas para outras indústrias, ditas de “segunda geração” (por exemplo, indústria petroquímica).

RESERVAS PROVADAS (1P)

De acordo com as definições aprovadas pela SPE e pelo WPC, as reservas provadas são as quantidades de petróleo que, por análise dos dados geológicos e de engenharia, podem ser estimadas com certeza razoável como sendo, a partir de uma determinada data, comercialmente recuperáveis de jazidas conhecidas e nas atuais condições económicas, métodos operacionais e regulamentos governamentais. No caso de ser utilizada metodologia determinística, o termo “certeza razoável” destina-se a exprimir um elevado grau de confiança na recuperação das quantidades. No caso de ser utilizada metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de 90% de as quantidades recuperadas, de facto, serem iguais à estimativa ou de a excederem. A definição das condições económicas atuais deve incluir preços históricos do petróleo e os custos associados. Normalmente, as reservas são consideradas provadas se a capacidade de produção da jazida for suportada pela produção atual ou por testes de formação.

Neste contexto, o termo “provada” refere-se às quantidades reais de reservas de petróleo e não apenas à produtividade do poço ou da jazida. A área da jazida considerada como provada inclui (1) a área delineada por perfuração e definida por contactos fluidos, se aplicável, e (2) as partes não perfuradas de reservatório que podem ser razoavelmente consideradas comercialmente produtivas com base nos dados geológicos e de engenharia disponíveis. As reservas podem ser classificadas como provadas se as instalações de processamento e transporte dessas reservas para o mercado se encontrarem operacionais no momento da estimativa, ou se houver uma expectativa razoável de essas instalações virem a ser criadas.

RESERVAS PROVADAS E PROVÁVEIS (2P)

As reservas 2P correspondem à soma das reservas provadas (1P) e prováveis. De acordo com as definições aprovadas pela SPE e pelo WPC, as reservas prováveis são uma categoria de reservas não provadas. As reservas não provadas baseiam-se em dados geológicos ou de engenharia semelhantes aos utilizados nos cálculos das reservas provadas, mas em relação aos quais incertezas técnicas, contratuais, económicas ou reguladoras impedem que essas reservas sejam classificadas como provadas. As reservas prováveis são as quantidades de petróleo que, por análise dos dados geológicos e de engenharia, têm menor probabilidade de ser recuperadas do que as reservas provadas, mas maior probabilidade do que as reservas possíveis. No caso de ser utilizada metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de 50% de as quantidades recuperadas serem, de facto, iguais à estimativa 2P ou de a excederem.

RESERVAS PROVADAS, PROVÁVEIS E POSSÍVEIS (3P)

As reservas 3P correspondem à soma das reservas provadas, prováveis e possíveis. De acordo com as definições aprovadas pela SPE e pelo WPC, as reservas possíveis são uma categoria de reservas não provadas. As reservas não provadas baseiam-se em dados geológicos ou de engenharia semelhantes aos utilizados nos cálculos das reservas provadas, mas em relação aos quais incertezas técnicas, contratuais, económicas ou reguladoras impedem que essas reservas sejam classificadas como provadas. As reservas possíveis têm uma probabilidade de recuperação menor do que as reservas prováveis. No caso de ser utilizada metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de 10% de as quantidades recuperadas serem, de facto, iguais à estimativa 3P ou de a excederem.

RESULTADOS A REPLACEMENT COST (RC)

Por as demonstrações financeiras serem elaboradas de acordo com as IFRS, o custo das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas é valorizado a WAC, o que pode originar uma grande volatilidade nos resultados em momentos em que existam grandes oscilações nos preços das mercadorias e das matérias-primas, através de ganhos ou perdas de *stocks* que podem não traduzir o desempenho operacional da Empresa, a que chamamos efeito *stock*. De acordo com esta metodologia, o custo da mercadoria vendida e da matéria-prima consumida é valorizado ao *replacement cost*, i.e., à média do custo das matérias-primas no mês em que as vendas se realizam e independentemente das existências detidas no início ou fim dos períodos. O *replacement cost* não é um critério aceite pelas normas de contabilidade (Plano Oficial de Contabilidade – POC – e IFRS), não sendo, consequentemente, adotado para efeitos da valorização de existências, e não reflete o custo de substituição de outros ativos.

RESULTADOS REPLACEMENT COST AJUSTADOS (RCA)

Além da utilização da metodologia *replacement cost*, os resultados ajustados excluem determinados eventos de carácter não-recorrente, tais como ganhos ou perdas na alienação de ativos, imparidades ou reposições de imobilizado e provisões ambientais ou de reestruturação, que podem afetar a análise dos resultados da Empresa e que não traduz o seu desempenho operacional.

TAXA DE UTILIZAÇÃO DAS REFINARIAS

Rácio da quantidade total de crude processado nas unidades de destilação de crude em relação à capacidade máxima de processamento dessas unidades.

Abreviaturas, acrónimos e siglas

Amorim Energia: Amorim Energia, B.V.
Anadarko: Anadarko Petroleum Corporation.
ANP: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível do Brasil.
API: American Petroleum Institute.
bbbl: barril de petróleo.
BBLT: Benguela-Belize-Lobito-Tomboco.
bclMC: Brith Columbia Investment Management Corporation.
bcm: *billion cubic metres*; ou seja, mil milhões de metros cúbicos.
BEI: Banco Europeu de Investimento.
BG Group: BG Group, p.l.c.
bn: *billion*; ou seja, mil milhões.
bn bbl: mil milhões de barris de petróleo.
bn boe: mil milhões de petróleo equivalente.
boe: barril de petróleo equivalente.
BP: BP, p.l.c.
b.p.: *basis points*; ou seja, pontos-base.
BRL (ou R\$): Real do Brasil.
BRIC: Brasil, Rússia, Índia e China.
BSR: *Buoyancy Supported Risers*.
CBC: competências-base de chefias.
CDLI: Carbon Disclosure Leadership Index.
CDP: Carbon Disclosure Project.
CELE: Comércio Europeu de Licenças de Emissão.
CEO: *chief executive officer*.
CFO: *chief financial officer*.
CGD: Caixa Geral de Depósitos, S.A.
CLH: Companhia Logística de Hidrocarbonetos CLH, S.A.
CMP: custo médio ponderado.
CMVM: Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.
CO₂: dióxido de carbono.
CONCAWE: Conservation of Clean Air and Water in Europe.
CoSO: Committee of Sponsoring Organisations.
CPT: *compliant piled tower*.
CSC: Código das Sociedades Comerciais.
CVM: Código dos Valores Mobiliários.
DeMAC: DeGolyer and MacNaughton.
DGEG: Direção Geral de Energia e Geologia.
DJSI: Dow Jones Sustainability Index.
DoC: Declaração de Comercialidade.
DST: *drill stem test*; ou seja, teste de formação.
E&P: Exploração & Produção.
Ebit: *earnings before interest and taxes*; resultado operacional, ou seja, resultados antes de juros e impostos.
Ebitda: *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*; ou seja, resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.
ECAS: *Emission Control Areas*; ou seja, áreas de controlo de emissões.
EGREP: Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos.
EMPL: Europe Maghreb Pipeline, Ltd.
EMTN: Euro Medium Term Note; ou seja, Programa de Emissão de Títulos a Médio Prazo.
EMV: *extended monetary value*; ou seja, valor monetário prolongado.
ENH: Empresa Nacional de Hidrocarbonetos.
Eni: Eni, S.p.A.
EPIS: Associação de Empresários Pela Inclusão Social.
ERSE: Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.
ERU: *emission reduction units*.
EUA: Estados Unidos da América.
EUR (ou €): Euro.
EWI: *extended well test*; ou seja, testes de longa duração.
FASB: Financial Accounting Standards Board.
FCC: *fluid catalytic cracking*.
FEED: *front end engineering design*.
FID: *final investment decision*; ou seja, decisão final de investimento.
FLNG: *floating, liquefied natural gas*; ou seja, unidade de liquefação de gás natural flutuante.
FPSO: *floating, production, storage and offloading*.
G&P: Gas & Power.
Galp Energia: Galp Energia, SGPS, S.A., Empresa, Grupo ou Sociedade.
GDL: Lisboa Gás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.
GDP: GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A.
GEE: gases com efeito de estufa.
GIIP: *gas initially in place*.
GITE: Galp International Trading Establishment.
GN: gás natural.
GNL: gás natural liquefeito.
GPL: gás de petróleo liquefeito.
GTL: *gas-to-liquids*.
GWh: gigawatt-hora.
HH: Henry Hub.

HRT: HRT Participações em Petróleo, S.A.
I&D: investigação e desenvolvimento.
I&T: investigação e tecnologia.
IAS: International Accounting Standards ; ou seja, Normas Internacionais de Relato Financeiro.
IASB: International Accounting Standards Board; ou seja, Conselho Internacional de Relato Financeiro.
IASC: International Accounting Standards Committee; ou seja, Comissão Internacional para Normas de Relato Financeiro.
ICE: Intercontinental Exchange.
IEA: International Energy Agency; ou seja, Agência Internacional de Energia.
IFACB: índice de frequência de acidentes com baixa.
IFRIC: International Financing Reporting Interpretation Committee.
IFRS: International Financial Reporting Standards; ou seja, Normas Internacionais de Relato Financeiro.
IMO: International Maritime Organisation; ou seja, Organização Marítima Internacional.
IPSS: instituições particulares de solidariedade social.
IRP: imposto sobre o rendimento do petróleo.
ISIN: *international securities identification number*; ou seja, número internacional de identificação de títulos.
ISO: International Organization for Standardization; ou seja, Organização Internacional de Normalização.
ISP: imposto sobre produtos petrolíferos.
IsPG: Instituto do Petróleo e Gás.
IVA: imposto sobre o valor acrescentado.
JOEU: Jornal Oficial da União Europeia.
k: mil/milhares.
kbbl: milhares de barris.
kboe: milhares de barris de petróleo equivalente.
kboepd: milhares de barris de petróleo equivalente por dia.
kbopd: milhares de barris de petróleo.
km: quilómetro.
km²: quilómetro quadrado.
kt: milhares de toneladas.
m: milhão.
m³: metro cúbico.
mbbl: milhões de barris.
mboe: milhões de barris de petróleo equivalente.
mboepd: milhões de barris de petróleo equivalente por dia.
mbopd: milhares de barris de petróleo por dia.
MIBEL: Mercado Ibérico de Eletricidade.
mm³: milhões de metros cúbicos.
mmbtu: *million british thermal units*; ou seja, milhões de unidades térmicas britânicas.
mscf: *million standard cubic feet*; ou seja, milhões de pés cúbicos *standard*.
mt: milhões de toneladas.
mtpa: milhões de toneladas por ano.
MW: megawatt.
MWh: megawatt-hora.
NBP: National Balancing Point.
NE: nordeste.
NWE: *north west Europe*; ou seja, Europa do noroeste.
NYSE: New York Stock Exchange.
OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.
ONG: organização não-governamental.
ONU: Organização das Nações Unidas.
OPEP: Organização de Países Exportadores de Petróleo.
OHSAS: Occupational Health and Safety Assessment Services; ou seja, normas britânicas para sistemas de gestão e certificação da segurança e saúde ocupacionais.
OTC: *over-the-counter*.
p.p.: pontos percentuais.
Parública: Parública – Participações Públicas, SGPS, S.A.
PEL: *petroleum exploration licenses*; ou seja, licenças de exploração petrolífera.
Petrobras: Petróleo Brasileiro, S.A.
Petrogal: Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.
PIB: produto interno bruto.
PP: proveitos permitidos.
PRMS: Petroleum Resources Management System.
PSA: *production sharing agreement*; ou seja, contrato de partilha de produção.
PUCM: *projected unit credit method*; ou seja, método das unidades de crédito projetadas.
R&D: Refinação & Distribuição.
RDA: *reservoir data acquisition*; ou seja, aquisição de dados de reservatório.
RC: *replacement cost*.
RCA: *replacement cost* ajustado.
RED: *Renewable Energy Directive*; ou seja, Diretiva Europeia de Renováveis.
Repsol: Repsol YPF, S.A.

ROACE: *return on average capital employed*; ou seja, retorno sobre o capital empregue.

ROC: revisor oficial de contas.

RP: reservas provadas.

RSP: responsabilidades por serviços passados.

SCR: Steel Catenary Riser.

SCT: Sistema Científico e Tecnológico.

SGPS: Sociedade Gestora de Participações Sociais.

Shell: Royal Dutch Shell, p.l.c.

SIC: Standing Interpretations Committee; ou seja, Comissão Internacional de Interpretações.

SPE: Society of Petroleum Engineers.

SROC: Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

SSA: segurança, saúde e ambiente.

SW: *south west*; ou seja, sudoeste.

t: tonelada.

tcf: *trillion cubic feet*; ou seja, bilhões de pés cúbicos.

Total: Total, S.A.

UAG: unidades autónomas de gás.

UE: União Europeia.

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

UOP: *unit of production*; ou seja, unidade de produção.

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

USD (ou \$): Dólar americano.

WAC: *weighted average cost*; ou seja, custo médio ponderado.

WACC: *weighted average cost of capital*; ou seja, custo médio ponderado do capital.

WAG: *water alternating gas*; ou seja, injeção alternada de água e gás.

WIP: Winland International Petroleum, SARL.

WPC: World Petroleum Council.

YPF: Yacimientos Petrolíferos Fiscales, S.A.

Disclaimer

O presente relatório foi elaborado pela Galp Energia, SGPS, S.A. (“Galp Energia” ou a “Sociedade”) e pode ser alterado e completado.

Este relatório não constitui nem integra e não deve ser interpretado como uma oferta para vender ou para emitir nem como um convite à apresentação de ofertas para compra ou outra forma de aquisição de valores mobiliários emitidos pela Sociedade ou por qualquer das suas sociedades dependentes ou participadas em qualquer jurisdição ou como um incentivo para realizar atividades de investimento em qualquer jurisdição. Nem este relatório, ou qualquer parte dele, nem a sua distribuição constituem a base ou podem ser invocados em qualquer contexto, contrato ou compromisso ou decisão de investimento, em qualquer jurisdição.

O presente relatório pode conter declarações prospetivas. Declarações prospetivas são declarações que não estão relacionadas com factos históricos. As palavras “acreditar”, “prever”, “antecipar”, “pretender”, “estimar”, “vir a”, “poder”, “continuar”, “dever” e expressões similares geralmente identificam declarações prospetivas. Declarações prospetivas podem incluir declarações sobre: objetivos, metas, estratégias, perspetivas de crescimento; planos, eventos ou desempenho futuros e potencial para o crescimento futuro; liquidez, recursos de capitais e despesas de capital; perspetivas económicas e tendências do sector; procura de energia e abastecimento; evolução dos mercados da Galp Energia; impacto das iniciativas regulamentares; a força dos concorrentes da Galp Energia.

Neste relatório, as declarações prospetivas são baseadas em diversas suposições, muitas das quais são baseadas, por sua vez, em suposições, incluindo, sem limitação, a avaliação pela gestão das tendências operacionais, dados contidos nos registos da Sociedade e outros dados disponibilizados por terceiros. Embora a Galp Energia acredite na razoabilidade com que tais suposições foram realizadas, essas suposições encontram-se por inerência sujeitas a riscos significativos conhecidos e desconhecidos, incertezas, contingências e outros fatores importantes que são difíceis ou impossíveis de prever e estão fora do seu controle. Fatores importantes que podem levar a diferenças significativas entre os resultados reais e as expectativas sobre eventos ou resultados futuros incluem a estratégia de negócios da Sociedade, os desenvolvimentos da indústria, as condições do mercado financeiro, a incerteza dos resultados dos projetos futuros e operações, planos, objetivos, expectativas e intenções, entre outros. Tais riscos, incertezas, contingências e outros fatores importantes podem conduzir a que os resultados reais da Galp Energia ou da indústria sejam materialmente diferentes dos resultados expressos ou implícitos nesta apresentação por tais declarações prospetivas.

A informação, opiniões e declarações prospetivas contidos neste relatório respeitam apenas à sua data e estão sujeitos a modificação sem necessidade de comunicação. A Galp Energia e os respetivos representantes, agentes, trabalhadores ou assessores não pretendem, e expressamente não assumem qualquer obrigação ou dever de, elaborar ou divulgar qualquer suplemento, adenda, atualizada ou revisão de quaisquer informações, opiniões ou declarações prospetivas contidas neste relatório com vista a refletir qualquer alteração, eventos, condições ou circunstâncias.

EDIÇÃO



REVISÃO DE TEXTO

Caligrama – produção editorial

FOTOGRAFIAS NÃO CREDITADAS
AO LONGO DO RELATÓRIO

Manuel Aguiar

FOTOGRAFIA DE CAPA

José Caria, Visão

DESIGN E CONCEÇÃO

Plot Content Agency

DEPÓSITO LEGAL

374211/14

ESTE RELATÓRIO FOI ESCRITO ATENDENDO
ÀS NOVAS REGRAS ORTOGRÁFICAS.



Galp Energia, SGPS, S.A.

Sociedade Aberta

Direção de Estratégia Corporativa
e Relações com Investidores

Rua Tomás da Fonseca, Torre C

1600 – 209 Lisboa

Tel.: +351 217 240 866

Fax: +351 217 242 965

e-mail: investor.relations@galpenergia.com

www.galpenergia.com